

GILMARA DOS REIS RIBEIRO

**DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA – CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
DISCURSO AMBIENTAL NOS JORNAIS *O LIBERAL* E *A
CRÍTICA***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Ribeiro, Gilmara dos Reis, 1982-
R484d Desmatamento na Amazônia : causas e consequências : uma
2014 análise da construção do discurso ambiental nos jornais *O
Liberal* e *A Crítica* / Gilmara dos Reis Ribeiro. – Viçosa, MG,
2014.
viii, 167f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Cristiane Cataldi dos Santos Paes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.157-167.

1. Análise do discurso. 2. Comunicação de massa.
3. Desmatamento - Amazônia. I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Letras. Programa de Pós-graduação em
Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

GILMARA DOS REIS RIBEIRO

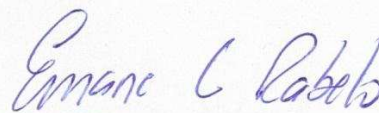
**DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS:
UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO AMBIENTAL NOS
JORNAIS *O LIBERAL* E *A CRÍTICA***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 13 de março de 2014.



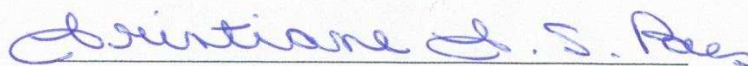
Simone de Paula dos Santos Mendes



Ernane Correa Rabelo



Maria Carmen Aires Gomes
(Coorientadora)



Cristiane Cataldi dos Santos Paes
(Orientadora)

Dedico este trabalho ao meu Deus, Senhor de todas as coisas, que, continuamente, abençoa meus projetos e os torna possíveis.

À minha família, em especial, à minha irmã Girlene, por ser meu apoio sempre.

Aos meus amigos, por acreditarem em meus sonhos e me incentivarem a lutar por eles.

“Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais e analisa de forma crítica os que estão no poder, o que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas”.

VAN DIJK

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma singela forma de retribuir ao outro o apoio material, moral e afetivo, que recebemos, e reconhecer que ninguém conquista seus sonhos sozinho. E é nas trilhas de nossos sonhos que nos deparamos com pessoas que se tornam parte de nós, desses sonhos e da nossa história. Pessoas que não ficam gravadas apenas em notas como esta, mas sim seladas no coração. Em nome dessas pessoas, agradeço:

À professora Cristiane, por aceitar me orientar e pelas contribuições valiosas que deram forma ao meu trabalho. Muito obrigada!

À professora Maria Carmen, pela atenção e carinho, desde o início do Mestrado, e por aceitar coorientar meu trabalho, ainda que “minhas divagações” (risos), diversas vezes, destoassem de suas pesquisas. Levarei comigo, para minhas futuras orientações, sua correção dialogada e “puxões de orelha”, que me fizeram ver o que meus olhos não conseguiam “ouvir”. Obrigada!

Ao professor Ernane Corrêa Rabelo e à professora Simone de Paula dos Santos Mendes, por aceitarem o convite para participar da banca avaliadora.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos.

À minha família, em especial, às minhas irmãs Girlene e Gilvandra, pela ajuda financeira nos seis meses de mestrado sem bolsa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras – área de concentração Estudos Linguísticos –, em especial, à professora Ana Maria Barcelos, exemplo de educadora para mim. Seus olhos são o reflexo da doçura do seu coração, querida.

À Adriana, pela constante ajuda. Sem seu socorro, somos loucos, Drica!

Aos colegas da turma de Estudos Linguísticos 2012, pelo aprendizado obtido com nossa convivência e pela doce acolhida. Na pessoa da Lua (Lunara), deixo meu carinho a todos.

Aos que chamo de amigos, por fazerem com que a separação da minha terra e daqueles que amo fosse menos pesados. Levarei vocês dentro do coração, Ariana, Glauber, Maíra, Renata, Thalita e Wilma.

A todos os mineiros queridos que me apoiaram, me alegraram e fizeram com que eu me apaixonasse por esse povo lindo. Débora, Lucimar, Nara, Kátia, (das Letras/Mestrado), Juliete e Paula (das pizzas e risadas), Nilce (das Libras), Cínthia, Bárbara e Eulália (do grupo de oração) e tantos outros anjos que Deus pôs no meu caminho, nesses dois anos em Viçosa.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 JUSTIFICATIVA	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 A PRÁTICA DISCURSIVA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: A DIVULGAÇÃO DEBATE.....	15
3.1.1 O discurso sobre o desmatamento na Amazônia e os atores sociais	17
3.2 O PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO: DOS CIENTISTAS PARA O PÚBLICO GERAL	20
3.2.1 As estratégias divulgativas: recursos expressivos da popularização da ciência.....	22
3.3 O CONTROLE DO PODER NA DIVULGAÇÃO DEBATE: POR QUE CONSIDERÁ- LO?	25
3.3.1 O controle do poder e as ideologias: um estudo das estratégias ideológicas gerais e dos modos de operação da ideologia presentes na divulgação debate	28
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	33
4.2 A CONFIGURAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE	34
4.3 UM PANORAMA DOS JORNAIS ANALISADOS.....	39
4.3.1 Jornal <i>O Liberal</i>	39
4.3.2 Jornal <i>A Crítica</i>	41
4.4 DO MÉTODO ÀS FERRAMENTAS DE ANÁLISE	42
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	46
5.1 A CONJUNTURA E A PRÁTICA SOCIAL MIDIÁTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	46
5.2 OS ÂMBITOS E OS ATORES SOCIAIS DA DIVULGAÇÃO DEBATE SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: VOZES E DIZERES	60
5.2.1 Âmbito Social	63
5.2.2 Âmbito Político	65
5.2.3 Âmbito Científico	72
5.2.4 Âmbito Ambiental	79
5.2.5 Âmbito Ecológico	83
5.2.6 Âmbito Econômico	89
5.2.7 Âmbito Jurídico	94
5.2.8 Os âmbitos: a divulgação debate e os dizeres	97

5.3 A DIVULGAÇÃO DEBATE E AS ESTRATÉGIAS DIVULGATIVAS: COMO DIZER?	102
5.3.1 <i>Denominação</i> : a variação do nome na divulgação	105
5.3.2 <i>Sequência narrativa</i> : a narração como resgate de informação	109
5.3.3 <i>Modalização</i> : revelando a subjetividade na divulgação	111
5.3.4 <i>Metáfora</i> : outra forma de dizer na divulgação	115
5.3.5 <i>Exemplificação</i> : a didática do exemplo na divulgação	118
5.3.6 As estratégias divulgativas e o desmatamento da Amazônia	120
5.4 CONTROLAR O DIZER É CONTROLAR O PODER: DISCURSO E IDEOLOGIAS	122
5.4.1 A <i>legitimação</i> e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate	122
5.4.2 A <i>dissimulação</i> e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate	125
5.4.3 A <i>unificação</i> e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate	128
5.4.4 A <i>fragmentação</i> e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate	130
5.4.5 A <i>reificação</i> e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate	134
5.4.6 Os modos de operação da ideologia e as estratégias ideológicas gerais e o controle do poder na divulgação debate	137
5.5 DISCUSSÃO DAS ANÁLISES	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

RESUMO

RIBEIRO, Gilmara dos Reis, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Desmatamento na Amazônia – Causas e Consequências: Uma Análise da Construção do Discurso Ambiental nos Jornais *O Liberal* e *A Crítica***. Orientadora: Cristiane Cataldi dos Santos Paes. Coorientadora: Maria Carmen Aires Gomes.

Neste trabalho, propusemos analisar a construção do discurso ambiental, veiculado pelos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, a fim de contribuir para a reflexão sobre o fenômeno da formação dos discursos públicos na mídia impressa brasileira. O *corpus* da pesquisa é formado por 38 matérias publicadas no ano de 2011, sendo 26 do jornal *O Liberal* e 12 do *A Crítica* (abarcando os gêneros notícia, reportagem, entrevista, nota e artigos de opinião). Baseando-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso da Divulgação Científica (CALSAMIGLIA, 1997; 1996; CASSANY; MARTÍ, 1998; CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000; CATALDI, 2011; 2009; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011), identificamos e analisamos os posicionamentos dos atores sociais procedentes dos diversos âmbitos e as estratégias divulgativas utilizadas no discurso de divulgação científica pelos âmbitos científico e ambiental. Relacionando o elemento do controle do poder (VAN DIJK, 2012) e os modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2002), analisamos algumas estratégias discursivas para verificar o papel das ideologias (mediadas pelos atores sociais da divulgação debate) no controle de poder. Verificamos, a partir da discussão teórica e das análises que: 1) A divulgação debate no jornal *O Liberal* foi a que mais favoreceu o debate social, pois, diferentemente do *A Crítica*, contou com a participação dos âmbitos social e jurídico; 2) As consequências do desmatamento divulgadas pelo *A Crítica* sempre se relacionaram com o Código Florestal, o que não aconteceu em *O Liberal*; 3) Em relação aos posicionamentos, muitas vezes, a problemática ‘desmatamento’ é atenuada; 4) Quanto às estratégias divulgativas, a abordagem divulgada do evento, por se tratar de suas causas, resultou no emprego de linguagem acessível, por ser uma questão mais própria da realidade social do grande público; 5) Quanto ao papel das ideologias nas relações de controle de poder, a divulgação é influenciada pelos diversos atores que participam dela, já que percebemos que o enfrentamento da problemática aparece atrelado a questões de ordem econômica, inclusive no discurso “ecológico”. Com base nessas constatações, entendemos que a divulgação debate é um instrumento que pode ajudar na construção de perspectivas mais democráticas a respeito de questões ambientais tão importantes na atualidade.

ABSTRACT

RIBEIRO, Gilmar dos Reis, M.Sc., Federal University of Viçosa, March, 2014. **Amazon Deforestation – Causes and Consequences: Analyzing the Construction of Environmental Discourse in the newspapers *O Liberal* e *A Crítica***. Advisor: Cristiane Cataldi dos Santos Paes. Co-Advisor: Maria Carmen Aires Gomes.

This study aims to analyze the construction of Environmental Discourse generally spread on the newspapers “O Liberal” and “A Crítica” concerning the deforestation in the Amazon and its causes and consequences. As a result, we intend to contribute to reflection on the phenomenon of public discourse formation on the Brazilian media. The research *corpus* is composed of 38 articles published in 2011 (encompassing the genres “news”, “reportage”, “interview”, “notes” and “opinion article”). Out of the 38 articles, 26 were extracted from the “O Liberal” and 12 from “A Crítica”. Based on the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis of Scientific Communication (CASALMIGLIA, 1997, 1996; CASSANY ; MARTI , 1998; CASSANY ; LOPEZ ; MARTI , 2000; CATALDI , 2011; 2009; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011), we identified and analyzed the positions of social actors coming from different fields and using different *publishing strategies* in the discourse of science communication by *scientific* and *environmental spheres*. By relating the element of power control (VAN DIJK, 2012) and the modes of operation of ideology (THOMPSON, 2002), we analyzed some discursive strategies to verify the role of ideologies and power control mediated by social actors on the disclosure debate. We verified from the theoretical discussion and analysis that: 1) the disclosure debate in the newspaper “O Liberal” benefited more the social debate because, unlike “A Crítica”, it had the presence of *social* and *legal spheres*; 2) the consequences of deforestation released by “A Crítica” had always been related to the Brazilian Forestry Code, which was not observed in “O Liberal”; 3) in relation to the views, it was evident that the problematic of ‘deforestation’ was diminished; 4) regarding the *publishing strategies*, it was used more accessible language to publish the event, since it is an issue of social reality and must be closer to the general public; 5) in regard to the role of ideologies in relation to power control, the disclosure is influenced by the various social actors who participate in it, since we realized that the way the content is addressed appears to be tied to financial issues, including the “ecologic” discourse. Based on those findings, we believe that the disclosure debate is a tool that can be very resourceful in building more democratic perspectives on such important environmental issues in the present time.

1 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais no Brasil e no mundo desencadeiam uma série de polêmicas que geram debates sociais. Questionamentos sobre suas causas e consequências, sobre os responsáveis por originá-los e combatê-los enriquecem o debate e, ao mesmo tempo, podem levar a discussões contraditórias. A possibilidade de dialogar, fazer emergir e promover reflexões sobre essas contradições é um dos motivos instigantes para o pesquisador social, em especial para o analista do discurso preocupado com as questões ambientais que, seriamente, afetam a relação entre os homens e deles com a natureza. Nesse sentido, por ser o desmatamento um tema que engloba discussões conflitantes, consideramos relevante analisar o discurso midiático que é veiculado na Região Amazônica, de onde o debate e esse problema socioambiental partem com mais força, uma vez que essa região lidera os índices de perda florestal no país.

A fim de ilustrar algumas questões geradoras de debates em relação ao tema enfocado, é válido destacar que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Brasil é um dos cinco maiores emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE) e mais da metade de suas emissões é proveniente do desflorestamento. Além disso, o desmatamento da floresta tropical, atualmente, é responsável por 15 a 20% de todas as emissões de dióxido de carbono causadas pelo homem e milhões de hectares de floresta tropical são destruídos anualmente (IPAM, 2011). Uma das possíveis consequências do desmate na Amazônia Brasileira (também conhecida como Amazônia Legal¹), região com a maior área remanescente de floresta tropical, é o agravamento do aquecimento global, pois possui uma floresta que contribui, significativamente, com a emissão de dióxido de carbono (um dos gases que provoca o efeito estufa²) para a atmosfera (FEARNSIDE³, 1991).

¹ “A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². [...]. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, [...]. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio [de 2008] pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira” (IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? Amazônia Legal.** Ano 5, edição 44, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 14 out. 2013).

² “Fenômeno que ocorre quando gases, como o dióxido de carbono entre outros, atuando como as paredes de vidro de uma estufa, aprisionam o calor na atmosfera da Terra, impedindo sua passagem de volta para a

Segundo o Ipam (2011), o Brasil, em relação a outros países, é vagaroso no controle de emissões de GEE por desflorestamento, apesar de, nos últimos anos, ter dado importantes passos para controlar essa poluição. Medidas como monitoramento e controle do desmatamento ilegal são alguns desses passos. A título de comprovação da lentidão do Brasil quanto à eficácia desse controle, o instituto destaca que o Canadá, apesar de fornecer madeira e papel para a maior parte da América do Norte, foi responsável, em 2000, por menos de 1% do total de emissões globais de gases de efeito estufa, provocadas por desflorestamento e mudança do uso da terra.

Vale ressaltar que a floresta, muitas vezes, não é diretamente derrubada, mas degradada e esta ação na Amazônia responde por aproximadamente 25% das emissões de gases atribuídas à perda florestal no Brasil, ocasionada pelo tipo da técnica de extração madeireira empregada nessa região. De acordo com o Ipam (2011), as consequências oriundas da soma de desmate, degradação, corte e queima para agricultura aumenta ainda mais o risco de fogo em milhões de hectares de floresta virgem, o que agrava o quadro de redução florestal.

De acordo com o Ipam (2011), outra consequência do desflorestamento é a redução do papel que as florestas exercem ao liberar a água que absorvem do solo, por meio das folhas, atuando como umidificadores do nosso planeta. A liberação de vapor d'água movimenta o calor da superfície para a atmosfera, onde acontece a condensação da água, diminuindo, assim, as temperaturas da superfície. A alteração da potencialidade desse ciclo das florestas pode provocar mudanças em futuros padrões climáticos. Dessa forma, alguns estudos indicam que a intensificação do desmate na Amazônia pode aumentar a temperatura

estratosfera” (FDA – Frente em Defesa da Amazônia. **Glossário Sociológico Ambiental**. Santarém: Gráfica Brasil, 2008, p. 9).

³ Philip Martin Fearnside é pesquisador-titular, há 36 anos, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Manaus-Amazonas. “Possui graduação em Biologia - Colorado College (1969), mestrado em Zoologia - University of Michigan - Ann Arbor (1974) e doutorado em Ciências Biológicas - University of Michigan - Ann Arbor (1978). [Este concluído em 1978, após dois anos de trabalho de campo na rodovia Transamazônica, no Pará]. [...] Estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974. Realiza pesquisas ecológicas, incluindo a estimativa de capacidade de suporte de agroecossistemas tropicais para populações humanas e estudos sobre impactos e perspectivas de diferentes modos de desenvolvimento na Amazônia e sobre as mudanças ambientais decorrentes do desmatamento da região. Desde 1992, vem promovendo a captação do valor dos serviços ambientais da floresta amazônica como forma de desenvolvimento sustentável para as populações rurais na região” (FEARNSIDE, Philip Martin. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 01 abr. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3176139653120353>>. Acesso em: 05 abr. 2014).

da Terra e reduzir a incidência de chuvas em países distantes, como o México e os Estados Unidos (IPAM, 2011)⁴.

Tais apontamentos corroboram com o argumento de que o debate do tema em questão é necessário e riquíssimo para os estudos no âmbito da Análise do Discurso porque nos permite verificar as redes das relações sociais, políticas e econômicas que envolvem as questões ambientais e que se manifestam discursivamente nos meios de comunicação. Diante do exposto, esta pesquisa interessa-se por analisar o discurso veiculado pelos jornais *O Liberal* (do Estado do Pará) e *A Crítica* (do Estado do Amazonas), quanto ao tema ‘desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências’. A escolha desses dois jornais deve-se ao fato de eles situarem-se na Amazônia. O primeiro, segundo informações do *site* da empresa jornalística⁵, é considerado o melhor jornal do norte e nordeste do país e o segundo é líder no Amazonas, de acordo com a consultora de planejamento e compra de mídia FTPI (2013)⁶. Analisar como esses dois jornais divulgam o desflorestamento – temática que envolve uma intensa rede de relações políticas, sociais e econômicas –, é também uma forma de observar como as questões científicas referentes a esse evento se inserem nessa relação e como esses conhecimentos são transmitidos ao grande público.

Dessa forma, pretendemos verificar como se dá a construção do discurso no tocante ao tema em questão, observando as nuances da divulgação debate, a partir dos diversos posicionamentos sobre o tema, bem como as marcas de posição ideológica presentes nesses posicionamentos, e sondando de que forma os interesses políticos e econômicos dos representantes da elite de poder (PEDRO, 1997), de cada estado, são veiculados ao grande público. Nessa perspectiva, considerar o que a mídia⁷ divulga (sobre o desmatamento) e como ela organiza esse discurso é uma forma de observar como a sociedade pode estar sendo (in)formada sobre esse assunto e qual o posicionamento divulgado acerca dele, já que, ao mesmo tempo em que a mídia influencia, ela também é influenciada por seus destinatários.

⁴ “O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) é uma organização científica, não-governamental e sem fins lucrativos que há 18 anos trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, pela justiça social e pela proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região” (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/o-ipam/Sobre-o-IPAM/1>>. Acesso em: 28 Nov. 2013).

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.orm.com.br/projetos/comercial/oliberal_abrangencia.html>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁶ Informações disponíveis em: <<http://ftpi.com.br/jornal/a-critica/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

⁷ Com o uso do termo ‘mídia’, no singular, consideramos a seguinte acepção: “[O] conjunto dos meios de comunicação social de massas [Abrangem esses meios o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os satélites de comunicações, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação etc.]”. (HOUAISS, 2009).

Esta pesquisa faz parte do meu interesse, existente desde a graduação⁸, em colaborar, a partir das pesquisas que realizo, com o despertar da sensibilização⁹ para com as questões ambientais. Isso porque, no Pará (meu Estado de origem), a necessidade de se atentar para essas questões é perceptível nos diversos problemas socioambientais que são reforçados pela falta de planejamento e de infraestrutura urbana local e que têm como vítimas potenciais as pessoas com menos recursos materiais. Nesse sentido, tencionamos promover reflexões sobre os posicionamentos discursivos adotados diante de problemas ambientais e sobre a contribuição do jornalismo impresso para a mudança de atitude das pessoas em relação a esses problemas em termos de prevenção ou remediação. Como afirma Maria C. Gomes (2007, p. 17), “se as transformações ocorrem no interior das ordens do discurso [como, por exemplo, na ordem do discurso da instituição midiática], então elas podem modificar o curso da história e da sociedade”. O que resulta na defesa de que a análise das estruturas sociais e das práticas discursivas são fatores, dentre outros, indispensáveis à análise discursiva.

Sendo assim, com esta pesquisa, pretendemos verificar de que forma as realidades socioeconômicas influenciam as posturas ideológicas do discurso analisado – a partir da descrição, análise e interpretação das estruturas sociais de poder e dominação – e os efeitos que exercem sobre a realidade (PEDRO, 1997). Neste caso, há de se considerar as estruturas organizacionais da mídia analisada (qual seja, o jornal impresso) e a realidade econômica dos dois estados que sediam os jornais em questão. Há de se pesquisar e analisar como as estruturas organizacionais e discursivas colaboram com a confirmação, legitimação, reprodução, transformação da dominação social (quem domina quem e como); e, no caso da divulgação debate do desmatamento, suas causas e consequências, há de se verificar que efeitos sobre a realidade socioambiental do Pará e do Amazonas essas estruturas sócio-organizacionais e discursivas podem causar, considerando os posicionamentos evidenciados nessa divulgação.

Em decorrência da complexidade que seria analisar todas as publicações do ano de 2011 dos dois jornais, escolhemos, para a configuração do *corpus*, os cadernos *Atualidades*, do jornal *O Liberal*, e *Caderno A*, do jornal *A Crítica*. Foram escolhidos esses dois cadernos

⁸ Sou paraense, licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará (2010), e especialista em Jornalismo Científico, pela Universidade Federal do Oeste do Pará (2013). Na graduação, meu trabalho de conclusão de curso contemplou uma proposta metodológica de produção de jornal escolar com temáticas “ambientais”, intitulado *A abordagem do gênero jornalístico na escola numa perspectiva ambientalista*. No curso de especialização em Jornalismo Científico, desenvolvi o trabalho intitulado *O discurso ambiental no jornal “O Liberal”: uma análise da divulgação do aquecimento global/ mudanças climáticas*.

⁹ Preferimos o termo ‘sensibilização’, por entendermos que a conscientização é algo que parte do próprio indivíduo, portanto, não pode ser dada ou criada por outra pessoa.

por serem mais gerais, pois tratam de diversos temas da sociedade, como educação, saúde, meio ambiente, etc., o que pode favorecer a ocorrência do debate social nas matérias publicadas. Nesse sentido, considerando as matérias que contemplassem a presença de posicionamentos favoráveis e contrários em torno do debate sobre o desmatamento, na Amazônia, e a abordagem de suas causas e consequências, foram selecionados, para a composição do *corpus* de análise, 26 textos do jornal *O Liberal* e 12 do jornal *A Crítica*, publicados no ano de 2011. Com um total 38 textos, o *corpus* abrange os gêneros notícia, reportagem, artigo de opinião, nota e entrevista.

Assim, a partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso da Divulgação Científica (CALSAMIGLIA, 1997; 1996; CASSANY; MARTÍ, 1998; CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000; CATALDI, 2011; 2009; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011), pretendemos verificar e analisar os posicionamentos sobre a problemática em questão presentes na divulgação debate, e as estratégias divulgativas utilizadas no discurso midiático. Com isso, propomos apresentar vieses reflexivos sobre como a divulgação do tema pode ou não contribuir com a adoção de ações que promovam a redução do desmate, considerando que o conhecimento é uma das potencialidades da ação social e que sua democratização ou popularização é uma das funções sociais da divulgação científica.

Para isso, somamos à Análise do Discurso da Divulgação Científica (ADDC) a investigação de como o controle do saber (neste caso, controle da informação sobre o desflorestamento na Amazônia) pode significar uma forma de controle de poder, por meio das ideologias veiculadas. Para tanto, relacionando o elemento do controle do poder (VAN DIJK, 2012) e os modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2002) com os posicionamentos e as estratégias divulgativas, analisaremos algumas estratégias discursivas para verificar o papel das ideologias (mediadas pelos atores sociais da divulgação) no controle de poder.

Com base no exposto, esta pesquisa tem os seguintes objetivos:

a) Geral:

- ✓ Analisar a construção do discurso ambiental¹⁰ veiculado pelos jornais *O Liberal* e *A Crítica* sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, no decorrer do ano de 2011, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre o fenômeno da formação dos discursos públicos; na mídia impressa brasileira.

¹⁰ O ‘discurso ambiental’ a que nos referimos está relacionado ao nosso objeto discursivo ‘desmatamento’.

b) Específicos:

- ✓ Identificar, por meio de busca em arquivo digital, todos os textos publicados no decorrer do ano de 2011, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, em seus respectivos cadernos, *Atualidades* e *Caderno A*, que tratem do tema ‘desmatamento’ e selecionar para análise apenas aqueles que apresentem as causas e consequências desse evento;
- ✓ Observar como ocorre a divulgação debate sobre o tema em questão, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, identificando os atores sociais participantes e examinando se essa divulgação propicia o debate social a partir da participação dos âmbitos envolvidos nessa temática;
- ✓ Selecionar os posicionamentos favoráveis e contrários, presentes nos gêneros selecionados (notícia, reportagem, artigo de opinião, nota e entrevista), relacionados ao desmatamento e que abordam suas causas e consequências;
- ✓ Identificar e analisar as estratégias divulgativas (mais recorrentes no *corpus*, em relação aos *âmbitos científico e ambiental*) utilizadas pelos dois jornais no processo de recontextualização do discurso científico ao jornalístico, ao tratarem do tema supramencionado;
- ✓ Identificar e analisar o papel das ideologias no controle do poder, por meio do estudo dos modos de operação da ideologia e das estratégias ideológicas gerais, presentes na divulgação debate;
- ✓ Investigar se as estratégias discursivas empregadas nos textos jornalísticos analisados ajudam a estabelecer o controle do saber dos leitores (e da sociedade) quanto ao problema ambiental investigado.

Para alcançar esses objetivos, guiamo-nos pelas seguintes questões norteadoras: 1) Quais são os atores sociais envolvidos na divulgação debate e os posicionamentos adotados por eles quanto ao tema em questão, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*? 2) Que estratégias divulgativas são utilizadas por esses atores nos *âmbitos científico e ambiental*? 3) Em que medida se constrói o debate social na mídia impressa, a partir da divulgação do desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências? 4) As estratégias discursivas nos textos jornalísticos analisados ajudam a estabelecer o controle do “saber” sobre o desmatamento? 5) Como os interesses político-econômicos dos atores sociais envolvidos na divulgação são operados no discurso, configurando-se como formas de controle de poder?

Acreditamos que responder a essas questões, ao analisar o discurso veiculado por esses jornais, no que tange à informação sobre o desflorestamento na Amazônia, pode levar ao entendimento de como esse problema ambiental pode ser compreendido e visto pela sociedade. Sabendo que uma das finalidades da divulgação científica¹¹ é tornar acessível a um maior número de leitores o conhecimento científico, analisar esse discurso pode nos levar a tomar consciência dos interesses (políticos, sociais, econômicos, ambientais dentre outros) que subjazem à divulgação dessa questão ambiental.

A seguir, explanaremos as motivações que deram origem a esta pesquisa, bem sua relevância social no âmbito dos estudos discursivos.

¹¹ Albagli (1996) aponta os seguintes papéis da Divulgação Científica, associando-os a diferentes objetivos: 1) **Educacional**: ampliar o conhecimento, a compreensão e o interesse do público leigo a respeito do processo científico e suas inter-relações; 2) **Cívico**: desenvolver opinião pública com base em informações sobre os impactos do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade, ampliando a consciência cidadã quanto às questões sociais, econômicas e ambientais relacionadas a esse desenvolvimento; 3) **Mobilização popular**: possibilitar uma maior e melhor participação da sociedade, instrumentalizando esta, por meio da informação científica, a colaborar na formulação de políticas públicas e na escolha de alternativas tecnológicas (ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/465/424>>. Acesso em: 05 abr. 2014).

2 JUSTIFICATIVA

Analisar a linguagem é algo instigante porque abre possibilidades para, a partir do estudo dos diversos discursos, conhecermos como se compõe e se organiza discursivamente a sociedade. Segundo van Dijk (2004, p. 13), “nosso pensamento, nossa interpretação e nossa comunicação sobre [os] problemas [sociais] são, na maior parte das vezes, expressos ou reproduzidos através do texto ou da fala e muitas vezes constituídos discursivamente”. Corroborando com o autor, Costa (2006) sustenta que o discurso torna possível absorver o consenso e o conflito existentes nas relações sociais por meio dos traços que desenha. Por isso, estudar o discurso é tentar compreender como as ideologias, que emanam de diversas vozes no cotidiano, de diversas instituições e de diversos contextos sociais, culturais, econômicos e ambientais, ajudam a estabelecer relações de poder e de dominação, pois muitas vezes essas ideologias são somente reproduzidas, não são questionadas e, talvez, nem ao menos constatadas.

Nesse sentido, estudar o discurso midiático é buscar compreender como os meios de comunicação podem colaborar ou não com a democratização ou popularização do conhecimento científico, ao tornar acessíveis ao grande público os temas que outrora fariam parte apenas das instituições acadêmicas e governamentais. Uma vez que a imprensa configura-se como uma instituição ideológica, perceber como o discurso ambiental é construído e veiculado e quais são os meandros da constituição desse discurso, bem como qual a sua contribuição para a adoção de uma postura cidadã, tem grande relevância na atualidade para a democratização dos saberes da ciência em relação ao meio ambiente. Isso porque a problemática ambiental é uma questão que afeta a todas as pessoas e, por isso, exige a contribuição de todos os âmbitos da sociedade, no sentido de ajudar a enfrentar o problema.

Propomos, portanto, analisar o discurso sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, nos jornais *O Liberal* (do Estado do Pará) e *A Crítica* (do Estado do Amazonas), devido ao fato de a Região Norte ser uma referência no desflorestamento da Amazônia. E, apesar de pertencerem a essa região, esses jornais são sediados em estados de contextos sócio-econômicos diversos. O Pará é o estado mais populoso da Região Norte e o segundo maior do país em extensão territorial. Já o Amazonas é o maior estado do Brasil e o segundo mais populoso dessa região. Vejamos outras informações sobre essas unidades federativas:

Tabela 1 – Informações gerais sobre os Estados em que se situam os jornais *A Crítica* e *O Liberal*

Características	Pará	Amazonas
Capital	Belém	Manaus
População estimada em 2013	7.969.654	3.807.921
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	6,07	2,23
Municípios	144	62
Posição da capital entre 100 maiores municípios do país - Produto Interno Bruto (PIB)/2011	26º	6º
Posição entre os Estados da Região Norte - PIB/2011	1º	2º
PIB <i>per capita</i> (R\$/habitante) - Brasil/2011	11.493,73	18.244,30
Posição entre os estados brasileiros - PIB <i>per capita</i> (R\$/habitante)/2011	20º	12º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹²/Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP)¹³/ Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações/Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (DEPI/SEPLAN)¹⁴. Adaptação: A autora, 2014

Como nos mostra a **Tabela 1**, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará, tendo como base sua capital, é inferior ao do Amazonas. No entanto, assume a primeira posição, se comparado com as outras unidades federativas da Região Norte. Vejamos, a seguir, mais informações sobre o PIB desses dois estados e de suas capitais (ver **Tabela 2**):

Tabela 2 - PIB a preços de Mercado Corrente do Brasil (1 000 R\$) – 2011

Sector Econômico	Amazonas	Manaus	Pará	Belém
Agropecuária	3.700.132 (5,73%)	185.715 (0,36%)	4.895.000 (5,53%)	31.556 (0,16%)
Indústria	22.487.428 (34,83%)	19.725.029 (38,65%)	34.343.000 (38,86%)	2.515.427 (12,79%)
Serviços	27.710.694 (42,92%)	20.880.192 (40,92%)	41.584.000 (47,05%)	13.956.320 (70,96%)
Impostos	10.657.149 (16,50%)	10.234.211 (20,05%)	7.549.000 (8,54%)	3.163.422 (16,08%)
Total (% valores aproximados)	64.555.404 (100%)	51.025.146 (100%)	88.371.000 (100%)	19.666.725 (100%)

Fonte: IBGE¹⁵/ IDESP¹⁶/DEPI-SEPLAN¹⁷. Adaptação: A autora, 2014

¹² Com base em informações disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pa>>; <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=AM>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

¹³ Com base em informações disponíveis em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/noticias/leiamais.php?valor=560>>; <<http://www.idesp.pa.gov.br/noticias/upload/Release%20%20Estadual%202011.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

¹⁴ Com base em informações disponíveis em: <<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/PIB-REGIAO>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

¹⁵ Com base em informações disponíveis em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/xtras/temas.php?lang=&codmun=130260&idtema=125&search=amazonas%7Cmanaus%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2011>>; <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150140&idtema=125&search=para|belem|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

¹⁶ Com base em informações disponíveis em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/noticias/leiamais.php?valor=560>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

¹⁷ Com base em informações disponíveis em: <<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/PIB-REGIAO-METROPOLITANA-MANAUS-2011.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2011), o Pará é o líder do desflorestamento na Região Norte, apesar de vir apresentando redução no índice dessa ação nos últimos anos. Por outro lado, segundo o Boletim Risco de Desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), é nesse estado que existe uma grande área (72%) de floresta sob o risco de sofrer essa ação. Já no Amazonas, os índices da problemática não são tão elevados, mas, segundo o IMAZON, estão aumentando, conforme podemos observar nos números da redução florestal em quilômetro quadrado (km²)¹⁸, na **Tabela 3**¹⁹, a seguir:

Tabela 3 - Evolução do desmatamento da Amazônia Legal de 2009 a 2011

Estado	Agosto 2009 a Julho 2010	Agosto 2010 a Julho 2011	Variação (%)
Acre	54	57	+ 6
Amazonas	162	187	+ 15
Mato Grosso	342	603	+ 76
Pará	700	423	- 40
Rondônia	164	338	+ 106
Roraima	51	8	- 84
Tocantins	1	9	+ 800
Amapá	15	2	- 87
Total	1.489	1.627	+ 9

* Os dados do Maranhão não foram analisados.
Fonte: Imazon/SAD, 2011

Essa constatação confirma a importância do estudo do discurso ambiental em tais jornais, a fim de se propor a reflexão sobre como essa problemática é construída pela mídia impressa, nessa região.

¹⁸ Em pesquisa mais recente, tendo como base o período de agosto/2011 a julho/2012, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta redução de 29% na taxa de desflorestamento na Amazônia Legal, em relação à medição anterior. Nessa pesquisa, o Pará apresenta um decréscimo, passando da taxa de 3008 km² de desmate, em 2011, para 1741 km², em 2012. No entanto, é o estado que possui a maior taxa, dentre os outros da região. O Amazonas teve um aumento na taxa, passando de 502 Km², em 2011, para 523 km², em 2012. Além deste Estado, o Acre também teve um aumento na referida taxa. (INPE. Resultado consolidado do PRODES mostra redução de 29% no desmatamento na Amazônia em 2012, 05 de Junho de 2013. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3301>. Acesso em: 02 abr. 2014.

¹⁹ Por questões didático-visuais, alteramos o nome desta tabela. Todas as demais informações são fieis à fonte. Nome original: *Tabela 1. Evolução do desmatamento entre os Estados da Amazônia Legal de agosto de 2009 a julho de 2010 e de agosto de 2010 a julho de 2011* (Fonte: Imazon/SAD). Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/boletim-transparencia-florestal-da-amazonia-legal-julho-de-2011/at_download/file>. Acesso em: 08 dez. 2011.

Outro elemento que justifica o interesse em analisar o discurso dos dois jornais já mencionados, sobre o tema em questão, é a característica da comunicação midiática. Esta tem como finalidade transmitir a informação e seu dispositivo de comunicação dá-se por meio de três polos: ser fonte de informação, ser instância de mediação-transmissão e ser instância de recepção. Enquanto fonte de informação, a comunicação midiática visa representar a realidade do que passa no mundo; enquanto instância de mediação-transmissão, ela propõe apresentar a realidade relativa aos acontecimentos pelo que ela é e procura se dirigir a um maior número possível de interlocutores; enquanto instância de recepção, ela pretende “fazer crer”, “fazer compreender” e “fazer sentir” (CHARAUDEAU²⁰, 2010). Acrescentamos a esse posicionamento de Charaudeau (2010) que a comunicação midiática também pode ter, dentre outras, a finalidade de persuadir, esclarecer, divulgar, criticar, alertar e sensibilizar o leitor em relação aos assuntos que enfoca.

Partindo dessa premissa, por ser o jornal suporte de uma infinidade de práticas discursivas, o interesse em analisar o discurso jornalístico é acentuado, por se acreditar que estudar o discurso jornalístico sobre o desflorestamento pode conduzir a uma melhor compreensão da constituição discursiva da sociedade.

De acordo com van Dijk²¹ (2012, p. 25), as práticas discursivas organizacionais da mídia têm, muitas vezes, o propósito de controlar a produção do discurso público, em atendimento aos interesses dos que detêm o poder. Portanto, segundo ele, analisar detalhadamente essas práticas é uma forma de revelar como “macroestruturas sociais são relacionadas com as estruturas do discurso público” e como essas estruturas discursivas podem exercer influência sobre o grande público. Nesse sentido, investigar o discurso midiático, de dois veículos situados em uma realidade marcada pelo desmatamento, é uma forma de verificar se e como os leitores e os destinatários secundários²² podem ser influenciados acerca das causas e consequências desse problema ambiental.

Além disso, estudar o discurso sobre o tema em questão e propor reflexões sobre sua constituição discursiva é uma forma de colaborar com um debate social que vise a enfrentar esse problema ambiental. Acrescentemos a isso a perspectiva defendida por Bakhtin (1997) de

²⁰ Embora Patrick Charaudeau, em diversas obras, discuta a relação mídia, discurso e sociedade, ele não realiza pesquisa em *Análise do Discurso da Divulgação Científica*.

²¹ Apesar de van Dijk ser analista de discurso crítico, por se filiar à Psicologia Social, ele considera a relação discurso e sociedade a partir de um viés cognitivo.

²² Acreditamos que muitas pessoas, que não têm acesso direto aos jornais, acabam por ter contato com informações, veiculadas por eles, nas diversas circunstâncias comunicacionais, como, por exemplo, as conversas do dia-a-dia.

que os âmbitos sociais da comunicação discursiva são determinados pela esfera da arena de vozes que configura a sociedade. Sendo assim, tal arena, no jornal, envolve a empresa jornalística, o público-leitor, as fontes das informações, o próprio jornalista ou o colaborador autor do texto. Dessa forma, a riqueza polifônica²³ do texto jornalístico instiga o interesse por analisar o discurso dos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, sobre o desflorestamento na Amazônia.

A isso se acrescenta que, de acordo com Ferrero (2011), a escolha das vozes (e de seu conteúdo), para a citação na matéria jornalística, garante ao jornalista respaldo de autoridade às informações, mas também revela conflitos de interesses. Nesse sentido, “o diálogo ou a polêmica, o debate ou o alerta social, que determinadas informações sobre a ciência na imprensa diária provocam se explicam muitas vezes pela forma como se representa o que dizem ou disseram os diferentes atores envolvidos em determinado tema científico” (FERRERO, 2011, p. 94). Dessa forma, há um jogo ideológico por trás da seleção que a empresa jornalística faz, quanto ao que e como será divulgado. Logo, tal seleção é feita por um sujeito ideológico, o qual é dependente da orientação política dos proprietários do jornal e deve levar em consideração os interesses do jornal-empresa e do público leitor (os quais se têm em mente), no momento da produção do texto jornalístico.

Corroborando com isso, Pedro (1997, p. 27) destaca que “as subjetividades particulares dos falantes/ouvintes ou dos escritores/leitores são resultantes das estruturas e processos sociais que formaram as suas <<histórias>>²⁴ e nas quais eles estão localizados”. Nesse sentido, reiteramos a relevância de se investigar os elementos linguístico-discursivos presentes nas matérias sobre a problemática do desmatamento na Amazônia, as quais são provenientes de duas realidades sócio-econômicas distintas. Podemos, assim, verificar se as estruturas e os processos sociais exercem influência sobre o discurso divulgado.

De acordo com Calsamiglia (1997), a análise do discurso tem como objetivo estudar textos, orais ou escritos, enquanto produtos do uso linguístico em situações comunicacionais concretas, e esses textos pressupõem uma interação entre locutores e são produzidos com uma intencionalidade. Nesse sentido, nesta pesquisa, tendo como um dos aportes teórico-metodológicos a ADDC, pode-se investigar como é intermediada a interação entre os locutores da ciência, do jornal e da sociedade em geral. Para tanto, consideramos relevante o

²³ Refere-se “ao fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo do seu texto” (CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 384).

²⁴ Mantivemos fidelidade à citação, conservando o uso do recurso ‘<<>>’, como está na obra mencionada, em vez de aspas simples.

estudo discursivo do desflorestamento na Amazônia, suas causas e consequências, em dois jornais representativos da Região Norte²⁵, com intuito de investigar e apontar as estratégias divulgativas e evidenciar as diversas vozes que estruturam o discurso e demonstrar como este é representado. Entendemos que, assim, esta pesquisa pode contribuir com a reflexão sobre o fenômeno da formação dos discursos públicos, na mídia impressa, e com o debate social que vise a enfrentar esse problema ambiental.

É válido também esclarecer que, para a configuração do *corpus*, foi escolhido o ano de 2011 por ter sido o ano em que houve acirrados debates sobre o desmatamento, em função da proposta e da posterior aprovação, em 06 de dezembro, desse mesmo ano, do novo Código Florestal, pelo plenário do Senado²⁶. A escolha das matérias divulgadas nesse ano atende, assim, ao propósito de se analisar a divulgação debate sobre o tema.

Por considerarmos importante discutir o papel das ideologias no controle do poder, no que se refere ao controle da informação (quanto às causas e consequências do desflorestamento na Amazônia), inserimos nesta pesquisa o estudo dos modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2002) e de estratégias ideológicas gerais (VAN DIJK, 2012), presentes na divulgação. Defendemos que o controle da informação pode assumir o caráter de dominação ou controle de poder ao não dar margem para que a sociedade questione os problemas sociais existentes nessa região. Isso porque entendemos que as questões ambientais estão intrinsecamente relacionadas a problemas sociais, pois, por exemplo, na Região Amazônica, a pobreza e a miséria podem levar as pessoas a desmatar, atendendo a interesses econômicos de grandes madeireiras ilegais²⁷ e perdurando o ciclo da pobreza de muitos *versus* riqueza de poucos. Nesse sentido, essa relação causa e consequência do desmatamento pode não ser apontada explicitamente nas matérias jornalísticas do *corpus* desta pesquisa, mas constitui discursivamente os textos dos referidos jornais.

Com base no exposto, considerando a possibilidade de o texto midiático intermediar o controle de poder, por meio do controle da informação, através das vozes, dos pontos de vista e das estratégias discursivas utilizadas na divulgação sobre o assunto científico, entendemos ser necessário identificar os interesses de controle de poder (e as ideologias que o

²⁵ Região que abarca grande parte da Amazônia Legal.

²⁶ Informação disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/12/06/novo-codigo-florestal-e-aprovado-e-volta-a-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

²⁷ Apesar de sabermos que pequenos agricultores e pecuaristas também desmatam a floresta, entendemos que atividades de subsistência são menos impactantes ao meio ambiente.

reforçam) subjacentes ao discurso. Isso porque essa divulgação pode tender apenas à defesa de interesses de minorias ou ao descaso para com o problema ambiental.

Além disso, acreditando que a mera absorção do discurso veiculado pelo jornal, por parte de um leitor, ganha dimensões nas conversas informais, entendemos que as ideologias desse discurso veiculado podem, simplesmente, ser somadas aos conhecimentos de mundo da população. Disseminando-se, por esse viés, um discurso que não favorece a ação da sociedade contra o desmatamento, em decorrência de como o conhecimento sobre esse assunto é representado. Dessa forma, “a luta social, a dominação ou a resistência podem resultar em uma luta sobre o que se aceita ou não como conhecimento” (VAN DIJK, 2011, p. 29). Em função dessas questões, apresentamos a proposta de relacionar a ADDC com o estudo de como a ideologia é operada para a sustentação, manutenção, transformação, reformulação, contestação etc. de poder por meio da mídia impressa, ao se tratar dessa questão ambiental.

Por fim, defendemos que esta pesquisa é relevante devido à proposta de, sob o viés da Análise do Discurso, abordar um tema de grande relevância social, econômica, ambiental e política, podendo-se, assim, contribuir para a desmistificação do controle de poder e de questões de dominância na sociedade, operados por meio da linguagem, como, por exemplo, na divulgação debate.

Na sequência, apresentaremos algumas discussões sobre o referencial teórico que dá base para essa pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A PRÁTICA DISCURSIVA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: A DIVULGAÇÃO DEBATE

A divulgação da ciência é considerada, atualmente, como uma necessidade do processo de democratização, uma vez que, de acordo com a autora, a ciência só tem sentido se alcança os cidadãos (CALSAMIGLIA, 1997). Isso porque aquela depende da repercussão na vida destes para poder ser aceita, legitimada, ou, ainda, porque depende dessa aceitação para ser financiada e incentivada pelos órgãos de pesquisa. De outra forma, tornar o conhecimento científico acessível ao grande público é entendido como uma forma de promover a democracia, por permitir que a ciência chegue à massa da sociedade. Nesse sentido, verificar como ocorre esse processo de democratização a partir da divulgação de temas científicos é uma das metas dos estudos relacionados à divulgação da ciência.

Calsamiglia (1998 *apud* CATALDI, 2003; 2011) acrescenta que a presença de diversas vozes que interagem com o conhecimento divulgado e que têm interesses variados em relação a determinado assunto tende a transformar a divulgação científica em divulgação debate. Esta última depende da escolha do assunto, de como e do porquê de se divulgá-lo, de quem recebe voz nas matérias (quais prós e contras inserir), de como representar o discurso das esferas interessadas no assunto, etc. Sinaceur e Wolton (1996, p. 48 *apud* CATALDI, 2003, p. 64) destacam que “quanto mais público e aberto seja o debate há mais garantias de uma divisão mais justa do poder, do saber, da informação e das responsabilidades”²⁸. Assim, essa abertura para a participação de todos os âmbitos sociais na divulgação pode ampliar a democratização ou popularização do conhecimento, procedente da esfera científica.

Partindo dessa premissa, a partir do estudo linguístico-discursivo do *corpus* de análise, propomos analisar as estratégias divulgativas e as diferentes vozes (contrárias e favoráveis) presentes na divulgação debate do desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, considerando os efeitos da representação do discurso divulgado na sociedade. Para tanto, “o modo e grau de inscrição do enunciador no enunciado, a relação dele com o texto e com o enunciatário, a configuração da macroestrutura

²⁸ Tradução nossa para: “cuanto más público y abierto sea el debate hay más garantías de un reparto más justo del poder, del saber, de la información y de las responsabilidades”.

do texto (organização global, ordem temática, coerência) e a adequação a um formato concreto²⁹ (CALSAMIGLIA, 1997, p. 13) são importantes elementos a serem considerados para que se atinjam os objetivos da pesquisa.

Vale esclarecer que as matérias do *corpus* desta pesquisa não estão inseridas especificamente em seção ou caderno de ciência, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica* (tendo sido extraídas, respectivamente, desses jornais dos cadernos *Atualidades* e *Caderno A*), mas serão analisadas a partir da perspectiva da divulgação científica por abordarem um tema de amplo debate científico. Assim,

a informação científica pode estar presente em qualquer editoria: geral, de política, de economia e até de polícia e de esportes. A ciência ajuda a entender os fenômenos sociais e a interpretar as causas e consequências dos fatos de interesse jornalístico (OLIVEIRA, 2005, p. 47).

Nesse sentido, propomos promover reflexões sobre a formação dos discursos públicos na mídia impressa, e interpretar as causas e consequências do desflorestamento na Amazônia, conforme a ótica dos dois jornais citados e, assim, colaborar com o debate social que vise ao enfrentamento desse problema ambiental.

De acordo com Cataldi (2003, p. 2), “o acesso ao conhecimento científico permite a adaptação às novas exigências tecnológicas e a atuação nos processos de mudança sociocultural”³⁰. Além disso, a interação comunicativa entre cientistas e sociedade e a difusão do conhecimento que os primeiros produzem são importantes para garantir e fortalecer o vínculo entre eles. Diante disso, a interação entre ciência e sociedade no processo de produção e aquisição do conhecimento é necessária, até porque “os meios de comunicação, como difusores informativos, têm a função de proporcionar a (in)formação e o conhecimento necessários para que a sociedade possa ampliar sua capacidade de entendimento e decisão frente às novas conquistas científicas [...]” (CATALDI, 2008, p. 257).

Sabendo-se que o discurso enquanto prática social é articulado por meio do uso linguístico contextualizado (CALSAMIGLIA; TUSÓN, 1999 *apud* CATALDI, 2003), a identificação dos atores sociais que participam do discurso sobre determinado tema e do grau

²⁹ Tradução nossa para: “el modo y grado de inscripción del enunciador en el enunciado, la relación de éste con el texto y con el enunciatario, la configuración de la macroestructura del texto (organización global, orden temático, coherencia) y la adecuación a un formato concreto”.

³⁰ Tradução nossa para: “El acceso al conocimiento científico permite adaptarse a las nuevas exigencias tecnológicas y actuar en los procesos de cambio sociocultural”.

de participação nesse discurso pode levar à percepção de como essa prática ocorre. Cataldi (2003, p. 50) argumenta que “a presença de diferentes agentes sociais que intervêm na difusão do conhecimento [...] proporciona, no conjunto da sociedade, uma pluralidade de percepção pública diversificada e polifônica sobre os benefícios e possíveis riscos [de determinado conhecimento científico]”³¹. Nesse sentido, na divulgação, a participação de envolvidos provenientes de diversos âmbitos pode colaborar com uma prática discursiva mais democrática.

Segundo Bañón Hernandez (2002 *apud* CATALDI, 2003), o debate social diz respeito à manifestação pública de opiniões díspares, de diversas esferas sociais, acerca de um tema de interesse amplo. Nesse debate,

apesar da pluralidade de atores e fóruns potencialmente participantes, nem todos contam com a mesma autoridade geral, nem tampouco com idêntica capacidade para transcender socialmente, ou, o que é quase a mesma coisa, para aparecer nos meios de comunicação de massa (BAÑÓN HERNANDEZ, 2002, p. 24-25 *apud* CATALDI, 2003, p. 50)³².

Sendo, por isso, necessário verificar as vozes que são legitimadas, no âmbito do debate social, para falar para o público em geral.

Vejamos algumas considerações sobre a presença de diversas vozes no texto de divulgação.

3.1.1 O discurso sobre o desmatamento na Amazônia e os atores sociais

Em se tratando especificamente da divulgação, de acordo com Calsamiglia (1997), o divulgador não é uma corda de transmissão neutra, mas sim um criador do novo sentido que o conhecimento pode adquirir ao se contextualizar na vida social. Segundo Cataldi (2008), a tarefa divulgadora exige adequação às novas circunstâncias comunicacionais e à reconstrução do mesmo conhecimento para outro público diferente do anterior. Sendo assim, enquanto

³¹ Tradução nossa para: “La presencia de diferentes agentes sociales que intervienen en la difusión del conocimiento [...] proporciona, en el conjunto de la sociedad, una pluralidad de percepción pública diversificada y polifónica sobre los beneficios y posibles riesgos de [...]”.

³² Tradução nossa para: “A pesar de la pluralidad de actores y foros potencialmente participantes, no todos cuenta, con la misma autoridad general, ni tampoco con idéntica capacidad para trascender socialmente, o, lo que es casi lo mismo, para aparecer en los medios de comunicación de masas”.

resultado da negociação entre seus interlocutores, a divulgação, semelhante a qualquer outro processo discursivo, não é uma prática objetiva, neutra ou desvinculada de pessoas e interesses (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000).

Além disso, considerando que

um aspecto central na formulação do texto é a definição dos objetivos do ‘produto’. Esses objetivos referem-se, por um lado, ao aspecto intencional, ou seja, à pergunta sobre o que queremos alcançar [...]. Esse aspecto intencional é determinante na composição e estrutura do texto que se formula³³ (CIAPUSCIO, 1997, p. 24).

Assim, mesmo atendendo à proposta de comunicar e/ou representar a realidade, o texto jornalístico é elaborado a partir da condição de se estabelecer previamente o objetivo do quê e para quê divulgar.

De acordo com Berna (2005, p. 45), “[...] ao contrário de estimular uma revisão de valores, a simples veiculação de informações dissociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta”. Na mesma perspectiva, segundo Oliveira (2005), a partir da informação científica divulgada, o jornal pode cair no mero denunciismo ou alarmismo infundado, sem a devida exposição de análises e contrapontos, necessários à livre formação de opinião. Ou, ao contrário, a divulgação pode atender à necessidade de contribuir com a mobilização de toda a sociedade diante do problema ambiental. Diante disso, analisar o discurso dos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, produtos de uma realidade sufocada pelo desflorestamento, é uma forma de trazer à luz o entendimento de qual dessas duas possibilidades, apontadas por Berna (2005) e Oliveira (2005), os dois jornais em questão encarregam-se de divulgar para a sociedade.

Ferrero (2011, p. 94) defende que “citar palavras de outrem supõe alterar o contexto comunicativo: o discurso que se cita é diferente do discurso original, do qual procedem as palavras citadas. Essa recontextualização do discurso transforma as palavras ditas, sua forma e seu conteúdo”. Diante disso, a investigação dos processos que formam o dizer, e re-dizer, do tema científico, nos supracitados jornais, pode ajudar a compreender a formação social e as posturas da sociedade em relação aos problemas socioambientais, promovendo, assim, a reflexão sobre eles.

³³ Tradução nossa para: “Un aspecto central en la formulación del texto es la fijación de los objetivos del ‘producto’. Estos objetivos se refieren, por una parte, al aspecto intencional, es decir, la pregunta acerca de qué queremos lograr [...]. Este aspecto intencional es determinante en la composición y estructura del texto que se formula”.

Nesse sentido, a presença do debate social, a escolha das vozes, a forma como essas são representadas e a participação de diversos atores sociais na divulgação do tema em questão são relevantes na investigação discursiva, uma vez que dependem das relações sociais que os jornais tecem, da importância e do impacto econômico-social do tema, do interesse da empresa jornalística quanto à captação de leitores e patrocinadores etc. Assim, com base em Cataldi (2003), quanto à classificação do debate social por âmbitos, destacamos, em linhas gerais, a participação de atores sociais³⁴ procedentes dos seguintes âmbitos: 1) **Social**: público em geral; 2) **Político**: autoridades políticas; 3) **Científico**: pesquisadores, instituições de pesquisa e órgãos oficiais de pesquisa; 4) **Ambiental**: órgãos oficiais de ação ambiental; 5) **Ecológico**: Organizações Não-Governamentais e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 6) **Econômico**: entidades e representantes do setor; e 7) **Jurídico**: advogados.

Segundo Calsamiglia (1997), além de cada cultura interpretar a realidade segundo uma visão de mundo particular e, assim, atribuir determinados valores aos saberes e suas aplicações (por exemplo, privilegiando uns tipos de conhecimento e menosprezando outros), o universo dos saberes tem sua base no mundo econômico. Assim sendo, cada jornal-empresa representará o conhecimento sobre o desflorestamento de acordo com sua própria cultura e subjugado à sua base econômica e aos seus interesses de captação e à própria base do conhecimento científico ao qual tem acesso para divulgar. Cataldi (2009, p. 47) acrescenta que

a divulgação pode prestar maior atenção à atualidade, aos conhecimentos científicos mais recentes, à relação com o contexto cultural, social, econômico, sanitário ou meio ambiental e a aspectos conjunturais como a explicação científica que um determinado acontecimento gera. Também se destaca a relação da ciência com as decisões políticas, assim como as pressões sociais e econômicas que sofre a comunidade científica como qualquer setor social.

Assim, o debate social nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, favorecido pela presença dos atores sociais citados, pode tratar o tema deste trabalho a partir de uma ênfase social, política, ambiental, econômica, científica ou jurídica, destacando ou não as implicações que tal problema pode desencadear no meio ambiente e, conseqüentemente, na sociedade.

Na sequência, apresentaremos algumas considerações sobre a prática divulgativa.

³⁴ Tendo em vista termos optado por não dividir os âmbitos em subâmbitos, consideramos ‘atores sociais’ os âmbitos específicos destes, por isso, por exemplo, instituições e órgãos de pesquisas são denominados por nós de atores sociais, salvo raras exceções, como é o caso do advogado articulista.

3.2 O PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO: DOS CIENTISTAS PARA O PÚBLICO GERAL

O processo de recontextualização caracteriza-se pela “re-criação” (textual) do conhecimento científico visando a cada público destinatário (CALSAMIGLIA *et al*, 2001; CASSANY *et al*, 2000 *apud* CATALDI, 2008). Para que o discurso científico seja compreendido pelo grande público, os dados científicos devem ser reelaborados a partir de outros procedimentos expressivos, além daqueles próprios do *âmbito científico*. Para isso, por meio de um complexo circuito que envolve a sociedade e a ciência, “conhecimento e discurso científicos ‘adaptam-se’, ‘reelaboram-se’ ou ‘recontextualizam-se’ dinamicamente em cada novo canal ou situação comunicativa” (CALSAMIGLIA *et al*, [1998?] *apud* CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000, p. 75).

Calsamiglia (1997) sustenta que, de acordo com estudos sobre a divulgação, essa atividade envolve textos primários (a fonte científica) e secundários (um novo texto baseado no primeiro, mas com as mudanças exigidas pela nova situação comunicativa – como: identidade e *status* do emissor e receptor, finalidade, intenção, contexto e meio de transmissão). A autora acrescenta que a eleição das informações mais adequadas para a divulgação é dependente do conjunto de interesses e crenças do leitor do novo registro e o que leva o divulgador a retirar ou conservar certas informações é o critério de sua relevância para o sentido efetivado na prática. Portanto, “a aplicação do princípio de relevância fica a cargo dos mediadores, que formam uma relação triangular com a comunidade científica e o público geral”³⁵ (CALSAMIGLIA, 1997, p. 16).

Essa etapa chamada de “*fase de intervenção*” envolve as operações de “*redução*” e de relevância e é seguida pela “*fase de recontextualização*”, que, por sua vez, supõe a “*ampliação*”, com base nos interesses e aspectos culturais do novo leitor, e uma nova eleição do que é relevante no texto. O produto da divulgação é, então, o resultado do encontro “entre uma opção na ordem do saber e uma eleição a partir dos conhecimentos, desejos e preocupações do cidadão normal”³⁶ (CALSAMIGLIA, 1997, p. 16, grifos da autora). Nesse sentido, segundo ela, o texto secundário, que é o texto a ser divulgado, é o *locus* do encontro

³⁵ Tradução nossa para: “[...] la aplicación del principio de relevancia corre a cargo de los mediadores, que forman una relación triangular entre la comunidad científica y el común de la gente”.

³⁶ Tradução nossa para: “[...] entre una opción en el orden del saber y una elección a partir de los conocimientos, deseos y preocupaciones del ciudadano normal”.

entre dois mundos de conhecimento: o da ciência e o da vida cotidiana. Dessa forma, já que “o encontro da temática científica com o mundo da experiência social cotidiana obriga a um novo registro” ³⁷ (CALSAMIGLIA, 1997, p. 15-16), a divulgação é a produção de um novo discurso, elaborado a partir de um ponto de vista diferente do da ciência (CALSAMIGLIA, 1997).

Segundo Calsamiglia (2000 *apud* CATALDI, 2008), o processo de recontextualização representa um grande desafio para os jornalistas e esse desafio é norteado pelas seguintes perguntas, no momento da produção textual: **O que dizer?** – envolve a seleção e a relevância temática; **Como dizer?** – considera o uso ou o descarte de termos específicos, o uso de substituições léxicas, de expressões denominativas, de paráfrases; **Como explicar?** – diz respeito ao procedimento discursivo e aos recursos expressivos a serem adotados; **Como motivar?** – define a partir de que perspectiva o tema terá “sentido” na vida social, de que forma despertará interesse etc.; **Com que intenção?** – refere-se ao objetivo da divulgação: informar, explicar, divulgar.

Todo esse processo pode ser representado no seguinte esquema:

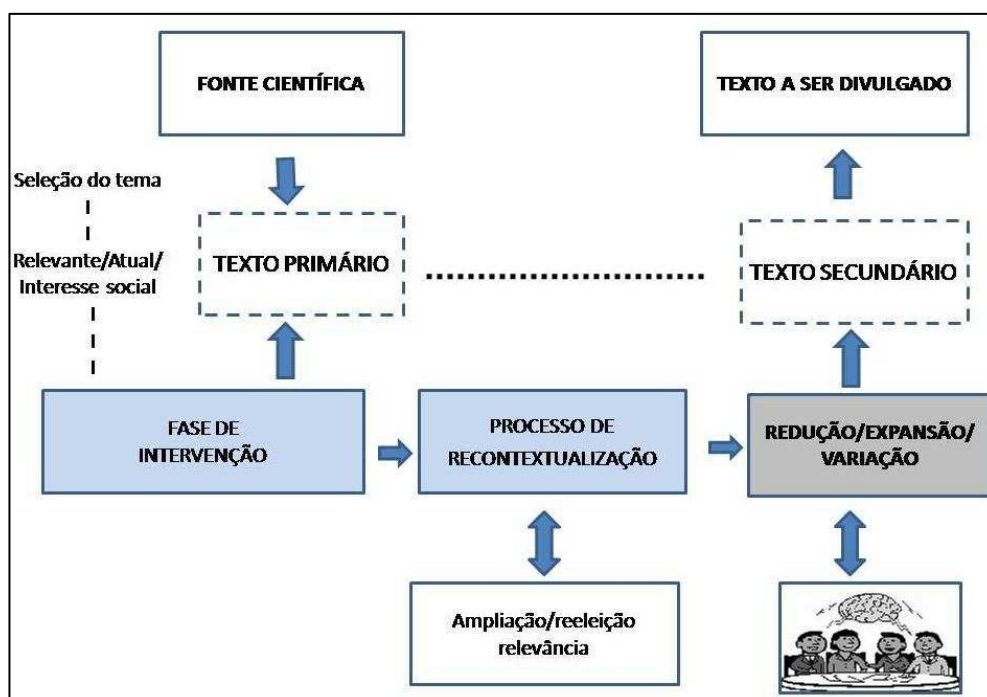


Figura 1 – Proposta de esquema da atividade de divulgação, baseado em Calsamiglia (1997)
Fonte: A autora, 2014

³⁷ Tradução nossa para: “El encuentro de la temática científica con el mundo de la experiencia social cotidiana obliga a un cambio de registro”.

A princípio, a dificuldade em transpor o conhecimento científico da esfera científica, de divulgação entre os pares, para a esfera jornalística, deve-se à própria característica desse conhecimento na esfera científica. Isso porque, apesar de a notícia científica compartilhar características com as notícias de outros âmbitos, aquela se diferencia destas por apresentar a temática científica dentro da informação divulgada (CIAPUSCIO, 1997). A linguagem científica apresenta léxico unívoco, preciso, referência estrita ao objeto e clareza; evita ou nega a subjetividade; é sucinta, exata e completa; e apresenta sintaxe simples e sem apelo emocional. Essas características exigem do jornalista, ou produtor do texto jornalístico sobre ciência, além de domínio sobre o tema a ser abordado, a destreza na elaboração desse novo texto³⁸ (CIAPUSCIO, 1997). Isso porque, na esfera jornalística, a divulgação é endereçada a “uma audiência ampla e heterogênea, que tem sido pouco exposta ao referido registro [especializado] e que, conseqüentemente, dificilmente pode compreender os dados em questão”³⁹ (CASSANY; MARTÍ, 1998, p. 58).

Ciapuscio (1997), a partir da perspectiva da Linguística Textual, acrescenta que a elaboração do texto jornalístico de divulgação científica representa uma ação reformulativa geral de um conteúdo ligado à determinada fonte científica, tendendo à referencialidade, mas que envolve aspectos emotivos da linguagem. Nesse sentido, “os problemas globais e locais para a reformulação do novo texto são resolvidos com o uso de três estratégias gerais: expansão, redução e variação”⁴⁰ (CIAPUSCIO, 1997, p. 24), também chamadas de procedimentos linguísticos-discursivos, que, por sua vez, subdividem-se em diversas estratégias divulgativas.

Vejamos algumas considerações sobre essas estratégias.

3.2.1 As estratégias divulgativas: recursos expressivos da popularização da ciência

Ciapuscio (1997) defende que a divulgação da ciência tem um duplo propósito comunicativo: informar sobre ciência e promover a persuasão acerca da importância da utilidade do conhecimento divulgado. Nesse sentido, a investigação das estratégias

³⁸ Destacamos que, ainda que todo texto exija o domínio temático para sua elaboração, entendemos que a temática científica, por seu caráter específico, é ainda mais difícil.

³⁹ Tradução nossa para: “[...] a una audiencia amplia e heterogénea, que ha sido poco expuesta a dicho registro y que, en consecuencia, dificilmente puede acceder a los datos en cuestión.”

⁴⁰ Tradução nossa para: “Los problemas globales y locales para la formulación del nuevo texto se resuelven empleando tres estrategias generales: expansión, reducción y variación”.

divulgativas que, segundo Cassany e Martí (1998, p. 59), “são distintos tipos de recursos ou procedimentos verbais utilizados nos textos estudados para tornar acessível ao público leigo o conceito técnico⁴¹” podem nos ajudar a entender como se constrói esse duplo propósito na divulgação debate do tema em questão.

Considerando que essas estratégias envolvem “um conjunto variado de fenômenos linguísticos que abarca questões de seleção da informação, organização da mesma, formulação discursiva, seleção léxica, tratamento tipográfico, etc.⁴²” (CASSANY; MARTÍ 1998, p. 60), entendemos que o processo de recontextualização tende a definir a finalidade divulgativa da mídia, desde a seleção do assunto científico até sua inserção em um novo contexto, desta vez, o jornalismo impresso. Tal finalidade, no caso do tema desta pesquisa, pode ser, por exemplo, informar, persuadir, esclarecer, divulgar, criticar ou sensibilizar o leitor quanto ao desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências.

Cassany e Martí (1998) subdividem a etapa em que se opta por incorporar o conceito científico na divulgação, no processo da recontextualização, em estratégias léxicas e discursivas. As estratégias léxicas envolvem a escolha de termos ou de outros recursos denominativos para se estabelecer referência aos conceitos específicos da ciência. Dentre essas estratégias estão: a *definição*, a *denominação*, etc. Já as estratégias discursivas, segundo Cassany e Martí (1998), abarcam os diferentes recursos verbais de nível supraoracional que se relacionam indiretamente com o conceito científico e influenciam na seleção da informação, na estrutura textual, no que diz respeito às sequências discursivas, e na modalização da enunciação. Nessa categoria, os autores incluem o *alto nível de contextualização*, a *modalização* e as *sequências discursivas narrativas*. Apesar dessa distinção categórica em que a *denominação* aparece como estratégia léxica, entendemos que ela pode também se manifestar como uma estratégia discursiva, dependendo do contexto em que for utilizada. Essa estratégia, portanto, pode se configurar como realização léxica que se manifesta discursivamente.

Cassany, López e Martí (2000), ao apresentarem a tarefa da divulgação a partir de um modelo de divulgação, no qual o discurso divulgativo é resultado de uma rede conceitual que envolve o discurso geral e o discurso científico, chamam as estratégias divulgativas de

⁴¹ Tradução nossa para: “[...] a los distintos tipos de recursos o procedimientos verbales que utilizan los textos estudiados para hacer accesible al público lego el concepto técnico”.

⁴² Tradução nossa para: “Se trata de un conjunto variado de fenómenos lingüísticos que abarca cuestiones de selección de la información, organización de la misma, formulación discursiva, selección léxica, tratamiento tipográfico, etc”.

‘recursos expressivos’ ou ‘recursos discursivos’. Os autores destacam a presença de três operações, empregadas no diálogo entre esses dois discursos para se produzir o divulgativo, que são ‘reelaborar’, ‘textualizar’ e ‘denominar’ e, segundo eles, essas operações desenvolvem-se de forma circular, recursiva e interativa no processo de recontextualização (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000). Dentro da operação da textualização, os autores identificam os recursos expressivos oriundos do discurso científico (*exemplificação* e *definição*) e do discurso geral (*sequência narrativa*, *sequência dialogal* e *modalização valorativa*) e outros recursos discursivos que não se vinculam expressamente aos dois tipos de discursos, mas que estão presentes na divulgação (*aclaração discursiva*, *metáfora* e *variação de registro*). Na operação da denominação, podemos identificar a estratégia *denominação*.

A seguir, apresentaremos alguns apontamentos sobre algumas dessas estratégias empregadas na divulgação.

A *denominação* refere-se aos procedimentos léxico-semânticos empregados para fazer referência ao termo científico ou conceito divulgado (CATALDI, 2011; 2007). O uso dessa estratégia é evidenciado pelas diversas referências que retoma o mesmo termo ou conceito científico, na divulgação. Já as *sequências narrativas* são uma forma de utilizar a narração e seus recursos linguísticos na explicação de conceitos ou informações especializadas. A *modalização* do discurso, por sua vez, pode apresentar elementos altamente subjetivos (juízos de valor, opiniões, apreciações, etc.) e tende a denunciar o ponto de vista do jornalista sobre determinada enunciação e delimitar o discurso à compreensão desejada (CASSANY; MARTÍ, 1998).

Cassany, López e Martí (2000) defendem que o uso da *metáfora* favorece a relação entre conceitos científicos e a realidade do público considerado leigo e que a metáfora é um recurso retórico próprio da textualização e recontextualização da informação científica. Os autores reforçam que “talvez uma das particularidades das metáforas divulgativas seja a complementação científica (com termos especializados do âmbito científico disciplinar) do elemento metafórico geral”⁴³ (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000, p. 94). Segundo Ciapusio (1997), a *metáfora* favorece a expansão textual no aspecto cognitivo e emotivo e é muito usada na divulgação por permitir a associação com questões cotidianas. Segundo a autora, essa associação, além de favorecer a acessibilidade do leitor leigo, estimula o interesse

⁴³ Tradução nossa para: “Quizás una de las particularidades de las metáforas divulgativas sea la complementación científica (con términos especializados del ámbito científico disciplinar) del elemento metafórico general”.

deste por questões científicas. Calsamiglia (1996) sustenta que a construção de analogias através de comparações e metáforas, a partir da utilização do que já é de conhecimento do leitor (como conhecimento proverbial, popular e metáforas cotidianas), atende a um propósito exitoso da divulgação, quanto a tornar compreensíveis realidades alheias à vida cotidiana.

A *exemplificação*, por sua vez, é um mecanismo próprio de textos explicativos, dentre os quais estão os científicos. Na tarefa divulgadora, o uso desse mecanismo serve para apresentar “exemplos concretos e cotidianos [...] para explicar conceitos abstratos e especializados [...]”⁴⁴ (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000, p. 90).

Com base no exposto, podemos verificar, a partir da análise, como as estratégias divulgativas são utilizadas na divulgação debate pelos atores envolvidos nessa prática social.

Na sequência, apresentaremos alguns apontamentos em relação ao estudo das representações sócio-discursivas e ideológicas vinculadas às questões de poder, presente na divulgação debate.

3.3 O CONTROLE DO PODER NA DIVULGAÇÃO DEBATE: POR QUE CONSIDERÁ-LO?

De acordo com van Dijk (2012), a investigação das formas de dominação que conduzem às desigualdades e injustiças sociais é uma preocupação dos analistas críticos. Segundo o autor, “muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidas como poder *simbólico* [expressão proveniente de Bourdieu (1982), segundo Pedro (1997)], isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público [...]” (2012, p. 23, grifo do autor). Trata-se, portanto, do poder social que um grupo exerce sobre outro, em termos de controle, em atendimento aos interesses do grupo dominador sobre os prejuízos do grupo dominado, já que esse poder envolve o controle do discurso, dos conhecimentos, das atitudes, ideologias, normas, etc. do grupo dominado (VAN DIJK, 2012). Van Dijk (2012) denomina esse controle de abuso de poder, uma vez que tais formas de dominação envolvem o discurso e, assim, pode ocorrer o controle do discurso de outros, que é o resultado da relação entre o discurso e o poder.

⁴⁴ Tradução nossa para: “[...] ejemplos concretos y cotidianos [...] para explicar conceptos abstractos y especializados [...]”.

Trazemos, portanto, da Análise de Discurso Crítica (ADC)⁴⁵ para o estudo discursivo da divulgação debate, a perspectiva dos estudos sobre processos de caráter social, imprimindo reflexões sobre as representações sócio-discursivas e ideológicas relacionadas às questões de poder e dominância (GOMES, M. C., 2003). Dessa forma, podemos investigar se a veiculação da informação sobre o desmatamento pode atender a interesses das elites do poder e cumprir com o propósito de dominação dos que detêm o controle da informação midiática sobre o público em geral.

Vale esclarecer que, segundo van Dijk (2012), a expressão ‘elites do poder’ diz respeito às pessoas (e/ou grupos) que, de alguma forma, detêm o controle social sobre determinado grupo (por exemplo, políticos, jornalistas, escritores, advogados). De acordo com Foucault⁴⁶ (1979), o poder não está ligado essencialmente à manutenção e à reprodução das relações econômicas, mas significa, principalmente, relações de força. Nesse sentido, acrescenta o autor,

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, **forma saber, produz discurso**. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8, grifos nossos).

Corroborando com esses apontamentos, Maria C. Gomes (2003) esclarece que o poder não pertence a um sujeito ou instituição, mas é organizado pelos sujeitos em uma relação eficiente de jogos de linguagem, ao assumir seus diversos papéis sociais. Segundo a autora, “ressaltar a consciência das relações de dominância através da linguagem e na própria linguagem é a questão principal a ser discutida na agenda das preocupações sócio-políticas” (GOMES, M. C., 2003, p. 15).

No que se refere ao desmatamento, causas e consequências, objeto de estudo desta pesquisa, o controle do poder pode estar relacionado ao “saber”, a partir do controle de como e do que se divulga sobre o assunto. O saber aqui significa os conhecimentos sobre o tema, como, por exemplo, as causas e as consequências do desflorestamento, que é, inicialmente, um problema ambiental, mas que pode ser também um problema social, político e econômico.

⁴⁵ Van Dijk (2012) opta por tratar a Análise de Discurso Crítica ou Análise Crítica do Discurso como Estudos Críticos do Discurso.

⁴⁶ Filósofo francês que trouxe para a Análise do Discurso importantes contribuições, como, por exemplo, o conceito de ‘Formação Discursiva’ e discussões sobre ‘Poder’.

Foucault, discutindo a importância das Genealogias, afirma que:

trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, **contra a instância teórica unitária** que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los **em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns**. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma **insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder** centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (1979, p. 171, grifos nossos).

Segundo Foucault (1979), o poder domina a natureza e as pessoas, sendo, por isso, necessário analisar o saber para trazer à luz os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico, que, neste caso, diz respeito ao desmatamento. Nesse sentido, partindo da premissa de que se “o controle⁴⁷ do saber e do conhecimento forma, de modo fundamental, a nossa interpretação do mundo, bem como o nosso discurso e outro tipo de ações” (PEDRO, 1997, p. 30), o desvelamento de se e como ocorre esse controle do saber, que pode se configurar controle de poder e questões de dominância, é uma forma de combater esses efeitos de poder.

Nessa perspectiva, saber que a linguagem influencia no domínio de uns sobre os outros é a primeira atitude rumo à emancipação (FAIRCLOUGH, 1989 *apud* PEDRO, 1997). Dessa forma, a nosso ver, estudar as relações de poder envolvidas na divulgação debate, em que se tem a presença de atores sociais procedentes de diversos âmbitos, e verificar como (e se) se desenvolve o controle de poder é uma forma de desvelar conhecimentos. Portanto, promover a reflexão sobre como (e se) o discurso sobre o desflorestamento, nos jornais impressos *O Liberal* e *A Crítica*, pode favorecer esse domínio e sobre quais relações de poder estão imbricadas nesse discurso é uma forma de colaborar com a emancipação social, e é o que nos interessa na abordagem do controle do poder.

Vejamos alguns apontamentos sobre a questão do controle de poder e o estudo das ideologias.

⁴⁷ Mantivemos a escrita original da obra, ou seja, no Português de Portugal.

3.3.1 O controle do poder e as ideologias: um estudo das estratégias ideológicas gerais e dos modos de operação da ideologia presentes na divulgação debate

Para a análise do “papel do discurso no exercício ou na legitimação do poder”, van Dijk (2012, p. 47) ressalta a relevância de se inserir o conceito de ideologia. Segundo ele, é consenso a concepção de que muitas ideologias⁴⁸ são constituídas discursivamente. No entanto, o autor esclarece que “o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos discursos’, mas também [...] é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos” (2012, p. 44). O autor destaca que

apesar da variedade de posturas em relação ao conceito de ideologia, pressupõe-se, em geral, que o termo refere-se à ‘consciência’ de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se [...] (VAN DIJK, 2012, p. 47).

De acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 25), o conceito de ideologia na ADC – que aqui dá suporte para o estudo das questões de poder e dominância – é constitutivamente negativo. Por isso, a ideologia é considerada “um instrumento semiótico de lutas de poder, ou seja, uma das formas de se assegurar temporariamente a hegemonia pela disseminação de uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima”. Dito de outra forma, ela é naturalmente hegemônica. As autoras também sustentam que a perspectiva de ideologia assumida pela ADC filia-se à abordagem crítica de Thompson (2002), na qual este autor propõe cinco modos de operação desse elemento. Tais modos estão relacionados a estratégias próprias de construção simbólica (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Segundo Thompson (2002), por meio do estudo das ideologias, pode-se verificar as formas como o sentido pode ajudar a estabelecer e sustentar relações de dominação. Assim,

o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são assimétricas – que eu chamarei de ‘relações de

⁴⁸ Van Dijk (2012, p. 48) esclarece sobre a concepção de ideologia que adota: “apesar de, inegavelmente, haver práticas e instituições sociais que desempenham um papel importante na expressão, no exercício ou na reprodução da ideologia, devemos partir do pressuposto de que a ideologia ‘em si’ não é o mesmo que essas práticas e instituições. Em vez disso, tomamos como ponto de partida o fato de a ideologia ser uma forma de cognição social [...]”.

dominação’. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder* (THOMPSON, 2002, p. 16, grifos do autor)

O autor esclarece que o sentido pode estabelecer relações de dominação ao originar ativamente e instituir essas relações. Da mesma forma, o sentido pode sustentar essas relações ao servir para mantê-las e reproduzi-las, por meio de um ininterrupto processo de produção e recepção de formas simbólicas. Van Dijk (2012, p. 118) argumenta que a dominação das elites pode estar interligada “a leis, regras, normas, hábitos e mesmo a um consenso geral, e assim [o poder] assume a forma do que Gramsci [(1971)] denominou ‘hegemonia’”, uma vez que dentro do consenso existente nas práticas discursivas podem estar envolvidos fortes efeitos ideológicos (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000). No entanto, é válido ressaltar que a hegemonia é um ininterrupto processo que forma e supera um equilíbrio instável (GRAMSCI, 1988 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2004), pois, como sustenta Fairclough (2001), as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas discursivamente.

Diante do exposto, dada a importância do estudo do papel das ideologias no controle do poder, destacamos algumas estratégias discursivas a serem analisadas como traços de posicionamentos ideológicos presentes no discurso da divulgação debate do desmatamento na Amazônia. Nesse sentido, seguindo a proposta da ADC, que realiza estudos sobre processos de caráter social, em que se imprimem reflexões sobre as representações sócio-discursivas e ideológicas relacionadas às questões de poder e dominância (GOMES, M. C., 2003), trazemos para esta pesquisa um estudo das estratégias ideológicas gerais (VAN DIJK, 2012) e dos modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2002)⁴⁹.

Para tanto, consideramos, de van Dijk (2012), as estratégias ideológicas gerais *polarização ideológica* e *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa* e, de Thompson (2002), os modos de operação da ideologia.

Segundo van Dijk (2012), a *polarização ideológica* é uma estratégia que desempenha importante função na reprodução discursiva de dominação. Essa estratégia permite a apresentação dicotômica de ideias grupais. Por exemplo, ela pode ser empregada para apresentar um problema a ser enfrentado, contraposto a algo que esse problema pode causar, tornando-se, assim, o primeiro um problema menor. Semelhante a essa estratégia, a *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa* é utilizada em relatos tendenciosos

⁴⁹ John Thompson não é analista do discurso, mas diversos analistas críticos (como, por exemplo, Resende e Ramalho) utilizam os modos de operação da ideologia desse autor como categorias analíticas, em suas pesquisas.

de fatos, em que se defendem interesses próprios e se emite a oponentes ou a grupos de minorias⁵⁰ a culpa por situações ou episódios negativos. A *polarização ideológica* também serve para ilustrar questões que são apresentadas dicotomicamente, mas que, na ausência do lado oposto, não assumiriam o sentido de “vilãs”. A *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa*, por sua vez, atende ao propósito de ilustrar a contraposição de grupos, realizada no discurso analisado, podendo, assim, desacreditar ou atribuir ações negativas a um ou outro.

Bañon Hernandez (2006, p. 266-267), citando van Dijk (1998, p. 267), destrincha essas duas estratégias ideológicas gerais em um “quadrado ideológico”, sustentando que esse quadrado envolve quatro movimentos que

oferecem um excelente marco para a descrição e procedimentos textuais de legitimação e deslegitimação, [a saber]: 1) expressar ou enfatizar informação positiva sobre nós; 2) expressar ou enfatizar informação negativa sobre eles; 3) suprimir ou atenuar informação que é positiva sobre eles; 4) suprimir ou atenuar informação que é negativa sobre nós⁵¹.

Com base em van Dijk (1998), Bañon Hernandez (2006) também sustenta que a legitimação é uma das principais funções sociais das ideologias, por meio das quais as elites mantêm-se no poder. Isso porque, a nosso ver, pode ajudar a sustentar as hegemonias dos grupos dominadores. Dessa forma, as duas estratégias de van Dijk (2012) dialogam com os modos de operação da ideologia, a seguir.

Thompson (2002) propõe cinco modos gerais de operação da ideologia: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Nesta pesquisa, esses modos são também considerados como estratégias gerais, por isso não serão abordadas, minuciosamente, na análise, as estratégias específicas de cada um deles.

A *legitimação* permite que, por serem representadas como legítimas, as relações de dominação sejam estabelecidas e sustentadas. Isso pode ocorrer por meio de estratégias de *racionalização*, *universalização* e *narrativização*. Dessa forma, a construção de uma cadeia de raciocínio que defenda ou justifique um conjunto de relações ou instituições sociais pode promover a persuasão de determinado público quanto à legitimidade delas. Além disso,

⁵⁰ Grupos socialmente marginalizados, como, por exemplo, imigrantes, terroristas, jovens etc.

⁵¹ Tradução nossa para: “[...] ofrecen un excelente marco para la descripción de procedimientos textuales de legitimación y deslegitimación: 1) expresar o enfatizar información positiva sobre nosotros; 2) expresar o enfatizar información negativa sobre ellos; 3) suprimir o atenuar información que es positiva sobre ellos; y 4) suprimir o atenuar información que es negativa sobre nosotros”.

acordos institucionais, apesar de atenderem a uma minoria, podem ser apresentados como se beneficiassem o coletivo. Pode-se também legitimar determinada forma simbólica por meio de narrativas do passado que apresentam o presente como parte de uma tradição eterna e admissível (THOMPSON, 2002).

A *dissimulação*, por sua vez, pode favorecer o estabelecimento e a sustentação das relações de dominação, através da omissão, negação ou invisibilização destas. Isso é possível por meio do *deslocamento*, em que se pode transferir para um objeto ou pessoa as conotações positivas ou negativas de um termo que outrora fazia referência a outro objeto ou pessoa; da *eufemização*, que ao colaborar com a valoração positiva de ações, instituições ou relações sociais ajuda a dissimulá-las; e do *tropo*⁵², por meio do qual as formas simbólicas são representadas com a linguagem “figurada” (metáfora, sinédoque e metonímia)⁵³, podendo-se, também dissimular as relações dominadoras (THOMPSON, 2002).

Segundo Thompson (2002), a construção simbólica de uma forma de unidade que reúna indivíduos diversos em uma única identidade é o que configura o modo *unificação*. Esse modo divide-se em duas estratégias: a *padronização* (ou *standardização*) e a *simbolização da unidade*. Com a primeira, “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 2002, p. 86). A segunda permite que símbolos de unidade, identidade e de identificação coletivas sejam construídos e, ao unir indivíduos suprimindo suas diferenças e separações, podem ajudar a estabelecer e sustentar relações de dominação em circunstâncias específicas.

A *fragmentação*, diferentemente da *unificação*, é o modo de operação da ideologia que permite a segmentação de indivíduos ou grupos que são considerados possíveis agentes de enfrentamento das relações de dominação e o desvio de forças opostas a outro alvo, que é

⁵² ‘Tropo’ tem a seguinte acepção: “emprego figurado de palavra ou locução, figura” (HOUAISS, 2009).

⁵³ “A sinédoque envolve a junção semântica da parte, ao referir-se ao todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte. Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas [...]. A metonímia envolve o uso de um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não exista conexão necessária entre o termo e a coisa à qual alguém possa estar se referindo. Através do uso da metonímia, o referente pode estar suposto sem que isso seja dito explicitamente, ou pode ser avaliado valorativamente, de maneira positiva ou negativa, através da associação com algo [...]. A metáfora implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. [...] A metáfora pode dissimular relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre elas um sentido positivo ou negativo” (THOMPSON, 2002, p. 84-85).

apresentado como mau, perigoso ou ameaçador. Para isso, são empregadas duas estratégias: *diferenciação* e *expurgo do outro*. Com o emprego da *diferenciação*, são enfatizadas as divergências, diferenças e divisões grupais e individuais, reforçando as características separatistas e as que bloqueiam o surgimento de agentes que podem desafiar as relações existentes ou querer a participação efetiva no poder. Por meio do *expurgo do outro*, constrói-se um inimigo (mau, perigoso ou ameaçador) e que deve ser combatido coletivamente ou, como o próprio nome da estratégia já diz, expurgado (THOMPSON, 2002).

O modo *reificação*, o último modo dos cinco listados, está relacionado com a retratação de situações temporárias, históricas, como sendo permanentes, naturais e atemporais, e subdivide-se em três estratégias, por meio das quais formas simbólicas assumem o papel de estabelecer e sustentar relações de dominância. Uma dessas estratégias é a *naturalização*. Essa estratégia tende a tratar elementos frutos de criação social e histórica como sendo acontecimentos naturais e inevitáveis. A *eternalização*, que é outra estratégia desse modo, por sua vez, permite que fenômenos sócio-históricos percam essa constituição, uma vez que são apresentados como constantes, imutáveis e recorrentes (THOMPSON, 2002).

Outra estratégia de reificação é a *nominalização/passivização*. A *nominalização* “acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes [...]” e a *passivização* “se dá quando verbos são colocados na voz passiva” (THOMPSON, 2002, p. 88). Segundo o autor, o uso desses recursos gramaticais e sintáticos faz com que a atenção do leitor/ouvinte seja concentrada em certos temas, provocando o esquecimento de outros, além de promover o apagamento dos atores da ação, levando à supressão do sujeito que produz coisas e acontecimentos. Dessa forma, por ajudar a produzir a reificação de fenômenos sócio-históricos, a *nominalização/passivização* é uma estratégia que, em situações específicas, pode estabelecer e sustentar as relações de dominação.

Com base no exposto, a partir da análise das estratégias de operação ideológicas, podemos verificar como as ideologias são operadas discursivamente pelos atores sociais envolvidos na divulgação debate, assumindo o propósito de controle do poder.

A seguir, será exposto o passo-a-passo empregado para se alcançar os objetivos deste estudo.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa teve início com a seleção e a configuração do *corpus* de análise, considerando os jornais impressos selecionados, *O Liberal* e *A Crítica*, e o ano de divulgação das matérias e a seleção do caderno (onde estas foram divulgadas), das categorias (**Destaque** e **Tema Principal**) e das matérias a serem analisadas, conforme detalharemos nas seções a seguir.

Pretendendo atingir os objetivos desta pesquisa, que tem caráter qualitativo, utilizamos para seleção das categorias de análise e tratamento dos dados a perspectiva metodológica da Análise do Discurso, a partir da abordagem da Análise do Discurso da Divulgação Científica (CALSAMIGLIA, 1997; 1996; CASSANY; MARTÍ, 1998; CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000; CATALDI, 2011; 2009; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011) e de contribuições de van Dijk (2012) sobre discurso e controle do poder e de Thompson (2002) sobre a operação da ideologia.

A técnica de coleta de dados desta pesquisa foi a Pesquisa Documental, que, segundo Marconi e Lakatos (2007), caracteriza-se por possuir fonte de coleta de dados, considerada primária, restrita a documentos, os quais podem ser escritos ou não.

Assim, a análise da divulgação debate sobre o desmatamento na Amazônia, realizada pelas mídias impressas *O Liberal* e *A Crítica*, é guiada pela perspectiva linguístico-discursiva da ADDC, com o intuito de identificar e analisar os posicionamentos sobre o tema dos atores sociais procedentes de diversos âmbitos e as estratégias divulgativas utilizadas no processo de recontextualização do conhecimento científico ao divulgativo. Segundo Cataldi (2011, p. 90), essa não é uma tarefa fácil, mas é significativa, por “revela[r] todo o processo que caracteriza a integração social do saber numa dimensão discursiva, pois, como ressalta van Dijk (2003), o discurso é a prática social mais importante da (inter)ação humana”. Sendo assim, a análise do discurso sobre esse tema pode nos permitir observar se essa interação está favorecendo o enfrentamento desse grave problema ambiental.

Por conseguinte, para verificarmos o papel das ideologias no controle do poder, serão analisadas as estratégias ideológicas gerais⁵⁴ (VAN DIJK, 2012) e os modos gerais de operação da ideologia (THOMPSON, 2002) presentes nos posicionamentos dos atores sociais da divulgação debate em questão.

Vejamos como ocorreu a configuração do *corpus* da pesquisa.

4.2 A CONFIGURAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

O *corpus* desta pesquisa, como já foi mencionado, é composto por textos de dois jornais da Região Norte do país, a saber: *O Liberal* e *A Crítica*. A escolha dessas duas mídias deu-se pelo fato de ambas serem dos dois maiores estados de uma região líder em relação aos índices de redução florestal do país, tema escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, conforme já foi explicitado na justificativa deste trabalho.

A seleção dos textos para comporem o *corpus* deu-se, inicialmente, a partir de uma amostragem coletada nos cadernos de informações gerais *Atualidades*, do jornal *O Liberal*, e *Caderno A*, do jornal *A Crítica*, referente ao ano de 2011.

Para selecionar a amostragem do jornal *O Liberal*, realizamos a pesquisa do termo ‘desmatamento’ em todos os textos⁵⁵ do referido caderno e a coleta desses textos. Para isso, fizemos o *download*, por página, dos arquivos em Formato Digital Portátil (PDF) da edição digital do jornal.

A escolha do caderno *Atualidades* foi motivada pelo fato de, segundo informações do portal dessa mídia, divulgar notícias da cidade de Belém e do estado do Pará, contendo matérias sobre educação, saúde, meio ambiente, concursos públicos, transportes, serviços, crianças e adolescentes. Podendo-se considerá-lo como um caderno de informação geral.

⁵⁴ Considerando que van Dijk (2012) também denomina as estratégias de interação gerais de ‘estratégia semântica e retórica’, ‘movimento semântico’, ‘movimento estratégico’, ‘movimento ideológico’, ‘estrutura discursiva’ e ‘estratégia geral discursiva’, utilizaremos a nomenclatura ‘estratégias ideológicas gerais’, a fim de harmonizar essa categoria com os modos de operação da ideologia, de Thompson (2002).

⁵⁵ Excetuando aqueles que deram “erro” na hora de realizar o *download* do caderno *Atualidades*, a saber: Dia 31/01, pág. 12; Dia 06/02, págs. 2, 6 e 7; Dia 03/05, pág. 10; Dia 04/05, pág. 6; bem como aqueles que, após *download*, verificamos pertencerem a outros cadernos: Dia 04/05, págs. 10, 11 e 12 (caderno *Poder*). Além disso, nesse jornal, houve erro no arquivo do dia 18/03, pág. 2, que, após *download*, percebemos ser o mesmo arquivo do dia 17/03 e mesma página. Acreditamos que a falta desses textos não compromete a configuração do *corpus* desta pesquisa.

A seleção da amostragem no *A Crítica*, por sua vez, foi realizada em todo o jornal⁵⁶, dentro de sua edição digital, a partir da busca do termo ‘desmatamento’. A tecnologia da edição digital desse jornal não possibilita o salvamento de todas as matérias de um caderno escolhido, da forma como se deu com o primeiro. Isso porque permite apenas a leitura *online* ou a impressão de cada página. Por isso, a partir da busca do termo citado, em todos os cadernos do jornal, tomamos nota de todas as suas ocorrências no ano de 2011 e verificamos que o *Caderno A* foi mais representativo⁵⁷. Essa representatividade, e também por ser um caderno de características similares ao do *Atualidades*, levaram-nos a escolher o *Caderno A* para a coleta da amostragem. Esse último trata, em linhas gerais, de questões como: vida social, administração pública, saúde, educação, meio ambiente, etc.

Após o levantamento das ocorrências do mencionado termo nos dois jornais, nos cadernos escolhidos, fizemos a coleta dos textos e, após a leitura, a separação da amostragem em três categorias, que construímos para ajudar na configuração do *corpus*: 1) **Menção**⁵⁸ (**M**), abarcando todos os textos que apenas citam o termo, sem dar enfoque ao tema desta pesquisa. 2) **Destaque**⁵⁹ (**D**), envolvendo as matérias que dão destaque ao tema. 3) **Tema Principal** (**TP**), compreendendo as matérias que apresentam o tema no título, seja tratando-o como desmatamento ou como devastação⁶⁰.

Dessa forma, no jornal *O Liberal*, foram identificados 126 textos da categoria **Menção**, 55 de **Destaque** e 48 de **Tema Principal**. Já no *A Crítica* foram encontrados 38 textos da categoria **Menção**, 20 de **Destaque** e somente 9 de **Tema Principal**.

Em seguida, devido às características da categoria ‘**M**’ não atenderem aos nossos propósitos, foram relidas apenas as matérias das duas últimas categorias⁶¹ (**D** e **TP**), a fim de

⁵⁶ No jornal *A Crítica*, houve casos de páginas que estavam no *Caderno A*, mas que apresentavam nomes e cores padrões de outros cadernos, assumindo dentro do *Caderno A* a configuração de seção. A saber: 1) Dia 07/02, pág. 12 (*Cidades*, cor laranja); 2) Dia 24/06, pág. 16 (*Bem Viver*, cor rosa). Outro caso é dos dias 25/07 e 17/10, ambos pág. 9, que apresentavam chamada de outras matérias do caderno *Cidades* (cor laranja) e que possuíam configuração de capa desse caderno, apesar de estarem no *Caderno A*. Houve também o caso de repetição do arquivo Dia 07/12, pág. 8, que no *download* do dia 08/12, pág. 8, era o mesmo arquivo.

⁵⁷ O tema ‘desmatamento’ teve as seguintes ocorrências, nos cadernos do jornal *A Crítica*: *Caderno A*: 66; *Cidades*: 63; *Bem-viver*: 11; *Diversos*: 8; *Economia*: 6; e *Especial*: 3.

⁵⁸ Excetuando os arquivos repetidos (*vide* notas 55 e 56).

⁵⁹ No jornal *O Liberal*, nessa classificação, inclui-se uma reportagem especial que abarcou duas páginas.

⁶⁰ Segundo o Houaiss (2009), devastar é: “destruir de forma arrasadora”. Nas matérias, as palavras ‘desmatar’ e ‘devastar’ são, muitas vezes, utilizadas como sinônimas.

⁶¹ A proposta inicial era analisar apenas a categoria Tema Principal, considerando a relevância temática, por se entender que “o uso de títulos e manchetes é uma forma de *motivar* o leitor” e que os “*títulos – notícias*” surgem quando “a própria notícia se transforma em mercadoria” (MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 88, grifos do autor). No entanto, em virtude da pouca representatividade dessa categoria no jornal *A Crítica*, optamos por considerar os textos de Tema Principal e de Destaque.

identificarmos a presença de estratégias divulgativas, consideradas pela ADDC⁶² na sua abordagem analítica. Essa leitura serviu também para localizar as matérias que apresentassem o debate na divulgação, com posicionamentos favoráveis e contrários às questões ligadas ao desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências. Dessa forma, a partir dessa leitura, utilizando esses dois critérios, chegamos ao total de 47 textos (17 **TP** e 15 **D** do *O Liberal* e 2 **TP** e 13 **D** do *A Crítica*).

A partir dessa amostragem, ainda ampla, a fim de realizar mais um recorte, optamos por considerar o período em que o debate sobre o tema em questão foi mais representativo nos jornais mencionados, a saber: maio a dezembro. Dessa forma, chegamos ao seguinte resultado:

Tabela 4 - Descrição do *corpus*

Jornal	<i>O Liberal</i>	<i>A Crítica</i>	Total
Tema Principal	15	2	17
Destaque	11	10	21
Total	26	12	38

Fonte: A autora, 2014

O *corpus* de análise desta pesquisa é composto por 26 matérias do *O Liberal* e 12 do jornal *A Crítica*, publicadas no ano de 2011, totalizando 38 textos⁶³, contemplando os gêneros notícia, reportagem, artigo de opinião, nota e entrevista.

A seguir, apresentaremos a descrição do *corpus*, cuja identificação é feita da seguinte forma: as iniciais dos jornais (OL para *O Liberal* e AC para *A Crítica*) e a data de publicação (ex., 05/01/2011). Na sequência, apresentaremos nas **Tabelas 5 e 6** a identificação de cada texto e seu título. Primeiramente, listamos os textos da categoria **Tema Principal** e, em seguida, os de **Destaque**, dos dois jornais.

⁶² Por termos como foco a análise da divulgação debate e das estratégias divulgativas, consideramos, na configuração do *corpus*, apenas as peculiaridades da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso da Divulgação Científica.

⁶³ Com a busca do termo ‘desmatamento’, o tema teve 229 ocorrências no jornal *O Liberal* e 66 no *A Crítica*, incluindo notícias, reportagens, artigos de opinião, notas, entrevistas, chamadas de capa, chamadas de página, box e carta do leitor. Acreditamos que o registro do tema foi maior no jornal *O Liberal* por este estar situado no Estado do Pará, que tem índice de desmatamento mais expressivo em comparação com o Estado do Amazonas (sede do *A Crítica*).

Tabela 5 - Detalhamento do *corpus* por título – O Liberal

Nº	Identificação	Tema Principal – Título
1	OL-02/05/2011	Cai desmatamento na Amazônia em março
2	OL-09/05/2011	Estradas influenciam depredação, diz MPEG
3	OL-14/05/2011	Desmatamento aumentou 35% na Amazônia
4	OL-16/05/2011	Desmatamento na Amazônia aumentou 35%
5	OL-02/06/2011	Amazônia já perdeu 2,6 bilhões de árvores
6	OL-18/06/2011	Pará lidera desmate na região Norte
7	OL-23/06/2011	Números do Inpe apontam que desmatamento cresceu 144% em um ano
8	OL-16/07/2011	Desmatamento vai aumentar, diz Imazon
9	OL-23/07/2011	Desmatamento caiu em junho, diz Imazon
10	OL-24/08/2011	Desmatamento na Amazônia cai 40% em julho, diz estudo do Imazon
11	OL-03/09/2011	Floresta desmatada vira pasto
12	OL-10/09/2011	Desmatamento na Amazônia cai 40% em julho no país
13	OL-09/11/2011	Pecuária é vilã do desmate, diz o Inpe
14	OL-29/11/2011	Desmate
15	OL-06/12/2011	Queda é vista com otimismo
Nº	Identificação	Destaque – Título
1	OL-25/05/2011	Câmara aprova novo Código Florestal
2	OL-26/05/2011	Republiqueta
3	OL-01/06/2011	Invasores controlam madeira ilegal
4	OL-05/06/2011	OAB: políticas públicas contra violência
5	OL-05/07/2011	Ipan [sic] debate mudanças climáticas na Amazônia (II)
6	OL-06/07/2011	Passado imprevisível
7	OL-15/07/2011	Estranha anistia
8	OL-14/10/2011	Cresce área plantada com soja no Pará
9	OL-20/10/2011	Integrando a Amazônia ao Brasil
10	OL-30/10/2011	Consumo de carne pressiona florestas
11	OL-07/11/2011	Código Florestal próximo ao consenso

Fonte: A autora, 2014

Tabela 6 - Detalhamento do *corpus* por título – A Crítica

Nº	Identificação	Tema Principal – Título
1	AC-14/05/2011	Mato Grosso e Rondônia: líderes do desmatamento
2	AC-17/07/2011	Amazônia perderá mais áreas florestais
Nº	Identificação	Destaque – Título
1	AC-20/05/2011	Secretário diz de onde são os especuladores
2	AC-24/05/2011	Inpe identifica o foco da disputa por floresta no MT
3	AC-30/05/2011	Código poderá agravar mudanças climáticas
4	AC-01/06/2011	Ongs listam 19 falhas no projeto
5	AC-18/07/2011	Secretários debatem mudanças no código
6	AC-03/08/2011	Ninguém segura a floresta
7	AC-15/10/2011	Ibama do Pará multa Incra em R\$ 42,8 milhões
8	AC-04/12/2011-1	Doze governantes vão discutir clima
9	AC-04/12/2011-2	Durban e o futuro da Amazônia
10	AC-30/12/2011	Maranhão é vilão

Fonte: A autora, 2014

Nos **Quadros 1 e 2**, temos o detalhamento do *corpus* com a especificação da seção de publicação e das autorias/fontes dos textos. Da mesma forma que nas duas tabelas anteriores, são apresentados, primeiramente, os textos da categoria **Tema Principal** seguidos dos de **Destaque**, de cada um dos jornais.

Seção	Identificação - Tema Principal		Autor/fonte
Brasil	AC-14/05/2011		Fátima Lessa - Agência Estado/Cuiabá
	AC-17/07/2011		Sem assinatura (Agência Brasil)
Seção	Identificação - Destaque		Autor/fonte
Brasil	AC-20/05/2011		Agência Estado/Cuiabá
	AC-24/05/2011		Globo Natureza/SP
	AC-30/05/2011		Vladimir Platonow - Agência Brasil/RJ
	AC-03/08/2011		Folha Press/Brasília
	AC-15/10/2011	AC-30/12/2011	Agência Globo/SP
Política	AC-01/06/2011		Folha Press/Cuiabá
Tema do dia	AC-18/07/2011		Ana Célia Ossame
Mundo	AC-04/12/2011-1		AFP
	AC-04/12/2011-2		Virgílio Viana

Quadro 1 - Detalhamento do *corpus* por seção/autoria/fonte – *A Crítica*

Seção	Identificação - Tema Principal		Autor/fonte
Cidades	OL-02/05/2011	OL-09/05/2011	Sem assinatura
	OL-24/08/2011	OL-10/09/2011	
	OL-09/11/2011		
	OL-14/05/2011	OL-16/05/2011	Agência Estado
	OL-02/06/2011		Agência Estado/RJ
	OL-18/06/2011		Globo e Redação/SP
	OL-23/06/2011	OL-03/09/2011	Thiago Vilarins - Sucursal/Brasília
	OL-16/07/2011		Agência Brasil/Brasília
	OL-23/07/2011		Agência Brasil e G1/Brasília
	OL-06/12/2011		G1/Brasília
Opinião (Repórter70)	OL-29/11/2011		Sem assinatura
Seção	Identificação – Destaque		Autor/fonte
Cidades	OL-25/05/2011		G1/Brasília
	OL-01/06/2011		Edivaldo Mendes, corresp. em Castanhal
	OL-05/06/2011	OL-05/07/2011	Sem assinatura
	OL-30/10/2011		
	OL-14/10/2011		Agência Estado/Brasília
	OL-07/11/2011		Thiago Vilarins - Sucursal/Brasília
Opinião	OL-26/05/2011	OL-20/10/2011	Armando Soares
	OL-06/07/2011		Nicias Ribeiro
	OL-15/07/2011		Domingos Emmi

Quadro 2 - Detalhamento do *corpus* por seção/autoria/fonte – *O Liberal*

Vejamos, a seguir, alguns informações⁶⁴ sobre os jornais dos quais extraímos nosso *corpus* de análise.

4.3 UM PANORAMA DOS JORNAIS ANALISADOS

Os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram extraídos dos jornais *O Liberal* e *A Crítica*. Serão apresentadas algumas considerações sobre esses jornais, por se entender relevante conhecer o contexto em que são produzidos os textos analisados, desde a estrutura da empresa e seus produtos aos propósitos de captação de leitores e convencimento destes quanto à posição política e econômica que, respectivamente, defendem e na qual se inserem. Assim corrobora van Dijk (2012) ao defender que a análise do discurso não se atém apenas ao aspecto verbal autônomo do discurso, pois considera este uma interação situada, uma prática social ou um tipo de comunicação situada social, cultural, histórica ou politicamente. Dessa forma, há de considerar que o discurso jornalístico assume essa particularidade de uma comunicação situada, por isso é importante conhecer as mídias das quais se propõe analisar o discurso.

Vejamos, primeiramente, algumas informações sobre o jornal paraense:

4.3.1 Jornal *O Liberal*

O jornal *O Liberal* faz parte das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que foram fundadas pelo empresário e jornalista Rômulo Maiorana e têm à frente da presidência Lucidéa Maiorana e como presidente executivo Rômulo Maiorana Júnior. As ORM pertencem à família Maiorana e são o maior grupo de comunicação da Amazônia, tendo como veículos/serviços: os jornais *O Liberal* (1946) e *Jornal Amazônia* (2000), a *TV Liberal* (1976), a *Rádio Liberal FM* (1981), a *Rádio Liberal AM* (CBN/Belém), o *Portal ORM* (2004), a *ORM Cabo* e a *Fundação Rômulo Maiorana*⁶⁵.

⁶⁴ Destacamos que os dois jornais da pesquisa não são vinculados ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), entidade que possui personalidade jurídica própria e que realiza a divulgação de informações e auditorias de suas filiadas, somando mais de 400 publicações, dentre elas jornais e revistas. Mais informações disponíveis no seguinte endereço: <http://www.ivcbrasil.org.br/iHistoria.asp>.

⁶⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.deway.com.br/portofolio/grupo-orm/>>; <<http://www.cibelebuoro.co>

O Liberal é formado por seis cadernos diários (*Atualidade*⁶⁶, *Classificados*, *Esporte*, *Magazine*, *Poder e Polícia*) e oito suplementos (*O Liberalzinho*, *Revista Mulher*, *Mercado*, *Revista Auto & Cia*, *Revista C&D*, *Revista da TV*, *Revista Troppo* e *Zebra*), abrange assim todos os segmentos de mercado, do Norte e Nordeste do país. Esse jornal circula em seis estados (Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo) e 74 municípios⁶⁷, a maioria do Pará (O LIBERAL, 2013).

Segundo informações extraídas do site⁶⁸ das ORM, *O Liberal* é um jornal brasileiro diário que circula em Belém e na maior parte do Pará, desde o ano de 1946 e é considerado um dos veículos mais lidos do estado e é o único jornal com prêmios internacionais no Norte/Nordeste. Sua tiragem média é de 43 mil exemplares em dias úteis, chegando a 75 mil aos domingos, sendo, por isso, considerado o melhor jornal e também o possuidor do maior número de tiragens nas Regiões Norte e Nordeste do país.

O perfil de leitores desse jornal, que totalizam 319,7 mil, é composto de 17% de leitores primários⁶⁹, 18% exclusivos, 28% de leitores diários e 37% de leitores dominicais. Além disso, o menor e o maior percentuais de leitores por faixa etária são, respectivamente, 10 a 14 anos (perfazendo 10%) e 25 a 39 anos (perfazendo 34%). O público leitor masculino é de 53% e o feminino é de 47%. As classes sociais que leem o jornal são representadas com os seguintes dados: A/B com 47%, C com 32% e D/E com 21%⁷⁰.

O jornal diário *O Liberal* dispõe de uma versão digital⁷¹ (tecnologia *digital pages*) que muda apenas o material de divulgação, do papel ao espaço digital, e é disponibilizada aos que são assinantes de todos os dias do jornal impresso, bem como para assinantes exclusivos dessa versão. Por ser mais fácil o acesso a essa versão, os textos que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa foram obtidos por meio dela.

m.br/site/clientes/releases/87/2013/12/orm-news-novo-portal-de-noticias-do-grupo-orm/para-expande-seu—conteudo-internacional-com-videos-produzidos-pelo-jornal--the-new-york-times-e-reportagens-do-grupo-estado/>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁶⁶ O nome do caderno, em singular, está conforme consta nas informações disponíveis no portal do grupo ORM. Nos arquivos, o caderno aparece, geralmente, como *Atualidades*, e é como é denominado no texto desta pesquisa.

⁶⁷ De acordo com o site da mídia, os dados referem-se ao período de Abril/09 e foram indicados pelo Departamento de Circulação da empresa.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.orm.com.br/projetos/comercial/oliberal_abrangencia.html>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁶⁹ Segundo o Novo Manual de Redação da Folha Online (1996), “leitor primário é aquele que compra o jornal. Leitor secundário é aquele que tem acesso ao jornal, embora não tenha o hábito de comprá-lo” (FOLHAONLINE. Leitor. In: _____. **Novo Manual de Redação**, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_1.htm>. Acesso em: 05 abr. 2014).

⁷⁰ Dados indicados por Ipsos: Estudos Marplan/EGM – 3º tri/2007 – Grande Belém, conforme atesta o portal.

⁷¹ Endereço do jornal digital: <http://oliberaldigital.orm.com.br/>.

Vejamos agora algumas informações sobre o jornal amazonense:

4.3.2 Jornal *A Crítica*

O jornal diário *A Crítica* faz parte da Rede Calderaro de Comunicação (RCC), que foi fundada pelo jornalista Umberto Calderaro Filho, e tem como presidente Ritta de Araújo Calderaro. A RCC é tida, atualmente, como a principal empresa de comunicação multimídia do Amazonas e é líder em circulação, classificados e faturamento publicitário no Amazonas, tendo como veículos/serviços: *A Crítica* (o jornal desta pesquisa), *A Crítica FM 93,1*, (com emissoras em Manaus, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira e Maués), *Jovem Pan FM 104,1*, *TV A Crítica* (afiliada à Rede Record, com emissora em Manaus, além de 44 retransmissores no interior do estado) e *RedeTV! Manaus*.⁷²

O jornal foi fundado em 1949 e é formado pelos cadernos diários *Bem Viver*, *Caderno A*, *Cidades*, *Craque*, *Classificados*, *Buzz* e *Vida & Estilo* e por outros esporádicos, a saber: *Dinheiro*, *Economia*, *Especial* (*Balanço-Amazonas*, *Concurso da PM*, *Energia Sustentabilidade*, *Veículos*, e, algumas vezes, novamente, *Vida & Estilo*) e *Diversos* (*Floresta*, *Parintins 2011* e, novamente, *Buzz*).

Segundo informação do site do grupo FTPI, que é empresa consultora no planejamento e compra de mídia, o jornal *A Crítica* circula em Manaus e em mais 40 municípios e sua tiragem média é de 35 mil exemplares em dias úteis e 55 mil aos domingos. Seu perfil de leitores é composto de 55% de público masculino e 45% de público feminino. Em termos de faixa etária, o público majoritário é de acima de 25 anos, perfazendo 83%, contra 17% de leitores de até 24 anos. Por sua vez, a classe social majoritária é a C, com um total de 50%, seguida da classe DE, com 33%, e da AB, com um total de 17% de leitores do jornal.⁷³

O jornal *A Crítica* também dispõe de uma versão digital⁷⁴ (tecnologia *Virtual Paper – Web Reader’09*) que é disponibilizada aos assinantes da versão impressa e aos assinantes que queiram ler apenas na versão *online*. Os textos que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa foram obtidos por meio desse recurso.

⁷² Informações disponíveis em: <<http://www.tambaquiurbano.com/quem-somos.php>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

⁷³ Informação disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/a-critica/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

⁷⁴ Endereço da versão digital do jornal: <http://atendimento.acritica.com.br/jornal/index.asp>.

Na sequência, apresentaremos as informações sobre o método e as ferramentas de análise da pesquisa.

4.4 DO MÉTODO ÀS FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Foram selecionados para compor o *corpus* textos que apresentassem posicionamentos favoráveis e/ou contrários às questões ligadas ao desmatamento na Amazônia, causas e consequências. A partir de uma leitura mais aprofundada, foram selecionados e organizados os *posicionamentos dos atores dos diversos âmbitos envolvidos na divulgação debate*, destacando os seguintes elementos, nessa organização: âmbitos, atores sociais participantes, verbos de citação/referenciação, conteúdo e tema-debate. Os temas-debate dizem respeito ao tema em torno dos quais ocorriam os posicionamentos na divulgação. Assim, identificamos os seguintes temas-debate: ‘aumento do desmatamento’, ‘redução do desmatamento’, ‘controle do desmatamento’, ‘Código Florestal’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’, ‘causa do desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’.

Para a análise do *corpus*, tendo em vista o foco da pesquisa, consideramos apenas os temas-debate que tratam das causas e consequências do desflorestamento na Amazônia, a saber: ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’, ‘causa do desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’.

Ainda nessa etapa, foram organizadas as *estratégias divulgativas* mais representativas do *corpus*, a partir das falas provenientes dos *âmbitos científico e ambiental* e das referenciações feitas a eles.

Após seleção e organização dos excertos dos posicionamentos dos atores sociais participantes da divulgação debate, foram identificados, com base nesses excertos, os *modos de operação da ideologia* e as *estratégias ideológicas gerais* mais significativos para a análise do controle do poder.

Portanto, tendo sido selecionadas e organizadas as categorias de análise, apropriamo-nos da proposta metodológica desenvolvida por Chouliaraki e Fairclough (1999), para nortear a sequência da análise, desta pesquisa. Essa proposta contempla os seguintes elementos:

- 1) Percepção de um problema social com aspectos semióticos;

2) Identificação de obstáculos para que o problema seja superado, a partir de três análises: da **conjuntura**, da **prática particular** e do **discurso**;

3) Investigação da função do problema na prática;

4) Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos;

5) Reflexão sobre a análise.

Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 106), o uso desse quadro metodológico é proposto pela Análise de Discurso Crítica para a investigação mais profunda “[d]os mecanismos discursivos e seus potenciais efeitos ideológicos em práticas sociais particulares”. Nesse sentido, considerando os efeitos do discurso veiculado sobre o desflorestamento, os quais além de ambientais têm implicações sociais e político-econômicas, como o problema social desta pesquisa, e tendo em vista os interesses desta pesquisa, a análise parte dessa sequência metodológica.

Seguindo o quadro metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999), as análises da conjuntura e da prática particular (midiática) são aqui inseridas devido à necessidade de serem propostas reflexões sobre o contexto de circulação e produção do discurso midiático analisado. De acordo com Ramalho e Resende (2011), a análise desses dois elementos permite que a análise discursiva seja contextualizada, favorecendo uma relação dos textos analisados com as causas mais abrangentes e o contexto particular destes. Nessa mesma etapa, temos a análise do discurso, que, nesta pesquisa, parte da abordagem segundo a Análise do Discurso da Divulgação Científica acrescida das categorias de van Dijk (2012) e Thompson (2002).

Dessa forma, na análise do discurso, para responder às perguntas de pesquisa (1), (2) e (3)⁷⁵, valemo-nos dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso da Divulgação Científica, por meio dos quais verificamos e analisamos os posicionamentos sobre o desmatamento na Amazônia, presentes na divulgação debate, e as *estratégias divulgativas* empregadas nas matérias divulgadas.

Para tanto, descrevendo e analisando os dizeres sobre o tema, bem como suas implicações na divulgação e na função social desta, apresentamos os seguintes âmbitos e seus representantes: 1) **Social**: público em geral; 2) **Político**: autoridades políticas; 3) **Científico**: pesquisadores, instituições de pesquisa e órgãos oficiais de pesquisa; 4) **Ambiental**: órgãos

⁷⁵ 1) Quais são os atores sociais envolvidos na divulgação debate e os posicionamentos adotados por eles quanto ao tema em questão, nos jornais O Liberal e A Crítica? 2) Que estratégias divulgativas são utilizadas por esses atores nos âmbitos científico e ambiental? 3) Em que medida se constrói o debate social na mídia impressa, a partir da divulgação do desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências?

oficiais de ação ambiental; 5) **Ecológico**: Organizações Não-Governamentais e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 6) **Econômico**: entidades e representantes do setor; 7) **Jurídico**: advogados.

Em seguida, a partir dos âmbitos *científico* e *ambiental*, analisamos as *estratégias divulgativas*, a saber: *denominação*, *seqüências narrativas*, *modalização*, *exemplificação* e *metáfora*.

Para responder às perguntas (4) e (5)⁷⁶, utilizamos categorias analíticas de van Dijk (2012) e de Thompson (2002). Assim, para analisar o controle do poder e o papel das ideologias nesse controle, apresentamos as estratégias gerais *polarização ideológica* e *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa* (VAN DIJK, 2012) e os modos de operação da ideologia, propostos por Thompson (2002), a saber: *Dissimulação*, *Fragmentação*, *Legitimação*, *Reificação* e *Unificação*. Essas categorias são analisadas a partir dos excertos dos posicionamentos dos atores sociais participantes na divulgação debate porque entendemos que esses posicionamentos são instrumentos que podem nos levar a perceber a manifestação do controle do poder e o papel das ideologias nesse controle.

Dessa forma, temos o seguinte panorama da análise do discurso desta pesquisa:

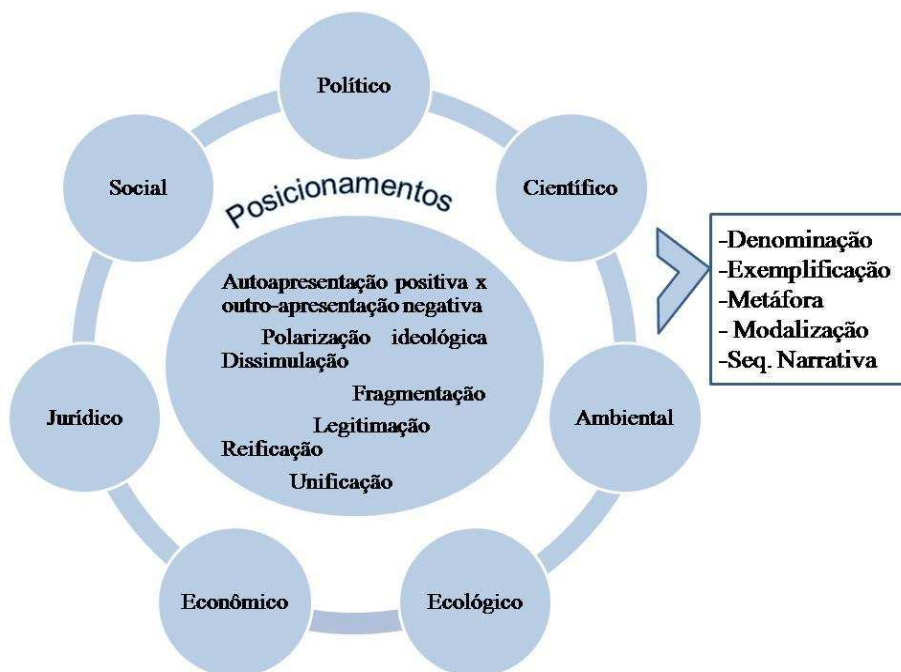


Figura 2 - Resumo dos elementos analisados: âmbitos sociais e estratégias discursivas
Fonte: A autora, 2014

⁷⁶ 4) As estratégias discursivas nos textos jornalísticos analisados ajudam a estabelecer o controle do “saber” sobre o desmatamento? 5) Como os interesses político-econômicos dos atores sociais envolvidos na divulgação são operados no discurso, configurando-se como formas de controle de poder?

O item (3), ‘Investigação da função do problema na prática’, do arcabouço metodológico, sobre a investigação da função do problema na prática, é contemplado, ainda que não especificamente, durante a análise do discurso e a discussão das análises. Os itens (4) e (5), respectivamente, ‘Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos’ e ‘Reflexão sobre a análise’, por sua vez, são contemplados nas considerações finais desta pesquisa.

Dessa forma, podemos visualizar no quadro-síntese, a seguir, as categorias a serem consideradas nesta pesquisa:

ADDC		Quadro metodológico, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999)		
-Desmatamento na Amazônia		- Análise da Conjuntura		- Investigação da função do problema na prática
- O Liberal e A Crítica		- Análise da Prática Particular (midiática)		
- Análise do Discurso		- Análise do Discurso		
Divulgação debate	- Atores sociais - Posicionamentos	↔ Ideologias	- Autoapresentação positiva x outro-apresentação negativa - Polarização ideológica - Dissimulação - Fragmentação - Legitimação - Reificação - Unificação	
Estratégias Divulgativas	- Denominação - Exemplificação - Metáfora - Modalização - Seq. narrativas			
Diálogo entre as análises				
- Divulgação debate do desmatamento		- Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos - Reflexão sobre a análise		

Quadro 3 - Da abordagem teórico-metodológica à análise

Seguindo a proposta do quadro metodológico mencionado, portanto, damos início, no capítulo seguinte, à análise dos dados com a análise da conjuntura.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 A CONJUNTURA E A PRÁTICA SOCIAL MIDIÁTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apresentaremos, a seguir, algumas reflexões acerca da realidade soci''al, política e econômica que envolve a problemática ambiental em questão, para então situar a prática jornalística, a partir da qual a divulgação é estruturada. Assim, reiteramos que vemos como uma importante questão social a configuração discursiva da divulgação debate mediada pelos jornais impressos *O Liberal* e *A Crítica*, por considerarmos as implicações socioambientais da divulgação sobre o tema e reconhecermos a necessidade de contribuir com a sensibilização da sociedade em relação à problemática ambiental, em uma realidade que sofre as consequências dela.

O desmatamento na Amazônia se situa no contexto da divulgação debate, a qual sendo uma forma de divulgar ciência enquadra-se no princípio de popularizar os conhecimentos científicos. Neste caso, os conhecimentos divulgados sobre essa questão ambiental giram em torno de suas causas (que, normalmente, envolvem dados sociais, econômicos e políticos) e consequências (que, geralmente, ativam dados científicos de caráter ambiental). Nesse sentido, podemos dizer que o desflorestamento é um tema que envolve diversas redes de relações e de poder.

Segundo Fearnside (2005), o desmatamento na floresta amazônica brasileira iniciou-se em 1970, quando foi inaugurada a rodovia Transamazônica⁷⁷, mas seus índices adquiriram ritmo intenso a partir de 1991, sofrendo variações de acordo com mudanças vinculadas às forças econômicas (FEARNSIDE, 2006). Como medidas empregadas para desacelerar esse problema, de acordo com autor, os órgãos que atuam contra o evento têm adotado a coação, por meio de procedimentos de licenciamento, monitoramento e multas. No entanto, apesar das medidas coercitivas servirem para impedir desmatamentos ilegais, ao serem muito rigorosas,

⁷⁷ “A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi projetada pelo general Emílio Garrastazu Médici (ditador de 1969 a 1974) sendo uma das chamadas ‘obras faraônicas’ devida as (sic) suas proporções gigantescas, realizadas pelo regime militar. [...] A rodovia deveria ser pavimentada com 8 mil quilômetros de comprimento, conectando as regiões Norte e Nordeste do Brasil, além do Peru e do Equador. É classificada como rodovia transversal e foi ‘inaugurada’ em 27 de setembro de 1972” (VANTUIR, Caminhos da América. **A História da Rodovia**. Disponível em: <<http://transamazonica.blogspot.com.br/2008/09/histria-da-rodovia.html>>. Acesso em: 02 dez. 2013).

são ineficientes por serem de difícil aplicação (FEARNSIDE, 2005). Nesse sentido, segundo o autor, saber quem são os responsáveis por esse evento é fundamental para que as ações que visem a sua redução obtenham êxito.

Fearnside (2005; 2010) aponta a criação de gado como a principal causa do desflorestamento, mas destaca que “o avanço das plantações de soja na região apresenta-se como a maior ameaça, com seu estímulo para o investimento maciço do governo em infraestrutura, como hidrovias, ferrovias e rodovias” (FEARNSIDE, 2005, p. 116). Nesse contexto, a necessidade de desenvolver a infra-estrutura origina “uma cadeia de investimento e exploração”, que, por sua vez, acarreta consequências para as florestas maiores do que as plantações de soja podem causar (FEARNSIDE, 2001c *apud* FEARNSIDE, 2005, p. 116). O autor também destaca a relação de intensas variações na taxa de redução florestal com fatores macroeconômicos, dentre os quais ele cita a disponibilidade de capital e o índice de inflação.

Apesar de as causas do problema sofrerem mudança com frequência, dependendo das pressões que vão surgindo no decorrer do tempo, é importante “lembrar que novas forças (como a soja e as exportações de carne bovina) somam-se às tradicionais (como a especulação imobiliária e o estabelecimento da posse da terra), que não desaparecem” (FEARNSIDE, 2010, p. 56). De acordo com o pesquisador, é possível constatar que a maior parte do problema tem como agentes os investidores de fazendas, de porte médio e grande, de criação de gado. Portanto, os latifúndios têm papel predominante na redução florestal (FEARNSIDE, 2005; 2010). No entanto, segundo o autor, os pequenos agricultores também são importantes forças que geram o desmatamento em áreas onde se concentram. De modo geral, os desmatadores “variam de pequenos posseiros a grandes fazendeiros e ‘grileiros’” (FEARNSIDE, 2010, p. 56), mas essas forças e seus atores mudam de acordo com a localização na região e o transcorrer do tempo (FEARNSIDE, 2006).

Dentre as consequências da problemática, indicadas pelo autor, estão “a perda de biodiversidade, a redução da ciclagem da água (e da precipitação) e [as] contribuições para o aquecimento global” (FEARNSIDE, 2005, p. 113) e suas inter-relações. Fearnside destaca que o efeito estufa, que é causado, por exemplo, pelo desmatamento, não acontece da mesma forma em todo o planeta, e a Amazônia é vista como um possível local onde a temperatura pode atingir os maiores níveis, até 2100. As elevadas temperaturas, acima de 50° C, poderiam resultar em “morte da floresta” e no “aumento na mortalidade humana” (FEARNSIDE, 2006, p. 397).

O autor acrescenta que as consequências do problema na Amazônia não são consideradas em nível político e

embora haja indicação [de] que o impacto hidrológico do desmatamento seria menor que o imaginado, na realidade, o oposto é verdadeiro. O escoamento através do rio Amazonas de quase 50% da chuva que cai na bacia implica que os outros 50% sejam reciclados, supondo que o vapor de água permaneça dentro da bacia. Na realidade, parte do vapor de água escapa para o Pacífico, especialmente na ponta noroeste da bacia, na Colômbia. Mais importante que isso, uma quantia considerável é transportada para o sul e centro-sul do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, e parte continua pelo do (sic) Atlântico em direção ao sul da África (FEARNSIDE, 2005, p. 117).

Nesse sentido, o desmatamento interfere no ciclo hidrológico, que, por sua vez, é importante para garantir a ocorrência de chuva durante a estação seca da região, permitindo a sobrevivência da floresta tropical, e a utilização da água, pela região centro-sul brasileira e pelos países das redondezas, para energia hidroelétrica e outras aplicações (FEARNSIDE, 2013). Em relação ao abastecimento hídrico, o pesquisador salienta que as principais cidades brasileiras já estão no limite. Portanto, uma redução que comprometa o transporte de vapor de água da Região Amazônica tem graves implicações sociais (FEARNSIDE, 2006). Outra consequência indicada pelo autor é a ameaça à sociodiversidade, uma vez que a destruição de florestas compromete a existência de “culturas indígenas e extrativistas tradicionais tais como seringueiros” (FEARNSIDE, 2006, p. 396).

Soares-Filho *et al* (2005), por sua vez, salientam que as causas históricas e atuais da redução florestal na Amazônia são muitas e, geralmente, estão inter-relacionadas. Ancorados por diversos pesquisadores, os autores citam como causas do evento, desde seu início: incentivos fiscais, políticas de colonização no passado, recorrentes conflitos fundiários motivados pela ausência de titularidade da terra e pela pressão da reforma agrária, recente cenário macroeconômico da atualidade (em linhas gerais: exploração madeireira, pecuária e do agronegócio) e investimentos em infra-estrutura (como: abertura de estradas e pavimentação).

Reforçando esses apontamentos de Soares-Filho *et al* (2005), Edna Castro (2005, p. 6) argumenta que as causas do desflorestamento são “múltiplas e traduzem a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização e, justamente por isso, também de tensão e conflito”. De acordo com a pesquisadora, para compreender a dinâmica do desmatamento, é necessário

interpretar os princípios de racionalidade econômica, relacionando-os com a análise das estratégias políticas dos agentes econômicos que atuam na Amazônia. Para isso, a autora sugere que se tenha em consideração as seguintes questões: 1) Não há uma causa do desmatamento, mas diversas; 2) A alteração dos diversos espaços da Região Amazônica é resultado da estrutura social do país (com desigualdade em renda e oportunidades) e da capacidade de acumulação devido às condições da fronteira⁷⁸ econômica na região; 3) As causas desse evento estão relacionadas à forma de inserção da Amazônia e do país na economia mundial globalizada; 4) A situação é proveniente dos acordos políticos e da disponibilidade de recursos naturais, na região. Segundo a pesquisadora, a principal causa da redução florestal é a pecuária, e o principal ator do problema é o fazendeiro, cuja atuação ativa a cadeia ‘madeireiras + grileiros + fazendas’ (CASTRO, E., 2005, p. 17).

Reydon (2011, p. 145) acrescenta que a ação em questão é produto da ininterrupta tradição do tipo de expansão da fronteira agrícola do país. Isso envolve as seguintes etapas: 1) Ocupam-se terras virgens (particulares ou públicas); 2) Extrai-se madeira de lei; 3) Instala-se a pecuária; 4) Desenvolve-se agropecuária mais moderna. Em consequência dessas atividades, gera-se renda e legitima-se a ocupação de novos proprietários em curto prazo, sem que necessitem de muitos recursos.

Para Margulis (2001, p. 1), “ao contrário do usualmente aceito, a história dos desmatamentos na Amazônia é do tipo ganha-perde, e não do tipo perde-perde”. Assim, segundo o autor, esse evento proporciona ganhos econômicos e não resulta apenas em prejuízo ambiental.

Domingues, Carvalho e Magalhães (2013), em pesquisa sobre a relação desmatamento e desenvolvimento da Amazônia Legal, sustentam que os resultados das simulações feitas na pesquisa apontam um retorno positivo, referente ao período de 2006 a 2011. Discorrendo sobre essa relação, os autores acrescentam que o debate sobre o controle da redução florestal, além de possuir um caráter ambiental e global, envolve o papel de atividades como a agropecuária e o extrativismo na economia regional, as quais, por sua vez, contribuem com o evento em questão. Segundo os autores, “o agronegócio ligado à produção de grãos e à pecuária bovina tem aumentado o seu peso relativo no desempenho econômico

⁷⁸ “O conceito de fronteira embasou muitas análises dos anos 70 que visavam entender as dinâmicas das novas áreas e os fluxos da migração, dirigida e espontânea, atraída pelos programas de colonização. [...] A fronteira é movimento e mobilidade. Ela constitui um espaço que está sendo incorporado ao espaço nacional, global, como considerara Becker (2002) ainda em 1978” (CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos**, NAEA, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005).

dos estados de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão” (2013, s/p) e boa parte desse desempenho é proveniente do desflorestamento da região.

Com base nesses apontamentos, podemos sustentar que, em resumo, as causas do problema em questão são a pecuária, a exploração madeireira e a sojicultura, e ligadas a essas atividades, como causa ou fonte de origem, estão: obras infraestruturais de hidrovias, ferrovias, rodovias etc., ações como a colonização (no germe do desmatamento), incentivos fiscais⁷⁹ e grilagem de terra. As consequências apontadas foram: a perda da biodiversidade e a ameaça à sociodiversidade da região, a interferência no ciclo da água, e seu prejuízo para o abastecimento hídrico, e a contribuição para o aquecimento global. Também foi apontado como resultado de desmatamento a melhoria do desempenho econômico regional. Assim, confirmamos o que apontamos anteriormente sobre a diversidade das redes de relações que envolvem e são envolvidas pelo tema em questão.

Segundo Resende e Ramalho (2004), as relações sociais de poder – que nas redes de práticas são relações de dominação entre classes, etnias, dentre outras – sustentam essas redes e as articulações entre elas vinculam-se a lutas hegemônicas. No caso da divulgação debate do desmatamento na Amazônia, essas relações de poder podem ser observadas nos posicionamentos dos diversos atores que nela se envolvem. Nesse contexto, o jornalismo impresso, como veículo de comunicação de massa, quando da produção (e/ou veiculação) do discurso na perspectiva da democratização do conhecimento, precisa considerar os benefícios e os malefícios da informação divulgada. Isso porque desempenha o papel de mediar uma quase-interação (THOMPSON, 2002), por meio da qual a relação dialógica assume relevante papel na construção do homem da modernidade, em que se pode, a partir da percepção do problema, identificar suas causas e consequências e reagir a ele. Portanto, a nosso ver, a versão das origens e dos efeitos do problema divulgada pela mídia impressa assume importante instrumento de sensibilização diante da situação.

Assim, por entendermos que o desmatamento é um problema ambiental que tem como os mais atingidos por suas consequências as pessoas desprovidas de capital econômico, uma vez que, na Amazônia, secas prolongadas e cheias intensas dos rios são as consequências mais acentuadas do problema e que atingem potencialmente essas pessoas, temos também um problema social. A questão da formação dos latifúndios, seja para a pecuária ou para a

⁷⁹ Mecanismo por meio do qual o governo estimula a parceria público-privada para o financiamento de projetos. O governo renuncia ao recebimento de um imposto e o pagador retribui investindo diretamente em atividades que geram algum tipo de ganho social (O que é Incentivo Fiscal? Disponível em: <<http://www.cultivo.cc/como-funciona/incentivo>>. Acesso em: 02 dez. 2013).

monocultura, está, muitas vezes, relacionada com a expulsão dos pequenos produtores de suas terras. Forçados a vender a preços baixos suas propriedades ou por se verem sem chance de sobreviver com a pequena produção, quando da competição com grandes produtores, os pequenos agricultores migram para as periferias e/ou passam a habitar áreas de riscos, em nome da sobrevivência. Essa situação, além de envolver problemas econômicos e sociais, entrelaça-se a questões humanitárias, políticas e ambientais.

Diante dessa conjuntura, a mídia impressa tem papel importante quando (in)forma a sociedade acerca do problema, atendendo, assim, aos critérios de noticiabilidade ‘significado’, ‘impacto’, ‘interesse humano’, ‘conflito’, apontados por Burkett (1990). Podendo, por meio da divulgação, esclarecer sobre as causas e as consequências do desflorestamento e mobilizar crítica e discursivamente a sociedade a intervir, a participar das soluções ou mesmo cobrar das autoridades cabíveis atitudes para ao menos atenuar o problema. Resgatando Burkett e outros autores da área do Jornalismo Científico, assim concorda Bertolli Filho ([2006?]), ao sustentar que, na perspectiva dessa área, o critério ‘interesse humano’, além de informar, envolve a função de sensibilizar e incentivar a sociedade a agir. De forma mais assertiva, o autor acrescenta que

o comprometimento com ‘o bem e o mal’ baseia-se em juízos de valor que, no caso do jornalismo científico, abrangem bem mais do que deixar-se ou não envolver por interesses escusos. Refere-se também a **compromissos com o leitor e com os destinos da coletividade**, com o entendimento da objetividade como algo diferente de neutralidade, com a **avaliação acurada do saber e da produção científica**, enfim, um compromisso para com a própria Humanidade que exclui, por princípio, uma postura de submissão quer aos cientistas, quer às empresas de comunicação ou ainda, aos próprios desejos do leitor (Kreinz, 2002) (BERTOLLI FILHO, [2006?], p. 19, grifos nossos).

Retomando a necessidade de se fazer “a avaliação acurada do saber e da produção científica”, lembramos do que defende Foucault (1979) sobre a necessidade de se fazer surgir saberes que atuem, prioritariamente, contra os efeitos centralizadores do poder que envolvem, muitas vezes, o discurso científico. Dessa forma, para se avaliar de forma acurada os conhecimentos científicos que as fontes fornecem, urge-se que se recorra a outras fontes, a fim permitir à sociedade o acesso às diversas versões sobre o tema divulgado.

A isso vale acrescentar o que diz o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, citado por Lage (2009, p. 64, grifos nossos):

Art. 7º - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela **precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação**. [...]

Art. 9º - É dever do jornalista: a) Divulgar todos os fatos que sejam de **interesse público**. [...]

Art. 10 – O jornalista não pode: [...] c) **Frustrar a manifestação de opiniões divergentes** ou **impedir o livre debate**.

Atendendo a esses requisitos da prática midiática, o jornalismo impresso pode, a partir do tratamento dado ao tema em questão, contribuir com um debate social mais democrático que conduza a sociedade à livre formação de opinião.

Além disso, Bertolli Filho ([2006?]) sustenta que o critério ‘impacto’ está ligado à percepção de que um determinado tema, ainda que não inovador, possa despertar a atenção de um grande número de pessoas, o ‘significado’ vincula-se à possibilidade de uma nova descoberta no campo científico ser considerada por editores, redatores e jornalistas científica e/ou socialmente importante; já o ‘conflito’ envolve a possibilidade de situações de confronto atraírem a atenção do leitor.

Nesse sentido, podemos atribuir ao elemento ‘significado’ a disparidade entre os jornais *O Liberal* e *A Crítica* quanto ao número de matérias divulgadas sobre o desmatamento, no ano de 2011, nos cadernos selecionados, em que o primeiro apresentou a ocorrência de 229 textos e o segundo 66, mesmo em período de intensos debates em função do novo Código Florestal. Vale esclarecer, sem adentrar na questão, que a divulgação do tema nos jornais mencionados esteve ligada aos dados do avanço ou da redução do desflorestamento e das implicações dessa lei ambiental. Assim, a consideração do critério de noticiabilidade ‘significado’ é justificada, neste caso, pelo nível de ocorrência dessa ação em cada um dos estados de origem dos jornais, uma vez que, no Pará (sede do *O Liberal*), os índices são maiores do que no Amazonas (sede do *A Crítica*), conforme vimos anteriormente.

O maior interesse do *O Liberal* é comprovado ainda pela publicação de matérias com chamada de capa, das quais podemos citar as duas que compõem o *corpus* da pesquisa. São elas: OL-18/06/2011, com a manchete “Pará lidera desmate na região Norte”, e OL-06/12/2011, com a manchete “Queda é vista com otimismo”. Essa última se refere à queda do desmatamento na Amazônia Legal e foi publicada posteriormente à aprovação do Projeto do novo Código Florestal, pelo plenário do Senado, que ocorreu no dia 06 de dezembro do mesmo ano.

Diante dessas constatações, cumpre lembrarmos que, segundo Herbolato (2004), a seleção da notícia/fato está também atrelada aos critérios e preferências em relação a determinados assuntos por parte das empresas jornalísticas. Tais preferências podem ser determinadas, por exemplo, inicialmente, pelas pautas adotadas. Segundo Lage (2009), a pauta possibilita garantir a conformidade da matéria do jornal com interesses empresariais ou políticos. Nesse caso, lembramos dos interesses econômicos subjacentes aos jornais-empresas, que necessitam se sustentar no mercado e, por isso (mas não somente), tornam-se dependentes da lógica capitalista dele.

Em adição a isso, segundo Lage (2003, p. 13), o jornal-empresa pode possibilitar a circulação de opiniões diversas (não se atendo a interesses particulares de grupos ou pessoas [inserção nossa]), mas não se sustenta como revolucionário porque “deve remunerar o capital apreciável nele investido, (sic) e tira sua renda basicamente da veiculação de bens materiais e ideológicos produzidos por entidades de característica semelhante”. Além disso, a escolha do que divulgar é o principal instrumento que a empresa possui para expressar a sua opinião. Por meio dele, a linha editorial do jornal é confirmada na prática, envolvendo desde a eleição dos assuntos até o destaque ou apagamento que é dado aos personagens do fato (MELO, 2003).

Outro fator que norteia a prática jornalística é a estrutura da redação. De acordo com Melo (2003), esse fator é o principal instrumento que os proprietários dos jornais possuem, por essa estrutura ocorrer na verticalidade, o que faz com que as decisões ocorram de cima para baixo, por meio de uma relação de ordem e obediência que envolve o editor-chefe, a chefia de reportagem, o repórter e outros. Nessa relação, apesar de os jornalistas possuírem a possibilidade de não seguir a linha editorial do jornal, as chefias determinam as regras e cobram o cumprimento integral da execução, podendo, ainda, recorrer a instrumentos que permitem corrigir possíveis desconformidades dos jornalistas (MELO, 2003).

Melo (2003) sustenta ainda que a pauta, a cobertura, as fontes e o copidesque são outros elementos que intervêm no processo de seleção da informação. Neste trabalho, vamos nos ater apenas às fontes, haja vista a relevância delas na análise da divulgação debate.

O autor cita três tipos de fontes: as próprias, as contratadas e as voluntárias. As primeiras dizem respeito às que são mantidas pela empresa, como: correspondentes, sucursais e reportagem local. Elas favorecem ao jornal maior controle sobre o processo de seleção da informação. As contratadas correspondem às agências de notícias que vendem seus serviços noticiosos às empresas midiáticas. As fontes voluntárias são as associadas às relações públicas de empresas ou órgãos públicos, de entidades particulares etc. (MELO, 2003).

Lage (2009) também cita três tipos de fontes: oficiais, oficiosas e independentes. Segundo o autor, as primeiras são mantidas pelo Estado, por instituições vinculadas a esse e por empresas ou organizações. As oficiosas são as que vinculadas a alguma entidade ou indivíduo não podem falar em nome desses e as independentes são as que não possuem relação de poder ou interesse específico com a questão divulgada (LAGE, 2009). O autor destaca que, apesar de serem consideradas as mais confiáveis – por isso, muitas vezes, suas informações são tidas como verdades –, as fontes oficiais falseiam a realidade, por pretenderem “preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes [ou] por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (LAGE, 2009, p. 63). Além disso, quando a informação divulgada não tem caráter polêmico, e teve origem oficial, a menção da fonte é dispensável (LAGE, 2009; 2003).

Durante a seleção dos dados, esse critério da não obrigatoriedade de mencionar a fonte ‘oficial’ da informação ficou visível, já que algumas notícias⁸⁰, por exemplo, apresentavam a identificação da fonte apenas na manchete ou na linha fina⁸¹ e no corpo do texto não se fazia qualquer referência a quem tinha fornecido os dados divulgados. Essa é uma questão importante porque revela como a prática jornalística exerce influência sobre o produto divulgado, bem como nos leva a perceber a relação de poder entre a prática midiática e algumas instituições, tidas como oficiais e inquestionáveis. Nessa relação, temos quem controla, quem aceita e podemos notar como as estruturas sociais reforçam o controle de poder, como sustenta Lage (2009), preservando interesses estratégicos em benefício de grupos dominantes.

Também elencando uma lista de fontes, baseado em Juarez Bahia ([1990]) e sem categorizar, Herbolato (2004), por sua vez, cita as seguintes: repórter, correspondente, agências noticiosas, sucursais do interior e do exterior, agências de variedades, informantes, entidades públicas e privadas, sindicatos e associações, setores de relações públicas governamentais e privadas, amigos do pessoal e do jornal e pessoal voluntário.

Com base no exposto, podemos sustentar que as fontes ilustradas por Melo (2003) são as que elaboram matérias a serem publicadas (chamaremos de ‘autoria da matéria’). Já as descritas por Lage (2009) enquadram-se no que podemos denominar de ‘fontes para a

⁸⁰ Referimo-nos à ‘notícia’ enquanto gênero discursivo.

⁸¹ “Frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto” (FOLHAONLINE. Linha-fina. In: _____. **Novo Manual de Redação**, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_o.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013).

produção das matérias’ ou ‘fonte da informação’. Partimos, portanto, da classificação de Melo (2003), que se adéqua aos nossos dados, para enumerarmos, a seguir, as fontes do *corpus* de nossa pesquisa, sem especificar os jornais *O Liberal* e *A Crítica*:

1) *próprias*: de Sucursal em Brasília (Thiago Vilarins), correspondente em Castanhal (Edivaldo Mendes) e da reportagem local (Ana Célia Ossame, “Redação” e as matérias sem assinatura⁸², que acreditamos ser da equipe do jornal);

2) *contratadas*: Agência Estado (de Cuiabá, do Rio de Janeiro, de Brasília), Agência Brasil (de Brasília e do Rio de Janeiro), Agência Globo (de São Paulo), AFP (que acreditamos ser a ‘France Press’, de Durban, África do Sul) e Folha Press (de Brasília e de Cuiabá). Nessa categoria, incluímos também: Globo Natureza e Globo (de São Paulo), G1 (de Brasília) e os articulistas (Armando Soares, Nicias Ribeiro, Domingos Emmi e Virgílio Viana), pois são responsáveis pela produção dos textos que assinam.

No gráfico, a seguir, apresentaremos o panorama das autorias das matérias publicadas, agrupando os articulistas, as agências, as *fontes próprias* e as matérias das mídias vinculadas às Organizações Globo⁸³.

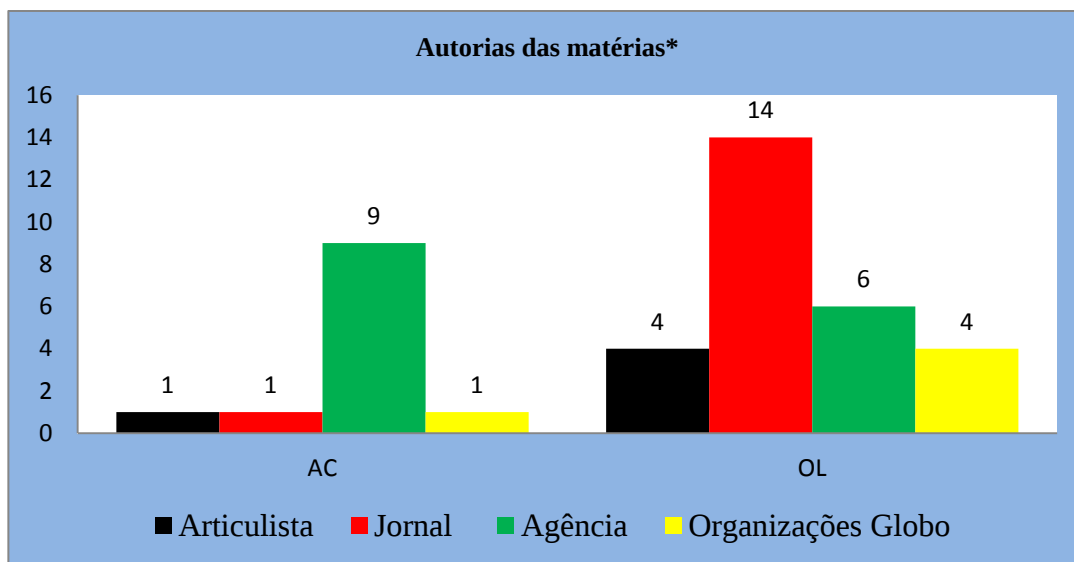


Gráfico 1 - Panorama das autorias das matérias sobre o desmatamento, causas e consequências
Fonte: A autora, 2014

*No jornal *O Liberal*, duas matérias são coassinadas por dois tipos de autorias de nossa classificação

⁸² Esclarecemos que, ao falar de matérias sem assinatura, estamos nos referindo à não menção ao autor da matéria. Ao falar de não identificação da fonte, estamos nos referindo a quem se recorre para se produzir a matéria.

⁸³ Ainda que o jornal *O Liberal* seja um serviço das Organizações Rômulo Maiorana que são afiliadas à Rede Globo, optamos por não agrupar as matérias das Organizações Globo (da qual essa rede faz parte) com as daquele jornal. Fizemos isso para tentar estabelecer equilíbrio com o jornal *A Crítica*, quando da atribuição do que é assinado por essas duas mídias, apesar da visível discrepância ilustrada no gráfico.

Como é possível perceber no **Gráfico 1**, outra discrepância entre as duas mídias da pesquisa é o tipo de fonte predominante. Apesar de a quantidade de textos publicados ser desigual, é perceptível que *O Liberal* produziu mais matérias sobre o tema do que *A Crítica*, que fez mais uso dos serviços das agências. Além disso, de acordo com os nossos dados, os textos que predominaram no primeiro jornal foram os não assinados, que classificamos como do jornal, ao passo que no *A Crítica*, em proporção igual, os textos mais publicados foram das fontes: Agência Brasil, Agência Estado, Agência Globo e Folha Press. A agência que teve o maior número de textos publicados, somando os dos dois jornais, foi a Agência Estado que, segundo Herbolato (2004), é uma das mais difundidas no Brasil e pertencente à grande empresa. A agência é ligada ao Grupo Estado, que tem sede em São Paulo.

Apesar de os dois jornais da pesquisa serem da Região Norte, as matérias divulgadas não são, em sua maioria, escritas por autores locais, já que são provenientes de agências com sede em Brasília (Agência Brasil), Rio de Janeiro (Agência Globo) e São Paulo (Agência Estado e Folha Press). E isso foi mais recorrente no *A Crítica*, como nos revela o gráfico. Nesse sentido, mesmo a problemática tendo maior ocorrência na Amazônia, temos dois jornais locais que veiculam vozes legitimadas, principalmente, da Região Sudeste do país.

Cumpramos agora apresentarmos alguns apontamentos sobre a relação entre os gêneros discursivos identificados no *corpus* e a prática jornalística. Ressaltamos que não é nosso foco realizar a configuração dos gêneros⁸⁴, mas sim apresentar algumas considerações de jornalistas sobre os produtos midiáticos, propondo uma reflexão sobre a contribuição desses produtos com a divulgação debate. A nossa pesquisa se organiza a partir dos seguintes gêneros: notícia, nota, reportagem, entrevista e artigo de opinião.

Primeiramente, temos a notícia, definida por Lage (2003, p. 16), como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” e é estruturada dentro da retórica da referencialidade. Por isso, segundo esse autor, para atender ao propósito da veiculação da verdade, seu produtor procura adequar o enunciado aos fatos.

Com base nesses elementos, podemos defender, juntamente com Van Dijk (1990, p. 9-10), que “as estruturas da notícia podem estar relacionadas explicitamente com as práticas

⁸⁴ Como cada gênero discursivo influencia na construção da opinião dos atores envolvidos na divulgação, a seleção dos textos do *corpus* foi guiada pelo critério temático, uma vez que, ao relacionarmos atores, âmbitos, causas e consequências do desmatamento, poder, ideologias e estratégias divulgativas e de construção simbólica, a opinião desses atores pode ganhar destaque nas análises. Isso porque há gêneros, essencialmente, mais dialéticos do que outros, o que poderia interferir em nossa análise, já que esta destaca a manifestação de poder simbólico e posicionamentos ideológicos em torno de uma temática polêmica que envolve interesses diversos.

sociais e com as ideologias da produção das notícias e, indiretamente, com os contextos institucional e macrosociológico das mídias”⁸⁵. Assim, com o primeiro controle da informação que parte dos jornais, podemos compreender como a seleção do que informar, ainda que atendendo à própria estrutura da prática jornalística, pode representar uma forma de controle de poder na sociedade. Foucault (1999, p. 40) reforça essa tese, acrescentando que são exercidas “formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”, mesmo em discurso considerado verdadeiro (como é avaliada a notícia [inserção nossa]). De acordo com Amaral (2001), a notícia é a base de toda a publicação. Dessa forma, a seleção do que tornar notícia e a retextualização do fato noticioso em outros gêneros (resultando na cadeia de gêneros, segundo Fairclough (2003)) são resultados do que o jornal (e com base nos leitores visados) considera interessante noticiar.

Segundo o Novo Manual de Redação da Folha Online (1996), referência em termos de técnica no jornalismo, a nota é uma notícia curta. Sem nos atermos a esse gênero, entendemos que a inclusão de nota sobre a temática em questão na divulgação pode ser resultado da relevância dada ao tema, a qual leva à ampliação da cadeia de gêneros. Ainda que seja uma matéria curta⁸⁶, a repercussão do tema em questão em vários gêneros (por exemplo, relatório técnico sobre o índice de desmatamento › notícia › reportagem › artigo de opinião › nota), a nosso ver, representa o grau de importância dado à informação. Considerando o *corpus*, essa repercussão ocorreu apenas no jornal *O Liberal*.

Em relação à reportagem, Melo (2003, p. 66) salienta que se trata de um “relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” e atém-se ao “levantamento *de um assunto* conforme ângulo preestabelecido” (LAGE, 2003, p. 46, grifo do autor). No que se refere à reportagem especializada em ciência e tecnologia, sua tarefa é “transformar conhecimento científico-tecnológico em informação jornalística” (LAGE, 2009, p. 120). Esse tipo de reportagem tem, essencialmente, a função de informar e educar, por meio da difusão de conhecimentos, e tem função social, cultural, econômica e político-ideológica, pois, por meio da transmissão de conhecimentos, atua sobre a sociedade e a cultura e influencia nas suas escolhas econômicas e opções político-ideológicas (LAGE, 2009).

⁸⁵ Tradução nossa para “[...] las estructuras de la noticia pueden relacionarse explícitamente con las prácticas sociales y con las ideologías de la producción de noticias e, indirectamente, con los contextos institucional y macrosociológico de los medios periodísticos”.

⁸⁶ Ainda que apenas uma *nota* faça parte do *corpus*, por atender às peculiaridades dos textos que o constitui, várias *notas* da nossa amostragem, no que se refere ao jornal *O Liberal*, tratam do tema desta pesquisa, inclusive destacando o tema nos seus títulos.

Tendo em vista tais características, a nosso ver, a reportagem é o gênero que mais favorece a presença do debate na divulgação, uma vez que possibilita que o fato noticioso seja explorado. No entanto, assumindo as funções econômica e político-ideológica, pode também ser instrumento potencial para o controle do poder, seja por meio dos posicionamentos utilizados na redação da matéria, seja por meio da própria disposição desses posicionamentos, legitimando uns e deslegitimando outros, por exemplo.

Quanto ao artigo de opinião, também chamado de artigo assinado, trata-se de um gênero de autoria definida e explicitada (MELO, 2003), apresenta interpretações e opiniões de alguém que nem sempre é jornalista; muitas vezes é um colaborador do jornal (MEDINA, J., 2001). Esse colaborador é, geralmente, uma personalidade representativa da sociedade civil, que procura participar da vida política e cultural, através dos espaços jornalísticos. Para isso, sob a forma de artigo, desenvolve uma ideia e expõe sua opinião (MELO, 2003). Na concepção de Melo (2003), o artigo democratiza a opinião no jornalismo, retirando dessa o caráter de ser um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, por possibilitar que lideranças emergentes na sociedade emitam essa opinião.

No entanto, essa democratização, a nosso ver, é bem restrita, uma vez que nem todos os atores sociais têm acesso à participação no jornal. Prova disso são os articulistas da nossa pesquisa, a saber: advogado, político, engenheiro florestal e economista (com dois textos). Além disso, geralmente, os articulistas mantêm regularidade na publicação de seus pontos de vista, o que, portanto, leva-nos a ver essa democratização apontada por Melo (2003) como uma pseudo-democratização que pode ajudar, dependendo dos autores dos artigos, a sustentar o controle do poder econômico, político e social.

A entrevista jornalística, ou pingue-pongue, trata-se da exposição do ponto de vista do entrevistado, conduzida pelo repórter. A contribuição desse gênero para a análise da divulgação do desmatamento é a possibilidade de se esgotar o tema, a partir das perguntas do entrevistador. No caso das causas e consequências do problema em questão, a entrevista possibilita que esses elementos sejam compreendidos, o que depende da habilidade do repórter em elaborar perguntas e da própria formatação da matéria que elege algumas informações e exclui outras. Segundo Cremilda Medina (2008, p. 18), a entrevista jornalística é uma técnica que recorre ao particular para obter informações e, muitas vezes, atribui o crédito apenas à fonte individualizada considerada oficial. A autora chama essa preferência de distorção do poder nas sociedades, por enfatizar a “unilateralidade a informação”, já que são “fontes do Poder (sic), seja ele político, econômico, científico ou cultural”. Vemos, portanto,

mais um elemento da prática midiática, o qual pode servir para reforçar as relações de poder na sociedade e ajuda a configurar a mídia como um tipo de ‘elite do poder’, conforme salienta van Dijk (2012).

O panorama do *corpus* quanto aos gêneros publicados é o seguinte:

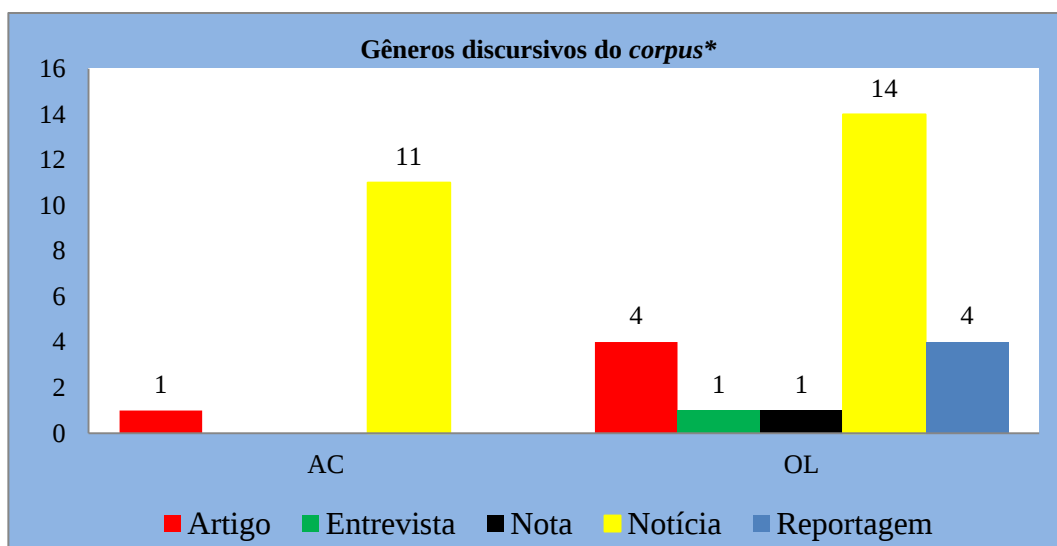


Gráfico 2 - Panorama dos gêneros discursivos do *corpus*

Fonte: A autora, 2014

*As duas matérias do jornal *O Liberal* republicadas participam deste levantamento apenas uma vez

De acordo com o **Gráfico 2**, a notícia ocorreu de forma predominante nos dois jornais (o que já era esperado, dada sua relevância no jornalismo impresso). A diferença significativa entre *A Crítica* e *O Liberal* é a repercussão do tema nos diversos gêneros. Apesar de esses dados significarem um recorte, destacamos que o tema teve ampla difusão no *O Liberal*. No entanto, observamos que a cobertura das causas e consequências do desflorestamento não recebeu muita atenção na exploração de pontos de vista, pois a reportagem, que possibilitaria isso com mais propriedade, foi o terceiro gênero mais expressivo na divulgação. Essa pouca exploração de pontos de vistas sobre a questão resultou ainda em reportagens construídas sob a perspectiva de apenas um âmbito social (no sentido *lato*).

Diante disso, contextualizando a prática midiática dentro das redes de relações que a envolvem, Amaral (2001) sustenta que, no relacionamento entre veículos de comunicação e a sociedade, nem sempre aqueles estão a serviço desta, pois, muitas vezes, os interesses de ambos são discrepantes ou antagônicos. Uma vez que sejam representantes de grupos específicos da sociedade (tais como, políticos, culturais, econômicos, religiosos, ideológicos),

esses veículos se preocupam com a defesa desses grupos, ainda que façam constantes referências ao coletivo. Nesse sentido, a mudança da responsabilidade social da imprensa é dependente dos regimes políticos (AMARAL, 2001).

Marshall (2003, p. 23) salienta que o jornalismo “é a linguagem que codifica e universaliza a cultura hegemônica e legitima a lógica do mercado”. Para reforçar essa tese, o autor recorre a Bourdieu (1997, p. 106), sustentando que o campo do jornalismo está permanentemente submisso aos testes do mercado, o que se dá diretamente, por meio da sanção, e indiretamente, através dos índices de audiência, ou acontece por meio da clientela. Com base em Foucault (1999), acrescentamos que esse controle não ocorre somente no jornalismo. Para esse autor, em toda sociedade a produção discursiva está sob controle, seleção, organização e redistribuição, por meio de procedimentos que objetivam “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9). Cabe, portanto, à análise discursiva a verificação de como ocorre esse controle e que ideologias estão sendo manifestadas nesse controle de poder, o que tentaremos averiguar nos próximos itens deste capítulo.

Para prosseguirmos com a análise e discussão dos dados, partimos das perguntas de pesquisas, por meio das quais pretendemos atingir nossos objetivos na investigação: 1) Quais são os atores sociais envolvidos na divulgação debate e os posicionamentos adotados por eles quanto ao tema em questão, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*? 2) Que estratégias divulgativas são utilizadas por esses atores nos âmbitos científico e ambiental? 3) Em que medida se constrói o debate social na mídia impressa, a partir da divulgação do desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências? 4) As estratégias discursivas nos textos jornalísticos analisados ajudam a estabelecer o controle do “saber” sobre o desmatamento? 5) Como os interesses político-econômicos dos atores sociais envolvidos na divulgação são operados no discurso, configurando-se como formas de controle de poder? Pretendendo responder a essas perguntas prosseguimos com a análise dos dados.

5.2 OS ÂMBITOS E OS ATORES SOCIAIS DA DIVULGAÇÃO DEBATE DO DESMATAMENTO: VOZES E DIZERES

Nesta seção, serão apresentadas as diversas esferas sociais que participam na divulgação debate do desflorestamento na Amazônia, evidenciando seus discursos, quanto às

causas e consequências desse evento ambiental, e a forma como os atores dessas esferas foram citados e introduzidos na divulgação, em torno dos temas-debate: ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’, ‘causa do desmatamento’, ‘consequência do desmatamento’. Para ampliar nossas discussões sobre como os atores foram citados e introduzidos, e a contribuição disso para o debate, trazemos de White⁸⁷ (2004) a discussão sobre os recursos de posicionamento subjetivo, à luz da Valoração que é “uma abordagem utilizada para analisar a avaliação e a perspectiva em textos” (WHITE, 2004, p. 177). Segundo esse autor, esses recursos (doravante, recursos de engajamento) podem favorecer diversos níveis de engajamento da voz textual (que podemos considerar sendo a do autor da matéria) em relação a outras vozes e posições. Assim, tais níveis de engajamento podem promover a expansão ou a contração dialógica, aqui, respectivamente, abertura ou limitação da participação de outras vozes no debate, em torno do tema divulgado.

Na análise da divulgação debate do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, distribuímos os atores participantes da divulgação nos seguintes âmbitos: *Social, Político, Científico, Ambiental, Ecológico, Econômico, Jurídico*. Essa classificação foi feita com base em Cataldi (2003), em que a autora, em sua tese de doutorado, *Los Transgénicos en la Prensa Española: una propuesta de Análisis Discursivo*, subdivide os âmbitos em subâmbitos. Na nossa adaptação, optamos por considerar apenas a classificação em âmbitos, evidenciando seus atores sociais participantes.

Vejamos o panorama dessa participação:

⁸⁷ Peter White é um sistemicista que, juntamente com James Martin e outros autores, desenvolveu, em 1990, a teoria do Sistema de Avaliatividade. (VASCONCELOS, James Araújo de. **Apreciações de alunos de inglês sobre sua produção oral**: um estudo com base no sistema de avaliatividade. Natal, RN, 2013).

Âmbitos	Atores sociais	Especificação
Social	Público em geral	Moradores locais
Político	Autoridades políticas	Ministério de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Mato Grosso e Pará), parlamentar, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas), prefeito, ex-ministros e governo federal
Científico	Órgãos oficiais de Pesquisa	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
	Pesquisadores	Cientistas citados em artigos e articulistas
	Instituições de Pesquisa	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)
Ambiental	Órgãos oficiais de ação ambiental	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Ecológico	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e/ou Organizações Não-Governamentais	Movimento SOS Florestas, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Rede de Ação Climática (CAN, na sigla em inglês), Greenpeace, Instituto World Watch e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Econômico	Entidades do setor	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira de Exportadores de Cereais (ANEC) e Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa)
	Representantes do setor	Economistas, agropecuaristas, donos de serrarias etc.
Jurídico	Advogados	Advogado e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Quadro 4 - Âmbitos e atores sociais da divulgação

A análise dos âmbitos seguirá a ordem do **Quadro 4**. Para ressaltar informações nos exemplos, adotamos o **negrito** para destacar os atores e as formas de citação dos jornais e o *itálico* para enfatizar as causas e as consequências do desmatamento. Na retomada de excerto dos exemplos, o **negrito** serve para destacar elementos da análise. Além disso, utilizamos, nos exemplos, os colchetes duplos ([[]]) para inserir informações que favoreçam melhor compreensão dos posicionamentos (ou da menção feita a esses) dos atores sociais ou mesmo para deixar claro de quem é a “voz” nos exemplos. O emprego dos colchetes duplos serve para diferenciar o que é inserção nossa do que é inserção presente nas matérias. Na análise,

em virtude da amplitude dos dados, apresentamos apenas alguns excertos, estando disponível a lista completa no **Anexo**⁸⁸ 1 (Quadro dos posicionamentos dos atores sociais participantes da divulgação).

Vejamos agora quais as causas e consequências que aparecem atreladas à participação dos atores dos diversos âmbitos e como essas são representadas.

5.2.1 Âmbito Social

O *âmbito social* apareceu apenas no jornal *O Liberal*. A participação de atores desse âmbito na divulgação ocorreu em torno do tema-debate ‘causa do desmatamento’. Vejamos:

- (1) “**Segundo moradores de Ulianópolis**, servidores públicos municipais e estaduais lotados participam de grupos organizados que *ocupam a área* onde se multiplica o desmatamento ilegal”. (OL-01/06/2011)

De acordo com os posicionamentos desse âmbito, a problemática é provocada pela ocupação de terra por grupos organizados. A referência aos atores é feita com a conjunção ‘segundo’, que é uma forma breve da conjunção ‘de acordo com’, empregada na divulgação para atender à brevidade do texto jornalístico (VIEIRA, 1999). Já na perspectiva do engajamento da voz textual, a conjunção ‘segundo’ se insere no *recurso de atribuição por reconhecimento*, em que a proposição (no âmbito da Valoração, mas que aqui denominaremos ‘informação’) é vinculada a um sujeito específico, representando apenas uma voz dentre outras, o que dá condições para a possibilidade de se considerar outras proposições (WHITE, 2004)⁸⁹. Nesse caso, os moradores da cidade de Ulianópolis (Pará) representam apenas uma voz- testemunha da possível ocupação voluntária de terra feita por servidores públicos.

⁸⁸ Em virtude da amplitude do *corpus* e dos dados, disponibilizamos os textos analisados e os excertos dos posicionamentos dos atores sociais e das estratégias divulgativas apenas em CD-ROM.

⁸⁹ White (2004) apresenta os recursos de engajamento por meio de categorização de verbos no infinitivo (*refutar, declarar, considerar e atribuir*), os quais são divididos em subcategorias verbais também no infinitivo (exemplo: do ‘refutar’ têm-se as subcategorias *negar* e *contrapor*) e representados nos textos de diversas formas que atendam ao objetivo dessas subcategorias quanto às vozes apresentadas no texto. Podemos resumir esses elementos da seguinte forma: a função (recurso ‘declarar’), objetivo (concordar, afirmar ou endossar) e a representação (do endossar: ‘X demonstrou’ etc.). Seguindo esse nosso resumo, utilizaremos a seguinte classificação da representação dos recursos de engajamento, na nossa análise: ‘Y mostrou que’ como *recurso de declaração por endossamento*, por exemplo.

Por outro lado, a nosso ver, a introdução dos atores sociais do local representa uma denúncia velada de que a redução florestal estaria sendo provocada por pessoas de dentro da própria administração pública. A observação de que se trata de “grupos organizados”, a nosso ver, assume a função de denúncia por entrever que a ocupação de terras no local não é fruto somente de pessoas “sem terra”. A inserção do *âmbito social* na divulgação do desmatamento também funciona como uma forma de testemunhar uma realidade diferente da que é defendida pelo prefeito da cidade (*vide* exemplo (2)), quanto a estar atuando para resolver a redução florestal. Os atores desse âmbito são categorizados⁹⁰, não possuem “nome” na prática divulgativa e servem como testemunha porque moram no lugar, logo conhecem a realidade.

Outro detalhe interessante, na representação do posicionamento dos atores em questão, é o acompanhamento do termo ‘desmatamento’ com o adjetivo ‘ilegal’. Se essa ação já é vista como algo negativo, o adjetivo reforça esse sentido. Por outro lado, leva-nos a refletir sobre a possibilidade de haver desflorestamento que é considerado legal, como é o caso da exploração autorizada de madeira, que, quase sempre, não recebe a denominação de desmatamento, mas de ‘exploração madeireira’.

É válido também acrescentar que a inserção do *âmbito social* na divulgação do desflorestamento, levando em consideração nosso *corpus*, ocorreu após o debate sobre o tema ter atingido os maiores índices⁹¹. Ou seja, em maio, quando o debate sobre a problemática foi mais intenso, em decorrência das discussões sobre o projeto do novo Código Florestal que teve a primeira aprovação pela Câmara dos Deputados no dia 25 de maio de 2011, seguindo daí para o Senado Federal. Nesse sentido, defendemos que a presença do debate na prática divulgativa reflete o interesse que parte da própria sociedade, dentro das suas práticas sociais (como a política, nesse caso) quanto a determinado fato.

Na sequência, apresentaremos a análise da participação do *âmbito político* na divulgação debate.

⁹⁰ Apesar do termo ‘categorizados’ nos remeter a uma das categorias do inventário de van Leeuwen (1997), a categorização, não vamos nos ater a uma classificação de como os atores são representados, conforme esse autor. Portanto, categorizar, nesta pesquisa, assume o sentido de classificar, agrupar.

⁹¹ Esse índice pode ser notado nas manchetes seguintes: “Desmatamento aumentou 35% na Amazônia” (OL-14/05/2011), “Desmatamento na Amazônia aumentou 35%” (OL-16/05/2011), “Amazônia já perdeu 2,6 bilhões de árvores” (OL-02/06/2011), “Pará lidera desmate na região Norte” (OL-18/06/2011) e “Números do Inpe apontam que desmatamento cresceu 144% em um ano” (OL-23/06/2011).

5.2.2 Âmbito Político

No jornal *O Liberal*, a participação de atores do *âmbito político* na divulgação ocorreu em torno dos temas-debate ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’ e foi mais expressiva, e em proporção igual, em relação aos dois primeiros temas. Já no *A Crítica*, não apareceram as consequências, nesse âmbito, e a participação foi mais expressiva em relação à ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’.

A seguir, apresentaremos alguns exemplos que ilustram os posicionamentos dos atores desse âmbito no jornal *O Liberal*, em torno do tema ‘causa do desmatamento’:

- (2) “**O prefeito de Ulianópolis, Jonas dos Santos Souza, disse** que sabe da situação e que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente já fez várias denúncias ao Ibama e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente sobre a *exploração e comercialização de madeira na área*”. (OL-01/06/2011)
- (3) “Foi o tempo em que os ‘homens sem terras do Brasil vieram *ocupar as terras* sem homens da Amazônia’, e dos quais o Incra exigia o desmatamento de 50% dos seus lotes, para poderem receber os seus respectivos títulos definitivos de propriedade” (Representante político, em artigo de opinião). (OL-06/07/2011)
- (4) ““É preciso aumentar a *produtividade*, menos de uma *cabeça* [[de gado]] por hectare é algo inaceitável, é um desperdício substituir a floresta por algo que não dá retorno para o país’, **disse** [[ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira]]”. (OL-03/09/2011)
- (5) “Apesar de considerar um avanço pequeno, **a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, mostrou descontentamento** com a expansão da *produção* [[de soja]] no bioma. ‘É residual o aumento do desmatamento, mas houve aumento’, **disse**. Mesmo assim, **ela garantiu** que o desflorestamento no País está ‘totalmente controlado’”. (OL-14/10/2011)

Os exemplos acima apresentam os posicionamentos de representantes políticos e do Ministério de Meio Ambiente quanto ao tema-debate ‘causa do desmatamento’. O Ministério de Meio Ambiente foi o representante do *âmbito político* que mais apareceu na divulgação, no *O Liberal*, e, inclusive, em torno desse tema-debate. Além dos representantes políticos e do Ministério de Meio Ambiente, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará e o governo federal também apareceram nesse debate. As causas apontadas por esse âmbito foram: a exploração madeireira, a histórica “colonização da Amazônia” (dentro do que categorizamos como ‘ocupação demográfica e inter-relações’), a pecuária, a agricultura (neste caso, a soja foi a única cultura citada) e a indústria siderúrgica.

Em (2), temos o prefeito que teria conhecimento do problema ao ser entrevistado, em “já fez várias denúncias ao Ibama⁹² e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente”, ou seja, o que caberia à sua competência já teria sido feito. Assim, a responsabilidade por resolver o problema é delegada a outras autoridades governamentais e ambientais. Além disso, as possíveis causas do desmatamento ao serem representadas como “exploração e comercialização de madeira na área” retiram dessas atividades sua relação com o problema ambiental. Similar a (2), em (3), por meio de narrativa que cita o lema do governo militar brasileiro – quando da implementação do Plano de Integração Nacional –, “uma terra sem homens para homens sem terra”, o desflorestamento, provocado por ocupação de terra, é apresentado como fruto de medida governamental e de autoridade ambiental (o Incra).

Em (4), a redução florestal aparece vinculada à pecuária e na voz da ministra do Meio Ambiente é apresentada como algo justificável em caso de render lucros para a economia brasileira. Em (5), a causa do desflorestamento é apresentada pelo autor da matéria como sendo a produção, que sabemos ser a de soja. A relação dessa produção com o problema é perceptível com a inserção da voz da ministra de Meio Ambiente falando sobre o aumento desse evento, como sendo “residual”, mas controlado. Esse aumento é representado como uma ação passada, com a forma verbal “houve”, ao passo que o controle recebe a conotação de atualidade, com a construção “**está** ‘totalmente controlado’”, em que o advérbio reforça esse controle. Em resumo, podemos dizer que, em todos esses posicionamentos, a causa do desmatamento possui caráter abstrato, pois não aparecem os agentes causadores.

A referência aos atores em (2) e (4) é feita com o verbo ‘dizer’, que é um recurso de engajamento de *atribuição por reconhecimento*, segundo White (2004). Nesse sentido, nos exemplos (2) e (4), respectivamente, as vozes do prefeito e da ministra de Meio Ambiente (duas vezes), por meio desse recurso, são alternativas de posicionamento sobre o problema que não limitam a existência de outras. O divulgador apresenta uma dentre outras vozes possíveis, por meio do verbo ‘dizer’, que é considerado, na literatura, como uma forma mais neutra de introduzir um posicionamento (FERRERO, 2011). Em (3), temos a presença do *recurso de declaração por afirmação*, com o posicionamento que apresenta a intervenção evidente do ator/autor na divulgação, por meio de informação que evidencia uma circunstância da história “Foi o tempo”. Esse recurso, ao remeter o leitor à constatação, assume o peso de verdade, ajudando, assim, a fechar a possibilidade do debate.

⁹² Manteremos algumas siglas na forma de acrônimo, tal como aparecem nos textos do *corpus*.

Em (5), identificamos a ocorrência de dois tipos de recurso de engajamento. Primeiramente, ocorre o que White (2004) classificaria como *recurso de declaração por endossamento*, representado por ‘mostrar’, em “a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, **mostrou** descontentamento com a expansão da produção no bioma”. Ferrero (2011) salienta que o verbo ‘mostrar’ faz parte do tipo ‘divulgativo’ e está voltado para o conteúdo. Portanto, não favorece a interação. O que justifica o fato de ser um recurso que limita a construção do debate. Em seguida, temos o *recurso de atribuição por reconhecimento*, com o emprego do verbo ‘dizer’, em “‘É residual o aumento do desmatamento [...]’, **disse**”, e *por distanciamento*, em “ela **garantiu** que o desflorestamento no País está ‘totalmente controlado’”. No primeiro caso (em que consta o *recurso de declaração por endossamento*), o divulgador apresenta sua avaliação quanto ao posicionamento da ministra sobre o aumento da produção (que, pelo contexto, sabemos que se trata da soja), que teria gerado o aumento do desmatamento, representando a ministra como preocupada com a questão. Em seguida, reforçando a voz avaliada, apresenta a citação direta “é residual o aumento do desmatamento, mas houve aumento”, com o auxílio do *recurso de atribuição por reconhecimento* ‘disse’. Com o emprego do verbo ‘garantir’, esse posicionamento é seguido pelo *recurso de atribuição por distanciamento*, o que atribui à ministra a responsabilidade sobre a informação divulgada. Dessa forma, em (5), temos a predominância de recursos de engajamento que permitem abrir espaço ao debate, ao possibilitar que outras vozes sejam inseridas.

No jornal *A Crítica*, no que se refere à ‘causa do desmatamento’, participaram os seguintes atores: Secretário Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso e Ministro do Meio Ambiente. A participação maior foi do primeiro e as causas apontadas foram: especulação imobiliária e assentamento do Incra. Seguem os exemplos:

(6) “O **secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexander Torres Maia**, atribui a retomada do desmatamento no Estado à ação dos *especuladores imobiliários*”. (AC-20/05/2011)

(7) “As **operações** feitas em campo **comprovaram** que entre os dez maiores desmatadores seis são *pessoas que moram em outros Estados* [[ampliação do posicionamento do secretário]]”. (AC-20/05/2011)

(8) ““Onde tem infração, seja ela *cometida pelo Incra ou por desmatadores*, a fiscalização multa’, **disse a ministra** [[do Meio Ambiente, Izabella Teixeira]]”. (AC-15/10/2011)

Em (6), é apresentada a causa da problemática no Mato Grosso, por ocasião da divulgação do aumento do evento nesse Estado, mas não se explica como a ação dos especuladores estaria desmatando a floresta. Em (7), ao se esclarecer a respeito dos responsáveis, a culpa é atribuída a não mato-grossenses, como sendo os especuladores,

desvia-se, assim, a responsabilidade dos moradores locais. Em (8), em decorrência da veiculação de que estaria acontecendo desmate em área de assentamento do Incra, que teria sido multado pelo Ibama, a então ministra de Meio Ambiente ressalta a eficácia da ação desse último órgão, que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente⁹³, amenizando a culpa do apontado, que também é uma autarquia do governo federal, bem como afastando de si, em virtude do cargo que assume, a responsabilidade pela questão. Nesses exemplos, diferentemente do que acontece no jornal paraense, aparecem possíveis agentes causadores do evento.

Em (6), a referência ao secretário de Meio Ambiente, por meio do verbo ‘atribuir’ (por não considerarmos esse um verbo *dicendi* dotado de neutralidade) pode ser incluída na classificação de *recurso de atribuição por distanciamento*, em que o divulgador projeta o teor da informação para sua fonte. Já em (8), a referência à ministra de Meio Ambiente, com o verbo ‘dizer’, envolve o *recurso de atribuição por reconhecimento*. No primeiro, é inserido o posicionamento do secretário estadual do Mato Grosso quanto ao motivo da volta do aumento da problemática nesse estado, sem comprometimento da voz textual. No segundo, é introduzida a fala da ministra do Ministério de Meio Ambiente, defendendo a imparcialidade da fiscalização, que pelo contexto sabemos ser feita pelo Ibama. Nos dois casos, os recursos de engajamento servem para inserir no texto divulgado a apresentação de posicionamentos, mas não descartam outros pontos de vista. Já em (7), a fala, que amplia o posicionamento do secretário, é investida de *recurso de declaração por endossamento*, em que o divulgador atesta concordar com a informação prestada pelo secretário, com o uso do verbo ‘comprovar’. Apesar de não ser indicada, no excerto, a fonte da informação, é possível depreender de quem se trata, com a manchete da notícia “Secretário diz de onde são os especuladores”, que, por sua vez, apresenta, novamente, o *recurso de atribuição por reconhecimento*, ‘dizer’. A informação, portanto, com o *endossamento*, é apresentada como confiável, inquestionável, já que há comprovação. Com esse recurso, há a restrição do diálogo, pois a informação dada pelo secretário é apresentada como sendo fruto de ‘operações’, ou seja, de ação real, fundamentada, o que a torna inquestionável.

Quanto ao debate em torno da ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, temos os seguintes exemplos do jornal *O Liberal*:

⁹³ Informações sobre o Ibama estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/identidade-organizacional>.

(9) “**Segundo Marina Silva, Dilma disse** que o aumento de mais 400% no desmatamento em março e abril deste ano é decorrência da *expectativa de aprovação de pontos da proposta de reforma da legislação ambiental que permitem anistia a desmatadores e ocupação de áreas de preservação permanente*”. (OL-25/05/2011)

(10) “Como se vê, os colonos da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém eram obrigados a desmatar 50% dos seus lotes de terra pelo próprio governo federal. E se assim foi, como é que agora o mesmo governo federal trata os colonos como foras da lei, bandidos, por terem desmatado a metade dos seus lotes? E ainda exige que reflorestem 30%, para atender o Código Florestal que estabelece que na Amazônia só pode desmatar apenas 20% de cada lote?” (Representante político, em artigo de opinião). (OL-06/07/2011)

(11) “A elevação [[do desmatamento]] **foi atribuída pela ministra** ao Mato Grosso e ao Pará. ‘Nestes dois Estados tivemos picos de desmatamento e isso está associado às *discussões sobre o Código Florestal e do equívoco de que levaria a uma anistia*’”. (OL-14/10/2011)

Os atores participantes desse tema-debate foram os representantes políticos, a ministra e ex-ministros de Meio Ambiente e a presidente do Brasil, com maior ocorrência dos ex-ministros. As causas apontadas por eles foram: assentamentos do Incra, ocupação demográfica e inter-relações, pequenas produções e a possível anistia e ocupação de Área de Preservação Permanente (APP). Tais causas estão atreladas às possibilidades do novo Código Florestal, à época em elaboração, ser flexível às práticas exploratórias da floresta e, assim, favorecer o desmatamento, o que gerou um debate acentuado na divulgação.

Em (9), aparece o posicionamento da presidente da república, dado por Marina Silva, sobre a cogitada anistia a desmatadores e liberação da exploração de terras em APP. A fala da presidente salienta que a possível anistia e a permissão da ocupação de APP teriam gerado um aumento de 400% no desmatamento. Em (11), a então ministra de Meio Ambiente atribui à interpretação do Código Florestal o avanço das ações desmatadoras, ressaltando que seria baseada no equívoco de que a nova versão dessa lei concederia anistia a desmatadores e permitiria a exploração de APP. Em (10), o representante político resgata informações históricas para tecer seu posicionamento contra o reflorestamento que a nova lei florestal exigiria de proprietários de terra. Ele defende que o desflorestamento na região é uma ação que foi originada pelo modelo de colonização, justificando que a exploração florestal foi obrigada pelo governo federal, quando do plano de ocupação da Amazônia.

Em (9), temos a ocorrência do *recurso de atribuição por reconhecimento*, quando Marina Silva foi citada a partir da conjunção ‘segundo’. Esse recurso também aparece na menção feita à presidente como fonte terceira, em que há a representação desta por seu nome próprio, por meio do verbo ‘dizer’. Em (11), o *recurso de atribuição por distanciamento* também é empregado, por meio do verbo ‘atribuir’, no modo participípio, para se referir à ministra de Meio Ambiente. Dessa forma, em (9) e (11), temos a ocorrência do *recurso de engajamento por atribuição*, por meio do qual são inseridas vozes externas na divulgação sem

limitar a participação de outras. Em (10), a voz textual, que é também a do ator social, utiliza-se do recurso de engajamento de *declaração por afirmação*, em “como se vê”. White (2004) salienta que, na perspectiva da Valoração, determinados tipos de intensificação, intervenções ou interpelações evidentes e a ênfase do autor caracterizam esse recurso de engajamento. Com esse recurso, em (10), portanto, o ator chama a atenção para possíveis provas do seu argumento e assim inibe possíveis posicionamentos alternativos.

Em *A Crítica*, o debate em torno da ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ contou com a participação de parlamentar, da secretária estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso e do governo federal. A secretária estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas foi quem mais teve participação em relação ao *âmbito político*, no que se refere ao *corpus* desta pesquisa como um todo, bem como no que tange ao jornal *A Crítica*. A participação dela na divulgação também foi mais expressiva em torno do tema-debate em questão. Nesse grupo, como causa, apareceu apenas a possível anistia e ocupação de APP. A seguir, apresentaremos alguns exemplos que ilustram os posicionamentos dos atores:

(12) “**Maia** [[secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso]] **afirmou** que a fiscalização constatou que entre os desmatadores foram encontrados 16 *proprietários rurais* que tinham licença ambiental e estavam fazendo a derrubada ilegal da floresta. Nesses casos, **diz ele**, além de ter as licenças suspensas e as propriedades embargadas, os proprietários também perderam o direito à isenção de multas [...]”. (AC-20/05/2011)

(13) “**O deputado Aldo Rebelo** (PC do B-SP), relator do projeto na Câmara, **disse** que a proposta prevê critérios ‘claros’ para a *dispensa de recomposição de reserva legal* ‘entre elas (sic), a impossibilidade de obtenção do benefício por meio do fracionamento de áreas maiores’”. (AC-01/06/2011)

(14) “**A representante do Amazonas** [[da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Amazonas, Nádia Ferreira]] **afirma** ser importante inserir este tema na medida em que as propostas do projeto vão abrir a *possibilidade de redução das áreas de Reserva Legal (RL)*, atingindo diretamente o Amazonas, onde existem 21 municípios com Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI)”. (AC-18/07/2011)

(15) “**Segundo o governo**, *expectativas* do setor produtivo *em relação à anistia* a desmatadores prevista no projeto, foi um dos culpados pela escalada”. (AC-03/08/2011)

Os exemplos de (12) a (15) apresentam o que resumimos como ‘possível anistia e ocupação de APP’, decorrentes das discussões do Código Florestal. Em (12), as novas possibilidades que a lei ambiental poderia dispor estariam levando proprietários rurais a desmatar. Nesse exemplo, o desmatamento aparece como ‘derrubada ilegal’, diferente do que vimos em (1) e do que aconteceu em (33), ambos de OL-01/06/2011, e também em mais dois textos do *corpus* (OL-05/06/2011 e OL-30/10/2011), nos quais, de acordo com nossos dados,

ele foi representado como ‘desmatamento ilegal’. O trecho “constatou que entre os **desmatadores**” confirma que o termo ‘desmatamento’ é, geralmente, visto como negativo, não sendo empregada, por exemplo, a expressão ‘desmatadores legais’. Em (13), o relator do projeto da nova lei florestal, na Câmara dos Deputados, retira das disposições dessa lei a culpa pela redução florestal, enfatizando que quanto à (debatida) anistia haveria critérios “claros”, os quais estariam relacionados com a não concessão dessa dispensa para propriedades com áreas acima de quatro módulos fiscais, que variam, dependendo da região, de 20 a 400 hectares (conforme AC-01/06/2011). Dessa forma, o ator atribui a responsabilidade pelo desflorestamento aos proprietários rurais que não estariam levando em consideração a “clareza” da lei. Em (14), a secretária estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (do Amazonas) retoma a discussão sobre a ‘possível anistia e ocupação de APP’, situando a questão e defendendo a importância de se discutir tais possibilidades, sob o risco de atingir aquele Estado. Tal pauta é reivindicada por ela em reunião, que também foi iniciativa dela, entre os secretários de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia Legal. Em (15), aparece o governo federal atribuindo a culpa pelo evento ambiental às “expectativas do setor produtivo”. Nesse exemplo, é interessante notar que os agentes são agrupados em “setor produtivo”, o que atenua a posterior informação de que são incluídos como desmatadores, por terem explorado as reservas legais de suas propriedades.

Nos exemplos (12), (13) e (15), verificamos a presença do *recurso de atribuição por reconhecimento*, em “**diz** ele”, “o deputado Aldo Rebelo [...] **disse**” e “**segundo o** governo”. Esse recurso, conforme já salientamos, em termos de engajamento, na apresentação de dada informação vinculada a determinado ator, abre espaço para que outros posicionamentos sejam vislumbrados. Em (12), vemos também, assim como em (14), a ocorrência do *recurso de atribuição por distanciamento*, com o verbo ‘afirmar’. Vejamos: “Maia **afirmou** que a fiscalização constatou que entre os desmatadores foram encontrados 16 proprietários rurais que tinham licença ambiental e estavam fazendo a derrubada ilegal da floresta” e “a representante do Amazonas **afirma** ser importante inserir este tema na medida em que as propostas do projeto vão abrir a possibilidade de redução das áreas de Reserva Legal (RL)”. O uso desse recurso, nos dois casos, envolve a apresentação de argumentos atribuídos a autoridades. Ainda que o verbo sustente o que é defendido, a informação de que houve constatação pela fiscalização e de que é importante discutir sobre a lei florestal em decorrência das consequências previstas para o estado do Amazonas é enfatizada como sendo manifestação de posicionamento externo. Não há, portanto, expressa concordância do

divulgador. Nesse sentido, o engajamento do autor da matéria, com o emprego do *recurso de atribuição*, em todos os excertos citados, permite que outros possíveis posicionamentos externos possam participar do debate.

O debate em torno da ‘consequência do desmatamento’ aparece no *corpus* em um único exemplo do jornal *O Liberal*, mostrado a seguir:

(16) “**De acordo com os estudos** [[de pesquisa elaborada em parceria entre o IPAM, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Governo (CGEE)], cerca de 60% das emissões totais de GEE no Brasil são provenientes de desmatamento e queimadas, especialmente na Amazônia. O restante provém da queima de combustíveis fósseis na indústria, nos transportes e demais setores”. (OL-05/07/2011)

Nesse exemplo, temos a presença de dois âmbitos: *político* (governo federal) e *ecológico* (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM))⁹⁴. A referência é feita por meio do *recurso de atribuição por reconhecimento*. A consequência do desmatamento apontada na citação dos atores é a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera. No entanto, apesar de não aparecer na matéria, essa consequência está ligada ao aquecimento global, que, por sua vez, é responsável pelas mudanças climáticas. Segundo Nobre (2007), é consenso entre os cientistas quanto à principal causa do aquecimento global ser o acúmulo desses gases na atmosfera, em decorrência de atividades humanas. Nesse sentido, apesar de ser apresentada a consequência do problema, não sendo conhecida essa relação emissão de GEE/aquecimento global/mudanças climáticas, não dá para depreender o resultado disso na sociedade. A consequência, portanto, é representada como algo distante da realidade, já que não se relaciona às claras com esta.

Vejamos agora a análise da participação do *âmbito científico* na divulgação debate.

5.2.3 Âmbito Científico

A participação de atores do *âmbito científico* na divulgação, no jornal *O Liberal*, ocorreu em torno dos temas-debate ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código

⁹⁴ “O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) é uma organização científica, não-governamental e sem fins lucrativos que há 18 anos trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, pela justiça social e pela proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região” (Informação disponível em: <<http://www.ipam.org.br/o-ipam/Sobre-o-IPAM/1>>. Acesso em: 28 nov. 2013).

Florestal/desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’ e foi mais expressiva em relação ao primeiro tema. No *A Crítica*, o debate ocorreu em torno dos temas ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ e ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’, com a predominância do último.

No debate do tema ‘causa do desmatamento’, no jornal *O Liberal*, participaram os atores: pesquisador (sem referência à sua instituição) e os órgãos oficiais de pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Museu Emílio Goeldi, com mais participação do Inpe no *âmbito científico*, no *corpus* e nessa mídia. As causas elucidadas por esse âmbito foram: agricultura, mineração, falta de políticas públicas, ocupação demográfica e inter-relações, pecuária e estradas. A seguir, apresentaremos alguns exemplos que evidenciam os posicionamentos dos atores:

(17) “**Cezar Borges** [[do Museu Emílio Goeldi]] **explica** que ‘os resultados encontrados demonstram de maneira clara a *falta de políticas públicas* (sic) permitiram um desflorestamento significativo ao longo das estradas no Pará”’. (OL-09/05/2011)

(18) “Desde o início do *processo de ocupação da Amazônia* por povos não indígenas, pelo menos 2,6 bilhões de árvores foram eliminadas, **estima o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo ‘Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal’**, divulgado ontem. Quase metade dessa perda (1,2 bilhão de árvores) ocorreu no Estado do Pará”. (OL-02/06/2011)

(19) “Cerca de 60,6% de toda a área desmatada do Pará foi transformada em *pasto*, especialmente para a *criação de gado*. [...]. É o Estado com a maior área desmatada com essa finalidade. Mato Grosso, que aparece em seguida, registrou cerca de 137 mil Km². Em toda a Amazônia, essa porcentagem chega a 62,2%, do total de 720 mil km² desmatados. É o que **aponta o levantamento inédito realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)** divulgado ontem”. (OL-03/09/2011)

(20) “**Evaristo Eduardo de Miranda, um pesquisador** competente e corajoso, que fala a verdade, **afirma**, em entrevista ao Globo Rural, que: ‘A sustentabilidade deve ser discutida levando em conta as mudanças que ocorreram na atividade nas últimas décadas. Há mais de 20 anos, a *agricultura* vive uma retração territorial constante de mais de 2 milhões de hectares por ano. Entre os períodos de 1986 e 2006, a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas diminuiu cerca de 45 milhões de hectares, ocupando cerca de 30% do território nacional. Mesmo assim, existe um mito de que a agricultura brasileira é uma devoradora de espaços, engolindo florestas e cerrados”’. (OL-20/10/2011)

(21) “A terceira cidade mais desmatada em 2008, **segundo** o Inpe, é Cumaru do Norte. Lá, a *pecuária* é responsável pelo desmatamento de 5,7 mil Km². Em seguida, vem Santana do Araguaia, também amplamente explorada pela *criação de gado*, responsável por iguais 5,7 mil Km². Novo Repartimento, Água Azul do Norte, Santa Maria das Barreiras, Itupiranga e Paragominas ocupam as posições seguintes no desflorestamento **observado pelo Inpe**, provocado principalmente pelos empreendimentos pecuários nessas cidades”. (OL-09/11/2011)

Em (17), o pesquisador do Museu Emílio Goeldi, com base em pesquisa que conduziu, atribui à falta de políticas públicas a culpa pelo desmatamento ocorrido em estradas no Pará. Em (18), o IBGE insere a informação de que a redução florestal estaria associada ao processo de ocupação da Amazônia, mas não menciona quando se deu esse processo. Em

(19), são apresentados dados do Inpe e da Embrapa, em que a pecuária é apontada como responsável majoritária pela problemática na Amazônia. Essa responsabilidade, no que se refere aos dados do Pará, é, inicialmente, apresentada de forma sutil, uma vez que a “área desmatada do Pará foi **transformada** em pasto”, podendo dar a entender que a pecuária não causou desmate. O que é contradito em: “é o Estado com a maior **área desmatada** com **essa finalidade**”. Assim, apesar de haver desflorestamento, a área é representada como útil, já que se tornou pasto, ou seja, produtiva.

Em (20), em artigo de opinião, um economista introduz um pesquisador para sustentar seu posicionamento, realizando um procedimento comum na divulgação que é o de os mediadores inserirem vozes legitimadas na perspectiva de autenticar e tornar confiáveis os comentários que tecem (CALSAMIGLIA; CASSANY, 1999 *apud* CATALDI, 2003). Nesse posicionamento, a agricultura aparece como a causadora do desmatamento, mas, para refutar as acusações feitas a ela, essa possibilidade é apresentada como ‘mito’, o que desde o início da fala do pesquisador é defendido, ao se dizer que “a agricultura vive uma **retração territorial** constante” ou que “a **área ocupada** pelos estabelecimentos agrícolas **diminuiu**”. Em (21), novamente a “pecuária é responsável pelo desmatamento” e a cidade de Santana do Araguaia é “explorada pela criação de gado”. Nesse exemplo, a causa e os locais atingidos (nesse caso, as cidades) são apresentados, mas os agentes não são mencionados.

Na referenciação aos atores, nos exemplos (17), (18) e (20), identificamos o *recurso de atribuição por distanciamento*, com o emprego dos verbos ‘explicar’, ‘estimar’ e ‘afirmar’. Ainda que sejam apresentadas informações com embasamento, o posicionamento é atribuído explicitamente a outrem. A nosso ver, tais empregos poderiam se configurar como *recurso de declaração por endossamento*, pois insinuam certo comprometimento do divulgador com a voz externa. Mas, como são verbos da ordem do dizer ou que denotam previsões, como é o caso do ‘estimar’, entendemos que se encaixam mais na categoria *recurso de atribuição por distanciamento*. Para Ferrero (2011), ‘estimar’ é um verbo de opinião e, assim como ‘explicar’ (verbo divulgativo, segundo essa autora), não está orientado à interação. No entanto, a nosso ver, por não se configurarem como verdade única, eles permitem a abertura ao debate na divulgação, da mesma forma que em (21), com o *recurso de atribuição por reconhecimento* ‘segundo’.

Nos exemplos (19) e (21), podemos identificar o *recurso de declaração por endossamento*, com os verbos ‘observar’ (com sentido de ação) e ‘apontar’⁹⁵, acompanhados da apresentação de ações e resultados. Vejamos: “é o que **aponta o levantamento inédito realizado**” e “no desflorestamento **observado** pelo Inpe”. Assim, vemos a apresentação do que, doravante, chamaremos de argumento-prova⁹⁶, categoria que criamos para nos ajudar a distinguir os recursos de engajamento diante da ocorrência de verbos que deixam entrever o comprometimento do divulgador com a voz externa. Nesse caso, trata-se de argumento-prova porque são estudos/levantamentos que já aconteceram, portanto, não são inacabados e passíveis de dúvida. O engajamento do divulgador, nesses exemplos, é percebido com a apresentação desses posicionamentos embasados, que revelam a concordância da voz textual quanto à veracidade da informação, resultando na demonstração da confiabilidade deles. Dessa forma, há um fechamento para a possibilidade do debate.

No jornal *A Crítica*, o tema ‘causa do desmatamento’, no âmbito em questão, contou com a participação do Inpe e do IBGE, com a predominância do último. As causas elucidadas por esse âmbito foram: agricultura (sem determinar o tipo), ocupação demográfica e inter-relações, área de proteção ambiental (como local/causa do evento) e sojicultura. Vejamos os seguintes exemplos:

(22) “**Segundo informações do Inpe**, as imagens de satélite [[de desmatamento na Terra Indígena Maraiwatsede, no Mato Grosso]] dão a impressão de que se trata de uma *área* que vem sendo degradada há algum tempo, visto que um polígono semelhante a esse foi detectado em setembro de 2009”. (AC-24/05/2011)

(23) “[...] e **os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)** mostram que a derrubada de árvores avança também em *áreas protegidas* da Amazônia Legal”. (AC-15/10/2011)

(24) ““A *soja* ocupou as áreas de cerrado, no topo das chapadas. [...] Ao contrário da vegetação natural, a lavoura impermeabiliza o solo, faz com que a água escorra, promovendo enchentes, e, ao mesmo tempo, reduz a vazão dos rios’, **explica Pedro Leal Bezerra, da gerência de recursos naturais do IBGE**”. (AC-30/12/2011)

Em (22), o desflorestamento é apresentado como uma degradação. Segundo Grisi (2007, p. 72), degradação ambiental é uma ação que implica em reduzir determinado recurso natural renovável a um nível que se considere de produção sustentável, “ou seja, refere-se à

⁹⁵ Ferrero (2011) classifica o verbo ‘apontar’ como sendo um verbo de observação, que dá à informação um caráter não assertivo. No entanto, no exemplo em questão, esse verbo assume o teor de argumento-prova (vide nota 96), o que resulta, até certo ponto, em informação inquestionável.

⁹⁶ Chamamos aqui de argumento-prova a ocorrência da argumentação que apresenta dados comprobatórios da perspectiva defendida. Criamos essa categoria a fim de que nos ajudasse a diferenciar *recurso de atribuição por distanciamento* e *recurso de declaração por endossamento*, quando da ocorrência de verbos que revelam certo comprometimento do divulgador com a voz externa, mas que podem ser apenas previsões e não afirmações assertivas.

exploração⁹⁷ até uma taxa de reconstituição natural”. No exemplo, o evento é representado por uma forma geométrica (um polígono). Não consta, explicitamente, a causa nem os causadores. Em narrativa anterior, há a informação de que a região atingida pela ação em questão trata-se de Área de Proteção Ambiental (APA), associando, assim, a problemática a possíveis responsáveis. Em (23), em outra situação, o mesmo ator social, o Inpe, reforça que o desmate tem aumentado em áreas protegidas. Além disso, em (22) e (23), aparece apenas o local dessa ação. Em (24), de acordo com o IBGE, contextualizando o problema no Maranhão, a causa do desmate em área protegida seria a sojicultura.

A representação dos atores no exemplo (22) envolve o emprego do *recurso de atribuição por reconhecimento*. Já em (24), temos a presença do *recurso de atribuição por distanciamento*, com o emprego de citação direta acompanhada da fonte da informação e do verbo ‘explicar’, o qual ajuda a afastar o comprometimento do divulgador com a informação divulgada e abre espaço para o debate. Em (23), por sua vez, temos a manifestação do *recurso de declaração por endossamento*. A voz textual endossa a informação do Inpe, já que destaca que são apresentadas provas, por meio do uso do verbo ‘mostrar’, dando, assim, o teor de inquestionável para o posicionamento apresentado e limitando o debate.

No debate da ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, no *O Liberal*, o único ator que apareceu na divulgação foi o IBGE e a causa mencionada foi a ‘possível anistia e ocupação de APP’. Segue o exemplo:

(25) “A **pesquisadora Rosângela Garrido** [[do IBGE]] **destaca** que os maiores estoques de carbono no solo estão em áreas de manguezal e campinarana, ameaçadas por *mudanças de regras de preservação previstas* no Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados”. (OL-02/06/2011)

No exemplo anterior, a causa do desmatamento aparece atrelada aos dispositivos do novo Código Florestal (nesse caso, a permissão da exploração de APP). No excerto, a informação assume a função de alerta quanto a serem desmatadas as áreas, identificadas como estando “ameaçadas”, em função da possível emissão de gás carbônico, que é, segundo Belmiro Castro (2010), de todos os gases existentes na atmosfera, o maior responsável pelo efeito estufa. Nesse exemplo, temos o emprego do recurso de engajamento de *atribuição por distanciamento*, ocultando o envolvimento da voz textual.

⁹⁷ Segundo o Houaiss (2009), ‘explorar’ tem a seguinte acepção: “extrair proveito econômico de (área, terra etc.), especialmente quanto aos recursos naturais”.

No jornal *A Crítica*, por sua vez, o tema-debate ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ contou com a participação de pesquisadores, ligados ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em Inglês), e da instituição de pesquisa ‘Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência’ (SBPC), com a predominância dos primeiros. As causas da problemática apontadas como decorrentes das novas disposições da lei ambiental foram: agropecuária (inter-relacionadas), pecuária, e possível anistia e ocupação de APP. Vejamos alguns exemplos:

(26) ““O problema é o aumento do desmatamento em alguns estados, isso é um mau sinal. Com a *aprovação do código, poderemos estar favorecendo* essa situação. [...]. Mas o que passou é muito ruim”, **afirmou Pinguelli**”. (AC-30/05/2011)

(27) “**Ela** [[presidente da SBPC]] **criticou** o fato de que, em nome de interesses restritos, lideranças ruralistas e ambientalistas **tenham dado as costas** para as possibilidades que a ciência tem a oferecer para a definição de regras e parâmetros que harmonizem a preservação ambiental e a *produção agrícola*”. (AC-18/07/2011)

O exemplo (26) apresenta o posicionamento de um pesquisador brasileiro ligado ao IPCC. Nesse exemplo, o desmatamento é associado à possibilidade de o novo Código Florestal (na ocasião, aprovado pela Câmara dos Deputados) ser conivente com o evento. O ator apresenta essa aprovação como “um mau sinal” e confirma seu posicionamento em: “o que passou é muito ruim”. Também em relação à possível anistia e ocupação de APP e outras disposições da lei ambiental, (27) apresenta o posicionamento da presidente da SBPC, por meio do qual é indicada a agricultura como a causa do desflorestamento. Nesse exemplo, a fala da pesquisadora é representada como uma crítica e, ao mesmo tempo, uma denúncia de que a lei florestal não teria a colaboração da ciência, em função das divergências entre ruralistas e ambientalistas, os quais não teriam considerado os conhecimentos científicos na elaboração da lei.

A representação dos atores nos excertos anteriores apresenta o emprego do *recurso de atribuição por distanciamento*, com os verbos ‘afirmar’ e ‘criticar’. Podemos perceber a avaliação do autor da matéria quanto ao posicionamento divulgado, com o verbo ‘criticar’, mas a adesão ao posicionamento é afastada por meio da atribuição a uma segunda pessoa.

O debate no jornal *O Liberal* em torno da ‘consequência do desmatamento’ também contou apenas com a participação do IBGE. A consequência mencionada foi o aquecimento global. Vejamos:

(28) “**Segundo Rosangela** [[geógrafa e pesquisadora da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE]], as áreas de concentração de *carbono* no solo no País são no norte da Amazônia; centro sul de Roraima, e nos litorais do Pará e do Maranhão. A **técnica explica** que o dado é importante, tendo em vista que a preocupação com o desmatamento de áreas deste tipo”. (OL-02/06/2011)

No exemplo acima, a pesquisadora é introduzida a partir do *recurso de atribuição por reconhecimento*, mas, logo em seguida, há o emprego da *atribuição por distanciamento*. Há, portanto, evidente afastamento do comprometimento do divulgador com a questão divulgada. A consequência do desflorestamento é apresentada veladamente, qual seja, a emissão de gás carbônico, que aqui resumimos como sendo o aquecimento global, conforme explicamos na análise do exemplo (16) (*vide* a seção 5.2.2). Assim, a preocupação com o desmatamento em “áreas de concentração de carbono” representa a preocupação com essa consequência, mas essa consequência não é esclarecida.

No jornal *A Crítica*, o debate sobre as consequências do desmatamento apareceu atrelado às discussões do novo Código Florestal. Esse tema foi o mais representativo nesse jornal quanto ao *âmbito científico*. Participaram desse debate pesquisadores ligados ao IPCC e um pesquisador/articulista, com a predominância dos primeiros, que também foram os mais representativos na divulgação feita pelo jornal do Amazonas, quanto ao âmbito em questão. Como consequências foram citados: o aquecimento global, as mudanças climáticas e o não cumprimento de metas de redução de GEE pelo Brasil. Observemos os exemplos:

(29) “**A cientista** [[do IPCC]] **alertou** que haverá *mudanças climáticas* imediatas no Brasil e na América do Sul com o aumento da derrubada de florestas para abrir espaço à agricultura e à pecuária, [...]”. (AC-30/05/2011)

(30) “**Para a cientista Suzana Kanh**, as *posições internacionais assumidas pelo país* serão prejudicadas, se o Senado não mudar o texto do código aprovado pela Câmara ou se a presidenta da República, Dilma Rousseff, não apresentar vetos”. (AC-30/05/2011)

(31) “*A emissão de gases efeito estufa, que causa o aquecimento global*, é feita principalmente pelos países industrializados e pela queima de petróleo, gás e carvão mineral. Entretanto, 12 a 20% desses gases são associados ao desmatamento e agricultura. Se por um lado o desmatamento é um problema, por outro é uma possível solução” (Engenheiro florestal, em artigo de opinião). (AC-04/12/2011-2)

O exemplo (29) apresenta, além das consequências do desflorestamento, as causas relacionadas com o evento, com a informação de que a floresta é substituída pela agropecuária. A informação sobre as consequências (neste caso, ‘mudanças climáticas’) assume a função de advertência, a partir do emprego do verbo ‘alertar’, do verbo ‘haver’ no modo futuro do presente e do adjetivo “imediatas”. Em (30), novamente, os interesses

políticos do país são apresentados como prioritários. O desmatamento que seria gerado pelas disposições do novo Código Florestal prejudicaria “as posições internacionais assumidas pelo país”, que são atreladas ao não cumprimento de metas de redução de GEE. Nesse caso, a informação sobre a questão reforça a função de alerta manifestada em (29), delegando ao Senado e à presidente do Brasil a missão de impedir tais prejuízos.

Em (31), a responsabilidade da emissão de GEE pelo desmatamento é colocada em segundo plano. A culpa é atribuída, prioritariamente, a países industrializados (o que exime o Brasil) e a fontes de energia (petróleo, gás e carvão mineral). A apresentação do desflorestamento separado da agricultura, como causadora secundária da emissão, dá a impressão de serem ações desassociadas. Além disso, a redução florestal assume uma possível função de solução frente à economia do país, ao se cogitar que isso poderia gerar benefícios para o país. Nesse caso, o benefício seria o recebimento de investimento de países industrializados para que o país reduzisse esse evento, em “uma relação custo-benefício” (AC-04/12/2011-2), como o mecanismo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), o que retira do desmatamento o caráter de problema para a sociedade.

Em (29), a cientista é apresentada a partir do *recurso de declaração por endossamento*, por meio do qual podemos perceber a concordância do divulgador com a informação divulgada, uma vez que a inserção do verbo ‘alertar’ denota a indicação de que há perigo em relação a algo. Dessa forma, há certo comprometimento da voz textual com a voz externa. No exemplo (30), temos o emprego do *recurso de atribuição por reconhecimento*, que possibilita a abertura para o debate. Em (31), por sua vez, temos a presença do *recurso de consideração*, com a apresentação da possibilidade de o Código Florestal ser uma solução. Temos, portanto, exceto em (29), a manifestação de recursos que dão espaço para a negociação de pontos de vista.

Vejamos agora a análise da participação do *âmbito ambiental* na divulgação debate.

5.2.4 Âmbito Ambiental

A participação de atores do *âmbito ambiental* na divulgação, tanto no jornal *O Liberal* quanto no *A Crítica* ocorreu somente em torno do tema-debate ‘causa do desmatamento’.

No jornal *O Liberal*, o único representante do âmbito em questão que participou do debate foi o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que foi também o mais expressivo desse âmbito. As causas do desmatamento apontadas foram: especulação imobiliária, exploração madeireira, pecuária e siderúrgica. Seguem abaixo alguns exemplos:

(32) “Os três maiores desmates, **segundo o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis [Ibama], Ramiro Hofmeister Martins-Costa**, são de *peessoas que não são do Mato Grosso*. ‘Não tenho dúvidas de que eles estão pensando em ganhos imobiliários’”. (OL-14/05/2011)

(33) “‘A atuação do Ibama em Ulianópolis já soma 7,5 mil hectares de áreas embargadas por desmatamento ilegal, principalmente para a *pecuária*. Sobre as denúncias de *ilícitos ambiental* na fazenda Nova Vida, o **Ibama informa** que a propriedade é palco de graves conflitos agrários e o instituto aguarda a pacificação do local pelas autoridades policiais para poder agir [[de nota divulgada pela superintendência do Ibama]]’”. (OL-01/06/2011)

(34) “Acendeu o sinal amarelo na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, com a **divulgação, pelo Ibama**, dos números do desmatamento decorrente da atividade da *indústria siderúrgica* no Pará. O que se diz é que, em apenas quatro anos, foram desmatados quase 30 mil metros cúbicos de floresta, para produção de cerca de 1 mil metros cúbicos de carvão vegetal”. (OL-29/11/2011)

O exemplo (32)⁹⁸ apresenta possíveis agentes causadores do desflorestamento e como causa a especulação imobiliária. Considerando que, muitas vezes, apareceu no *corpus* a categorização dos causadores do evento sob o rótulo de “Estado X” ou “Estado Y” como lideranças no desmatamento, a apresentação da informação de que os responsáveis pela ação não são do Estado do Mato Grosso, nesse caso, atua como uma defesa da população local e, ao mesmo tempo, como uma denúncia de que o problema tem origem externa ao estado citado. Esse exemplo também representa a redução florestal como resultado de interesses econômicos individuais, nesse caso, ganhos imobiliários.

Em (33), a pecuária aparece como a causa principal do problema e também de “ilícitos ambiental”, sem se determinar as ações contra o meio ambiente que isso envolve. Nesse exemplo, outros problemas aparecem atrelados à falta de controle da redução florestal: os conflitos agrários e a limitação da atuação do Ibama diante deles. Como já foi mencionado anteriormente, nesse exemplo o desmatamento também é classificado como ilegal, como em (1), ambos do mesmo texto, destacando, assim, o fato de ser uma ação negativa. Em (34), a causa apontada é a indústria siderúrgica. Apesar de os dados divulgados sobre a contribuição

⁹⁸ O exemplo (32) faz parte de uma mesma matéria publicada nos dois jornais da pesquisa. A matéria OL-16/05/2011 é uma redução de OL-14/05/2011 (o reaproveitamento do texto ocorreu na integralidade, sofrendo alteração na manchete e na linha fina) e também foi publicada no *A Crítica* (no *corpus*, identificada como AC-14/05/2011), com redução do texto que *O Liberal* publicou e com pequenas alterações no final. Foi escolhida para a análise a notícia do jornal *O Liberal* por ser a mais completa, se comparada a que o *A Crítica* publicou.

da siderurgia para o problema em questão serem atribuídos ao Ibama, o jornal insere esses dados de forma “impessoalizada”, com o “diz-se”, podendo, assim, causar dúvida quanto a quem forneceu a informação e quanto à veracidade dessa.

Nos exemplos (32), (33) e (34), temos a presença do *recurso de atribuição por reconhecimento*, a partir da conjunção ‘segundo’, do verbo ‘informar’ e da nominalização ‘divulgação’, respectivamente. Em todos esses excertos, a apresentação dos posicionamentos não fecha a possibilidade para que outras vozes se insiram no debate.

No jornal *A Crítica*, participaram do debate na divulgação, pela esfera *ambiental*, o Ibama e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o predomínio do primeiro. As causas do desmatamento que apareceram foram: agricultura, assentamento do Incra especulação imobiliária e exploração madeireira. Vejamos os exemplos:

(35) “O **superintendente do Ibama** em Mato Grosso, **Ramiro Hofineister de Almeida Martins-Costa**, afirmou que, além da *especulação imobiliária e de agricultores* que desmataram para plantar grãos, também há casos de falta de informação por parte de produtores que arrendaram terras e estavam *retirando madeira*, acreditando que o desmatamento tinha sido legalizado”. (AC-20/05/2011)

(36) “**Segundo o Ibama**, as multas são relativas à instalação de projetos de *assentamento agrário* sem o devido licenciamento ambiental e também pela destruição de áreas de florestas dentro dos projetos criados pela autarquia”. (AC-15/10/2011)

(37) ““O Incra cumpre a legislação ambiental e não comete crime ambiental. O desmatamento em assentamentos é cometido pelo *proprietário ou por quem arrenda a terra*. Normalmente, na maioria dos casos, há *madeireiros* que arrendam vários lotes e até pressionam o pequeno agricultor para desmatar. Ameaçam e matam as lideranças que atrapalham o *negócio da madeira*. Há pressão do comércio local, as *serrarias*, que compram essa madeira. Portanto, não é a política de reforma agrária que é a causa do desmatamento. E multar o Incra não resolve o problema. A questão é como estancar a derrubada da floresta, que ocorre inclusive em áreas de proteção ambiental’, **disse Lacerda** [[presidente do Incra]].” (AC-15/10/2011)

O exemplo (35) apresenta várias causas do desmatamento (especulação imobiliária, exploração madeira e agricultura – representada pelo ‘plantio de grãos’) e possíveis causadores: agricultores e produtores. A informação de que os “agricultores [...] desmataram para plantar grãos” serve de esclarecimento sobre o que levou ao desflorestamento. Por outro lado, a causa ‘exploração madeireira’ aparece associada a produtores, sem se mencionar o que eles produzem. A estes é atribuída a causa do problema como sendo a falta de informação, como se pode depreender em “acreditando”, o que demonstra falta de certeza ou de conhecimento. Essa falta de informação teria gerado o equívoco de que “o desmatamento tinha sido legalizado”. Dessa forma, seja pela omissão do tipo de atividade, pela representação como “produtores”, pela atribuição de falta de informação, ou porque teriam

cometido engano, a responsabilidade desses agentes quanto à redução florestal é atenuada. Nesse exemplo, podemos notar também que o próprio Ibama retira sua culpa pela problemática, já que é sua função fiscalizar para evitar essa ação. Em (36), a culpa pelo evento é atribuída ao assentamento agrário de responsabilidade do Incra, o qual estaria instalando os projetos de assentamento sem a concessão da licença que é dada pelo Ibama. Sem mencionar as causas, há a informação de que estaria acontecendo a redução florestal dentro dos projetos, o que teria como agentes os próprios assentados, como é mostrado na matéria. No entanto, a culpa também recai sobre o Incra, uma vez que se pode depreender que há falta de fiscalização, que os projetos são mal instalados e que a reforma agrária é deficiente.

Em (37), o representante do Incra, na condição de acusado por colaborar com o problema, argumenta que o órgão “**cumpre a legislação ambiental e não comete crime ambiental**”; aponta possíveis culpados e ressalta: “não é a política de reforma agrária **que é a causa** do desmatamento”; protegendo, assim, a identidade funcional desse órgão, qual seja, de “implementar a política agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o **desenvolvimento sustentável**”⁹⁹. Em seguida, o representante, ainda em defesa do Incra, exime-o da culpa, apresentando uma série de fatores que teriam gerado o desmate nos assentamentos, fazendo com que essa defesa assuma um caráter de denúncia, uma vez que a ação de multar do Ibama pode ser assemelhada a um gesto mecânico que não surte resultado. Com a enumeração dos problemas envolvidos na questão (como: ameaça, morte de liderança, disputa e interesses comerciais) e com a inserção de que o desflorestamento “ocorre inclusive em áreas de proteção ambiental”, o posicionamento do ator reforça-se, a nosso ver, como uma denúncia da falta de controle sobre a questão.

A representação dos atores nos excertos de (35) a (37) envolve o emprego do *recurso de atribuição*. Temos a categoria de *distanciamento* no primeiro, com o verbo ‘afirmar’, e de *reconhecimento* nos demais, com a conjunção ‘segundo’ e com o verbo ‘dizer’. Dessa forma, temos estruturas que podem favorecer o debate diante do que é divulgado, por dar margem para que vozes alternativas sejam aceitas.

Vejamos agora a análise da participação do *âmbito ecológico* na divulgação debate.

⁹⁹ Informação disponível em: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_INCRA/>. Acesso em: 28 nov. 2013.

5.2.5 Âmbito Ecológico¹⁰⁰

A participação de atores do *âmbito ecológico* na divulgação, no jornal *O Liberal*, ocorreu em torno dos temas-debate ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’, sendo mais recorrente o primeiro. No *A Crítica*, o debate ocorreu em torno dos dois primeiros e da ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’, com mais expressividade do tema ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’.

Os atores desse âmbito que participaram da divulgação no jornal *O Liberal*, em relação à ‘causa do desmatamento’ foram: Greenpeace, Instituto World Watch e Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), com a predominância do último nesse tema e no *âmbito ecológico*. As causas apontadas foram: assentamento do Incra, construção de hidrelétricas, falta de políticas públicas, ocupação demográfica e inter-relações, pecuária, rodovias e inter-relações e sojicultura. Vejamos essa participação:

(38) “**Segundo o pesquisador** [[Adalberto Veríssimo, do Imazon]], em Rondônia, por exemplo, tem ocorrido derrubada da floresta por influência de *obras federais como a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira*”. (OL-18/06/2011)

(39) “Na avaliação por situação fundiária da terra sob risco, **o Imazon concluiu** que a maior parte das áreas vulneráveis está em *propriedades privadas ou em conflitos por posse*: 65% do total. Os *assentamentos de reforma agrária* abrigam 24% das florestas sob risco. O restante está em *unidades de conservação e terras indígenas*, onde, teoricamente, não deveria haver nenhuma derrubada ilegal”. (OL-16/07/2011)

(40) “**Sanae** [[pesquisadora do Imazon]] **informa** ainda que 22 km² de floresta foram derrubados em *assentamentos de reforma agrária*, principalmente no Amazonas e no Pará. No ranking

¹⁰⁰ O termo ‘ecológico’ foi escolhido para denominar o âmbito social que abarca as ONG devido ao fato de as que aparecem nos nossos dados terem como foco a defesa do equilíbrio entre o homem e o seu meio natural. O *âmbito ecológico* não se confunde com o *âmbito ambiental* por este envolver apenas os órgãos oficiais responsáveis por fiscalizar, controlar e implementar políticas e leis ambientais. Fazem parte daquele âmbito: 1) **Movimento SOS Florestas**: mobilização que envolve diversas ONG e surgiu, em 2011, contra as mudanças no Código Florestal; 2) **IMAZON**: OSCIP que defende ter a missão de “promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional”; 3) **CAN**: rede mundial que envolve mais de 850 ONG e atua em mais de 90 países, com a proposta de trabalhar para “promover ações governamentais e individuais para limitar as alterações climáticas induzidas pelo homem a níveis ecologicamente sustentáveis” (tradução nossa); 4) **Greenpeace**: organização global que se propõe a “proteger o meio ambiente, promover a paz e inspirar mudanças de atitudes que garantam um futuro mais verde e limpo para esta e para as futuras gerações”; 5) **Instituto World Watch**: instituto que tem como proposta trabalhar “para acelerar a transição para um mundo sustentável o qual atenda às necessidades humanas” (tradução nossa); 6) **IPAM**: organização que se propõe a trabalhar pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia, o qual considere o crescimento econômico, a justiça social e a proteção da integridade funcional dos ecossistemas amazônicos. Informações disponíveis, respectivamente, em: <<http://www.sosflorestas.com.br/>>; <<http://www.imazon.org.br/institucional/>>; <<http://www.climatechange.org/>>; <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>>; <<http://www.worldwatch.org/mission>>; <<http://www.ipam.org.br/o-ipam/Sobre-o-IPAM/1>>. Acesso em: 28 Nov. 2013.

divulgado pelo Imazon, o assentamento Rio Juma, em Apuí (AM) (sic) foi o que mais derrubou árvores no mês passado (7,1 km²)”. (OL-23/07/2011)

(41) “A *produção de carne* cresceu 20% no planeta de 2000 a 2011, por causa do aumento do consumo em proporção maior que o crescimento da população global, **segundo relatório do Instituto World Watch. O relatório diz** que isso tem provocado enormes impactos ambientais, principalmente na região amazônica, onde aproximadamente 80% das terras desmatadas se tornam pasto”. (OL-30/10/2011)

Em (38), o desmatamento é associado com a construção de usinas hidrelétricas. Em (39), as causas envolvem o que classificamos como ‘ocupação demográfica e inter-relações’, abarcando o desmate em (e decorrente de) áreas com conflitos agrários, assentamentos de reforma agrária e áreas protegidas. Essas áreas são descritas como “áreas vulneráveis” e “florestas sob risco”, apresentando-se, assim, um alerta quanto a elas, por dar a entender que são propensas ao desmate. Ao mesmo tempo, a informação de que essa perda acontece em áreas “onde, teoricamente, **não deveria haver nenhuma** derrubada ilegal” assume o caráter de cobrança. Assim como em (12), em (39), a derrubada é classificada como ilegal, restringindo que, por se tratar de área de conservação, não deveria estar “fora da lei”; e em (12) era porque os proprietários rurais possuíam licença ambiental. Logo, em ambos os casos, a ação é destacada como reprovada.

Em (40), o desflorestamento é associado, novamente, a assentamentos. Interessante notar é que, geralmente, quando é divulgado o índice desse evento, isso é feito como em “o **assentamento** Rio Juma, em Apuí (AM) (sic) **foi** o que mais derrubou árvores”. Dessa forma, aparece o local do desmate, mas não aparecem as reais causas tampouco os responsáveis. Em (41), semelhante ao que aconteceu em (19), apesar de ser apresentada a relação pecuária (“produção de carne”) e redução florestal, a construção textual “80% das terras desmatadas **se tornam** pasto” causa um efeito atenuador do responsável pelo evento, uma vez que pode parecer que o pasto foi um aproveitamento dessas terras e não a fonte dessa redução.

Em todos os exemplos acima, a apresentação dos posicionamentos dos atores-fontes ocorre a partir do *recurso de engajamento de atribuição*. Apenas (39) envolve a categoria *distanciamento*, com o emprego do verbo ‘concluir’, e os demais envolvem a *atribuição por reconhecimento*, com o uso dos recursos ‘segundo’, ‘informa’ e ‘diz’. Nesse sentido, temos, novamente, o favorecimento da abertura para o debate na divulgação, conforme já evidenciamos anteriormente.

A divulgação da ‘causa do desmatamento’ no *A Crítica* contou apenas com a presença do Imazon, que apontou as seguintes causas: ocupação demográfica e inter-relações e rodovias e inter-relações. O exemplo desse jornal que classificamos nessa categoria é

correspondente a (39), de matéria publicada pelo *A Crítica* e pelo *O Liberal*, respectivamente, AC-17/07/2011 e OL-16/07/2011¹⁰¹. Sendo assim, quanto ao tema-debate em questão no âmbito ecológico, não apresentaremos a análise das matérias do jornal amazonense.

O debate do tema ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, no *O Liberal*, contou com a participação do Greenpeace e do Imazon. Apareceram como causas: a pecuária e a possível anistia e ocupação de APP. Seguem abaixo os exemplos:

(42) “**De acordo com o pesquisador** [[Adalberto Veríssimo, do Imazon]], o que tem acontecido também é uma derrubada da vegetação devido à *especulação em volta do novo Código Florestal*, que modifica as regras na legislação ambiental e rural do país”. (OL-18/06/2011)

(43) ““Pelas declarações do senador Jorge Viana, pelas disposições feitas no Senado, que apresentou um debate muito mais racional (em relação ao da Câmara dos Deputados), acredito, (sic) que o relatório dele será bem mais equilibrado entre proteção e conservação dos recursos florestais e *produção agropecuária*. É um relatório que aponta para a convergência, até porque o relator Jorge Viana, (sic) conhece muito bem esses dois lados: o do *agronegócio* e o da proteção e conservação das florestas’, **destaca Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Imazon** no Pará”. (OL-07/11/2011)

(44) “**Ele** [[Paulo Adário, do Greenpeace]] **afirma** que com a *consolidação das informações por parte do governo*, que será divulgada apenas em 2012, há risco de aumentar o índice de devastação da Amazônia Legal”. (OL-06/12/2011)

No exemplo (42), a causa é associada com as disposições do novo Código Florestal, as quais estariam gerando “especulação”. Segundo o Houaiss (2009), especulação possui, dentre outras, as seguintes acepções: “conjectura maldosa ou sem base em fatos concretos” e “operação financeira que visa obter lucros sobre valores sujeitos à oscilação do mercado”. Trazemos essas duas acepções por considerarmos que se aplicam ao termo no contexto. No primeiro caso, a “especulação em volta do novo Código Florestal” que estaria gerando o desmatamento estaria ligada à interpretação equivocada de proprietários de terras ou produtores rurais. No segundo caso, estaria relacionada à especulação imobiliária, como em (6), (32) e (35), o que se justifica se relacionarmos a acepção à sua rubrica, que é a Economia. Por outro lado, considerando as duas acepções, a informação sobre o motivo do desflorestamento pode ser associada a ganhos econômicos¹⁰².

¹⁰¹ AC-17/07/2011 é a mesma matéria OL-16/07/2011 (da Agência Brasil). A diferença é que, no *A Crítica*, o último parágrafo da notícia foi reduzido e alocado em ‘box’ e o texto não apresenta assinatura, ao passo que *O Liberal* publicou o texto completo e assinado. Na análise dos posicionamentos dos atores sociais, consideramos apenas a versão mais completa da matéria repetida: OL-16/07/2011.

¹⁰² Essa concepção é corroborada por Fearnside (2006, p. 396) ao sustentar que “o mero anúncio de projetos de construção e de melhoria de rodovias leva a uma **corrida especulativa de terra**, com ‘grileiros’ (grandes pretendentes ilegais de terra) frequentemente **tomando posse de áreas extensas em antecipação de lucros** oriundos do rápido aumento do preço da terra, uma vez que a rodovia esteja completa” (grifos nossos).

Em (43), em seu posicionamento sobre os rumos da reformulação da lei ambiental, o ator menciona, ainda que indiretamente, a agropecuária como sendo causa do desmatamento. No exemplo, o ator apresenta suas expectativas de que o relator do projeto no Senado estabeleça a conciliação entre os dois lados em torno dos quais o debate sobre a lei estaria girando, quais sejam, o ruralista e o ambientalista. O representante do Imazon também justifica seu ponto de vista e ainda tece uma crítica ao dizer que “pelas disposições feitas no Senado [...] apresentou um **debate muito mais racional** (em relação ao da Câmara dos Deputados)”. Em (44), o ator representante da ONG Greenpeace, em matéria publicada no dia da votação da lei em questão, no Senado, aponta as disposições do novo Código Florestal como sendo causas da problemática em questão. Nesse caso, ainda que o projeto fosse votado, a nova lei só seria definida com a “consolidação das informações por parte do governo”, o que podemos depreender que seria a sanção da lei pela Presidente da República, o que ocorreu no dia 25 de maio de 2012. Portanto, a responsabilidade do possível aumento do evento, nesse posicionamento, passa a ser atribuída ao governo federal.

Quanto ao engajamento do divulgador, os exemplos de (42) a (44) envolvem o *recurso de atribuição*, com a predominância da categoria *distanciamento*, exceto em (42) com a manifestação da categoria *reconhecimento*. Em todos os casos, a nosso ver, o comprometimento do autor da matéria com a informação divulgada só não é instaurado em decorrência de esse recurso atrair a atenção para a subjetividade da voz externa. Segundo White (2004), esse recurso supõe ou invoca vozes alternativas, o que resulta na expansão dialógica. Podemos também sustentar que, em alguns casos, essas estruturas disfarçam ou apagam a adesão da voz textual à voz externa, mas não impedem o destaque dado à informação, o que pode ser outro meio de atrair novas vozes para o debate.

No *A Crítica*, participaram do debate do tema ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ o movimento SOS Florestas (predominante no âmbito em questão nesse jornal) e a Rede de Ação Climática (CAN, na sigla em inglês). Como causas da problemática motivada pela lei ambiental em questão, esses atores apontaram a possível anistia e a ocupação de APP e outras disposições dessa lei. Observemos os exemplos:

(45) “Uma **nota técnica** assinada pelo **movimento SOS Florestas**, que reúne sete ONGs (entre as quais Greenpeace e WWF Brasil) **aponta** 19 falhas na proposta do *novo Código Florestal* e **afirma** que o texto ‘*incentiva novos desmatamentos*’ e permite uma ‘*isenção quase generalizada*’ aos infratores ambientais”. (AC-01/06/2011)

(46) “**Organizações ambientalistas internacionais** [[da CAN]] **acusaram** o Brasil de estar acendendo ‘uma verdadeira bomba de carbono’ com a reforma do *Código Florestal*”. (AC-04/12/2011-1)

No exemplo (45), as causas do problema ambiental são apresentadas juntamente com a denúncia de possíveis falhas (apontadas pelo divulgador) no Código Florestal. Assim, tais falhas, por exemplo, causariam o desmate por meio de incentivo dado a desmatadores por meio da isenção. No entanto, há certo cuidado ao se sustentar que a lei concederia tal isenção. O uso da expressão “isenção quase generalizada” (o que podemos entender como sendo a fala do movimento) destaca esse cuidado. A abertura da lei estaria na não determinação de prazos que impedissem “agricultores” de se adequarem aos dispositivos da nova lei florestal quanto à isenção do reflorestamento de reservas florestais desmatadas (*vide* AC-01/06/2011). Nesse exemplo, é interessante notar que apenas uma categoria aparece como agentes envolvidos no desmatamento: os agricultores. Dessa forma, pode-se entender que somente essa categoria poderia ser beneficiada com a lei. Em (46), a ‘possível anistia e ocupação de APP’ – que resumimos como uma causa atrelada à lei em questão, mas que também envolve outras disposições debatidas, mas que não são mencionadas – é representada pelo ato de se acender “uma verdadeira bomba de carbono”. Nesse caso, o desflorestamento é apontado, indiretamente, de colaborar com as emissões de gás carbônico para a atmosfera, o que teria se desencadeado pelas discussões e polêmicas da lei reformulada e, na ocasião da matéria, a dois dias de ser votada no Senado.

Em relação ao engajamento da voz textual nos exemplos acima, temos, em (45) e em (46), respectivamente, com os verbos ‘afirmar’ e ‘acusar’, a presença do *recurso de atribuição por distanciamento*. Esse recurso permite a abertura ao debate e atribui às fontes citadas a responsabilidade quanto às informações sobre a nova lei florestal poder agravar o problema e o Brasil estar se constituindo numa ameaça para o meio ambiente e/ou para o mundo. Em (45), também temos a presença do *recurso de declaração por endossamento*, com o verbo ‘apontar’. O emprego desse recurso serve para apresentar a existência de falhas no novo Código Florestal proposto e para ilustrar o que seria uma falha. Nesse sentido, podemos notar o engajamento do divulgador ao apresentar tais informações como sendo verdadeiras, já que são visíveis ou apontadas. Portanto, há o que White (2004) chama de contração dialógica, o que para nós é a limitação/fechamento da possibilidade do debate.

No que se refere ao debate em torno da ‘consequência do desmatamento’, o *âmbito ecológico* foi representado, no jornal *O Liberal*, pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da

Amazônia (IPAM) e pelo Imazon. A consequência apontada pelos atores foi o aquecimento global. A seguir, apresentaremos o seguinte exemplo¹⁰³:

(47) “O **Imazon estima** que o desmatamento em junho provocou a emissão *de 6,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2) equivalente* - medida que considera todos os gases de efeito estufa”. (OL-23/07/2011)

No exemplo acima, o desflorestamento é apresentado como responsável pela emissão de GEE e essa apresentação é feita na ordem direta S+V+P (sujeito, verbo e predicado), o que o coloca na condição de agente do problema: a emissão de gases estufa. No *corpus*, essa construção que dá destaque à problemática ocorreu poucas vezes. Identificamos tal ocorrência em dois outros exemplos que não apresentamos na análise, mas constam na lista completa, e em (31). Vejamos estes dois exemplos: “O desmatamento não trouxe desenvolvimento” (OL-03/09/2011) e “o desmatamento pode ser mais barato” (OL-30/10/2011). O primeiro faz parte do posicionamento de um representante do Inpe e o segundo (assim como no exemplo acima) foi empregado pelo Imazon. No entanto, se, por um lado, em (47), essa construção dá destaque ao problema, por outro, apaga ou omite o agente ou as causas dessa redução florestal.

Nesse excerto, o engajamento da voz textual é manifestado por meio do *recurso de atribuição por distanciamento*, com o verbo ‘estimar’, que não denota garantia, já que a estimativa é apenas uma previsão. Assim, é uma informação que pode ser contestada. Logo, o debate é favorecido.

No jornal *A Crítica*, o debate do tema ‘relação-consequência Código Florestal/desmatamento’ foi representado pela CAN e foram indicados como consequência o não cumprimento de metas de redução de GEE pelo Brasil e o aquecimento global. Vejamos os exemplos:

(48) “A **CAN** (Rede de Ação Climática, na sigla em inglês) **afirmou** em seu popular boletim ‘Eco’, [...] que as mudanças propostas na lei [...] comprometem as ações de *redução de emissões de CO2 anunciadas pelo Brasil em 2009*”. (AC-04/12/2011-1)

(49) “**Organizações ambientalistas internacionais** [[da CAN]] **acusaram** o Brasil de estar acendendo ‘uma verdadeira bomba de carbono’ com a reforma do *Código Florestal*”. (AC-04/12/2011-1)

¹⁰³ Além de (47), identificamos outro exemplo, em que foi tematizada a ‘consequência do desmatamento’ pelo âmbito ecológico, no jornal *O Liberal*. Trata-se de (16), já apresentado no âmbito político (vide a seção 6.2.2).

Os exemplos (48) e (49) fazem parte da mesma notícia, a única de fonte internacional, em todo o *corpus*. No primeiro, a consequência é associada a compromissos assumidos quanto ao país reduzir as emissões de gás carbônico. Isso porque as novas disposições da lei ambiental das florestas poderiam levar ao aumento dessas emissões. Na matéria não consta o ator que assumiu tais compromissos. Em (49) – ampliando o que expusemos em (46) –, o país é apontado como “acusado” pelas ONG que fazem parte da CAN, o que o coloca como se estivesse em julgamento em função do possível aumento das emissões. Sabendo-se que as ações negativas para com a atmosfera não possuem apenas proporções locais, o país assume, nessa representação, a conotação de ameaça ao mundo, por estar “acendendo ‘uma verdadeira bomba de carbono’”, numa mistura do posicionamento do divulgador com o das “organizações ambientalistas”. E essa representação do país como ameaça é reforçada com o emprego do termo ‘bomba’.

Em ambos os exemplos, temos a manifestação do *recurso de atribuição por distanciamento*, com os verbos ‘afirmar’ e ‘acusar’, que, a nosso ver, ainda que não comprometam a voz textual quanto a concordar com os posicionamentos dos exemplos, apresentam explícita avaliação do autor da matéria. Temos, no entanto, segundo White (2004), o favorecimento da inserção de vozes alternativas.

Veremos, na sequência, a análise da participação do *âmbito econômico* na divulgação debate.

5.2.6 Âmbito Econômico

A participação de atores do *âmbito econômico* na divulgação ocorreu, no jornal *O Liberal*, em torno dos temas-debate ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’, com mais expressividade do primeiro. Já no *A Crítica*, o âmbito teve participação apenas no primeiro tema-debate.

Os atores desse âmbito que participaram da divulgação no jornal *O Liberal*, em relação à ‘causa do desmatamento’, foram: entidades e representantes do setor econômico (tais como economistas, pecuaristas, empresários, donos de serrarias, agricultor etc.). As causas da problemática apontadas foram: agropecuária (apresentadas inter-relacionadas, ou seja, como uma única atividade), exploração madeireira, legislação ambiental falha, ocupação demográfica (espontânea), ocupação demográfica e inter-relações (quando demandada pelo

governo e órgãos deste), pecuária e sojicultura. Observemos a representação dessas causas nos exemplos:

(50) “Se desmatamento não autorizado existe é em razão da *falta de critérios técnicos e pela falta de uma legislação criteriosa, clara, justa e aplicável*. É produto de uma legislação policialesca criada por um bando de irresponsáveis que dão preferências a saqueadores e não valorizam as *células produtoras de alimentos*, estas responsáveis pela comida que vai à mesa dos brasileiros. Como se dá o nome desse crime? Existe alguma coisa parecida no mundo de um governo sair contra seus produtores de alimentos?” (Produtor rural, em artigo de opinião). (OL-26/05/2011)

(51) “**Ele salientou** [[Carlos Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)]] que, além de não comprar, as empresas do setor se comprometem a não financiar plantação de *soja* em áreas desmatadas. ‘A soja não é o principal vetor de desmatamento no bioma amazônico’, **defendeu**”. (OL-14/10/2011)

(52) “Questionado sobre os impactos ambientais, **Carlos Xavier** [[presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa)]] **afirma** que a *produção de gado* ‘só provoca impacto positivo’, uma vez que gera emprego e renda”. (OL-30/10/2011)

Em (50), o ator relaciona o desmatamento com a “falta de critérios técnicos e [...] de uma legislação criteriosa, clara, justa e aplicável”, o que incluímos na categorização das causas como sendo ‘legislação ambiental falha’. Em seu posicionamento, em defesa dos acusados de provocar o evento, em “**se** desmatamento não autorizado **existe**”, o ator defende a possibilidade de esse problema não existir e, para o caso de haver contestação de seu posicionamento, atribui a culpa à legislação e por não haver “critérios técnicos”, o que parece ser referente à própria legislação. A indicação dessa falta de critérios técnicos e de legislação criteriosa assume nesse posicionamento o caráter de denúncia, mas também de explícito comprometimento com os produtores rurais, já que os representa como ‘produtores de alimentos dos brasileiros’ e como vítimas de “um bando de irresponsáveis” que elaboram “leis policialescas”. Logo, esses produtores são representados como vítimas dessas leis.

No exemplo (51), o ator, também em defesa, destaca que a sojicultura não é a responsável principal do desflorestamento na Amazônia, já que as empresas do setor se preocupam em não incentivar essa ação, deixando de comprar o produto e não colaborando com a plantação em área desmatada. Em (52), em outra defesa de atividade, a pecuária é representada como “produção de gado” que não causa dano, pois “**só** provoca impacto **positivo**”. Nessa defesa, o ator, por meio da troca de ‘impactos ambientais’ por “impacto positivo”, converte a conotação da primeira expressão, destituindo do termo ‘impacto’ a conotação negativa, destacando a positividade da pecuária, o que é reforçado com o adjetivo ‘só’ que restringe a ação dessa atividade.

Em termos de engajamento da voz textual, em (50), apesar de os argumentos assumirem a condição de possibilidade, servem para contrapor a ideia de que existe desmatamento irregular. O divulgador utiliza o *recurso da refutação por contraposição*, para defender que se o problema existe é em decorrência da legislação ambiental. Dessa forma, seu posicionamento limita a negociação e fecha o debate. Em (51) e (52), temos o *recurso de atribuição por distanciamento*, com os verbos ‘salientar’, ‘defender’ e ‘afirmar’. Como já foi mencionado, nas suas duas categorias, a atribuição possibilita a abertura do diálogo. Dessa forma, nos exemplos (51) e (52), há favorecimento de debate.

No jornal *A Crítica*, na divulgação quanto à ‘causa do desmatamento’, o *âmbito econômico* foi representado por agropecuaristas e a causa que apareceu no debate foi a ocupação demográfica e inter-relações. Vejamos o exemplo:

(53) “[...] **fazendeiros**, que seguem na terra indígena, **questionam** sua saída da região. Enquanto não saem, os posseiros seguem desmatando a terra indígena para *aumentar sua produção*”. (AC-24/05/2011)

Como podemos perceber, no exemplo (53), a causa do evento é ocultada na informação, com o substantivo ‘produção’. Por outro lado, aparecem possíveis causadores que ora são chamados de fazendeiros, ora de posseiros. O posicionamento desses atores é sintetizado no ato de questionarem sua saída da terra indígena. Ainda que sejam apresentados como posseiros que desmatam área protegida, a referência positiva a esses atores é feita, inicialmente, ao serem denominados fazendeiros e com a conclusão de que o desmate é cometido para aumentar a produção. Em relação aos recursos de engajamento, identificamos a presença da *atribuição por distanciamento*, que serve para inserir a insatisfação desses atores por não quererem sair da referida área. O uso do recurso ajuda a atenuar o comprometimento do divulgador com a informação divulgada e, ao mesmo tempo, permite que outras vozes possam se inserir no debate da questão.

Na divulgação do tema ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, quanto ao *âmbito econômico*, no jornal *O Liberal*, participaram apenas representantes do setor econômico. As causas do desflorestamento mencionadas foram: agricultura e pecuária. A seguir, apresentaremos alguns exemplos:

(54) “Onde se situa o produtor rural do Pará e da Amazônia diante desse cenário grotesco criado pela ‘republiqueta’ Brasil? Essa praga, o Código Florestal, deve ser combatido (sic) senão vai

devorar rapidamente a *lavoura e o gado*. Os produtores rurais que carregam esse país nas costas há décadas, nesse momento crucial da economia brasileira, estão olhando de longe a ‘morte’ chegar sem uma reação contundente que rechace essa loucura governamental. São 27 federações de Agricultura, 2.300 sindicatos rurais e 1,7 milhão de produtores perdendo, sendo acuados por ‘meia dúzia’ de ambientalistas, ONGs e instituições governamentais declaradamente inimigas do produtor rural” (Produtor rural, em artigo de opinião). (OL-26/05/2011)

(55) “O que está acontecendo é que estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, se mantivessem aquela legislação arcaica, eles iam deixar de produzir, [[cita os produtos da agricultura e da pecuária]]. Então, na verdade, esse código foi uma manifestação da sociedade, através da representação legítima, dos eleitores de cada Estado. *Aqueles que estão produzindo*, estão produzindo desde quando não existia nenhuma legislação sobre reserva legal, sobre APPs. [...] Então, uma legislação que está mudando no meio do jogo, está inviabilizando isso. Esse é o fato. E isso não tem a ver com Amazônia, principalmente o Pará’, **alega Xavier** [[presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará]], destacando que o estado deveria ser beneficiado com a redução da reserva legal de 80% para 50%”. (OL-07/11/2011)

Em (54), possíveis causas do desflorestamento (“a lavoura e o gado”) são apresentadas como vítimas do Código Florestal, já que, por meio da analogia ‘praga’, essa lei é representada como inimiga da agricultura e da pecuária. Além disso, os praticantes dessas atividades são representados como o pilar do país, em “os produtores rurais que **carregam esse país nas costas** há décadas”. O Código Florestal, diante disso, é apontado como sendo objeto de interesses de uma minoria da sociedade: “‘meia dúzia’ de ambientalistas, ONGs e instituições governamentais”. Em (55), o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará insere Estados expoentes da economia do país, citando suas produções de agricultura e pecuária, para defender que a lei florestal é uma reivindicação da sociedade e atende às necessidades desses Estados, mas que afeta negativamente a Amazônia. O posicionamento do ator dá a entender que a Região Amazônica seria afetada por ser pouco desenvolvida economicamente e porque essa lei poderia limitar seu desenvolvimento. Nesse posicionamento, a lei em questão é apresentada como sendo uma ‘intrusa’ nas atividades de agricultura e pecuária, categorizadas como ‘produção’, por impor restrições quanto à exploração da floresta, por meio da criação de reserva legal e de APP, como podemos notar em “uma legislação que **está mudando no meio do jogo**, está inviabilizando isso”. Assim, os produtores são colocados na posição de vítimas da lei.

Um recurso de engajamento presente em (54) é a *consideração*. Por meio desse recurso, é criada a necessidade de a lei ambiental ser combatida (nos termos do ator) em decorrência do risco de prejudicar a agropecuária. Por mais que haja certo comprometimento da voz textual com essa necessidade, representada pelo verbo ‘dever’ e pela conjunção ‘senão’, as consequências do Código Florestal são apresentadas como possibilidades, o que permite a abertura ao debate. O recurso de engajamento identificado em (55) é o de *atribuição por distanciamento*. O verbo ‘alegar’ insinua a não adesão da voz textual, uma vez que

apresenta a informação como duvidosa e defendida por um agente específico, favorecendo, por esse meio, a expansão do debate.

O tema ‘consequência do desmatamento’, presente apenas no jornal *O Liberal*, contou também com a participação de representantes do setor e, ainda que indiretamente (como já explicitamos), o aquecimento global foi apontado como consequência da problemática. Vejamos o exemplo:

(56) “Segundo pesquisa da Embrapa, a Academia de Ciências dos Estados Unidos, em Trabalho (sic) da Universidade de Nova York, que quantificou a perda da floresta no mundo entre 2000 e 2005, nos países que tinham mais de 1 milhão de km², quem mais perdeu floresta no mundo? O Brasil, com 164.000 km². Qual o segundo? O Canadá, com 160.000 km², ou seja, só 4.000 km² menos que o Brasil. Alguém ouviu falar do desmatamento do Canadá? Alguma ONG fez campanha contra? Agora vejamos esse cenário de outro jeito, em números relativos. Os EUA desmataram 6%, o Canadá 5% e o Brasil apenas 3,6%. O que chama atenção nesse cenário é que eles não põem na conta deles *as emissões de CO₂*, só a do Brasil. A partir desse exemplo e de muitos outros é que o governo brasileiro não pode mais aceitar a política ambiental imposta pelos países desenvolvidos, o que mudará o destino da Amazônia com o novo ciclo de desenvolvimento, desde que ajustado aos interesses legítimos do Pará” (Economista, em artigo de opinião). (OL-20/10/2011)

O exemplo (56) apresenta o posicionamento de um economista, no qual a emissão de gás carbônico é associada com o desmatamento, que, por sua vez, é representado como “perda da floresta”. Nessa fala, o ator cita dados do desflorestamento em dois países desenvolvidos, denunciando que apenas do Brasil é cobrada a redução das emissões do gás. Citando esses dados e por meio de diversas perguntas retóricas, o ator acusa, veladamente, tais cobranças como sendo parte de uma “política ambiental imposta pelos países desenvolvidos”, sendo, portanto, desnecessário seu cumprimento pelo Brasil. Dentro desses argumentos, o ator apresenta a Amazônia e, especificamente, o Pará como possíveis beneficiados em caso de se rejeitar essa política.

Nesse exemplo, temos a presença do *recurso de atribuição por reconhecimento*, por meio do qual o ator social do *âmbito econômico* evoca voz externa na introdução de determinado ponto de vista. A construção da informação divulgada é confusa, pois o período começa com o recurso ‘segundo’, marcando o anúncio de uma segunda fonte (Embrapa) informando sobre uma terceira fonte (Academia de Ciência dos Estados Unidos), mas a informação se perde com a inserção da pergunta. No entanto, ao mesmo tempo em que evoca a participação do leitor, o uso da pergunta com a atribuição da informação futura a uma terceira pessoa minimiza a responsabilidade do ator em relação ao posicionamento divulgado. Em seguida, porém, a resposta à pergunta inicia o processo da manifestação do *recurso de*

refutação por contraposição. A informação de que o Brasil foi quem mais “perdeu floresta no mundo” é superada pela informação de que em termos relativos ele ficou em terceiro lugar. Podemos depreender que em decorrência da extensão territorial do Brasil ser superior a dos Estados Unidos e a do Canadá, estes desmataram mais do que aquele. Outro recurso de refutação presente no exemplo é o de *negação*, como podemos perceber nos trechos: “eles **não põem na conta deles** as emissões de CO2” e “o governo brasileiro **não pode mais** aceitar a política ambiental imposta”. Nesse sentido, o exemplo apresenta a total responsabilidade do divulgador, o que se justifica por se tratar de artigo de opinião, e fecha a possibilidade de negociação de pontos de vista.

A seguir, apresentaremos a análise da participação do *âmbito jurídico* na divulgação debate.

5.2.7 Âmbito Jurídico

O *âmbito jurídico* apareceu apenas no jornal *O Liberal* e sua inserção se deu em torno dos temas-debate ‘causa do desmatamento’, ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’ e ‘consequência do desmatamento’, com maior expressividade do segundo. No debate, esse âmbito foi representado por advogados, um deles o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na divulgação do tema ‘causa do desmatamento’, as causas apresentadas foram: falta de políticas públicas e exploração madeireira. Apresentaremos, a seguir, o exemplo:

(57) “Não há por parte do governo federal, a quem cabe fazer a reforma agrária, *nenhum trabalho efetivo de implementação dessa reforma* e nem há, sobretudo, um trabalho conjunto das forças de segurança federais e do Estado no sentido de se lançar um plano estratégico de segurança para aquela região [[referindo-se ao Pará]]. Não há, em verdade, *um planejamento estratégico para implementar uma fiscalização continuada e nem um monitoramento intenso das áreas desmatadas. Faltam, sobretudo, políticas sociais* para essa área” (Presidente da OAB, em entrevista). (OL-05/06/2011)

O exemplo acima destaca uma série de fatores, que envolvem a falta de políticas públicas para com a questão ambiental no Pará, quais sejam: reforma agrária deficiente, falta de segurança, fiscalização ineficiente. Apontados pelo ator social, tais fatores (destacando-se a falta de políticas sociais) seriam responsáveis pelo desmatamento nesse Estado. O exemplo

inicia-se com a demarcação do *recurso de refutação por negação*, por meio do qual o governo é apresentado como falho em relação às políticas agrárias. Com o emprego desse recurso, o debate torna-se limitado.

No debate do tema ‘relação-causa Código Florestal/desmatamento’, as causas apontadas foram: a agropecuária e a possível anistia e ocupação de APP. Observemos alguns exemplos:

(58) “Agora, inadvertidamente, talvez para livrar de multas milionárias e beneficiar quem se deu à prática de desmatamentos irregulares o novo Código Florestal *prevê anistia para multas impostas*. Exurge evidente que não é o estatuto que sai prejudicado por sua aprovação. O principal risco de prejuízo é para o Estado de Direito” (Advogado, em artigo de opinião). (OL-15/07/2011)

(59) “Pode-se ter muitas perguntas. Mas se tem uma certeza: não é prudente deixar de observar o princípio constitucional da moralidade, premiando com *anistia de abrangência* quem destruiu milhares de hectares de vegetação nativa sem autorização legal” (Advogado, em artigo de opinião). (OL-15/07/2011)

Em (58) e (59), o mesmo ator apresenta a possível anistia, que o Código Florestal asseguraria a desmatadores, como sendo um prêmio para esses. Nesse caso, a anistia pelo desflorestamento em reserva legal, que seria concedida pela lei ambiental, não estaria na posição de causa do problema, mas de prêmio pela realização dessa ação no passado. Em (58), o ator tece a acusação (ainda que modalizada, com o uso do advérbio “talvez”) de que esse dispositivo da lei teria sido criado para beneficiar determinadas pessoas, subtendendo que a lei florestal atenderia aos interesses de determinado grupo. O que faz da lei passível de descrédito, já que “o principal risco de prejuízo é para o Estado de Direito” (*vide* o exemplo (58)), por permitir a impunidade da “prática de desmatamentos irregulares” e podendo “deixar de observar o princípio constitucional da moralidade” (*vide* o exemplo (59)). No primeiro exemplo, aparece o desmatamento acompanhado do adjetivo ‘irregulares’, que, diferentemente de (1) e (33), a nosso ver, tem peso negativo menor do que ‘ilegais’, ainda que o termo ‘ilegal’ tenha perdido o valor argumentativo, por já ser naturalizado. No entanto, também serve para destacar o tipo de redução florestal que poderia ser incentivado com a anistia. Nos dois exemplos, o posicionamento do advogado assume a função de advertência ao sustentar que “o principal risco de prejuízo é para o Estado de Direito” e que “não é prudente deixar de observar o princípio constitucional da moralidade”, atentando para as possibilidades de tais medidas agravarem o problema.

Em (58), temos a presença de dois recursos de engajamentos intercalados: o de *consideração* e o de *declaração por concordância*. Primeiramente, com o *recurso de*

consideração, são apresentadas possibilidades quanto ao motivo de o novo Código Florestal prever anistia a desmatadores. Em seguida, com o segundo recurso, o ator declara categoricamente, com “*exurge evidente*”, uma informação como sendo óbvia e já confirmada pelo leitor. Por fim, novamente, com o primeiro, apresenta o esclarecimento dessa evidência, representando-a como uma possibilidade quanto a poder prejudicar o “Estado de Direito”. Em (59), temos a presença do *recurso de refutação por contraposição*, com o qual a voz textual defende ser certo o risco da possível anistia a desmatadores. No primeiro exemplo, temos a predominância da possibilidade de novas vozes se inserirem no debate, ao passo que no segundo essa abertura é limitada, denotando a máxima responsabilidade do ator quanto ao que é divulgado.

O debate da ‘consequência do desmatamento’ apresentou como consequência a morte de ativistas. A seguir, apresentaremos os exemplos:

(60) “É necessário um olhar muito mais direto e efetivo por parte das autoridades públicas para corrigir os rumos da fiscalização e atuação governamental, evitando-se *novas mortes* [[referindo-se a José Cláudio e Maria do Espírito Santo, Chico Mendes e Dorothy Stang]] a tiros *por causa de grilagem e desmatamentos*” (Presidente da OAB, em entrevista). (OL-05/06/2011)

(61) “Entendo que a luta contra as *mortes e os crimes de desmatamento* e de grilagem só poderá ser vencida se houver um trabalho forte e integrado entre a União Federal, o Estado do Pará, o Ministério Público e o Judiciário. Isso porque enfrentamos uma luta desigual. O Estado está ausente daquela região por falta de recursos e assim não adota nenhuma política de inclusão e de reforma agrária. Só o que faz é responder quando várias vidas são ceifadas” (Presidente da OAB, em entrevista). (OL-05/06/2011)

Em (60) e (61), em uma postura de cobrança de atitudes por parte das autoridades e, ao mesmo tempo, de denúncia da falta de políticas públicas para resolver a questão, o ator aponta a morte de ativistas como sendo consequência do desmatamento. Em seu posicionamento, o advogado critica o governo por não atuar com frequência no enfrentamento da questão, “só o que faz é responder quando várias vidas são ceifadas” e aponta o descaso: “o Estado está ausente daquela região”, o que faz recair sobre as autoridades a culpa pelas mortes relacionadas com a redução florestal.

Os recursos de engajamento presentes em (60) e (61) são, respectivamente, *declaração por afirmação* e *consideração/refutação por negação*. No primeiro exemplo, a voz textual¹⁰⁴ declara convictamente a necessidade da atuação de autoridades para resolver a questão do desflorestamento que tem levado à morte de ativistas. No segundo, primeiramente,

¹⁰⁴ Ainda que entendamos que a entrevista tenha forte interferência no momento da edição, atribuímos a voz textual das respostas ao entrevistado, que é o ator que estamos considerando nos exemplos.

temos a presença da *consideração*, apresentando uma proposta provável, com o verbo “entender”, que emite uma opinião, e o uso do modal “poder”. Em seguida, há a inserção do *recurso de refutação*, por meio do qual a voz textual nega a existência da atuação do Estado na criação de mecanismos que sanem o problema e a consequência: o desmatamento que gera mortes. Nesse sentido, temos nos dois exemplos a manifestação predominante de recursos que limitam a abertura ao debate.

A seguir, apresentaremos um panorama da análise da participação de todos os âmbitos sociais da divulgação debate.

5.2.8 Os âmbitos: a divulgação debate e os dizeres

Após a identificar e analisar os posicionamentos, apresentamos a disposição gráfica da participação dos diversos âmbitos na divulgação debate, com base em todos os nossos dados (que se encontram listados no **Anexo 1**).

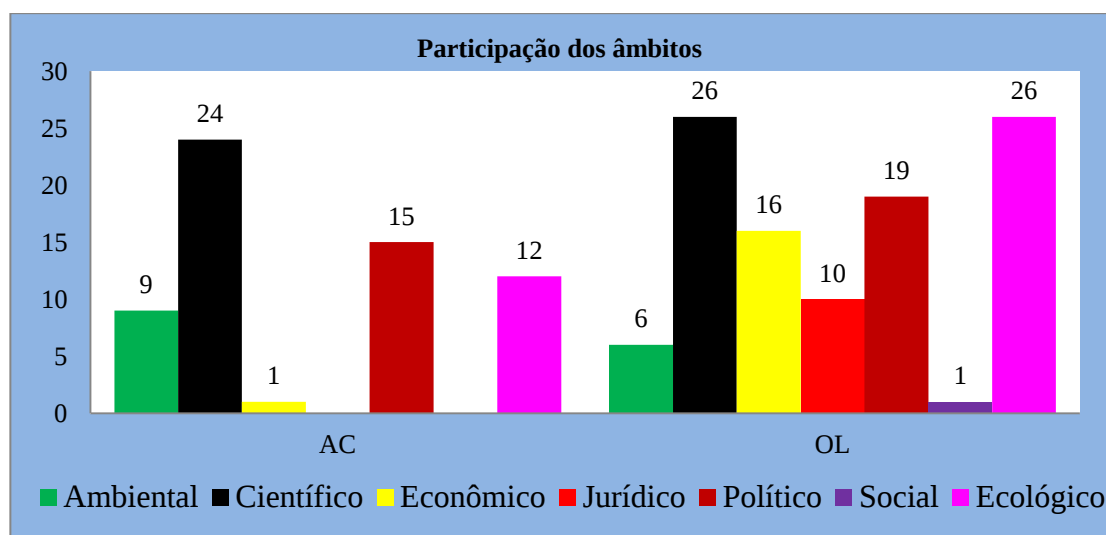


Gráfico 3 - Panorama da participação dos âmbitos na divulgação debate
Fonte: A autora, 2014

No **Gráfico 3**, a divulgação do tema ‘desmatamento na Amazônia, causas e consequências’ teve uma participação mais diversificada no jornal *O Liberal*, haja vista a não participação dos âmbitos *jurídico* e *social* no jornal *A Crítica*. Já a participação do âmbito *científico* foi maior no *A Crítica*, considerando que esse teve menos textos publicados sobre o

assunto (*vide* nota 63). O *âmbito científico* também foi mais representativo, se verificarmos sua presença nos dois jornais. No entanto, o representante mais citado, em todo nosso *corpus*, foi a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹⁰⁵ Imazon, o que se justifica pela missão que ela sustenta assumir, que é a de “promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional”¹⁰⁶. Em diversas matérias, foram divulgados dados, fornecidos por essa OSCIP, sobre o aumento ou a redução do problema, com a ressalva de que não se tratavam de informações oficiais. Com essa ressalva, a nosso ver, as informações podiam ser vistas como questionáveis, resultando, assim, na legitimação das informações do Inpe, que se trata da fonte oficial para fornecer esses dados.

A ordem de participação dos âmbitos, por representatividade, nos jornais analisados, organiza-se da seguinte forma: 1) *A Crítica*: Científico > Político > Ecológico > Ambiental > Econômico; 2) *O Liberal*: Científico = Ecológico > Político > Econômico > Jurídico > Ambiental > Social.

Podemos notar também que a participação do público em geral é quase nula na divulgação, o que confirma a tese de van Dijk (1990) ao sustentar que a escolha dos atores a incluir na notícia (diríamos, na divulgação) depende, dentre outros fatores, do poder político e social e da acessibilidade que possuem. Esse panorama da participação dos âmbitos confirma que a escolha das vozes e do que elas tratam revela conflitos de interesses que extrapolam a necessidade de respaldar a informação divulgada e “repercute de forma determinante na orientação argumentativa da notícia que se divulga” (FERRERO, 2011, p. 109).

Esse panorama também reflete o que Bañón Hernandez (2002 *apud* CATALDI, 2003) salientou quanto ao debate social. Segundo ele, por mais plural que possa ser esse debate, nem todos os atores que dele participam possuem a mesma autoridade para aparecer na mídia, o que resulta na desproporcionalidade dessa participação na divulgação debate. Esse, portanto, é um dado que está atrelado ao nosso problema discursivo, uma vez que a livre formação de opinião carece do acesso a diversos posicionamentos na prática divulgativa.

Considerando a relevância do tema, esse é um problema que poderia ser atenuado com uma maior diversidade de atores e âmbitos colaborando com a divulgação das causas e consequências do desmatamento. Até porque aqueles que identificamos como sendo os mais

¹⁰⁵ A informação de que o Imazon é uma OSCIP está disponível em: <<http://www.imazon.org.br/institucional/>> Acesso em: 28 nov. 2013.

¹⁰⁶ Informação disponível no endereço eletrônico citado na nota anterior.

atingidos pelas consequências do problema não possuem acesso a essa divulgação, portanto, não são ouvidos pela sociedade, considerando a abrangência dos dois jornais na região. Sua participação poderia ocorrer, por exemplo, por meio de seus relatos de vida, servindo para sensibilizar as autoridades a enfrentarem o problema, com mais força. Permitindo, assim, tornar o debate mais público e aberto e favorecendo o compartilhamento de responsabilidades quanto à resolução do problema.

Vejamos, a seguir, o panorama em relação às causas e às consequências do desmatamento que apareceram nos dois jornais. Na interseção (entre os pontilhados), os dados referem-se ao *O Liberal* e ao *A Crítica*.

Jornal	Causas	Consequências
O L I B E R A L	Agricultura e mineração (apresentadas juntas), cidades (como local/causa), construção de hidrelétricas, estradas, falta de políticas públicas, ocupação demográfica (quando relacionada à ocupação espontânea), legislação falha, pequenas produções e siderurgia	Aquecimento global e morte de ativistas
A C R Í T I C A	Assentamento do Incra e estados (como local/causa), agricultura, agropecuária, especulação imobiliária, exploração madeireira, ocupação demográfica e inter-relações (quando relacionada a projetos governamentais), pecuária, possível anistia e ocupação de APP, rodovias e inter-relações (envolve, por exemplo, exploração madeireira e grilagem de terra) e sojicultura	Emissões de GEE, ('aquecimento global')
	Especulação imobiliária e exploração madeireira (quando apresentadas inter-relacionadas) e área de proteção ambiental (como local/causa)	Mudanças climáticas e não cumprimento de metas de redução de GEE

Quadro 5 - Panorama das causas e consequências da divulgação debate

Com base no **Quadro 5**, em relação às causas/consequências apontadas, destacamos como elas refletem a realidade dos estados, em que se situam os jornais. Por exemplo, no *O Liberal*, jornal paraense, apareceu, exclusivamente, a causa construção de hidrelétricas e, no *A Crítica*, jornal amazonense, a área de proteção ambiental (como local/causa). No primeiro caso, deve-se ao fato de o Pará ser um alvo potencial para a construção de hidrelétricas, em virtude de sua riqueza hídrica. No segundo caso, deve-se à preocupação com as áreas protegidas, mais precisamente, as Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI).

Conforme defendido na matéria AC-18/07/2011, o Amazonas possui um grande número dessas áreas que estariam ameaçadas pelo novo Código Florestal. Essas particulares nos dois jornais podem ser resultado da consideração do critério ‘proximidade’, que, segundo Burkett (1990, p. 55), é um “dos valores tradicionais da notícia. Quanto mais perto os leitores e espectadores estão do local de um evento, mais provável que eles e os editores o considerem de interesse noticioso”.

Van Dijk (1990, p. 259) sustenta que “como provedores principais de discursos públicos, os meios de comunicação proporcionam algo mais do que uma agenda de temas e debates públicos”¹⁰⁷. Assim, segundo esse autor, os valores jornalísticos são reflexos dos valores econômicos, sociais e ideológicos da sociedade. Nesse sentido, vemos como a divulgação reflete os interesses e as preocupações sociais, políticas, econômicas etc. locais, logo é influenciada por esses interesses.

Merece destaque também a representação de cidades e estados como sendo causa(dores) do desflorestamento. Nos dados, quando aparece essa representação, geralmente, as reais causas e causadores não aparecem na divulgação, como podemos notar no exemplo, a seguir: “As **três cidades** [[Altamira, São Félix do Xingu e Novo Progresso]] também figuram na lista dos municípios que **mais desmataram** a Amazônia Legal, segundo o Ministério do Meio Ambiente” (OL-10/09/2011). Lembrando do que salienta Fearnside (2005) quanto à importância de se conhecer quem são os responsáveis pelo desmatamento para que se obtenha êxito nas ações contra o problema, a divulgação, ao omitir os causadores, deixa de colaborar para que se tenha esse conhecimento.

O papel educativo, atribuído por Lage (2009) à reportagem científica, não é totalmente aplicado, uma vez que as consequências são pouco divulgadas e porque, ao se apresentarem as causas, dificilmente são indicados os agentes causadores ou, quando o são, a referência é velada. No que se refere aos excertos que apresentamos na análise, em 38 excertos do *O Liberal* e 23 do *A Crítica*, identificamos a indicação de possíveis agentes causadores em apenas 10 excertos de cada jornal.

Em nossa análise, notamos também que a divulgação é reflexo do debate social, o que se comprova pelo fato de a causa do desmatamento mais presente no nosso *corpus* ser a ‘possível anistia e ocupação de APP’. Isso porque essa causa está relacionada com o amplo debate, manifesto em 2011, em torno do Código Florestal, devido à polêmica originada pelo

¹⁰⁷ Tradução nossa para: “Como provedores principales de discursos públicos, los medios informativos proporcionan algo más que una agenda de temas y debates públicos”.

dispositivo da lei, sobre a anistia por redução florestal e sobre a permissão para explorar APP. Nessa perspectiva, devido a essa polêmica, o debate contou com uma maior participação dos *âmbitos político, jurídico e ecológico* posicionando-se em relação à ‘possível anistia e ocupação de APP’.

A participação recorrente do *âmbito político*, nesse debate, é justificada porque o debate se deu no campo¹⁰⁸ da prática social da política. Segundo Bourdieu, “campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (2004, p. 27). Nesse sentido, o *âmbito político*, representando o poder legislativo, assume papel primordial para a definição do Código Florestal. Portanto, sua presença no debate sobre o tema é resultado desse papel, assumindo, assim, a tendência e probabilidade do campo político. O segundo âmbito mais representativo se insere nesse debate porque o objeto da polêmica faz parte também de sua prática social, já que se trata de legislação. A intensa participação do *âmbito ecológico* justifica-se devido a essa polêmica envolver o tema ‘meio ambiente’, uma vez que grande parte das ONG e/ou OSCIP tem como bandeira a questão ambiental. Dessa forma, há um intercruzamento de redes de prática, uma vez que o Código Florestal como lei é de cunho jurídico e ambiental, mas é fruto dos poderes legislativo e executivo – que, por sua vez, fazem parte da prática social da política. Diante disso, a divulgação também é influenciada por esses intercruzamentos. De acordo com Cataldi (2009), a atualidade dos temas, os contextos cultural, social, econômico, ambiental etc., bem como a relação da ciência com as decisões políticas e com as forças socioeconômicas são questões passíveis de receberem destaque na prática divulgativa.

Em relação ao nível de engajamento da voz textual, temos a predominância dos recursos de *atribuição de reconhecimento e de distanciamento* nos dois jornais. Dessa forma, a divulgação do ‘desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências’ abre espaço para o encorajamento da negociação de significados. A representação da voz dos atores na prática divulgativa, portanto, resulta na forma como o tema se reflete na realidade.

Esse resultado é, portanto, consequência das escolhas do divulgador, uma vez que a informação divulgada apresenta a mistura das vozes das fontes da informação com as do autor da matéria, como no exemplo (45), em que temos uma avaliação presente na voz do jornal que antecede a voz da fonte. Vejamos: “Uma nota técnica assinada pelo movimento SOS

¹⁰⁸ Magalhães esclarece o conceito bourdiano, sustentando que ‘campo’ é uma rede de posições definidas pelo capital simbólico em determinado espaço social (MAGALHÃES, Izabel. *Análisis Crítico del Discurso e ideología de género en la Constitución Brasileña*. In: BERARDI, Leda (Comp.). **Análisis crítico del discurso: perspectivas latinoamericanas**. Santiago: Frasis Editores S.L, 2003, p. 17-49).

Florestas, que reúne sete ONGs (entre as quais Greenpeace e WWF Brasil) **aponta 19 falhas** na proposta do novo Código Florestal e afirma que o texto ‘**incentiva novos desmatamentos**’”. A informação de que há falhas na lei ambiental configura-se na notícia como sendo da voz textual e a tese é reforçada com a citação direta da fonte, apontando tais possíveis falhas.

As formas de introduzir as vozes dos atores procedentes de vários âmbitos na divulgação apareceram da seguinte maneira: a maior ocorrência, nos dois jornais, foi da conjunção ‘segundo’, seguida dos verbos ‘afirmar’ e ‘dizer’. No entanto, no jornal *A Crítica*, o verbo ‘alertar’ foi o verbo mais utilizado no que se refere ao emprego na representação por âmbito. Ele foi predominante no *âmbito científico*, seguido pelo verbo ‘dizer’, no *âmbito político*, e pela conjunção ‘segundo’, no *âmbito ambiental*, com mesmo número de ocorrência. No jornal *O Liberal*, a conjunção ‘segundo’ foi também mais recorrente por âmbito, tendo sido mais empregada no *âmbito ecológico*. Os verbos mais expressivos, nesse jornal, foram: ‘dizer’, no *âmbito político*, e ‘afirmar’, no *âmbito científico*, com mesmo número de ocorrência. Dessa forma, temos, no *A Crítica*, a representação da informação dada por cientistas como sendo de alerta social. Já a informação dada pelo *âmbito político*, nos dois jornais, permite a abertura do debate, ainda que a participação dos âmbitos não seja equilibrada.

Vejamos agora a análise das estratégias divulgativas presentes na divulgação debate.

5.3 A DIVULGAÇÃO DEBATE E AS ESTRATÉGIAS DIVULGATIVAS: COMO DIZER?

Para realizar a análise das estratégias divulgativas, por se tratar de divulgação do conhecimento científico, consideramos apenas os *âmbitos científico* e *ambiental*, compostos por órgãos oficiais ambientais e de pesquisa e por pesquisadores e instituições de pesquisa sem vínculos explícitos político-partidários. Apesar de o *âmbito ecológico* também contar com pesquisadores, optamos por não incluir na análise por não podermos discernir seus posicionamentos de cientista do posicionamento de ativista, quando de sua participação. Sabemos, no entanto, que nos órgãos oficiais também podemos verificar a presença da voz do cientista e a voz do governo ao qual são subordinados na administração pública. Mas, por se tratarem de órgãos oficiais, que devem defender os interesses da sociedade, e por se

vincularem aos interesses e tema desta pesquisa, qual seja, a divulgação da ciência e as questões ambientais, esses órgãos serão considerados na análise das estratégias divulgativas.

Vejamos, a seguir, por âmbito, nos **Quadros 6 e 7**, a apresentação dos órgãos e instituições¹⁰⁹ que compõem as fontes de dados dessas estratégias:

Instituição/fundação/objetivo	Descrição
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ¹¹⁰ : 22 de fevereiro de 1989 – proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, visando promover a qualidade ambiental favorável à vida.	Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ¹¹¹ : 09 de julho de 1970 – implementar a política agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.	Autarquia do governo federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quadro 6 - Descrição dos órgãos do âmbito ambiental

¹⁰⁹ Além das instituições/órgãos também participam do *âmbito científico*: 1) Pesquisador/articulista: Virgílio Viana, graduado em engenharia florestal, PhD em biologia da evolução e pós-doutor em desenvolvimento sustentável. Tem livros e artigos publicados no Brasil e no exterior (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Bio Virgílio Viana. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/a-fas/equipe/bio-virgilio-viana/>>. Acesso em: 06 jan. 2014); 2) Pesquisador citado em artigo: Evaristo Eduardo de Miranda, graduado em *Ingénieur Agricole*, mestre e doutor em Ecologia, assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – (FAPERGS) (MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 08 abr. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0569813112754116>>. Acesso em: 09 abr. 2014).

¹¹⁰ Informação disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/identidade-organizacional>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹¹ Informação disponível em: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_INCRA/>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Instituição/fundação/objetivo	Descrição
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ¹¹² : 03 de agosto de 1961 – capacitar o país nas pesquisas científicas e nas tecnologias espaciais e desempenhar atividades e estudos sobre origem do Universo, aplicações de ciências nas questões de desflorestamento, mudanças climáticas etc.	Instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹¹³ : 29 de maio de 1936 – fornecimento de dados e informações do país, atendendo às necessidades de diversos segmentos da sociedade civil e dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.	Entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ¹¹⁴ : 26 de abril de 1973 – viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.	Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) ¹¹⁵ : 25 de março de 1871 – realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia.	Instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil.
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ¹¹⁶ : 1948 – contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; lutar pela qualidade e universalidade da educação em todos os níveis; defender os interesses dos cientistas; promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência; lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embarcam o progresso da ciência.	Entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil.
Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) ¹¹⁷ : 1988 – analisar e avaliar a informação científica, técnica e sócio-econômica atualizada, que é produzida mundialmente, para a compreensão da mudança climática.	Órgão intergovernamental, aberto aos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Quadro 7 - Descrição das instituições/órgãos do âmbito científico

¹¹² Informação disponível em: <<http://www.inpe.br/acessoainformacao/node/388>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹³ Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtml>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹⁴ Informação disponível em: <http://www.embrapa.br/a_embrapa/missao_e_atuacao>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹⁵ Informação disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹⁶ Informação disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/a-sbpc.php>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹¹⁷ Informação disponível em: <<http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

Para tanto, considerando esses atores participantes da divulgação debate, analisaremos, nesta ordem, as estratégias divulgativas *denominação*, *sequência narrativa*, *modalização*, *metáfora* e *exemplificação*, a fim de verificar de que forma elas ajudam a tornar o tema ‘desmatamento na Amazônia, causas e consequências’ mais compreensível pelo grande público. Na análise, utilizamos o **negrito** para destacar a estratégia divulgativa.

5.3.1 *Denominação*: a variação do nome na divulgação

A *denominação*, segundo Cassany, López e Martí (2000), é utilizada quando o divulgador precisa escolher as formas linguísticas concretas para se referir a determinado elemento da rede de conhecimento que deverá ser divulgado para o público em geral. Segundo esses autores, essa estratégia está diretamente relacionada aos recursos linguísticos próprios das fontes da informação, por exemplo, a terminologia específica de determinada área de conhecimento ou o léxico do discurso comum. No caso desta pesquisa, o termo ‘desmatamento’, segundo o Houaiss (2009), é proveniente da área da Ecologia, mas, a nosso ver, ele saiu da esfera científica e já faz parte do discurso geral, sendo, portanto, de conhecimento do público em geral. Vejamos, a seguir, as variações lexicais empregadas para se referir a esse termo/conceito:

(1e.) “A terceira cidade mais **desmatada** em 2008, segundo o Inpe, é Cumaru do Norte. Lá, a pecuária é responsável pelo **desmatamento** de 5,7 mil Km². Em seguida, vem Santana do Araguaia, também amplamente **explorada** pela criação de gado, responsável por iguais 5,7 mil Km². Novo Repartimento, Água Azul do Norte, Santa Maria das Barreiras, Itupiranga e Paragominas ocupam as posições seguintes no **desflorestamento** observado pelo Inpe, provocado principalmente pelos empreendimentos pecuários nessas cidades”. (OL-09/11/2011)

No exemplo (1e.)¹¹⁸, em um único parágrafo, a referência à redução florestal, além de ser feita com o emprego do termo ‘desmatamento’, ocorre na forma de particípio dos verbos ‘desmatar’ e ‘explorar’ e pelo sinônimo ‘desflorestamento’, para se indicar o índice de ocorrência do evento. A informação é dada pelo Inpe e foi divulgada pelo jornal *O Liberal*. No primeiro caso, a variação denominativa ‘desmatada’ apresenta a informação da terceira

¹¹⁸ Para que os exemplos das estratégias divulgativas sejam diferenciados da análise da divulgação debate por âmbito, será utilizada a seguinte referência: o número da ordem de apresentação do excerto e a letra ‘e’, representando a categoria analisada ‘estratégia divulgativa’. Exemplo: primeiro exemplo de estratégia divulgativa = (1e.).

cidade mais afetada pela ação em questão, no Estado do Pará. Em seguida, o termo ‘desmatamento’ é associado com a pecuária, causa do problema nesse local. Logo após, inserindo um novo local, a *denominação* retoma essa causa e, por fim, o recurso é empregado para apresentar novas cidades afetadas pelo evento. Segundo Isaltina Gomes (2007), o uso da coesão referencial, por meio do emprego de hiperonímias, sinonímias e paráfrases, muito frequente nos textos jornalísticos, é justificado pelo fato de os jornalistas comumente evitarem repetições e procurarem explicar termos técnicos. Nesse caso, a variação denominativa serve para estabelecer a coesão referencial, na retomada do elemento divulgado, e a coesão sequencial, na apresentação das cidades afetadas pelo problema. O uso da *denominação* na divulgação do desmatamento, por este já ser um conceito e/ou fenômeno conhecido pelo público, serve apenas para elencar o nível de ocorrência, situando a causa e os locais do problema.

Vejamos agora os exemplos de matérias divulgadas pelo jornal *A Crítica*:

(2e.) 1) “Segundo eles [[cientistas do IPCC]], o aumento da **pressão sobre as áreas de florestas** comprometerá os compromissos internacionais [...] de diminuir em até 38,9% a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e reduzir em 80% o **desmatamento** na Amazônia até 2020”. 2) “A cientista alertou que haverá mudanças climáticas imediatas no Brasil e na América do Sul com o aumento da **derrubada de florestas** para abrir espaço à agricultura e à pecuária [...]”. 3) “Pinguelli alertou para a dificuldade do país cumprir as metas internacionais, se não houver um freio à **devastação ambiental**”. (AC-30/05/2011)

(3e.) 1) “Segundo o Ibama, as multas são relativas à instalação de projetos [...] e também pela **destruição de áreas de florestas** dentro dos projetos criados pela autarquia”. 2) “Segundo o Ibama do Pará, centenas de pessoas assentadas em projetos do Incra também foram multadas individualmente por **derrubar a floresta**”. 3) “O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lisboa de Lacerda, disse que o órgão invariavelmente recorre das multas aplicadas pelo Ibama por falta de licenciamento ambiental ou **desflorestamento** em áreas de assentamentos”. 4) “A fiscalização do Ibama flagrou o avanço do **desmatamento** em assentamentos da reforma agrária e os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que a **derrubada de árvores** avança também em áreas protegidas da Amazônia Legal”. 5) ““A questão é como estancar a **derrubada da floresta**, que ocorre inclusive em áreas de proteção ambiental”, disse Lacerda”. 6) “Segundo o Inpe, em dez anos foram **desmatados** 6.427 km², mais do que toda a **área** que havia sido **devastada** até o ano 2000. Apenas nos últimos três anos, 964 km² de **mata** foram **abaixo** nessas unidades. No Pará, a Floresta Nacional do Jamanxim **já perdeu** 9,8% de sua **área**, segundo os números do Inpe”. (AC-15/10/2011)

Em (2e.), temos três excertos retirados de uma mesma matéria. Nela, o elemento divulgado possui as seguintes variações: ‘pressão sobre as áreas de florestas’, ‘desmatamento’, ‘derrubadas de florestas’ e ‘devastação ambiental’. A informação foi dada por cientistas brasileiros ligados ao IPCC e, na maioria dos excertos, não aparecem as causas nem os causadores do problema. No exemplo (3e.), temos seis excertos de uma mesma

matéria, nos quais aparecem as seguintes variações do elemento divulgado: ‘destruição de áreas de florestas’, ‘derrubar a floresta’, ‘desflorestamento’, ‘desmatamento’, ‘derrubada de árvores’, ‘derrubada da floresta’, ‘desmatados’, ‘área devastada’, ‘mata [que foi] abaixo’, ‘perdeu sua área [florestal]’. As informações foram fornecidas pelas instituições Ibama, Incra e Inpe.

Em (2e.), a primeira referência ao problema é feita com a expressão metafórica ‘pressão sobre as áreas de florestas’. Nessa referência, a expressão indica que florestas estão sendo colocadas em situação de risco, já que estão sofrendo ‘pressão’. A nosso ver, essa expressão metafórica na denominação não favorece a compreensão de como acontece essa ‘pressão’, o que faz com que haja certa omissão do problema, que, nesse caso, refere-se ao seu aumento.

Na segunda referência, com o termo ‘desmatamento’, o elemento da divulgação aparece relacionado com a meta de redução assumida na Conferência das Partes, realizada em Copenhague, em 2009. A terceira e a quarta referências são feitas, respectivamente, com as expressões ‘derrubada de florestas’ e ‘devastação ambiental’. No segundo caso, podemos observar algo recorrente nos textos analisados, que é o emprego de ‘devastação’ como sendo sinônimo de ‘desmatamento’, apesar de a primeira significar a destruição que é feita de forma arrasadora (HOUAISS, 2009) e o segundo ser um “processo, de origem antrópica, de remoção de uma cobertura vegetal natural [...], por corte e abate das plantas, para diversas finalidades [...]” (GRISI, 2007, p. 75). Nesse sentido, a devastação ambiental é resultado de outras ações, além do desflorestamento, mas, nesse caso, estaria sendo desencadeada por ele.

Além disso, acrescentamos que ‘derrubada de florestas’ é uma expressão comumente utilizada no discurso geral. O uso da *denominação*, enquanto um recurso de variação (CIAPUSCIO, 1997), serve para reforçar a permanência e, ao mesmo tempo, o aumento do problema em decorrência da falta de controle ambiental, conforme defendem os cientistas do IPCC.

No exemplo (3e.), a *denominação* ‘destruição de áreas de florestas’ é, dentre os outros casos, a que possui conotação pejorativa e deixa entrever a avaliação do divulgador. A expressão é utilizada na divulgação da informação de que estaria aumentando a problemática dentro de projetos de assentamentos criados pelo Incra. A informação, dada pelo Ibama, assume a função de denúncia do problema, já que os projetos de assentamentos fazem parte da missão do Incra que é: “implementar a política agrária e realizar o ordenamento fundiário

nacional, contribuindo para o **desenvolvimento sustentável**”¹¹⁹ (grifos nossos). Essa denúncia é reforçada pelo substantivo ‘destruição’ que se contrapõe à sustentabilidade esperada. A *denominação* ‘derrubar a floresta’ é apresentada junto com a informação, dada também pelo Ibama, de que pessoas do assentamento estariam realizando o desmate. Esse é o único caso, em relação aos exemplos selecionados, em que constam possíveis causadores do problema. Essa denominação amplia a abrangência do desmatamento, com a generalização ‘floresta’, uma vez que no primeiro caso tratava-se de área de florestas.

O termo ‘desflorestamento’ é empregado na informação em que o presidente do Incra justifica o porquê de essa autarquia ter sido multada pelo Ibama e serve também para retomar a informação sobre a ocorrência do problema dentro de assentamentos, caracterizando a ação do Ibama como “flagra”, já que o desmate no local não era esperado. Em seguida, a expressão ‘derrubada de árvores’ serve para se acrescentar que o avanço do problema estaria ocorrendo também em áreas protegidas, mostradas pelos satélites do Inpe. A *denominação* ‘derrubada da floresta’ foi empregada na citação direta da fala do presidente do Incra, que, ao defender a autarquia das multas recebidas, salienta que não se pode resolver o problema com multas, mas com o controle, e acrescenta que a redução florestal não estaria ocorrendo apenas nos assentamentos, mas “inclusive em áreas de proteção ambiental”.

As variações denominativas ‘desmatados’, ‘área devastada’, ‘mata [que foi] abaixo’ e ‘perdeu sua área [florestal]’ fazem parte de um mesmo excerto da informação dada pelo Inpe sobre o avanço do desmatamento em Unidades de Conservação, com a apresentação de dados (por exemplo, “foram desmatados 6.427 km²”) e comparação “mais do que toda a área que havia sido devastada até 2000”. As *denominações* ‘mata [que foi] abaixo’ e ‘perdeu sua área [florestal]’, além de não estarem associadas com causas e causadores do problema (assim como a maioria dos outros casos), ocultam ainda mais esses dois elementos, dando a impressão de que a redução florestal teve causa natural. A nosso ver, os termos ‘desflorestamento’ e ‘área devastada’ são mais recorrentes no discurso científico, mas todas as variações no exemplo em questão são de fácil compreensão pelo público em geral.

A seguir, apresentaremos a análise da estratégia divulgativa *sequência narrativa*.

¹¹⁹ Informação disponível em: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_INCRA/>. Acesso em: 07 dez. 2013.

5.3.2 *Sequência narrativa*: a narração como resgate da informação

A *sequência narrativa* é também denominada por Cassany, López e Martí (1998) de ‘sequência discursiva narrativa’ e é proveniente do discurso geral (CASSANY; MARTÍ, 2000). Nessas duas obras mencionadas, são apontados os seguintes elementos característicos dessa estratégia: protagonistas, desenvolvimento de ações no curso do tempo, marcadores temporais e mistério. Calsamiglia (2011, p. 60) acrescenta que na narrativa “tem-se o relato breve como um modo discursivo básico para representar ações temporalmente. O relato e sua organização sequencial facilitam a compreensão por ser um modo de discurso mais concreto do que a explicação”. Vejamos os exemplos dessa estratégia:

(4e.) “**Desde o início do processo de ocupação da Amazônia por povos não indígenas**, pelo menos 2,6 bilhões de árvores foram eliminadas, estima o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo ‘Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal’, divulgado ontem. Quase metade dessa perda (1,2 bilhão de árvores) ocorreu no Estado do Pará”. (OL-02/06/2011)

(5e.) “Segundo o Inpe, **entre agosto de 2010 e julho de 2011** a Amazônia Legal perdeu 6.238 km² de sua cobertura, número inferior aos 7 mil km² referente ao período de **agosto de 2009 a julho de 2010**. Essa é a menor área desmatada no período **desde que** o sistema Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) **começou a monitorar a região, em 1988**, informou o Inpe”. (OL-06/12/2011)

Os exemplos (4e.) e (5e.) são de matérias publicadas no jornal *O Liberal*. No primeiro, a estratégia *sequência narrativa* inicia a notícia e serve para entrever a possível origem do crescimento do desmatamento na Amazônia. A expressão “desde o início” introduz a narração que, indiretamente, apresenta como protagonistas da ação os povos não indígenas. A Região Amazônica, portanto, é quem sofre a ação do problema em questão e é o elemento-foco da divulgação, o que se pode comprovar com a manchete “Amazônia já perdeu 2,6 bilhões de árvores”. A informação é atribuída ao IBGE.

Classificamos o segundo exemplo como *sequência narrativa* por resgatar o início do monitoramento do desflorestamento na região em questão. A apresentação desse resgate ajuda a destacar a informação de que a extensão da área desmatada entre agosto de 2010 e julho de 2011 é a menor desde que o monitoramento foi iniciado. Essa informação, dada pelo Inpe, é, inclusive, evidenciada na manchete “Queda é vista com otimismo” e considerada de grande relevância pelo divulgador, pois recebeu chamada na capa do jornal. Esse destaque à informação pode ser resultado da consideração do critério ‘significado’, dada a importância de se divulgar a redução do evento no dia da votação do novo Código Florestal, que causou

polêmica quanto a poder agravar o problema, como já demonstramos na análise dos posicionamentos dos atores (*vide* a seção 5.2). Nos dois casos, a estratégia serve para reforçar a informação divulgada.

A seguir, apresentaremos os exemplos (6e.), (7e.) e (8e.), que fazem parte de matérias publicadas no jornal *A Crítica*:

(6e.) “A Terra Maraiwatsede tem uma **história problemática**. **Nos anos 60**, os índios xavantes que ali habitavam foram transferidos para outras regiões pelo governo militar, para darem espaço a um projeto agrícola. **Na época da Eco 92**, a empresa proprietária da fazenda criada no local decidiu devolver a área aos xavantes. No entanto, posseiros dos arredores ocuparam a terra antes que a volta dos indígenas ocorresse. [...] **Em 1998**, veio a homologação da terra e o reconhecimento do direito dos xavantes à reserva”. (AC-24/05/2011)

(7e.) “O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lisboa de Lacerda, disse que o **órgão invariavelmente recorre das multas** aplicadas pelo Ibama [...]. Ele disse que **desde 2008** há um estoque de milhões de multas aplicadas pelo Ibama”. (AC-15/10/2011)

(8e.) “**Há muitos anos, na década de 50**, o professor Samuel Benchimol defendia a tese de que a Amazônia gerava benefícios ambientais para o Planeta e, portanto, deveria receber pagamentos de um imposto global”. (AC-04/12/2011-2)

O primeiro exemplo, que é da matéria “Inpe identifica o foco da disputa por floresta no MT”, explica o contexto de luta territorial em reserva indígena, no Mato Grosso. A *sequência narrativa* esclarece a informação, apresentada anteriormente na notícia, sobre a constatação de que uma disputa por terra em área indígena seria responsável pela maior ocorrência de desmatamento na Amazônia Legal, em abril de 2011. A informação anterior à estratégia é atribuída ao Inpe e a narração que preenche dois parágrafos na matéria esclarece a origem do conflito e a situação vigente na ocasião. Portanto, a estratégia serve para contextualizar a informação dada pelo instituto de pesquisa.

O exemplo (7e.) faz parte da matéria “Ibama do Pará multa Incra em R\$ 42,8 milhões” e apresenta a reação desta autarquia ambiental quanto às multas recebidas e destaca o histórico dessas multas, com a expressão “desde 2008”. A *sequência narrativa* serve, portanto, para destacar a recorrência das multas dadas pelo Ibama, como forma de demonstrar que o fato é comum e, por sua vez, deixar entrever que a política de controle do problema não tem sido eficiente, uma vez que multas não surtem o efeito proposto. Essa situação, a nosso ver, pode ter como implicações o entendimento de que o órgão ambiental responsável por fiscalizar e punir crimes ambientais não dispõe de mecanismos para realizar o controle do problema e que o órgão que realiza reforma agrária também não assume sua missão de gerir a sustentabilidade ambiental.

Em (8e.), o articulista utiliza a estratégia para retomar o argumento de um cientista sobre a Amazônia ser merecedora de “receber pagamentos de um imposto global”. Esse argumento vincula-se à manchete “Durban e o futuro da Amazônia” e é explorado na matéria, em que o autor relaciona o desflorestamento com a Conferência das Partes (COP17), que estava acontecendo em Durban, de 29 de novembro a 9 de dezembro de 2011. Nessa conferência seria definido o mecanismo de ‘Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, mais enriquecimento, manejo e conservação florestal’ (REDD+), conforme AC-04/12/2011-2. A *sequência narrativa* serve para reforçar a possibilidade, defendida pelo articulista, de a Região Amazônica ser beneficiada com esse mecanismo, a depender da decisão da COP17.

Van Dijk (1990) destaca que a organização dos fatos em estruturas narrativas é um dos elementos que ajudam a construir uma estrutura relacional sólida para os fatos, que é uma das características do conteúdo persuasivo, segundo ele. Assim, nos exemplos dos dois jornais dois, vemos como a *sequência narrativa*, utilizada como um importante recurso de expansão (CIAPUSCIO, 1997), desempenha o papel de tornar a informação divulgada mais próxima do leitor, como também serve para persuadi-lo quanto à veracidade da informação.

A seguir, apresentaremos a análise da estratégia divulgativa *modalização*.

5.3.3 *Modalização*: revelando a subjetividade na divulgação

A estratégia *modalização* ou *modalização valorativa* é também, assim como a estratégia anterior, muito empregada no discurso geral e tende a ser ausente no discurso científico em função de suas especificidades linguístico-discursivas. A presença de juízos de valor sobre o conteúdo divulgado permite o surgimento do sujeito responsável pela enunciação na divulgação (CASSANY, LÓPEZ; MARTÍ, 2000). A evidenciação desse enunciador faz com que a informação e o texto sejam personalizados e permite que o público leitor perceba a existência, além da informação científica, das “opiniões e atitudes de uma pessoa de carne e osso” (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000, p. 93). Os atores apontam os seguintes recursos presentes nessa estratégia: seleção léxica, seleção sintática, uso de advérbios enfatizadores, perguntas retóricas e outros modalizadores. Vejamos como isso ocorre nos exemplos, a seguir:

(9e.) “Cezar Borges explica que ‘os resultados encontrados demonstram **de maneira clara** a falta de políticas públicas (sic) **permitiram** um desflorestamento **significativo** ao longo das estradas no Pará’”. (OL-09/05/2011)

(10e.) “‘A atuação do Ibama em Ulianópolis **já soma** 7,5 mil hectares de áreas embargadas por desmatamento ilegal, **principalmente** para a pecuária. Sobre as denúncias de ilícitos ambiental na fazenda Nova Vida, o Ibama informa que a propriedade é palco de **graves conflitos agrários** e o instituto aguarda a pacificação do local pelas autoridades policiais **para poder agir**’” (Nota da Superintendência do Ibama). (OL-01/06/2011)

(11e.) “Para ele [[Cláudio Carvalho, da Embrapa]], **não é inteligente desprezar** a pecuária, **atividade economicamente importante** para a Amazônia e, **especificamente**, o Pará, Estado que concentra o quarto maior rebanho do País, com cerca de 19 milhões de cabeças de gado”. (OL-09/11/2011)

(12e.) “Pelo Twitter, Gilberto Câmara, diretor do Inpe, afirmou que os **grandes desmates** vistos pelo sistema Deter aumentaram neste ano e **fizeram a diferença, principalmente**, em março e abril, quando foi constatada uma disparada na devastação em MT, estado que teve 480 km² dos 590 km² de área derrubada no bimestre na região amazônica”. (OL-06/12/2011)

Os exemplos de (9e.) a (12e.) foram publicados no jornal *O Liberal*. Em (9e.), a *modalização*, presente na fala do pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, revela a sua opinião quanto à administração governamental ter culpa na redução florestal, por não elaborar políticas públicas para o controle dessa ação nas rodovias do Pará. Apesar de se tratar de dados de pesquisa, a voz da “pessoa de carne e osso”, como diriam Cassany, López e Martí (2000), aparece a partir da seleção léxica que inclui: a expressão valorativa “de maneira clara”, representando o resultado da pesquisa como inquestionável; o verbo ‘permitir’, denotando que a falta de políticas públicas tem responsabilidade sobre o problema, já que o permitiu; e o adjetivo ‘significativo’, que qualifica o desmatamento ocorrido ao longo de rodovias como sendo merecedor de atenção, já que não se trata de um registro comum, mas significativo. Ciapuscio (1997), tratando da ocorrência da modalização na voz de cientista, sustenta que esse emprego pode ser justificado pela mudança de destinatário que, na divulgação científica, é o público não especialista.

Em (10e.), a *modalização* aparece na citação direta da nota da Superintendência do Ibama, divulgada pelo jornal. Nessa citação, o advérbio modal ‘já’, referindo à soma das áreas embargadas por aquele órgão em decorrência de desflorestamento, entrevê a ideia de que o número de embargo é grande e, ainda, pode aumentar. O advérbio ‘principalmente’ ajuda a enfatizar a principal causa do problema, mas também pressupõe a existência de outras causas. O adjetivo ‘graves’ enfatiza os conflitos agrários existentes na fazenda citada e a construção “para **poder agir**”, com o uso do verbo auxiliar modal ‘poder’, reforça a gravidade desses conflitos, acrescentando que, para agir na propriedade, o Ibama depende das autoridades policiais. Assim, a nota serve para demonstrar que esse órgão ambiental está atuando e o que não fez é porque depende de terceiros, como uma forma de autodefesa diante da informação que é evidenciada na manchete “Invasores controlam madeira ilegal”.

Nesses dois primeiros exemplos, vemos a presença da *modalização* na “voz” de atores do *âmbito científico*.

Em (11e.), o divulgador apresenta a pecuária como sendo uma necessidade econômica para o Pará, atribuindo o posicionamento ao chefe geral da Embrapa. Nesse posicionamento, o uso da negação “não é inteligente desprezar a pecuária”, da relação da pecuária com o emprego do advérbio de modo ‘economicamente’ e do adjetivo ‘importante’, para ressaltar a importância da pecuária, e do advérbio ‘especificamente’, para restringir o local onde a relevância da atividade deve ser considerada, evidencia a presença de juízos de valor na divulgação.

No exemplo (12e.), por sua vez, a voz do diretor do Inpe é acompanhada da avaliação quanto ao aumento do problema. Nessa avaliação, o adjetivo ‘grandes’, a expressão ‘fizeram a diferença’ e o advérbio ‘principalmente’ evidenciam a opinião sobre o crescimento do desmate em 2009, o que se contrapõe à manchete “Queda é vista com otimismo”. Além disso, o caráter opinativo da informação está também presente na origem de circulação do posicionamento, o *Twitter*, que, por se tratar de rede social, tende a não ter a representação do papel social do pesquisador, mas da pessoa “de carne e osso”. Nesses dois exemplos, a *modalização*, apesar de fazer parte de posicionamento de atores do *âmbito científico*, é empregada pelo próprio divulgador.

Vejamos os exemplos da estratégia *modalização* presentes na divulgação feita pelo jornal *A Crítica*:

(13e.) “Quatro dos cientistas brasileiros que fazem parte do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [...] **alertaram** para o **possível agravamento** sobre o clima com a entrada em vigência da atual versão do Código Florestal [...]”. (AC-30/05/2011)

(14e.) “A Presidente da SBPC, Helena Nader, abriu a última reunião anual da SBPC com um **verdadeiro desabafo** contra a forma como vem sendo discutido e votado o texto do novo Código Florestal brasileiro, porque a colaboração da ciência **vem sendo evitada** pelos parlamentares tanto da Câmara Federal quanto, agora, do Senado. Ela **criticou** o fato de que, em nome de interesses restritos, lideranças ruralistas e ambientalistas tenham **dado as costas para as possibilidades** que a ciência tem a oferecer para [...] que harmonizem a preservação ambiental e a produção agrícola”. (AC-18/07/2011)

(15e.) “Por outro lado, a Amazônia **pode ser parte da solução** de um problema global e se beneficiar com isso. Há muitos anos, na década de 50, o professor Samuel Benchimol defendia a tese de que a Amazônia gerava benefícios ambientais para o Planeta e, portanto, **deveria receber pagamentos** de um imposto global. **Talvez essa possibilidade nunca tenha estado tão possível quanto agora**”. (AC-04/12/2011-2)

(16e.) “No caso das florestas [[de Estados da Amazônia Legal], segundo o IBGE, elas estão restritas **basicamente** a áreas protegidas, **especialmente** reservas indígenas. Para Bezerra, se o Código Florestal, [...], **for de fato cumprido** o problema será solucionado. **Se não houver** fiscalização nos Estados, porém, a devastação **tende a continuar** em ritmo acelerado”. (AC-30/12/2011)

No exemplo (13e.), a *modalização*, que está presente inclusive na manchete “Código **poderá** agravar mudanças climáticas”, é marcada pelo emprego do verbo ‘alertar’, do adjetivo ‘possível’ e da nominalização ‘agravamento’, na referência à possibilidade de os dispositivos do novo Código Florestal, em votação, poderem contribuir com o aumento das mudanças climáticas, conforme já explicamos na análise dos posicionamentos dos atores sociais. A informação é atribuída a quatro cientistas brasileiros que fazem parte do IPCC. A voz do divulgador deixa entrever sua subjetividade, com o uso do verbo citado, por demonstrar concordância com a fonte da informação ao dizer que os cientistas fizeram um alerta (logo, merece atenção, cuidado), mas a construção “possível agravamento” reduz a responsabilidade do que é divulgado, ao se incluir o “agravamento” do problema no eixo das possibilidades.

Em (14e.), a voz da presidente da SBPC é apresentada a partir da avaliação do autor da matéria, por meio da expressão “verdadeiro desabafo” e da construção “ela criticou”. A informação divulgada deixa entrever que o projeto do novo Código Florestal não tem respaldo científico, uma vez que a colaboração da ciência estaria “sendo evitada”. Na fala da representante pesquisadora, consta que os parlamentares não estariam levando em consideração a contribuição dos cientistas, pois teriam “dado as costas para as possibilidades que a ciência tem a oferecer para [...] que harmonizem a preservação ambiental e a produção agrícola”. Esse seria o desabafo e a crítica da cientista, conforme a avaliação do divulgador.

Em (15e.), temos a presença do verbo auxiliar modal ‘poder’ e da oração “talvez essa possibilidade nunca tenha estado tão possível quanto agora” na divulgação da informação, atribuída ao cientista Samuel Benchimol (que também foi economista). A informação é a de que as propostas de controlar o desmatamento na Amazônia poderiam gerar capital para essa região, por exemplo, por meio de mecanismos como o REDD+, explicitado em (8e.). Essa possibilidade é representada na fala do cientista também como uma obrigação, no trecho “e, portanto, **deveria** receber pagamentos”, em virtude de a região ser apontada como ambientalmente benéfica para o Planeta. Dessa forma, a estratégia evidencia a opinião do divulgador quanto ao mecanismo que limita a exploração florestal, em nome da sustentabilidade.

O exemplo (16e.) apresenta o posicionamento do representante do IBGE, em que há a informação de que o novo Código Florestal poderia ajudar a impedir o desmatamento se houvesse fiscalização. Nessa informação, são empregados os advérbios ‘basicamente’ e ‘especialmente’ e o adjetivo ‘restritas’ para destacar as áreas florestais desmatadas em Estados da Amazônia. Além disso, na voz do ator social, há a presença de expressões que

estabelecem condição para que o desflorestamento seja controlado com a implementação da nova lei ambiental aprovada, a saber, ‘se for de fato cumprido’ e ‘se não houver fiscalização’. Essas expressões evidenciam ainda mais o emprego da *modalização*, por meio dessas condições para a solução da problemática, que, inclusive, não apresentam razões científicas em relação a essa informação. Dessa forma, a informação pode ser interpretada como a opinião do representante do IBGE.

A seguir, apresentaremos a análise da estratégia divulgativa *metáfora*.

5.3.4 *Metáfora*: outra forma de dizer na divulgação

A *metáfora*, uma estratégia própria do discurso divulgativo (CASSANY, LÓPEZ; MARTÍ, 2000; CIAPUSCIO, 1997), tem certas restrições por parte dos cientistas por ser, enquanto recurso analógico, passível de diversas interpretações e por retirar a informação científica de seu caráter preciso e unívoco (CIAPUSCIO, 1997). Van Dijk (1990) também destaca o caráter impreciso da metáfora, ao sustentar que ela pode supor uma identidade de significado parcial. Além disso, dentre as estratégias que analisamos, essa é a única estratégia que é própria da tarefa divulgativa, de acordo com a classificação de Cassany, López e Martí (2000).

A seguir, apresentaremos alguns exemplos da ocorrência dessa estratégia na divulgação feita pelo jornal *O Liberal*. Vejamos:

(17e.) “A atuação do Ibama em Ulianópolis já soma 7,5 mil hectares de áreas embargadas por desmatamento ilegal, principalmente para a pecuária. Sobre as denúncias de ilícitos ambiental na fazenda Nova Vida, o Ibama informa que a propriedade é **palco de graves conflitos agrários** e o instituto aguarda a pacificação do local pelas autoridades policiais para poder agir” (Nota da Superintendência do Ibama). (OL-01/06/2011)

(18e.) “Evaristo Eduardo de Miranda, um pesquisador competente e corajoso, que fala a verdade, afirma, em entrevista ao Globo Rural, que: ‘A sustentabilidade deve ser discutida levando em conta as mudanças que ocorreram na atividade nas ultimas décadas. [...] Mesmo assim, existe um mito de que a **agricultura brasileira é uma devoradora de espaços, engolindo florestas e cerrados**’”. (OL-20/10/2011)

(19e.) “Pecuária é **vilã** do desmate, diz o Inpe”. (OL-09/11/2011)

O exemplo (17e.), na exposição de conflitos fundiários, apresenta a *metáfora* ‘palco’, que, no Houaiss (2009), possui a seguinte acepção: “lugar onde se desenrola um acontecimento trágico ou solene”. Nesse caso, a estratégia serve para evidenciar que a fazenda

Nova Vida seria o lugar de “graves conflitos agrários”, que podemos caracterizar como o acontecimento trágico da acepção citada. A citação direta da nota do Ibama divulgada na matéria, que tem como manchete “Invasores controlam madeira ilegal”, classifica esse local como sendo uma fazenda, mas em outro trecho o divulgador classifica a Nova Vida como uma “invasão” (*vide* OL-01/06/2011), que ocorreu dentro da fazenda Palestina, no sudeste paraense. Em matéria¹²⁰ publicada no dia 01 de janeiro de 2014, há a informação de que o local seria pertencente ao pecuarista Camilo Uliana e que teria como nome fazenda Palestina, mas “foi invadida por posseiros, passando a se chamar Assentamento Nova Vida”. Essa situação pode ser o que foi descrito como “**palco** de graves conflitos agrários”.

A divergência de informações pode ser justificada pelo fato de que

a popularização do discurso na mídia não é um produto de apenas um jornalista, mas é produzida por uma interação colaboradora. Baseia-se, normalmente, nos comunicados de imprensa das organizações científicas que explicam a natureza e o significado dos acontecimentos científicos para o público geral. Esses comunicados de imprensa funcionam como pré-formulações das notícias sobre os acontecimentos científicos – e, com frequência, **serão publicados sem muita reformulação** pelo jornalista científico (VAN DIJK, 2011, p. 36, grifos nossos).

No caso da nota do Ibama, com a apresentação desse órgão em segunda pessoa, como vemos em “o Ibama informa”, a tese de van Dijk (2011) é reforçada, especialmente, no que se refere à falta de reformulação da informação a ser divulgada, dada a não percepção da divergência. De outra forma, se a citação do Ibama tivesse sido apresentada antes, o esclarecimento dado pelo divulgador suplantaria o equívoco, uma vez que, em se tratando de uma reportagem, a matéria permite melhor aprofundamento da informação.

No segundo exemplo, a *metáfora* ajuda a personificar a agricultura, apresentada como “devoradora de espaços, engolindo florestas e cerrados”, e também serve para representar o desmatamento, que seria causado por essa atividade exploratória. O posicionamento do pesquisador citado na matéria caracteriza, portanto, a concepção de que a agricultura seria a grande responsável (já que o emprego dos termos ‘devoradora’ e ‘engolindo’ denotam amplitude) pela redução florestal como sendo uma inverdade (representada pelo substantivo ‘mito’). E, assim, a estratégia divulgada revela a defesa da prática dessa atividade, pela fonte da informação e, conseqüentemente, pelo articulista, que é um economista, que inseriu a voz do cientista para respaldar sua opinião.

¹²⁰ CORREA, Evandro. Duas meninas estavam em fazenda invadida por sem-terra. O Liberal, Ulianópolis: 01 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=410187>. Acesso em: 1º jan. 2014.

Em (19e.), temos a manchete “Pecuária é **vilã** do desmate, diz o Inpe”. Nessa manchete, a estratégia *metáfora* é representada pelo adjetivo ‘vilã’, denotando que a atividade pecuarista é vista como maior responsável pelo desflorestamento. A estratégia também estabelece a personificação dessa atividade, o que, a nosso ver, desvia o foco dos causadores do problema, colocando a pecuária na posição de agente da ação.

Vejamos agora alguns exemplos de estratégias presentes nas matérias do jornal *A Crítica*.

(20e.) “Segundo informações do Inpe, as imagens de satélite dão a impressão de que se trata de uma área que vem sendo degradada há algum tempo, visto que um **polígono semelhante a esse** foi detectado em setembro de 2009”. (AC-24/05/2011)

(21e.) “Qualquer ação que fragilize esse **combate** vai dificultar bastante o cumprimento das metas brasileiras”, afirmou [[cientista do IPCC]]. (AC-30/05/2011)

(22e.) “Para Bezerra [[do IBGE]], se o Código Florestal, [...], for de fato cumprido o problema [[desmatamento em Estados da Amazônia Legal]] será solucionado. Se não houver fiscalização nos Estados, porém, a devastação tende a continuar em **ritmo acelerado**”. (AC-30/12/2011)

Em (20e.), em informação dada pelo Inpe, a seleção léxica envolve a *metáfora* geométrica ‘polígono’. Com essa metáfora, é representada a área de floresta que estaria sendo desmatada no Mato Grosso. A forma geométrica do exemplo seria a área de 68,8 km² da reserva indígena Maraiwatsede, como vimos em (6e.), “o equivalente a 43 vezes o Parque Ibirapuera, em São Paulo” (AC-24/05/2011). Dessa forma, a estratégia *metáfora*, com o auxílio da estratégia *comparação* (que não analisamos nesta redação da pesquisa por ter tido pouca ocorrência no *corpus*), presente em informação anterior, serve para ajudar o leitor a compreender a extensão da área florestal desmatada. No entanto, a nosso ver, o uso dessa *metáfora* apaga o elemento divulgado, pois só se consegue compreender o tamanho da área com os dados numéricos e com a comparação empregados na divulgação. Nesse sentido, a estratégia serve mais para estabelecer coesão referencial do que para ampliar a capacidade de compreensão do público leigo.

Em (21e.), temos a presença da *metáfora* ‘combate’ em fala atribuída a uma cientista do IPCC. A estratégia na citação representa as metas de redução da emissão de GEE proveniente do desmatamento. Na matéria, não aparecem os atores que selaram tal compromisso. O ‘combate’, portanto, seria essa tentativa de redução, conforme compromisso assumido em 2009, na COP15, pelo Brasil. A *metáfora* dá a entender que essa tentativa de redução se trata de uma luta que tem como ator o país, reforçando, assim, a importância de enfrentar o problema, o que seria prejudicado pelo novo Código Florestal, como se percebe na manchete “Código poderá agravar mudanças climáticas”.

O exemplo (22e.) apresenta a fala de pesquisador do IBGE, na qual a *metáfora* ‘ritmo acelerado’, que nos remete à “ocorrência de uma duração sonora” (HOUAISS, 2009), serve para destacar a velocidade da redução florestal em Estados da Região Amazônica, em caso de falha na fiscalização ambiental, após a implementação do Código Florestal, na ocasião, já aprovado pelo Senado. Além disso, a *metáfora* revela que o desflorestamento nessa região seria expressivo, o que é comprovado com o emprego do termo ‘devastação’, como sinônimo dessa ação, com a construção verbal “tende a continuar”.

Nos exemplos analisados dos dois jornais da pesquisa, os recursos metafóricos “**palco** de graves conflitos agrários”, “agricultura brasileira é uma **devoradora de espaços**” e “**vilã**” estiveram associados com a apresentação das causas do problema em questão, mas em nenhum foram mencionados seus possíveis causadores. Os recursos “**polígono** semelhante” e “**ritmo acelerado**” estiveram relacionados com a divulgação da frequência e controle do desmatamento. Já ‘**combate**’ apareceu juntamente com a apresentação das consequências do problema.

Semelhante ao que sustentam Cassany, López e Martí (2000), em relação à *modalização*, van Dijk (1990) salienta que a reformulação retórica com o uso de recursos como a *metáfora* permite ao escritor dar mais efetividade a um relato. Mas, de acordo com esse autor, essa reformulação já não promove uma transformação direta dos textos fonte da informação, mas sim envolve a produção de outro texto. Na maioria dos casos dos recursos citados, o uso da *metáfora* realiza o que Ciapuscio (1997) chama de ‘expansão textual no aspecto cognitivo e emotivo’. A estratégia, então, ajuda a construir esse outro texto, que sai da esfera da objetividade e precisão, uma vez que revela a subjetividade na informação divulgada, como vimos, por exemplo, com o adjetivo ‘vilã’ na caracterização da pecuária. Além disso, passa a ser passível de mais de uma interpretação como pode ser a *metáfora* ‘polígono’, que, possivelmente, faz alusão à forma do Parque Ibirapuera, citado na comparação com a área desmatada. Sem ativar essa informação, portanto, a compreensão de que ‘polígono’ é esse fica comprometida.

A seguir, apresentaremos a análise da estratégia divulgativa *exemplificação*.

5.3.5 *Exemplificação*: a didática do exemplo na divulgação

A *exemplificação*, segundo Cataldi (2007), é um recurso eficaz na atividade leitora para a compreensão da informação. A divulgação do desmatamento, no nosso *corpus*,

conforme já defendemos, não envolve informações especializadas e de difícil compreensão. Portanto, a ocorrência da estratégia citada foi a segunda menos expressiva nos *âmbitos científico e ambiental*, que escolhemos para nossa análise. Vejamos como se realiza o emprego dessa estratégia, primeiramente, no jornal *O Liberal*:

(23e.) “Cláudio afirma que, ao longo dos anos, a pecuária paraense tem evoluído, sobretudo em termos do uso de novas tecnologias para reduzir os impactos na floresta e tornar o seu produto mais competitivo em relação aos mercados internacionais. Ele comenta que atualmente as empresas pecuaristas instaladas no Estado são referência, **por exemplo**, no melhoramento genético dos seus rebanhos, com know-how repassado inclusive através de pesquisas na Embrapa”. (OL-09/11/2011)

Em (23e.), a estratégia *exemplificação* serve para ilustrar como a pecuária teria evoluído, adotando práticas sustentáveis e contando com novas tecnologias na realização da atividade. Atribuída ao pesquisador da Embrapa, a fala apresenta o exemplo da adoção de prática de melhoramento genético do gado. Assim, a estratégia ajuda a esclarecer o tipo de nova tecnologia empregada.

A seguir, veremos dois exemplos do emprego dessa estratégia, no jornal *A Crítica*:

(24e.) “A cientista [[do IPCC]] alertou que haverá mudanças climáticas imediatas no Brasil e na América do Sul com o aumento da derrubada de florestas para abrir espaço à agricultura e à pecuária, **como vem ocorrendo no Cerrado e na Amazônia**”. (AC-30/05/2011)

(25e.) “As mudanças climáticas também têm impactos sobre a produção agropecuária e florestal, saúde pública (**endêmias como malária e dengue, por exemplo**), [...]”. (AC-04/12/2011-2)

Em (24e.), a *exemplificação*, empregada em fala atribuída a uma cientista do IPCC, aparece associada com a possibilidade das mudanças climáticas se agravarem por ocasião do aumento da agropecuária. A estratégia, portanto, serve para contextualizar locais onde estaria ocorrendo esse aumento. Em (25e.), a estratégia introduz exemplos de impactos na saúde pública que seriam desencadeados pelas mudanças climáticas.

As estratégias identificadas, nesta análise, têm a função de explicar e ilustrar a informação divulgada. Por não se tratarem de informações de difícil entendimento, as estratégias ajudam a reforçar o sentido dessas informações.

Vejamos agora o panorama da análise das estratégias divulgativas empregadas na divulgação do tema da pesquisa.

5.3.6 As estratégias divulgativas e o desmatamento na Amazônia

As estratégias divulgativas presentes na participação dos *âmbitos científico e ambiental*, na divulgação do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, apareceram, nos jornais *A Crítica* e *O Liberal*, da forma como ilustra o gráfico seguinte:

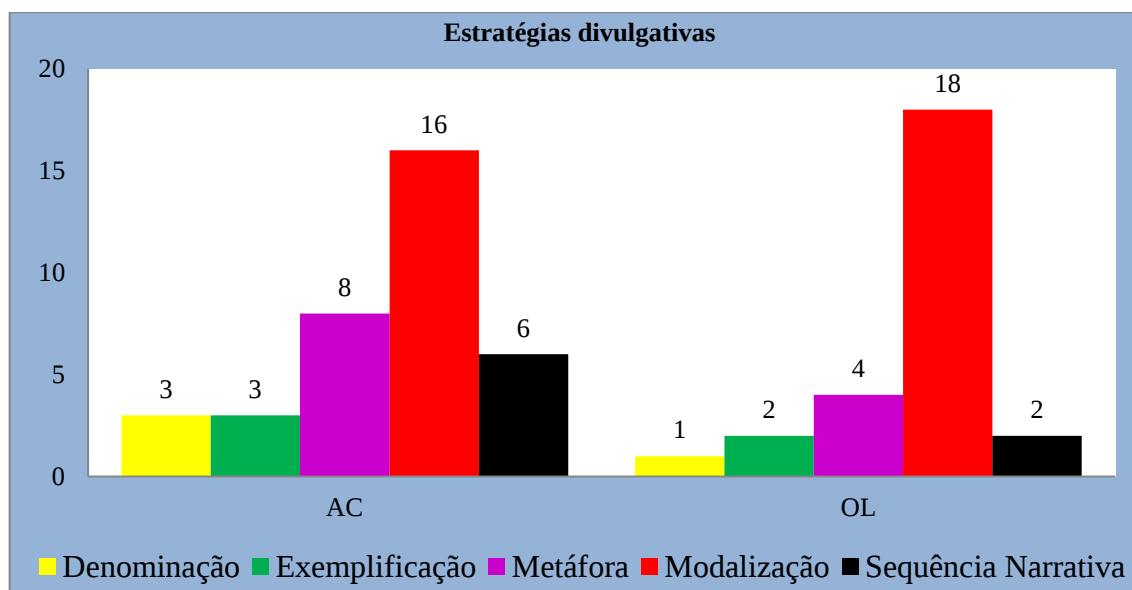


Gráfico 4 - As estratégias divulgativas nos jornais analisados

Fonte: A autora, 2014

No **Gráfico 4**, que abarca todo o nosso *corpus*, a estratégia mais recorrente foi a *modalização*, sendo mais presente no jornal *O Liberal*. O emprego dessa estratégia esteve mais associada com a apresentação de posicionamentos do Inpe, com 10 registros do total de 34 ocorrências dessa estratégia. Os posicionamentos desse instituto de pesquisa também foram os que mais registraram as outras estratégias divulgativas que analisamos, com exceção da *metáfora*. Essa foi a segunda mais representativa e apareceu mais no jornal *A Crítica*, nos posicionamentos de pesquisadores em artigos de opinião, principalmente, em se tratando do pesquisador/articulista. Dos dois âmbitos considerados nesta análise, verificamos a presença mais expressiva das estratégias no *âmbito científico*, com 53 do total de 63.

Além disso, o jornal que mais empregou estratégia divulgativa na divulgação do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, foi o jornal *A Crítica*, o que é um dado significativo, uma vez que analisamos desse jornal apenas 12 textos, do total de 38 que compõem o *corpus*. Esse dado se justifica pelo fato de o *âmbito científico* ter sido o mais

recorrente nesse jornal, como vimos na seção 5.2, desta dissertação. Em relação à participação dos âmbitos, a soma dos posicionamentos desse âmbito com os do *ambiental* também é superior nesse jornal, com o registro de 33 para 32 do jornal *O Liberal*. Essa constatação nos remete ao que sustenta Calsamiglia (1996) quanto à prática divulgativa ter como relação funcional o propósito de aumentar a informação da sociedade para que melhore sua qualidade de vida e amplie sua autonomia quanto a pensar e agir. Para isso, o processo de recontextualização dos posicionamentos do *âmbito científico* caracteriza-se pela “reformulação nas estruturas do discurso adaptadas para uma audiência diferente” (VAN DIJK, 2011, p. 27), neste caso, o público diversificado que é o do jornalismo impresso.

Partindo desse pressuposto, mesmo que a abordagem divulgada do tema não seja complexa – como seria se fossem apresentados dados científicos (com o uso de termos técnicos) sobre como a redução florestal influencia no ciclo da água, como vimos nas considerações de cientistas, na seção 5.1, deste trabalho, por exemplo –, as estratégias divulgativas ajudam a informar a sociedade sobre o avanço do problema na Região Amazônica, com base nas informações do Inpe, como foi predominante. Esse instituto controla de forma operacional, desde 1988¹²¹, os índices dessa ação, por meio do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) e, desde 2004, com o auxílio do Sistema de Detecção em Tempo Real (DETER). Sendo, por isso, o ator mais expressivo na divulgação.

Além disso, a abordagem do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, sem características puramente científicas, também pode estar atrelada ao fato de que, segundo Burkett (1990, p. 134), a reportagem (estendemos aos outros gêneros) sobre temas relacionados com normas públicas, política, meio ambiente, etc., faz com que o redator prenda-se “mais a aspectos das realidades dos afazeres mundanos do que à ‘realidade’ da ciência”. Se assim pudermos admitir, isso justifica as informações científicas sobre o tema pouco terem abordado suas consequências, pois a divulgação destas, que, a nosso ver, assumiriam mais efetivamente os propósitos de induzir as autoridades a lidarem com o problema, envolveria mais dados científicos sobre as implicações dessa ação na realidade. Do contrário, a divulgação do tema cumpriu seu propósito de apenas informar.

A seguir, apresentaremos a análise dos modos de operação da ideologia e das estratégias ideológicas gerais.

¹²¹Informação disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>> e <<http://www.aeb.gov.br/2013/09/projeto-prodes-vigia-a-amazonia-ha-25-anos/>> Acesso em: 03 jan. 2014.

5.4 CONTROLAR O DIZER É CONTROLAR O PODER: DISCURSO E IDEOLOGIAS

Para verificar como as ideologias são operadas discursivamente pelos atores envolvidos na divulgação debate do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, consideramos como guia, na análise, os modos de operação da ideologia (THOMPSON, 2002), associando-os, sempre que possível, às estratégias ideológicas gerais (VAN DIJK, 2002). Como encontramos, diversas vezes, a ocorrência simultânea de mais de um modo, destacamos que os consideramos isoladamente, na redação da nossa análise. Esta obedecerá à seguinte ordem: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Nos exemplos analisados, adotamos os **negritos** para evidenciar os elementos que ajudam a construir as estratégias de operação ideológica. Vejamos:

5.4.1 A *legitimação* e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate

A *legitimação*, muitas vezes, com base em diversos fundamentos, pode ser “exigida” por meio da representação legitimadora das relações de dominação. Esses fundamentos podem apelar para a legalidade de regras criadas, para a representação de tradições muito antigas como sendo sagradas ou para a excepcionalidade de alguma autoridade, resultando na manifestação dessa exigência em vários níveis de efetividade (THOMPSON, 2002). A seguir, temos alguns exemplos:

- (a) “**É por essa e outras** que o ex-ministro Pedro Malan disse que no Brasil ‘até o passado é imprevisível’. **E é de fato!** Não só por causa dos colonos da Transamazônica, que **terão de reflorestar** os seus lotes, **caso** o Senado não corrija esse **absurdo do Código Florestal**; mas, também, pela **pretensa reserva indígena** ‘Cachoeira Seca’, do município de Uruará, cujos colonos estão na iminência de serem **desalojados** pela Funai, mesmo **eles tendo sido assentados pelo próprio Incra nos anos 70**, na vicinal conhecida por Transiriri e, **na época, não haver nenhum índio na área**” (Representante político, em artigo de opinião). (OL-06/07/2011)
- (b) ““**Se for feita** a multiplicação dos 90 mil por quatro módulos rurais, que dá um total de 400 hectares cada, **teremos** uma área de 388 mil hectares para esses agricultores. **Isso abre grande janela** para o desmatamento’, disse a secretária [[da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS)]]”. (AC-18/07/2011)
- (c) “A emissão de gases efeito estufa, que causa o aquecimento global, é feita principalmente pelos países industrializados e pela queima de petróleo, gás e carvão mineral. Entretanto, **12 a 20% desses gases são associados ao desmatamento e agricultura. Se por um lado o desmatamento é um problema, por outro é uma possível solução.** Reduzir o desmatamento tem uma **relação custo-benefício melhor** do que alternativas para a redução de emissões de gases efeito estufa” (Engenheiro florestal, em artigo de opinião). (AC-04/12/2011-2)

No primeiro exemplo, extraído do jornal *O Liberal*, na voz do ator do *âmbito político*, a *legitimação* ocorre por meio da apresentação de circunstâncias históricas da ocupação populacional da Amazônia. A *narrativização*, que tem como protagonista o Incra, como marcador temporal os ‘anos 70’ e como ação a reforma agrária, contextualiza como ocorreu essa ocupação, destacando que o Código Florestal poderia “desalojar” pessoas que foram assentadas pelo Incra. A estratégia *racionalização*, somada à *narrativização*, reforça a legitimidade do uso da terra ao apelar para a legalidade de regras criadas (THOMPSON, 2002), que, nesse caso, seria o direito à posse da terra, como podemos entender em “terão de reflorestar os **seus lotes**” e “**eles tendo sido assentados** pelo próprio Incra”.

Além disso, por meio da modalidade deôntica, com o “**terão de** reflorestar”, os assentados são obrigados a reflorestar. A modalização evidencia o posicionamento do ator participante da divulgação e é construída também com o auxílio da avaliação, com o uso do adjetivo ‘absurdo’ para se referir à lei florestal e do ‘pretensa’ para se referir à reserva indígena e do verbo no particípio ‘desalojados’. Como podemos perceber, com o uso desses recursos de construção simbólica, a *polarização ideológica* atribui ao desmatamento (representado pela necessidade de reflorestar) e ao uso de área destinada a povo indígena a condição de ser um problema menor diante da desapropriação que estariam sofrendo as pessoas que receberam o direito à terra (“seus lotes”), no passado, e que teriam de sair dela. Essa construção simbólica ajuda a atrair para o desflorestamento provocado nas áreas citadas no exemplo a condição de legítimo, ao se representar negativamente a necessidade de reflorestamento, como vemos em “terão de reflorestar os seus lotes, caso o Senado não corrija **esse absurdo** do Código Florestal”.

Dessa forma, a *legitimação* e a *polarização ideológica* (nós e eles), ao atenuarem o aspecto negativo do desmatamento, evidenciam o aspecto negativo da desapropriação e da cobrança de reflorestamento e exigirem a legitimidade do uso da terra, permitem que as relações de dominação em relação ao uso da terra sejam instauradas ideologicamente.

No exemplo (b), também do jornal amazonense, a *legitimação*, novamente, é reivindicada por meio de uma cadeia de raciocínio (THOMPSON, 2002). Na defesa de que os dispositivos do novo Código Florestal resultariam no aumento do desflorestamento por permitirem que propriedade com até quatro módulos fiscais ficassem isentas de Reservas Legais (*vide* AC-18/07/2011), a representante social do *âmbito político* ilustra como a soma de todas as áreas com essas características no Estado do Amazonas, por resultar em um tamanho expressivo, acentuaria o problema. Novamente, temos a modalização implicando

ideia de dúvida, desta vez, denotando ação futura, mas voltada para o presente, em “se for feita”, o que serve como argumento-prova, ao sugerir que se faça a verificação do tamanho da área isenta sem Reserva Legal. Nesse exemplo, a *legitimação* instaura ideologicamente a legitimidade da tese de que conceder a isenção de reservas legais poderia prejudicar o Estado do Amazonas.

No terceiro exemplo, extraído do jornal *A Crítica*, a estratégia de construção simbólica *racionalização* é acionada, na voz do ator do *âmbito científico*, para ajudar a reivindicar apoio à tese de que o desmatamento pode resultar em solução para a Região Amazônica. A *legitimação*, com o auxílio da modalização, ajuda a afastar da ação em questão a sua simbolização como problema, apresentando esse caráter como duvidoso, como podemos perceber em: “se [...] é um problema”. A dúvida estabelecida pela conjunção é contraposta à possibilidade da solução, estabelecida pela modalização epistêmica: “possível solução”. A solução seria o possível recebimento de “pagamento” para que não se praticasse a referida ação (*vide* excerto (31), na seção 5.2, desta dissertação).

Podemos identificar também outra construção simbólica da *legitimação* nesse exemplo. Trata-se da *universalização*. Com essa estratégia a apresentação da solução, como custo-benefício, ainda que não explicitamente, é construída como sendo um benefício para o coletivo. No entanto, podemos depreender que os beneficiados seriam os atores do setor rural (aqui nos referindo a agricultores, pecuaristas, madeireiros etc.), o que reforça a sustentação das relações de poder. Dessa forma, com as estratégias de construção ideológicas, o discurso econômico é acionado como uma forma de reforçar a legitimidade do direito de receber capital em troca do não desflorestamento.

O emprego da modalização pode revelar a identidade de um ator situado na Amazônia e que age em defesa de a região ser beneficiada com mecanismo de financiamento global. Por meio de sua ação discursiva e da forma como representa o mundo, a mão dupla economia-meio ambiente é convocada à *legitimação*, na qual a ação comunicativa é envolvida pela ação estratégica¹²² (HABERMAS, 2002). Nesse sentido, nesse exemplo, a questão econômica, como vemos em “relação custo-benefício”, é evidenciada diante dessa questão ambiental.

¹²² Habermas (2002) distingue ‘ação comunicativa’ como sendo uma ação que tem como fim o entendimento, em que a linguagem pode ser usada como meio de integração social ao passo que ‘ação estratégica’ é voltada para o sucesso do agente e está relacionada à ação racional intencional. Além disso, nesta última, a linguagem pode ser empregada apenas como meio de transmitir informações e tem como mecanismo o exercício de influência para se induzir o comportamento.

Aguiar (2008, p. 169), analisando o papel da mídia na divulgação de questões ambientais, sustenta que os meios de comunicação “ao promover a reificação do mercado (mesmo em suas versões ‘verdes’), [...] mantêm-se na superfície dos problemas ambientais, liderando o estratégico jogo de afirmação e negação dos riscos”. Segundo a autora, o argumento de que a ciência é neutra é utilizado para “justificar o ‘progresso’ e ocultar das pessoas que mais sofrem com a degradação ambiental e a escassez dos recursos naturais o conhecimento sobre o que as ameaça” (AGUIAR, 2008, p. 169). Dessa forma, a superação e o enfrentamento do problema ambiental em questão são colocados na dependência de resultar em benefícios econômicos, como critério de adesão, mas não são considerados seus riscos sociais e ambientais, principalmente, para os que podemos chamar de as “minorias da Amazônia” (dentre elas, os ribeirinhos).

Vejamos agora a análise do modo de operação ideológica *dissimulação* e das estratégias ideológicas gerais.

5.4.2 A *dissimulação* e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate

De acordo com Thompson (2002), a representação das relações de dominação pode ajudar a dissimulá-las ao nos levar a desviar nossa atenção delas ou ao não considerar as relações e processos existentes. Vejamos os exemplos de como esse modo de operação ideológica se manifesta na divulgação debate:

(d) “As **três cidades também figuram na lista** dos municípios que mais desmataram a Amazônia Legal, segundo o Ministério do Meio Ambiente”. (OL-10/09/2011)

(e) “De acordo com Lacerda, a **Justiça costuma dar ganho de causa** ao Incra **ou até anular as multas, já que** o entendimento dos juízes é o de que **o Incra não comete crimes ambientais**. ‘O Incra cumpre a legislação ambiental e não comete crime ambiental. O desmatamento em assentamentos é cometido pelo proprietário ou por quem arrenda a terra. **Normalmente**, na maioria dos casos, há madeireiros que arrendam vários lotes e até pressionam o pequeno agricultor para desmatar. Ameaçam e matam as lideranças que atrapalham o negócio da madeira. **Há pressão do comércio local**, as serrarias, que compram essa madeira. Portanto, não é a política de reforma agrária que é a causa do desmatamento (sic). **E multar o Incra não resolve o problema**. A questão é **como estancar a derrubada** da floresta, que **ocorre inclusive** em áreas de proteção ambiental’, disse Lacerda”. (AC-15/10/2011)

(f) “Questionado sobre os impactos ambientais, Carlos Xavier [[presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa)]] afirma que a **produção de gado ‘só provoca impacto positivo’, uma vez que gera emprego e renda**”. (OL-30/10/2011)

(g) “‘Temos em evidência a votação do Código Florestal no Senado (que deve acontecer nesta quarta-feira (6) (sic). Aliás, **se as modificações da nova lei ambiental não fossem discutidas** neste ano, o **desmate poderia ser ainda menor**, ficando em torno dos 5 mil km²’, disse o pesquisador [[Adalberto Veríssimo, do Imazon]]”. (OL-06/12/2011)

No primeiro exemplo¹²³ do modo *dissimulação*, no posicionamento do ator do *âmbito político*, divulgado pelo jornal paraense, identificamos a estratégia típica de construção simbólica *deslocamento*. A estratégia é construída por meio da atribuição da responsabilidade do desmatamento a três cidades paraenses (Redenção, São Félix do Xingu e Novo Progresso), omitindo, assim, os agentes causadores dessa ação. A apresentação das cidades desmatadoras também é construída de forma a ocultar a prática, como podemos verificar no excerto “**figuram na lista dos municípios** que mais desmataram”, no qual é empregado o verbo ‘figurar’, que, a nosso ver, no exemplo, é sinônimo de ‘destacar’, mas não possui a mesma força semântica desse.

No exemplo (e), extraído do jornal do Amazonas, a *dissimulação* é construída na voz do ator social da esfera *ambiental* de forma a ajudar a afastar do Incra a responsabilidade pelas ações de desmates em áreas de assentamento, mesmo que algumas das multas, conforme OL-10/09/2011, sejam provenientes de implantação de assentamentos sem a expedição da licença ambiental pelo Ibama. O *deslocamento* que permite essa *dissimulação* é apoiado na indicação de outros possíveis culpados. Nesse exemplo, vemos como o controle de poder é operado, por meio do discurso, ajudando a tornar pouco visíveis as falhas na legislação e no controle ambiental que repetidamente resulta em multas, como percebemos em “Justiça **costuma dar** ganho de causa”, e trocas de acusações entre as duas autarquias, presente em “E **multar o Incra não resolve o problema**”. Wodak (2004) destaca que, por guardarem traços de diferentes discursos e ideologias que confrontam pelo controle, os textos tendem a ser espaços de lutas. Já Ramalho e Resende (2011) salientam que uma das formas de instaurar e manter a hegemonia é a luta que ocorre no e pelo discurso. Dessa forma, no exemplo em questão, essa luta que se manifesta na divulgação debate ocorre por meio da defesa da legitimidade da ação do órgão ambiental e da indicação de possíveis causadores do desmatamento que o levou a receber as multas.

No exemplo (f), divulgado no *O Liberal*, a voz do ator do *âmbito econômico*, por meio da estratégia *eufemização*, ajuda a dissimular a responsabilidade da atividade pecuarista no problema. A apresentação da expressão ‘impactos positivos’, em contraposição a ‘impactos ambientais’ (vide o exemplo (52), na seção 5.2, desta pesquisa), acompanhada de

¹²³ A matéria OL-10/09/2011 é uma ampliação de OL-24/08/2011. Foi feito reaproveitamento total do texto, sofrendo alteração na manchete e na linha fina. Na análise, consideramos a matéria com versão mais completa, nesse caso: OL-10/09/2011.

“uma vez que **gera emprego e renda**” ilustra essa *dissimulação*, que, inclusive, é reforçada pelo divulgador (ainda que possa se isentar disso), como se percebe no excerto. Nesse sentido, Fairclough (2006, p. 171) destaca que “incluir discurso relatado - atribuindo uma declaração para os outros [...] é uma forma de reduzir o próprio compromisso sobre isso”. Além disso, a própria representação da atividade como “a **produção** de gado” colabora com sua valoração positiva e ajuda a negar sua culpa no problema ambiental, configurando o emprego da estratégia de *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa*. O desflorestamento, portanto, seria o causador de impactos ambientais, mas a pecuária resultaria em impactos positivos.

Diante disso, Fairclough (2001, p. 41) salienta os postulados de Habermas (1984) quanto à sociedade moderna estar envolta por uma “colonização progressiva da ‘vida mundial’ pela economia e estado, envolvendo um deslocamento das práticas ‘comunicativas’ pelas práticas ‘estratégicas’, que incorporam uma racionalidade (moderna) puramente instrumental”. Em adição a esse apontamento, Ramalho e Resende (2011) sustentam que as relações entre diferentes campos da vida social, ao passar por uma reestruturação, resultam em transformações que indicam que os campos sociais (como o político, o educacional, por exemplo) estão sendo colonizados pelo campo econômico.

A hegemonia do discurso econômico em detrimento do problema ambiental é também sustentada por Leff (2007):

colocar em prática princípios e estratégias do ecodesenvolvimento provou ser mais complexo e difícil que a simples internalização de uma ‘dimensão’ ambiental dentro dos paradigmas econômicos, os instrumentos do planejamento (sic) e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalecente (LEFF, 2007, p. 63).

Nesse sentido, o discurso ambiental que se adéqua ao econômico serve como uma forma de justificar a exploração ou não da floresta, revelando a operação ideológica que ajuda a estabelecer relações de poder através dos meios de comunicação, por meio da socialização de discursos particulares. Nesse contexto, uma vez que ajude a movimentar a economia, o uso da natureza passa a ser justificável, o que ajuda a atenuar e/ou invisibilizar os (e)feitos dessa exploração, por isso, esse discurso serve para dissimular o problema. Por esse meio, as estratégias ideológicas ajudam a sustentar essa relação de poder que tem como fundo o discurso hegemônico do capitalismo.

No exemplo (g), de matéria publicada pelo jornal *O Liberal*, temos a voz do ator do *âmbito ecológico*. Em seu posicionamento, o ator comenta sobre a “queda de 11% do desmatamento anual da Amazônia Legal” (vide OL-06/12/2011), anunciada pelo Inpe, destacando que ela poderia ter sido maior, se as discussões em torno do projeto do novo Código Florestal não tivessem ocorrido, em 2011. Dessa forma, a *dissimulação* ocorre por meio da transferência da responsabilidade pela redução florestal a essa lei ambiental, ocultando a indicação dos agentes por trás dessa lei. No posicionamento, o emprego do advérbio ‘aliás’ reforça a *dissimulação*, por meio da reformulação do discurso, que retoma a informação anterior “o ritmo da derrubada da vegetação permaneceu estável e a queda não significa que a situação está resolvida” (vide OL-06/12/2011). A modalização ‘**poderia** ser **ainda** menor’, com o emprego do verbo auxiliar modal ‘poder’ e do advérbio ‘ainda’, dando a ideia de inclusão, revela o caráter de insatisfação do posicionamento quanto à informação da possível redução do evento. Como podemos notar, a nominalização/passivização¹²⁴, respectivamente, ‘modificações’ e ‘fossem discutidas’, ajuda a omitir os agentes responsabilizados na *dissimulação*.

Van Dijk (2012, p. 132 [nota de fim]) destaca que o discurso dos oponentes pode ser utilizado para “estrategicamente neutralizá-los [ou] simplesmente porque o poder e as ideologias dominantes podem ter mudado, tal como é o caso evidente da ideologia e do discurso ecológicos”. Nesse exemplo, vemos que a retomada da informação de que houve redução do desflorestamento é empregada, dissimuladamente (no sentido da construção simbólica), para demonstrar sua insatisfação, o que pode resultar na neutralização do que seria a “boa notícia”.

Na sequência, apresentaremos a análise do modo de operação ideológica *unificação* e das estratégias ideológicas gerais.

5.4.3 A *unificação* e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate

A *unificação*, segundo Thompson (2002), por construir simbolicamente a unidade entre indivíduos sem considerar as diferenças e divisões que os separam, pode ajudar a

¹²⁴ Não incluímos esse exemplo no modo *reificação*, por entendermos que não se trata da representação de situação passageira como sendo natural ou atemporal, como é a característica desse modo. No entanto, entendemos que, nesse caso, a estratégia dupla reforça o efeito da *dissimulação*.

estabelecer e sustentar relações de dominação. Vejamos alguns exemplos de como aparecem esse modo na divulgação debate do desmatamento:

- (h) “O comportamento destas regiões **será determinante** na escolha de onde haverá futuras apreensões de gado. **Elas poderão ocorrer** a qualquer momento nas áreas onde as notificações para a retirada do rebanho estão vencidas’, afirmou Barbosa à plateia na reunião em Belém”. (OL-14/05/2011)
- (i) “Pinguelli alertou para a **difículdade do país** cumprir as metas internacionais, **se não houver um freio** à devastação ambiental”. (AC-30/05/2011)
- (j) “**Estamos** agora desenvolvendo a tecnologia da pastagem rotacionada, aumentando a capacidade de produção de no mínimo três cabeças por hectare. O compromisso do Projeto Preservar é desmatamento zero. **Estamos só utilizando as áreas antropizadas. Nós paraenses** estamos trabalhando hoje com uma agricultura de baixo carbono, para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa. **É o único estado que tem uma proposta na economia rural**, que chama Projeto Preservar. **Vamos** trabalhar no que está aberto hoje e **manter a nossa floresta**’, afirma [[Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa)]]”. (OL-30/10/2011)

O exemplo (h) faz parte de matéria publicada no jornal *O Liberal* e trata-se de posicionamento de ator da esfera *ambiental*. Nele, a *unificação* é construída por meio da estratégia *simbolização da unidade*, com a união das cidades (dos Estados Pará, Mato Grosso e Amazonas) em uma única identidade, que, nesse caso, é a história compartilhada (THOMPSON, 2002) dos índices de desmatamento e o destino coletivo (THOMPSON, 2002) da possível sanção pelo órgão ambiental. Com a estratégia simbólica citada, as diferenças entre as cidades, quanto às causas e causadores da ação de desmate são apagadas, e toda a população é colocada na mesma posição de possíveis agentes causadores. As regiões são inseridas no lugar dos agentes causadores do problema e são representadas como dotadas de personalidade humana, como se percebe com o uso de “**comportamento** destas regiões”.

É possível notar o controle de poder do âmbito na apresentação da condição de “alguém” que pode punir o outro a depender do seu comportamento, como vemos em “o comportamento destas regiões será determinante na escolha de onde haverá futuras apreensões de gado”. Assumindo a “forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (FOUCAULT, 1979, p. 281), o trecho “elas **poderão ocorrer** a qualquer momento”, com a modalização epistêmica, denotando possibilidade próxima, reforça o estabelecimento da relação de poder do ator da esfera *ambiental*.

No segundo exemplo, extraído do jornal *A Crítica* (vide também a análise do exemplo (2e.), na seção 5.3, desta dissertação), temos a representação do modo de operação ideológica *unificação*, por meio da estratégia *simbolização da unidade*, na voz do ator do *âmbito científico*. Temos, assim, a união da população brasileira na representação ‘país’, o

qual teria metas internacionais que seriam de difícil cumprimento, em caso de o desflorestamento não ser controlado. Nesse caso, mesmo tendo sido estabelecida e acordada por um grupo da ‘elite do poder’ (VAN DIJK, 2012), as metas (que aparecem em outros trechos na matéria) de redução da emissão de GEE e do evento em questão são atribuídas a todo o país, implicando na responsabilidade de todos quanto a reduzir tais metas.

No exemplo (j), de matéria publica no jornal *O Liberal*, temos a voz do ator social do *âmbito econômico*. Nessa voz, a *unificação* é construída por meio da referência aos paraenses em primeira pessoa pronominal plural (estamos, nós paraenses, vamos, nossa floresta) na defesa de que a atividade pecuarista no Pará está sendo pautada na sustentabilidade ambiental. A estratégia de construção simbólica agrupa toda a população, apesar de a questão ser relacionada apenas ao grupo que realiza tal atividade. A *simbolização da unidade* assume a função de autodefesa, diante das indicações nos campos midiático e científico de que a pecuária é uma das principais causas de desmatamento. Sendo desempenhada essa atividade no estado paraense, que também possui liderança quanto a essa ação, essa autodefesa baseia-se na sustentação de relações de dominação e controle de poder.

Na sequência, apresentaremos a análise do modo de operação da ideologia *fragmentação* e das estratégias ideológicas gerais.

5.4.4 A *fragmentação* e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate

O modo de operação ideológica *fragmentação*, segundo Thompson (2002), é expresso por meio de estratégias que segmentam os atores que possam desafiar os grupos dominantes na manutenção das relações de dominação. Vejamos, a seguir, alguns exemplos:

(k) “Onde se situa o produtor rural do Pará e da Amazônia **diante desse cenário grotesco criado pela ‘republiqueta’ Brasil?** Essa praga, o Código Florestal, **deve ser combatido** (sic) **senão vai devorar rapidamente a lavoura e o gado. Os produtores rurais que carregam esse país nas costas** há décadas, nesse momento crucial da economia brasileira, estão olhando de longe a ‘morte’ chegar sem uma reação contundente que rechace **essa loucura governamental**. São 27 federações de Agricultura, 2.300 sindicatos rurais e 1,7 milhão de produtores perdendo, sendo **acuados por ‘meia dúzia’ de ambientalistas**, ONGs e instituições governamentais declaradamente **inimigas do produtor rural**” (Produtor rural, em artigo de opinião). (OL-26/05/2011)

(l) “Uma **nota técnica** assinada pelo **movimento SOS Florestas**, que reúne sete ONGs (entre as quais Greenpeace e WWF Brasil) **aponta** 19 falhas na proposta do **novo Código Florestal e afirma** que o texto *‘incentiva novos desmatamentos’* e permite uma *‘isenção quase generalizada’* aos infratores ambientais”. (AC-01/06/2011)

(m) “Agora, inadvertidamente, talvez para livrar de multas milionárias e beneficiar quem se deu à prática de desmatamentos irregulares o novo **Código Florestal** prevê anistia para multas impostas. Exurge evidente que não é o estatuto que sai prejudicado por **sua aprovação**. O principal risco de **prejuízo é para o Estado de Direito**” (Advogado, em artigo de opinião). (OL-15/07/2011)

(n) “A Presidente da SBPC, Helena Nader, abriu a última reunião anual da SBPC com um **verdadeiro desabafo** contra a **forma como vem sendo discutido e votado** o texto do novo Código Florestal brasileiro, porque a colaboração da ciência **vem sendo evitada** pelos parlamentares tanto da Câmara Federal quanto, agora, do Senado. Ela criticou o fato de que, **em nome de interesses restritos**, lideranças ruralistas e ambientalistas tenham **dado as costas para as possibilidades** que a ciência tem a oferecer para a definição de regras e parâmetros que harmonizem a preservação ambiental e a produção agrícola”. (AC-18/07/2011)

No exemplo (k), extraído do jornal do Pará, a voz do ator do *âmbito econômico*, com o auxílio da estratégia *expurgo do outro* configura o modo de operação ideológica *fragmentação*, que é reforçado com as estratégias gerais *polarização ideológica* e *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa*, na sustentação do controle do poder. A estratégia típica de construção simbólica é baseada na representação do Código Florestal (e do governo federal, como podemos notar em “‘republicueta’ Brasil” e “loucura governamental”) como um algoz da agropecuária e dos produtores rurais. Por meio de argumento acusativo, resgatando elementos do discurso da prática trabalhista rural, a lei ambiental é metaforicamente associada com uma “praga”, que pode prejudicar a atividade agropecuarista (*vide* também a análise do exemplo (54), na seção 5.2), e com a “morte”, que pode chegar para controlar a atividade. Dessa forma, o *expurgo do outro* ajuda a construir o inimigo ameaçador e que deve ser enfrentado pelo coletivo (THOMPSON, 2002). Inclusive, essa representação de ameaça é reforçada com a modalidade deôntica, denotando a obrigação de se enfrentar a lei, como podemos notar em “essa praga, o Código Florestal, **deve ser combatido** (sic) senão vai devorar rapidamente a lavoura e o gado”.

Considerando as relações de poder que envolvem os atores participantes da divulgação, é válido destacarmos, com base em Fairclough e Wodak (2000), que o processo da luta política e a busca pela legitimidade dela estão cada vez mais vinculados a questões econômicas da mídia e à busca por maiores audiências e lucros. Diante disso, percebemos o papel assumido pelos meios de comunicação como instrumentos de lutas hegemônicas, por possibilitarem que grupos difundam seus discursos e sua concepção de mundo por meio de um caráter universal (RAMALHO; RESENDE, 2011). Isso porque a condição para que esses grupos se mantenham, temporária e hegemonicamente, no poder é o estabelecimento e a sustentação da “liderança moral, política e intelectual na vida social” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 24), o que, muitas vezes, é possibilitado pelas mídias.

Semelhante à estratégia de *fragmentação*, a *autoapresentação positiva* e a *outro-apresentação negativa* é construída por meio da sustentação de que os agentes do setor rural são “os **produtores** rurais que **carregam esse país** nas costas há décadas” e que o Código Florestal e os atores envolvidos em sua elaboração são “‘**meia dúzia**’ de ambientalistas, ONGs e instituições governamentais declaradamente **inimigas do produtor rural**”. Com isso, é emitida à lei em questão e, mais precisamente, aos responsáveis por sua (re)elaboração, a culpa por situação negativa (VAN DIJK, 2012), que, nesse caso, seria o fato de prejudicar os “produtores rurais”.

Por consequência, temos também a presença da *polarização ideológica*, já que os possíveis prejuízos à agropecuária são representados como problemas superiores à redução florestal, a serem enfrentados pela lei florestal, o que podemos confirmar na apresentação da ‘produção rural’ (representando a agropecuária) em contraposição à “loucura governamental”, remetendo-se a essa lei.

Podemos adicionar também que essas duas estratégias ideológicas gerais (VAN DIJK, 2012) servem, semelhante à *fragmentação*, para deslegitimar o Código Florestal, ao relacioná-lo enfaticamente à informação negativa em contraposição a ênfase positiva dada aos atores do setor rural, representados como responsáveis pelo sustento do país, já que “**carregam esse país** nas costas há décadas”.

Em (l), no jornal *A Crítica*, o *âmbito ecológico* é introduzido na divulgação através de uma nota publicada pelo movimento SOS Florestas (*vide* também a análise do exemplo (45), na seção 5.2). Nessa nota, a *fragmentação* é construída por meio da estratégia *expurgo do outro*, que apresenta o Código Florestal em votação como uma ameaça ao controle do desflorestamento. A referência à nota começa com a apresentação, na voz do divulgador, de possíveis falhas na lei em questão, inclusive com a indicação da quantidade delas, o que, segundo van Dijk (1990), sugere que a informação é exata e que os repórteres tiveram acesso direto aos dados. O *expurgo do outro* é sustentado (ora com a voz textual, ora com a voz externa), com a indicação dessas falhas e com a citação direta de trecho da nota, a saber: “‘*incentiva novos desmatamentos*’” e “‘*isenção quase generalizada*’”. Além disso, a citação direta é acompanhada da avaliação ‘infratores ambientais’, reforçando o efeito “expurgatório” da informação divulgada.

O exemplo (m) do modo *fragmentação* é de matéria publicada também pelo jornal paraense e trata-se do posicionamento de ator do *âmbito jurídico*. A estratégia de construção simbólica que expressa esse modo de operação ideológica também é o *expurgo do outro*. Com

essa forma simbólica, o poder legislativo, representado, indiretamente, pelo Código Florestal, é apresentado como sendo produto que atende aos interesses de um grupo específico (*vide* também a análise do exemplo (58)), como se percebe em “talvez para **livrar de multas milionárias e beneficiar quem se deu à prática** de desmatamentos irregulares”. Dessa forma, a *fragmentação* atribui a essa lei ambiental a função de ameaça ao “Estado de Direito”, ao qual os legisladores devem estar subordinados¹²⁵, ajudando, assim, a estabelecer a relação de poder.

No último exemplo do modo em questão, de matéria do jornal do Amazonas, a estratégia de construção simbólica *expurgo do outro*, na voz da representante do *âmbito científico*, expressa a *fragmentação*, por meio da representação dos parlamentares como atores que defendem interesses particulares, no que tange ao Código Florestal. Com essa representação, esses atores podem ser vistos como um inimigo perigoso que deve ser combatido (THOMPSON, 2002), já que a função desses atores é defender os interesses coletivos, mas estariam adequando a lei florestal aos seus interesses econômico-ideológicos (*vide* também a análise dos exemplos (27) e (14e.), nas seções, respectivamente, 5.2 e 5.3).

Além da *fragmentação*, também podemos perceber, no exemplo, a presença da estratégia geral *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa*. Com essa estratégia, os cientistas (na divulgação, como a representante e o vocábulo ‘ciência’) são representados como possíveis conciliadores da “preservação ambiental e a produção agrícola”, que geraram o impasse na definição do novo Código Florestal. Os parlamentares, por sua vez, descritos como “lideranças ruralistas e ambientalistas”, são representados como atores que se preocupam em defender seus interesses particulares, ignorando a necessidade de a lei ambiental ser embasada cientificamente. Dessa forma, os primeiros recebem a conotação positiva e os últimos a negativa, desempenhando (nos termos citados por Bañon Hernandez (2006)) a função de legitimar os primeiros e deslegitimar os últimos.

Na sequência, apresentaremos a análise do modo de operação da ideologia *reificação* e das estratégias ideológicas gerais.

¹²⁵ Segundo informações da Embaixada Americana, “Estado de Direito significa que nenhum indivíduo, presidente ou cidadão comum, está acima da lei. Os governos democráticos exercem a autoridade por meio da lei e estão eles próprios sujeitos aos constrangimentos impostos pela lei” (EMBAIXADA AMERICANA. **O Estado de Direito**. Disponível em: <<http://www.embaixada-americana.org.br/democracia/law.htm>>. Acesso em: 08 Jan. 2014).

5.4.5 A *reificação* e as estratégias ideológicas gerais na divulgação debate

De acordo com Thompson (2002), a *reificação* é o modo de operação da ideologia que tende a eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico dos fenômenos, fazendo-os parecer naturais ou atemporais. A seguir, temos alguns exemplos desse modo de operação ideológica:

(o) “Para Bezerra [[do IBGE]] se o Código Florestal, a ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff, for de fato cumprido **o problema** [[desmatamento de áreas protegidas, nos Estados da Amazônia]] **será solucionado. Se não houver fiscalização** nos Estados, porém, a **devastação** tende a continuar em ritmo acelerado”. (AC-30/12/2011)

(p) “Como se vê, os colonos da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém **eram obrigados a desmatar 50% dos seus lotes de terra** pelo próprio governo federal. **E se assim foi, como é que agora** o mesmo governo federal trata os colonos como foras da lei, bandidos, **por terem desmatado a metade dos seus lotes?** E ainda **exige que reflorestem 30%, para atender o Código Florestal** que estabelece que na Amazônia só pode desmatar apenas 20% de cada lote?” (Representante político, em artigo de opinião). (OL-06/07/2011)

(q) ““O que está acontecendo é que estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, se mantivessem aquela legislação arcaica, eles iam deixar de produzir, [[cita os produtos da agricultura e da pecuária]]. Então, na verdade, esse código foi uma manifestação da sociedade, através da representação legítima, dos eleitores de cada Estado. **Aqueles que estão produzindo, estão produzindo desde quando não existia nenhuma legislação sobre reserva legal, sobre APPs.** [...] Então, **uma legislação que está mudando no meio do jogo, está inviabilizando isso.** Esse é o fato. **E isso não tem a ver com Amazônia,** principalmente o Pará’, alega Xavier [[presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará]], destacando que o estado deveria ser beneficiado com a redução da reserva legal de 80% para 50%”. (OL-07/11/2011)

No primeiro exemplo, extraído do jornal *A Crítica*, na voz do ator do *âmbito científico*, temos a presença da *reificação*, expressa por meio da estratégia *nominalização/passivização*. Segundo Thompson (2002), esse par de estratégia desempenha o papel de expressar a *reificação* por desviar a atenção de determinados temas, provocando seu esquecimento, por meio da concentração em outros e também por produzir o apagamento do sujeito responsável pela ação. A *nominalização/passivização* é, inclusive, uma estratégia muito frequente, no *corpus*. Nesse exemplo, pontuamos a *nominalização* ‘devastação’ que estabelece relação sinonímica com o termo ‘desmatamento’ (que também é *nominalização*). Esse termo, como vimos na análise das estratégias divulgativas (*vide* a seção 5.3.1), é, por sua vez, representado por várias *nominalizações*, a saber: ‘**pressão** sobre as áreas de florestas’, ‘**derrubadas** de florestas’, ‘**destruição** de áreas de florestas’, ‘**desflorestamento**’, ‘**derrubada** de árvores’, etc. Com o uso dessa estratégia, no exemplo em questão, os responsáveis em fazer cumprir o Código Florestal (que poderia ser a solução da redução florestal em áreas protegidas) e os responsáveis por fiscalizá-lo são ocultados.

Além disso, os agentes da devastação, passível de aumento, também não aparecem na informação divulgada. O destaque é dado à possibilidade de a lei ambiental ajudar a solucionar o problema (*vide* também a análise dos exemplos (16e.) e (23e), na seção 5.3). Dessa forma, as estruturas sintáticas, por meio da passivização (no sentido de fenômeno linguístico) e da supressão dos agentes, podem expressar posições ideológicas intrínsecas ao servirem para dissimular ações negativas de grupos importantes ou poderosos (VAN DIJK, 1990).

No exemplo (p), de matéria publicada no jornal *O Liberal*, novamente, a estratégia *naturalização* e a *nominalização/passivização* expressam o modo *reificação*. Por meio da retomada da *narrativização* (*vide* exemplo (a)), o ator do *âmbito político* retrata o desmatamento como sendo natural, já que foi, historicamente, motivado pelo governo federal, por ocasião da ocupação da Amazônia, “uma terra sem homens, para homens sem terra” (*vide* exemplo (3), na seção 5.2). A *naturalização* dessa ação é reforçada com a pergunta retórica, “E se assim foi, como é que agora o mesmo governo federal trata os colonos como foras da lei, bandidos, **por terem desmatado a metade dos seus lotes?**”, e ajuda a ofuscar o caráter sócio-histórico (THOMPSON, 2002) da ação, que foi fruto de outro momento social, político e ambiental (*vide* também a análise do exemplo (10), na seção 5.2). O emprego da pergunta retórica, de acordo com Fairclough (2006), pode dar a ideia da construção do diálogo, apesar de, nesse caso, o ator social responder a si mesmo. A pergunta, portanto, evidencia que, se antes o desmate era uma ‘obrigação’, não se pode criminalizar essa ação, pelo fato de já se ser algo esperado. Temos, assim, a presença da modalidade deôntica no reforço da prática dessa ação.

Além disso, com o par de estratégia *nominalização/passivização*, temos o destaque dado aos “colonos”, quando da informação de que o governo federal os obrigou a desmatarem, e o apagamento, quando da informação de que eles desmataram 50% de seus lotes. Essa construção simbólica pode, portanto, conforme sustenta Thompson (2002, p. 88), “em circunstâncias particulares, servir para estabelecer e sustentar relações de dominação através da reificação de fenômenos sócio-históricos”. Nesse caso, trata-se da sustentação da legitimidade da prática exploratória da floresta.

Somada à *reificação*, temos a presença da *autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa*, evidenciando o governo federal, com a conotação negativa, por cobrar pelo desmate, criminalizando os atores do setor rural, e esses atores, com a conotação positiva, já que desmataram porque “eram obrigados a desmatar 50% dos seus lotes de terra”,

ou seja, fizeram o que tinham de fazer. A culpa pelo desmatamento, portanto, seria desse governo, que, mesmo sendo outro naquele momento, é representado pelo ator social, sem distinções. Dessa forma, a estratégia ilustra a contraposição de grupos, em que o posicionamento do ator do *âmbito político* atribui ações negativas ao referido governo.

No último exemplo, extraído também do jornal paraense (*vide* também a análise do exemplo (55), na seção 5.2), o posicionamento do ator do *âmbito econômico* expressa o modo *reificação*, também por meio da estratégia *naturalização*. Essa estratégia apresenta a exploração florestal sem restrições como uma ação natural em benefício da pecuária e da agricultura, que podemos dizer que resultou no desenvolvimento de Estados do Sul e Sudeste, como podemos perceber na referência a eles. Além disso, a *naturalização* dessa ação é também evidenciada no trecho “isso não tem a ver com Amazônia, principalmente o Pará”, defendendo-se, assim, que o Código Florestal é válido para aqueles Estados, mas que não atende às necessidades dos agentes do setor rural da Amazônia. Portanto, a lei poderia prejudicar o Pará, tendo em vista sua realidade socioeconômica ser diferente da deles. Essa defesa é evidenciada em “o estado deveria ser beneficiado com a redução da reserva legal de 80% para 50%”.

Nesse exemplo, semelhante a outros que vimos durante nossas análises, a agropecuária é representada como “produção”, em que dentro da ordem econômica é algo positivo, portanto, deve ser incentivado. Com essa representação, em relação ao Pará, sabendo-se de sua situação em termos desenvolvimentistas, a *polarização ideológica* ocorre por meio do destaque dado à necessidade de aumentar a área de “produção”, como sendo um benefício para esse estado, o que retira do desmatamento seu caráter de problema nessa região, uma vez que seria para seu benefício. Vemos, portanto, novamente, a presença da estratégia *naturalização*.

Diante desse cenário, Leff (2007) destaca que as formações ideológicas no âmbito da problemática ambiental surgem como processos de significação que, geralmente, naturalizam os processos políticos de dominação e ocultam os processos econômicos de exploração que surgem das relações sociais e formas de poder vinculadas às questões de produção e expansão do capital. Em adição a isso, Thompson (2002), incluindo o conceito bourdiano, distingue três tipos de capital (também denominado ‘recurso’), a saber: econômico, cultural e simbólico. Podemos dizer que o primeiro, da ordem do palpável, material, envolve o sentido empregado por Leff (2007), pois “inclui a propriedade, bens materiais e financeiros de vários tipos” (THOMPSON, 2002, p. 195). Já o segundo podemos dizer que se trata da ordem do intelecto,

pois envolve o conhecimento, as habilidades e as qualificações educacionais. Podemos incluir o terceiro (que é o que se vincula à nossa pesquisa) na ordem do *status*, já que, segundo o autor, envolve desde os méritos e prestígio que alguém possui ao reconhecimento social desse. No entanto, é inegável a inter-relação que há entre eles e que reflete social e discursivamente na sociedade, por exemplo, na possibilidade de maior acesso ao discurso público, como nos aponta van Dijk (2012), e que resulta nas formas de controle de poder, por meio das estruturas sociais, como é o caso das mídias.

Vejamos agora o panorama da análise dos modos de operação da ideologia e das estratégias ideológicas gerais.

5.4.6 Os modos de operação da ideologia e as estratégias ideológicas gerais e o controle do poder na divulgação debate

É válido destacar que as estratégias de van Dijk (2012) se somam aos modos de operação da ideologia, propostos por Thompson (2002), principalmente, ao se tratar da *fragmentação*, resultando no efeito discursivo, mencionado por Bañon Hernandez (2006), de *deslegitimação/legitimação*. Esse modo de operação ideológica foi o mais representativo no nosso *corpus*, seguido, nesta ordem, pela *dissimulação*, *legitimação*, *reificação e unificação* e, posteriormente, pelas estratégias gerais *polarização ideológica e autoapresentação positiva/ outro-apresentação negativa*. Optamos por não reproduzir o gráfico dessa representatividade, como o fizemos nas outras análises, por entendermos que há uma linha tênue entre eles, especialmente, devido à extensão dos excertos que compõem os nossos dados, a qual favorece a coexistência de mais de um modo.

Além disso, destacamos que nossos dados apontam para a presença majoritária dos modos de operação da ideologia relacionados ao *âmbito científico*, seguido pelo *econômico*, depois pelo *político* e *ecológico* e, então, pelo *ambiental*. Dos jornais analisados, identificamos as estratégias ideológicas gerais e as de construção simbólica predominantemente no jornal *O Liberal*. Essa recorrência mais expressiva no jornal do Pará é justificada por dois motivos: a quantidade de matéria divulgada sobre o tema, conforme já mencionamos, e a presença mais diversificada dos âmbitos sociais na divulgação debate.

Sabendo que ‘ideologia’ está relacionada com o uso do sentido que, em situações particulares, pode estabelecer e sustentar relações desiguais de poder; apresentaremos, a

seguir, um apanhado de como a participação dos atores se vincula, no nosso *corpus*, a esse sentido “a serviço do poder” (THOMPSON, 2002, p. 16). Nessa relação de poder – que envolve “dominantes” e “subordinados” (THOMPSON, 2002, p. 16) ou ‘elites do poder’ e dominados (VAN DIJK, 2012) –, temos como “dominado” principal a Floresta Amazônica e, secundariamente, as pessoas que sofrem as consequências resultantes da problemática ambiental.

No *âmbito político*, as estratégias de construção simbólica e as estratégias gerais, de modo geral, ajudam a sustentar as relações de poder, em torno do desmatamento, de modo a descaracterizá-lo como uma problemática, como vimos em (a), (d) e (p). As estratégias servem para ocultar a questão ou estabelecer a importância do capital econômico, apontado por Thompson (2002). Dessa forma, a hegemonia instaurada, por meio do capital simbólico, é a do lucro, o que é característico da sociedade moderna. Em contraposição a esses exemplos, configurando a luta no e pelo discurso, conforme pontuam Ramalho e Resende (2011); em (b), as estratégias ajudam a problematizar o Código Florestal, na defesa de interesses do Estado do Amazonas.

No *âmbito científico*, as estratégias aparecem associadas, majoritariamente, com as questões do desflorestamento e os acordos internacionais, tais como, as metas de redução de GEE (como prejuízo para o país, quando do seu não cumprimento) e os possíveis mecanismos fiscais “verdes” (como benefício econômico para a Amazônia), conforme mostram (c) e (i). Nesses dois casos, o discurso hegemônico construído é relacionado a interesses coletivos, mas que, na realidade, resulta em benefício econômico para os grupos ‘dominantes’. Na relação com o capital econômico, quando das discussões do novo Código Florestal, há também a luta travada no discurso entre cientistas *versus* parlamentares, no exemplo (n). Nesse caso, os primeiros defendendo seu direito de possuidor da verdade que, no sentido de Foucault (1979, p. 13), refere-se ao “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Essa verdade seria a de saber conciliar os polos ‘preservação ambiental e agricultura’, sendo, portanto, um reforço da hegemonia da ciência na sociedade atual.

Na esfera *ambiental*, as estratégias gerais e de construção simbólica aparecem vinculadas a casos de desmatamento: em assentamento agrário e nas cidades com maiores índices do evento, na Amazônia Legal (nos estados Pará, Mato Grosso e Amazonas). No primeiro caso (e), o poder simbólico envolve a autodefesa, mediante apresentação de culpados pela problemática. No segundo (h), a divulgação serve apenas para indicar locais de desmates,

mas não são apresentadas nem as causas nem os causadores. Esses exemplos remetem-nos ao que dizem Resende e Ramalho (2004) quanto ao fato de as relações sociais de poder sustentarem as redes de práticas e, ao mesmo tempo, ao se articularem, estarem ligadas a lutas hegemônicas. Assim, no caso das omissões de causas e causadores do desflorestamento, vemos como, ao se articular com a prática política, a prática midiática mantém-se à distância de questões conflitantes, tomando como verdade a informação recebida, podendo resultar na “unilateralidade da informação”, indicada por Cremilda Medina (2008).

No *âmbito econômico*, as estratégias aparecem associadas com a representação da (agro)pecuária como sendo uma ação positiva, como podemos verificar em (f), (j), (k) e (q). Essa positividade é construída com a apresentação de que gera emprego e renda e que o Código Florestal a prejudicaria, que a prática, no Pará, é pautada na sustentabilidade e que seria necessário reduzir a área da reserva legal, na Amazônia, em benefício dessa região. Dessa forma, o discurso econômico norteia a divulgação do desflorestamento, enfatizando-se, novamente, a importância do capital econômico. Portanto, considerando que a defesa da prática agropecuária (e, indiretamente, do problema em questão), em detrimento da lei florestal, resulta em beneficiar apenas os grupos do setor rural, podemos indicar a presença de representações ideológicas. Pois, assim sustentam Ramalho e Resende (2011, p. 24): “quando essas perspectivas favorecem algumas poucas pessoas em detrimento de outras, temos representações ideológicas, voltadas para a distribuição desigual de poder baseada no consenso”. Nesse caso, o consenso almejado é o da aceitação da pecuária como uma atividade econômica que beneficia a população da região, e não apenas os grupos que a realizam.

No *âmbito ecológico*, as estratégias consideradas na pesquisa estão relacionadas com o Código Florestal. Em (g), servem para manifestar a insatisfação quanto às discussões em torno dessa lei terem gerado desmatamento, já que a redução poderia ser menor. Em (l), essa mesma lei é apresentada como uma possibilidade de colaborar com o evento. O poder é, portanto, exercido por meio da acusação/cobrança em torno da lei ambiental em questão, pois “o exercício do poder não se limita simplesmente a uma forma de ação, mas consiste em uma forma de interação social” (VAN DIJK, 2012, p. 43). Nessa interação social, cada grupo imprime os efeitos ideológicos que lhe caracterizam, resultando em um campo de contestação, como é característico da vida social (THOMPSON, 2002).

Por fim, no *âmbito jurídico*, a estratégia de construção simbólica serve para travar discursivamente luta com o poder legislativo, em função do Código Florestal. Nessa luta, esse poder é representado como um grupo que visa seus próprios interesses e descumpre o que

rege o Estado de Direito. Nesse ponto, retomamos Thompson (2002), salientando que a luta travada na vida social ocorre por meio de palavras e símbolos, bem como através da força física, e a ideologia é parte dessa luta. Além disso, a ideologia “é uma característica criativa e contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a **troca contínua de formas simbólicas**” (THOMPSON, 2002, p. 19, grifos nossos).

Na divulgação do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, podemos perceber a troca de forma simbólica que envolve os atores dos diversos âmbitos e, ao mesmo tempo, podemos notar como a linguagem utilizada a serviço do poder pode camuflar os fatos, por meio da difusão de um recorte de informação. Esse recorte pode, muitas vezes, colaborar com a confirmação, legitimação e reprodução da dominação social, travada discursivamente. Em relação à divulgação debate do tema em questão, os efeitos sobre a realidade socioambiental do Pará e do Amazonas, quando da omissão das causas, dos agentes causadores, e, principalmente, das consequências que atingem minorias, que pouco acesso possuem ao capital econômico e menos ainda ao simbólico, resultam no prolongamento da problemática na região. Dessa forma, salientamos que a potencialidade transformativa e criativa do uso da linguagem e das ideologias é um instrumento que urge ser empregado no campo de contestação, que é a vida, e também nos instrumentos de difusão do poder simbólico, como são as mídias.

A seguir, apresentaremos a discussão das análises desenvolvidas, relacionando-as com as perguntas de pesquisa.

5.5 DISCUSSÃO DAS ANÁLISES

A análise dos nossos dados, guiada pelas perguntas de pesquisa, teve como foco: 1) os posicionamentos dos atores dos diversos âmbitos que participaram da divulgação debate do desmatamento na Amazônia, causas e consequências; 2) as estratégias divulgativas empregadas para divulgar esse tema; 3) os modos de operação da ideologia e as estratégias ideológicas gerais. Após termos realizado essa análise, apresentaremos, a seguir, a discussão dos nossos dados, com base nas questões norteadoras da pesquisa, para que assim possamos verificar se alcançamos as respostas em atendimento aos nossos propósitos investigativos.

1) Quais são os atores sociais envolvidos na divulgação debate e os posicionamentos adotados por eles quanto ao tema em questão, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*?

Na nossa proposta de análise, revelamos o interesse em identificar os atores sociais (evidenciando seus discursos, em torno das causas e consequências do desmatamento) e a forma como foram citados e introduzidos na construção das notícias, reportagens, artigos de opinião, nota e entrevista. Como já é sabido, essa divulgação contou com a participação dos âmbitos: *social, político, científico, ecológico, ambiental, econômico e jurídico*. Vejamos a síntese dessa participação e sua relação com o tema da pesquisa, nos **Quadros 8 e 9**, a seguir:

Atores sociais	Tema	Elementos
Âmbito Social		
Moradores de Ulianópolis (PA)	Causas	Ocupação de terra por grupos organizados
Âmbito Político		
Ministério de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Mato Grosso e Pará), parlamentar, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas), prefeito, ex-ministros de Meio Ambiente e Governo Federal	Causas (com e sem relação com o Código Florestal)	Assentamento agrário, especulação imobiliária, exploração madeireira, indústria siderúrgica, ocupação da Amazônia (por meio do programa de integração nacional), pecuária, pequenas produções, possível anistia e ocupação de área de preservação permanente (APP) e sojicultura
	Consequências	Emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera
Âmbito Científico		
Pesquisador (sem referência de sua instituição), Inpe, IBGE, Embrapa, Museu Paraense Emílio Goeldi, pesquisadores do IPCC e SBPC	Causas (com e sem relação com o Código Florestal)	Agricultura, agropecuária (quando inter-relacionadas), Área de Proteção Ambiental (como local/causa do evento), estradas, falta de políticas públicas, mineração, ocupação demográfica e inter-relações, pecuária, possível anistia e ocupação de APP e sojicultura
IBGE, pesquisadores ligados ao IPCC e pesquisador/articulista	Consequências (com e sem relação com o Código Florestal)	Aquecimento global, mudanças climáticas e não cumprimento de metas de redução de GEE, pelo país

Quadro 6 - Panorama da participação na divulgação debate: causas e consequências – Parte 1

Atores sociais	Tema	Elementos
Âmbito Ambiental		
Ibama e Incra	Causas	Agricultura, assentamento do Incra Especulação imobiliária, exploração madeireira, pecuária e siderurgia
Âmbito Ecológico		
Greenpeace, Instituto World Watch, Imazon, movimento SOS Florestas e Rede de Ação Climática	Causas (com e sem relação com o Código Florestal)	Assentamento do Incra, construção de hidrelétricas, falta de políticas públicas, ocupação demográfica e inter-relações, pecuária, possível anistia e ocupação de APP e outras disposições do Código Florestal, rodovias e inter-relações e sojicultura
IPAM e Imazon	Consequências (com e sem relação com o Código Florestal)	Aquecimento global e o não cumprimento de metas de redução de GEE, pelo país
Âmbito Econômico		
Entidades (ABIOVE, ANEC, FAEPA) e representantes do setor (economistas, empresário, donos de serrarias, agropecuaristas)	Causas (com e sem relação com o Código Florestal)	Agricultura, agropecuária (quando inter-relacionadas), exploração madeireira, legislação ambiental falha, ocupação demográfica (espontânea), ocupação demográfica e inter-relações (proveniente de ação governamental), pecuária e sojicultura
Representantes do setor	Consequências	Aquecimento global
Âmbito Jurídico		
Advogados	Causas (com e sem relação com o Código Florestal)	Agropecuária, exploração madeireira, falta de políticas públicas e possível anistia e ocupação de APP
	Consequência	Morte de ativistas

Quadro 9 - Panorama da participação na divulgação debate: causas e consequências – Parte 2

Podemos perceber que as causas e consequências da problemática ambiental atrelaram-se à participação dos atores dos diversos âmbitos. Mas é válido destacar que cada âmbito tratou o tema a partir de suas práticas sociais, nem sempre havendo a relação causa/consequência/desmatamento de forma direta. Nos *âmbitos político, econômico e jurídico*, por exemplo, as consequências do desflorestamento não se associaram ao Código Florestal. O interessante é que, como vimos na seção 5.2.8, a ‘possível anistia e ocupação de APP’ como causa desse evento esteve mais presente na participação dos *âmbitos político e jurídico* (e *ecológico*). Essa constatação leva-nos ao questionamento: Por que a informação dada pelos *âmbitos político e jurídico*, ao se tratar das consequências da problemática, não se

vinculou à lei ambiental, que foi a responsável pela expressiva participação desses âmbitos na divulgação?

Diante desse questionamento, retomamos o apontamento de Resende e Ramalho (2004) quanto às relações sociais de poder sustentarem as redes de práticas e quanto a essas práticas vincularem-se a lutas hegemônicas ao se articularem. Apresentamos, portanto, duas possibilidades de resposta. Nessa articulação, as consequências podem não ter sido importantes para a defesa das hegemonias dos âmbitos. De outra forma, a abordagem das consequências poderia afetar essa hegemonia, já que a lei é um instrumento da prática jurídica e a elaboração do Código Florestal acontece no campo da política.

Nessas lutas hegemônicas, apesar de cada âmbito apresentar a sua perspectiva sobre as causas e consequências, percebemos, também, como aponta Lage (2009), “lutas internas pelo poder”. Dentro do *âmbito político*, por exemplo, representantes políticos direcionam a responsabilidade pelo desmatamento ao governo federal, por ocasião de políticas agrárias, como vimos no exemplo (10). No *ambiental*, diante das multas recebidas do Ibama, o representante do Incra problematiza a atuação daquele órgão (*vide* o exemplo (37)) e a ministra do Ministério de Meio Ambiente, ao qual aquela autarquia se vincula, caracteriza essa ação de multar como trabalho eficiente (*vide* o exemplo (8)). Diante disso, retomamos Edna Castro (2005) com a defesa de que, assim como as causas do desflorestamento, os atores sociais e os interesses que os envolvem são diversos, por isso a inter-relação deles resulta em espaço de tensão e conflito.

Vale acrescentar também que os *âmbitos científico e ecológico* foram os únicos que apresentaram a relação com o Código Florestal, tanto na abordagem das causas quanto na das consequências. Os posicionamentos de atores desses âmbitos também foram os que mais demonstraram rejeição à lei ambiental, como vimos, por exemplo, em (26) e (46), e os que mais enfatizaram as consequências da problemática. Já no *âmbito econômico*, percebemos a manifestação contrária a ações de controle e/ou redução do evento, por meio de posicionamento questionando a existência de desmatamento ilegal (*vide* o exemplo (50)); a defesa da agropecuária como sendo uma prática sustentável (*vide* o exemplo (j)) ou que acarreta apenas resultados positivos para a sociedade, que seria a geração de emprego e renda (*vide* o exemplo (52); ou ainda a defesa de que a soja não tem sido “o principal vetor de desmatamento no bioma amazônico” (*vide* o exemplo (51)).

Salientamos ainda que percebemos que a polêmica presente na participação dos atores envolveu somente as causas do evento, principalmente, em se tratando das discussões

sobre os dispositivos do Código Florestal poderem desencadear desflorestamento. Isso nos leva a confirmar nossa hipótese (quando da escolha de como configurar o *corpus*), por exemplo, de que o tema recebeu mais espaço nas mídias impressas locais em decorrência da votação dessa lei, em 2011. Dessa forma, a polêmica que gerou o debate na divulgação não foi o desmatamento em si, suas causas e consequências, mas os fatores que estariam relacionados com a lei florestal podendo interferir nos interesses dos diversos âmbitos, como por exemplo, com a necessidade de reflorestar reservas legais.

Tratando da divulgação, a partir do viés científico, acrescentamos que a abordagem do tema, conforme apontamos, não apareceu vinculada a termos e processos científicos de difícil assimilação pelo público leigo; por esse tema já ser de amplo conhecimento e também porque os jornais analisados divulgaram, prioritariamente, as causas que, geralmente, envolvem mais questões ligadas ao domínio econômico e político do que científico. Portanto, na perspectiva da divulgação científica, apresentamos as estratégias divulgativas empregadas e as funções discursivas às quais se associam no *corpus* de análise. Dessa forma, respondemos à seguinte questão de pesquisa: **2) Que estratégias divulgativas são utilizadas por esses atores nos âmbitos científico e ambiental?**

a) A *denominação*, empregada na divulgação de informações sobre os índices, locais e causas do desflorestamento (*vide* os exemplos de (1e.) a (3e.)), serve para reforçar a informação divulgada, por meio do procedimento de coesão referencial.

b) A *sequência narrativa* serve, nos exemplos apresentados, para contextualizar a informação sobre o histórico de desmatamento (*vide* os exemplos (4e.) e (5e.)) e de multas que o Inpe recebeu (*vide* o exemplo (7e.)) e sobre disputa fundiária (*vide* o exemplo (6e.)) e para introduzir personalidade posicionando-se a favor de a Amazônia receber pagamento por não desmatar (*vide* o exemplo (8e.)). Assim, seu emprego esteve associado ao papel de reforço persuasivo quanto à legitimidade das informações divulgadas, dialogando com a estratégia *narrativização*, do modo de operação ideológica *legitimação* (THOMPSON, 2002).

c) A *modalização*, por meio de sua característica valorativa, na divulgação do tema em questão, atende à função de apresentar valores negativos sobre ‘o outro’ (*vide* os exemplos (9e.), (11e.), (13e.), (14e.)) e positivo sobre ‘nós’ (*vide* o exemplo (10e.)), lembrando-nos das estratégias gerais de van Dijk (2012), que cumprem o efeito autolegitimação e deslegitimação do outro. O emprego da *modalização* apareceu, por exemplo, associado com a atribuição de culpa no desmatamento à esfera governamental e com a autodefesa diante de possíveis

acusações relacionadas com a problemática. Dessa forma, a voz científica é preenchida pela avaliação que atende ao propósito de reforçar a tese defendida na informação.

No entanto, muitas vezes, com a *modalização*, a avaliação na informação, apesar de fazer parte de posicionamento atribuído a atores do *âmbito científico*, é construída revelando a voz do divulgador, por meio de paráfrase, como vimos em (45). Segundo Authier-Revuz (1999), a heterogeneidade mostrada da Divulgação Científica – em que se tem a presença marcada de vozes externas à do divulgador, por exemplo (inserção nossa) – serve para demonstrar que o discurso científico não é homogêneo. Por outro lado, Teixeira (2002, p. 136) salienta que, em nome da objetividade, que propõe a ausência da voz do repórter no texto jornalístico, ocorre, muitas vezes, de a voz do repórter ser identificada a outras vozes, resultando em uma “confusão” (no termo da autora) que o próprio repórter não percebe. De acordo com a autora, em matérias relacionadas com a ciência, isso se reflete, por exemplo, no fato de o jornalista falar “através de sua fonte”. No caso da *modalização*, na qual é perceptível a presença de avaliação, podemos depreender como sendo esse ‘falar por meio do outro’.

Diante do exposto, acrescentamos que, para van Dijk (2012), o poder dos meios de comunicação, mesmo desempenhando o papel de poder intermediário, tem autonomia para produzir e reproduzir estruturas de poder social. Segundo esse autor, “o poder da mídia, assim, implica a exclusão de fontes alternativas de informação, informações alternativas e outros fatores relevantes da descrição dos acontecimentos mundiais” (2012, p. 78). Nesse sentido, a avaliação e outros recursos empregados na divulgação ajudam, muitas vezes, a desempenhar esse papel autônomo, corroborando ou descartando posicionamentos sobre os temas divulgados.

O mais interessante é que a *modalização* foi a estratégia mais recorrente na divulgação do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, revelando a presença da subjetividade, elemento que, segundo Cassany e Martí (1998), pode colaborar com a delimitação do discurso ao que se deseja fazer compreender, como vimos no exemplo (11e.), em que a pecuária é representada como uma necessidade econômica para o Pará.

d) A *metáfora*, nos exemplos analisados, vinculada à informação sobre conflito agrário, defesa e acusação à prática da pecuária quanto a causar desmatamento, propósito de reduzir e possibilidade de aumentar a ação e sobre sua consequência, remete, prioritariamente, à esfera da luta/disputa, como podemos perceber em “devoradora de espaços”, ‘vilã’ e ‘combate’, relacionando, por exemplo, Código Florestal e Governo. Assim, percebemos que,

mais do que informação, a divulgação do tema envolve a difusão de pontos de vistas particulares, lembrando, novamente, das lutas hegemônicas que ocorrem no e pelo discurso.

Em todos os casos, o emprego da *metáfora* revela uma conotação negativa, por meio de sua representação ou da informação a que se vincula. Considerando que ela é um recurso retórico que serve para estimular o interesse do público leigo por questões científicas, notamos que serve para reforçar perspectivas, seja ocultando (ou, nos termos de Thompson (2002), dissimulando) as causas e os agentes envolvidos na problemática, seja descaracterizando atividades econômicas como responsáveis pela redução florestal.

e) A *exemplificação*, nos dados analisados, permite a expansão da informação, ao ilustrar o fato informado. Na divulgação do desmatamento, por meio dessa estratégia, a prática da pecuária é representada como sustentável e são indicados os locais onde estaria ocorrendo o aumento do problema e os impactos na saúde pública provenientes das mudanças climáticas.

Tendo visto como se construiu o debate na divulgação e como as estratégias divulgativas se relacionam com esse debate, chegamos à confirmação de outra hipótese que deu origem à pesquisa: a de que a divulgação do tema em questão, além de não favorecer a participação de atores (do *âmbito social*) que são os mais afetados pela questão, também não relaciona as consequências do evento a possíveis afetados, como se a problemática fosse desvinculada dessa realidade social. Aguiar (2008, p. 173) corrobora essa nossa perspectiva, salientando que questões locais e regionais não são consideradas pela mídia “e por muitos jornalistas, ou [são] reduzidas a (sic) questão de política econômica, na qual os interesses do grande capital são claramente sobrepostos (sem questionamentos) aos problemas das populações locais [...]”. Dessa forma, podemos indicar como efeitos disso na realidade a pouca atuação político-governamental para a resolução do problema, que ano após ano permanece, como vimos na matéria publicada em janeiro deste ano, tratando de um dos locais de conflito agrário, que aparece nos nossos dados, ainda sem solução (*vide* a seção 5.3.4 e a nota 120). O que resulta no reforço do esquecimento das populações desprovidas de capital econômico e sem acesso ao capital simbólico.

Diante dessa realidade, Aguiar (2008) defende que o jornalismo ambiental e o científico (mesmo que nosso *corpus* não se enquadre nos moldes do jornalismo especializado) precisam ser considerados como uma abordagem transversal. A autora salienta também que, apesar de ser passível de controvérsia, por envolver temática complexa, o jornalismo especializado é de interesse dos mais diversos públicos. Nessa perspectiva, os jornalistas (ou a

mídia) precisam considerar a participação inclusive das minorias, contrapondo-se à sustentação das relações de poder.

Segundo Fairclough (2001), o uso da linguagem pode assumir a função não só de reprodução, mas também de transformação social; e, ainda que a prática midiática constranja os atores sociais (dentre eles, o divulgador), de acordo com Ramalho e Resende (2011), esse constrangimento não é completo, assim como não o é a liberdade dos atores. Além disso, mesmo que a divulgação científica se caracterize, naturalmente, pela participação de atores do *âmbito científico*, é preciso, concordando com Foucault (1979), considerar a possibilidade de fazer surgir outros saberes que se contraponham aos efeitos centralizadores do poder.

Avaliando a participação dos atores na divulgação, chegamos à pergunta **3) Em que medida se constrói o debate social na mídia impressa, com a divulgação do desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências?**

Como já mencionamos, a divulgação debate foi mais diversificada no jornal *O Liberal*, pois, diferentemente do *A Crítica*, contou com a participação dos *âmbitos social e jurídico*. Dessa forma, a divulgação do jornal paraense foi o que mais favoreceu o debate social, se considerarmos a diversidade de atores envolvidos na difusão do tema em questão.

Em relação aos dois jornais da pesquisa, verificamos que as consequências do desmatamento divulgadas pelo *A Crítica* sempre se relacionaram com a lei florestal, ao passo que no *O Liberal* aconteceu o contrário. O tema-debate predominante foram as causas, mas no jornal do Amazonas isso se deu vinculado à discussão sobre essa lei e no jornal do Pará sem essa relação. Vejamos essa informação na tabela, a seguir:

Tabela 7 - Panorama da divulgação por tema-debate nos jornais *A Crítica* e *O Liberal*

Temas-debate	Causas						Consequências				Total geral
	Código Florestal			Outras			Código Florestal		Outras		
Âmbitos	AC	OL	Total	AC	OL	Total	AC	Total	OL	Total	
Ambiental				9	6	15					15
Científico	8	1	9	7	23	30	9	9	2	2	50
Econômico		3	3	1	12	13			1	1	17
Jurídico		5	5		3	3			2	2	10
Ecológico	7	6	13	3	17	20	2	2	3	3	38
Político	12	9	21	3	9	12			1	1	34
Social					1	1					1
Total	27	24	51	23	71	94	11	11	9	9	165 ¹²⁶

Fonte: A autora, 2014

¹²⁶ 165 é a quantidade de excertos que compõem os dados sobre os posicionamentos dos atores.

Como nos mostra a **Tabela 7**, o debate ocorreu, principalmente, em torno das causas sem relação com o Código Florestal, havendo participação de todos os âmbitos que identificamos. Podemos perceber também que as vozes consideradas mais legitimadas para tratar das consequências, conforme os dados da tabela, são provenientes dos *âmbitos científico* e *ecológico* e que esses dois âmbitos participaram da divulgação em torno de todos os temas-debate selecionadas na análise. Em contrapartida, a participação do *âmbito social* foi quase nula, já que identificamos apenas uma vez a presença da “voz” do público em geral.

Considerando os pressupostos apontados por White (2004), sobre a avaliação e a perspectiva em textos, na linguagem da Valoração, podemos sustentar que os recursos de engajamento, presentes na divulgação dos jornais analisados, predominantemente, favorecem a abertura ao debate social sobre o desmatamento na Amazônia, causas e consequências. O que corrobora o fato de, segundo Ferrero (2011), a representação da voz dos atores ser determinante na configuração da divulgação, podendo resultar em diálogo, polêmica, debate ou alerta.

Neste debate, ainda que tenha havido a predominância de recursos que permitem a negociação de significados, como o emprego da conjunção ‘segundo’ e dos verbos ‘afirmar’ e ‘dizer’, podemos perceber o ‘poder simbólico’ que, reconhecidamente, a ciência possui e que é reforçado pela mídia impressa, nesse caso. A presença do verbo ‘alertar’, ao se introduzir os atores do campo científico, é reflexo disso, pois a forma como os atores são representados possibilita que se perceba a presença de “posicionamentos em relação a eles e às suas atividades” (RESENDE, 2012, p. 445). O reforço do ‘poder simbólico’ é também marcado pela quase ausência de atores do público em geral, bem como pela divulgação de matérias de autoria de pessoas de fora da região, ainda que a divulgação trate da problemática na Amazônia.

Tratando da questão de controle do poder, tendo como instrumento o controle do “saber”, apresentamos a pergunta de pesquisa:

4) As estratégias discursivas nos textos jornalísticos analisados ajudam a estabelecer o controle do “saber” sobre o desmatamento?

No *âmbito político*, conforme salientamos anteriormente, as estratégias de construção simbólica e as estratégias gerais, de modo geral, ajudam a atenuar a problemática. A apresentação de causas do desmatamento é feita de forma indireta, atribuindo a locais, ao

Código Florestal e a políticas agrárias, mas é um dos âmbitos onde mais podemos entrever a presença de agentes causadores.

Na maioria dos exemplos analisados desse âmbito, percebemos a presença da modalização no repasse da informação. Especialmente em (a) e (p), a modalização deôntica ajuda na construção do posicionamento divulgado. Considerando que essa modalidade implica no comprometimento em termos de obrigação, necessidade e permissão, percebemos a convocação da solidariedade do outro na defesa da tese de que a lei florestal estaria sendo impositiva, como em “terão de reflorestar”. Sendo essa lei impositiva pode ser sujeita a não aceitação, o que resulta na apresentação do controle da problemática como algo desnecessário e traduz as “lutas internas pelo poder”, conforme destaca Lage (2009, p. 63), ao se referir à participação de fontes oficiais nos meios de comunicação.

No *âmbito científico*, as estratégias de construção simbólica e as estratégias gerais atrelam-se à informação sobre acordos internacionais e as discussões e implicações do novo Código Florestal. Nesse caso, ao relacionar-se com instrumentos legais, a informação assume, principalmente, a função de alerta ao tratar de possíveis consequências, exceto em (c), em que o evento é associado a soluções econômicas para a Amazônia.

Diante disso, sabendo que, muitas vezes, a ciência é considerada como fonte de “verdade”, resgatamos Foucault (1979, p. 13) com a indicação de que “em nossas sociedades, a ‘verdade’ [no sentido já esclarecido: verdadeiro *versus* falso] está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)”. Assim, a informação de como enfrentar a problemática entra no mérito da motivação econômica. Nesta pesquisa, a maioria dos exemplos analisados enquadra o desflorestamento no formato de problema e apenas um exemplo apresenta possíveis agentes responsáveis, reforçando a necessidade dessa difusão da verdade, já que a apresentação das consequências é a que mais se relaciona com dados científicos.

Na esfera *ambiental*, as estratégias gerais e de construção simbólica aparecem vinculadas à ação de enfrentamento da problemática, destacando, portanto, o papel dos órgãos que compõem esse âmbito no nosso *corpus*.

No *âmbito econômico*, as estratégias de construção simbólica e as estratégias gerais assumem a função discursiva de autodefesa diante das indicações da agropecuária como causa

da redução florestal, inclusive relacionando essas causas a causadores, mas por meio de conotação positiva, por exemplo, denominando-os ‘produtores’.

No *âmbito ecológico*, as estratégias de construção simbólica e as estratégias gerais servem para apresentar o ‘Código Florestal’ como possível incentivador de desflorestamento, destacando essa relação como um problema.

No *âmbito jurídico*, a estratégia de construção simbólica, também em informação sobre a relação Código Florestal e redução florestal, enfatiza os responsáveis e destaca a possível anistia e exploração de APP como causa.

Com base nessa relação entre a abordagem temática e as estratégias discursivas, podemos perceber como as informações sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, revelam as identidades dos atores dos âmbitos, uma vez que cada “âmbito” representou o tema a partir de sua própria perspectiva, controlando o “saber” sobre a problemática, em defesa dessas identidades.

Apesar disso, percebemos divergências dentro dos âmbitos. Van Dijk (1990) destaca que cada ator¹²⁷ faz parte da ação social e, conseqüentemente, fala como um membro do grupo ao qual se vincula. No entanto, ao mesmo tempo, atualiza as normas e valores, os interesses, as relações de poder ou as ideologias dentro desse próprio grupo, reproduzindo, confirmando e difundindo através de sua comunicação esses elementos. Esse controle da informação sobre o desflorestamento resulta, portanto, no controle de poder, pois, retomando van Dijk (2012), além de se caracterizar como uma forma de ação, o exercício do poder equivale a uma forma de interação social.

Com base no exposto, podemos resumir essas informações, relacionando-as a implicações sócio-semânticas¹²⁸ por âmbito, da seguinte forma: 1) *Político* = fato/realidade; 2) *Científico* = alerta/solução; 3) *Ambiental* = ação/coação; 4) *Econômico* = fato/produção; 5) *Ecológico* = denúncia/risco; 6) *Jurídico* = acusação/efeitos.

Com esse panorama e com a discussão apresentada, podemos já entrever a resposta à nossa última pergunta de pesquisa: **5) Como os interesses político-econômicos dos atores sociais envolvidos na divulgação são operados no discurso, configurando-se como formas de controle de poder?**

¹²⁷ No trecho mencionado, o autor utiliza o termo falante.

¹²⁸ Entenda-se: o sentido que a informação pode assumir discursiva e socialmente.

Em nossas análises, de modo geral, podemos perceber como as realidades socioeconômicas influenciam as posturas ideológicas, por exemplo, quando da representação da agropecuária do Pará como atividade sustentável ou quando da contraposição expressa à dispensa de reservas legais para propriedades de quatro módulos fiscais, em virtude de poder prejudicar o Amazonas, conforme já salientamos. Além disso, mesmo quando em defesa da preservação florestal, notamos a hegemonia do discurso econômico, resultando, por meio do discurso ambiental, na legitimação da relação de poder que tem como base o capital econômico. O que corrobora a tese de que os aspectos discursivos das relações de poder são flexíveis e plurais (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000). Dessa forma, a construção do discurso ambiental resulta como reflexo das relações de poder que envolvem a temática, bem como os diversos atores participantes.

Os interesses político-econômicos dos atores são manifestados discursivamente também por meio da construção da autolegitimação e deslegitimação do outro e de suas práticas sociais. A construção da autolegitimação vincula-se, por exemplo, à defesa de práticas que desencadeiam o desmatamento, tais como a agropecuária, e à tentativa de isentar-se da responsabilidade de colaborar o problema, defendendo já estar atuando para resolver a questão. A construção da deslegitimação do outro e de suas práticas sociais atrela-se, dentre outras manifestações, à atribuição da culpa a terceiros e na indicação de “falhas” destes, diante da questão ambiental, tal como vimos na defesa de que o Código Florestal conteria falhas. Outro exemplo disso é a sustentação de que, na elaboração dessa lei, “ruralistas e ambientalistas” teriam ignorado a contribuição da ciência.

Outra forma de manutenção do controle do poder pode ser notada também na defesa da preservação e sustentabilidade ambiental, adaptada à lógica do capital, em que a floresta vale pelo lucro que pode render à economia. Nessa perspectiva, os interesses político-econômicos dos atores sociais associam-se, muitas vezes, à forma como o problema em questão é abordado, à ótica apresentada, à tese defendida, resultando na sustentação do controle do poder por meio do controle do “saber”. Nesse controle, a construção do discurso envolve a defesa dos interesses em jogo (políticos, econômicos, sociais, dentre outros). E, de certa maneira, esse controle é reforçado pela mídia, já ela que possui instrumentos para contestá-lo, reformulá-lo, revertê-lo, etc., ainda que apenas parcialmente, por meio do discurso.

Esse controle por parte das mídias das quais analisamos a construção discursiva é perceptível ao não favorecerem uma participação mais expressiva de atores do *âmbito social*,

tais como as testemunhas reais das consequências dessa questão, na Amazônia. Ou, ainda, ao não divulgarem matérias assinadas por jornalistas locais, que poderiam lançar outros olhares sobre as causas e as consequências do desmatamento na região. Ao notar essas consequências no contexto local, poderiam, por exemplo, dar mais ênfase a esse elemento que pouco apareceu na divulgação. Apesar da existência de implicações mais próximas da realidade, como vimos na análise da conjuntura, as consequências divulgadas parecem (um pouco) distante do que é sentido no dia-a-dia das “minorias da Amazônia”, retirando-se (ou afastando) da problemática seu vínculo com a realidade social.

Após percorrer todos os passos propostos pela nossa análise, apresentamos nossas considerações sobre os resultados obtidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi analisar a construção do discurso ambiental sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, em dois jornais dessa região, a fim de contribuir para a reflexão sobre o fenômeno da formação dos discursos públicos, na mídia impressa brasileira. Para isso, à luz da ADDC, analisamos os posicionamentos e as perspectivas dos atores dos diversos âmbitos participantes da divulgação e as estratégias divulgativas utilizadas no processo de recontextualização do discurso científico ao divulgativo. Com base em categorias de van Dijk (2012) e Thompson (2002), sobre a questão das ideologias e relações de poder, analisamos as estratégias gerais e os modos de operação da ideologia.

Com a análise dos posicionamentos dos atores sociais e das estratégias divulgativas, percebemos que o jornal *O Liberal* contou com a participação mais diversificada de âmbitos sociais (no sentido amplo), pois, no *A Crítica*, não registramos a participação dos *âmbitos social e jurídico*. Relacionamos essa diferença com o fato de o Pará, Estado sede desse jornal, ter mais expressividade nos índices da problemática do que o Amazonas, Estado do *A Crítica*. No entanto, apesar de ser diversificada, essa participação não foi equilibrada, já que, por exemplo, registramos apenas uma ocorrência do *âmbito social* na divulgação. No jornal *O Liberal*, os *âmbitos ecológico e científico* foram predominantes, com igual participação. Já no *A Crítica*, a predominância foi do *âmbito científico*.

A presença do debate na divulgação ocorreu mais nos jornais como um todo, considerando a participação dos âmbitos em todas as matérias analisadas, do que nos textos isolados, já que notamos reportagens construídas, por exemplo, com a presença de apenas um âmbito social. A presença mais diversificada dos âmbitos ocorreu nas notícias, o que é surpreendente, uma vez que se esperava que a reportagem fosse se configurar mais polifônica.

Os posicionamentos dos atores, por sua vez, concentraram-se, majoritariamente, nas causas, relacionando-as ou não com o Código Florestal. Apesar das implicações sociais da questão na realidade, as consequências pouco foram contempladas ou, quando contempladas, pouco se relacionaram diretamente com a realidade social. E, muitas vezes, nesses posicionamentos, a problemática é atenuada, o que é reforçado, por exemplo, com a não abordagem das consequências no *âmbito ambiental*, nos dois jornais, e no *âmbito social*, no jornal paraense. No jornal amazonense, isso foi ainda mais acentuado, uma vez que esse elemento não foi abordado também nos *âmbitos econômico e político*. A atenuação do

desmatamento como um problema foi perceptível, por exemplo, em posicionamentos em que atividades tidas como suas causadoras são defendidas como não desempenhando esse papel ou são representadas como responsáveis por efeitos positivos, apenas.

De modo geral, a abordagem das duas construções discursivas (causas e consequências) presentes na participação dos atores na divulgação coadunou-se aos pressupostos defendidos na análise da conjuntura, exceto pela quase inexistente relação das consequências com questões mais próximas da realidade, tais como a relação com o prejuízo para o abastecimento hídrico, a ameaça à biodiversidade e à sociodiversidade.

Ao não se contemplar as consequências do desmatamento, com a participação do público em geral, ignora-se as implicações sofridas pelas “minorias” afastadas do ‘capital simbólico’, impossibilitando-se o surgimento de saberes que se contraponham aos efeitos centralizadores do poder. Na manifestação desse efeito, vale a “voz” da ciência e das autoridades político-econômicas, mas não a dos quem sentem os efeitos da lógica capitalista predominante. Efeitos esses que se refletem não apenas no apagamento da “voz”, resultante da falta de acesso ao ‘capital simbólico’, mas também no dia-a-dia dos assassinatos provenientes de lutas agrárias, na escassez de alimentos, na expulsão do campo para as periferias das cidades, na exposição a alagamentos ou secas excessivas dos rios da região. A pouca presença do *âmbito social* e a ausência dessas “minorias” na divulgação, em contrapartida, pode ser explicada pelo fato de a maioria das matérias não ser de autores locais. Ao contrário, as vozes legitimadas (já que são as divulgadas) para abordar o problema na Amazônia são as provenientes de outras regiões, tais como, Sudeste e Centro-Oeste.

A análise das estratégias divulgativas levou-nos à constatação de que o jornal amazonense foi o que mais empregou esses recursos na divulgação do desmatamento na Amazônia, causas e consequências, o que atribuímos ao fato de ser predominante nesse jornal a participação de cientistas. As estratégias divulgativas predominantes foram as de cunho subjetivo, quais sejam, modalização e metáfora, revelando a presença de pontos de vista na divulgação do tema. O ator mais presente na divulgação foi o Inpe, o que se justifica pelo fato de esse instituto monitorar o desflorestamento e também por ser considerado a fonte legitimada para divulgar os dados desse monitoramento. Essa análise também mostrou que as estratégias não se vincularam a informações de caráter complexo, porque a abordagem divulgada do evento, por se tratar de suas causas, resultou no emprego de linguagem acessível, já que é uma questão mais própria da realidade social do grande público, relacionando-se, por exemplo, mais com questões político-econômicas.

Com a análise das estratégias gerais e dos modos de operação da ideologia, na verificação do papel das ideologias nas relações de controle de poder, verificamos as perspectivas defendidas por cada âmbito em relação às causas e consequências do desmatamento. Dentro dessas perspectivas, percebemos como o enfrentamento da problemática aparece atrelado a questões de ordem econômica, inclusive no discurso ambiental. A participação dos atores sociais também apresentou divergências internas nos âmbitos, em relação às perspectivas do desflorestamento, remetendo-nos à presença de lutas internas no e pelo discurso, como indicam vários autores nesta pesquisa.

No *âmbito político*, com o emprego dessas estratégias ideológicas, vimos como a problemática é atenuada. Com a relação fato/realidade, vincula-se, nesse âmbito, o evento em questão à constatação de sua ocorrência na realidade, mas sem problematizá-lo. No *âmbito científico*, o problema é representado por meio da relação alerta/solução, o que é reforçado com a predominância da *modalização* na divulgação, revelando a avaliação em muitos dos posicionamentos. No *âmbito ambiental*, por meio da relação ação/coação, a abordagem contempla a atuação dos atores envolvidos, como uma resposta à sociedade de que se tem feito a parte que lhe cabe no enfrentamento da questão. No *âmbito econômico*, por meio da relação fato/produção, o evento é vinculado à defesa das atividades econômicas como sendo práticas apenas benéficas à sociedade e injustiçadas por leis ambientais. No *âmbito ecológico*, os posicionamentos giram em torno da relação denúncia/risco, em que o Código Florestal é representado como uma possível ameaça ao equilíbrio ambiental. No *âmbito jurídico*, a relação acusação/efeitos manifesta-se por meio da ênfase do que essa lei ambiental poderia gerar.

Com base em todas essas observações, podemos notar como a prática divulgativa é influenciada pelos diversos atores que dela participam. A divulgação debate, portanto, quando da participação diversificada de atores sociais, é um instrumento que pode ajudar na construção de perspectivas mais democráticas a respeito de questões ambientais tão importantes na atualidade. Tal como a constatação de fenômenos que atingem indistintamente as diversas classes, gêneros, nações e que, em relação ao desmatamento na Amazônia, entendemos ter como principais atingidos as pessoas que aqui chamamos de “minorias da Amazônia”, devido à realidade geográfica, social, econômica dessa região.

Sabendo que a gravidade da problemática não é restrita a essa região, tampouco a essas pessoas, defendemos a importância de se colaborar com a questão, pois como sustenta Ramalho e Resende (2011, p. 26), “se reproduzimos acriticamente um aspecto problemático

do senso comum, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades”. A atuação do analista do discurso é, portanto, (ainda que pequena) uma instância para, assim salientam as autoras, desvelar, desnaturalizar o senso comum, no propósito de anular seu funcionamento ideológico, podendo, assim, reduzir seus efeitos potenciais que extrapolam o âmbito da linguagem e concretizam-se nas realidades sociais.

Diante disso, trazemos dos Parâmetros Curriculares Nacionais a defesa de que

a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar (BRASIL, 1998, p. 180).

Com base no exposto, esperamos que este trabalho contribua com esse pensar individual e coletivo e que reforce a necessidade da popularização de conhecimentos científicos (dentre eles, os relacionados com questões ambientais), por entendermos que o saber é uma forma de poder e que ele é necessário para que o agir se concretize. No entanto, defendemos que esse saber precisa envolver não somente questões de ordem técnico-científica, mas também saberes que nascem da concretude dos fatos, da vivência de pessoas afastadas do poder simbólico, mas que são as reais testemunhas da problemática ambiental, que é o nosso foco. Assim, a divulgação científica, ao contar com a participação de diversos atores na difusão dos conhecimentos, pode contribuir com a formação de discursos públicos de forma mais democrática.

Sabemos que este trabalho é apenas um recorte e que sujeitar os dados a um novo olhar pode revelar elementos que aqui não abordamos, mas como nos lembram Ramalho e Resende (2011), não há “análises textuais ‘completas’ e ‘definitivas, ou ‘objetivas’ e ‘imparciais’”. Assim, esperamos que a abordagem que adotamos abra possibilidades para que novas pesquisas sobre os discursos e as questões ambientais sejam realizadas, como, por exemplo, investigar a representação dos atores sociais na divulgação em diferentes gêneros discursivos ou em jornais de diferentes regiões ou realizar estudos comparativos sobre a construção da polifonia nesses gêneros, já que nos deparamos com reportagens pouco polifônicas. Esperamos, assim, despertar o interesse por novas pesquisas, inclusive, para refutar, dialogar, questionar os pressupostos que defendemos nesta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sonia. Ciência, jornalismo e meio ambiente: confrontos discursivos. In: SOUSA, Cidoval Moraes de. (Org.). **Jornalismo científico & desenvolvimento regional: estudos e experiências**. Campina Grande: EDUEP, 2008 (e-book), p. 168-180.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Dialogismo e divulgação científica. **Rua: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. Número 5, Campinas, SP, março de 1999, p. 9-15.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ensatina Galvão G. Pereira. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M. La asociación discursiva de terrorismo e inmigración. Un ejemplo de incomunicación intercultural. **Comunicación**, Revista Internacional de Comunicación Audiovisual, Publicidad Y Estudios Culturales, Sevilla, nº 4, 2006, p. 259- 277.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico**, [2006?], p. 1-32. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-elementos-fundamentais-jornalismo-cientifico.pdf>>. Acesso: Jul. 2012.

BOLETIM ‘Risco de Desmatamento Agosto de 2011 a Julho de 2012’. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/risco-de-desmatamento/boletim-risco-de-desmatamento-agosto-de-2011-a-julho-de-2012>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALSAMIGLIA, Helena. Apuntes sobre la divulgación científica. Un cambio de registro. **Textos de Didáctica de la lengua y de la Literatura**, nº 8, 1996, p. 41-52.

_____. Divulgar: itinerarios discursivos del saber. Una necesidad, un problema, un hecho. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, 1997, p. 9-18.

_____. Falemos de Ciência com suas Palavras – um gênero da interação oral: a entrevista televisiva. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Estudos discursivos em foco**: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 41-70.

CASSANY, Daniel; LÓPEZ, Carmen; MARTÍ, Jaume. La transformación divulgativa de redes conceptuales científicas. Hipótesis, modelo y estrategias. **Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad**. Vol.2. Barcelona: Editorial Gedisa, nº 2, junho de 2000, p. 73-103.

CASSANY, Daniel; MARTÍ, Jaume. Estrategias divulgativas del concepto prión. **Quark**. Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, n. 12, 1998, p. 56-66.

CASTRO, Belmiro Mendes *et al.* O mar de amanhã, com as mudanças climáticas de hoje. **Ciência e Cultura**, vol. 62 n. 3, São Paulo, 2010, [s/p]. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?>>. Acesso em: Dez. 2013.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos, NAEA**, v. 8, n. 2, dez. 2005, p. 5-39.

CATALDI, Cristiane. **Los transgénicos en la prensa española**: una propuesta de análisis discursivo. Barcelona, Espanha: Universitat Pompeu Fabra, 2003.

_____. A definição utilizada como estratégia divulgativa sobre transgênico na mídia impressa. **Vertentes**. São João del-Rei: UFSJ, n.32, 2008, p. 256-265.

_____. Análise Discursiva da Denominação Utilizada na Mídia Impressa para Representar e Divulgar o Conhecimento sobre Planta Transgênica. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 193-2009.

_____. A ciência na mídia impressa: a divulgação debate sobre transgênico. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2009, p. 43-63.

_____. O Discurso sobre ciência: os transgênicos em foco na mídia impressa. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 71-92.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (Orgs.) **As emoções no discurso**. Vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 23-56.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIAPUSCIO, Guiomar. Linguística y divulgación de ciencia. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, 1997, p. 19-28.

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação & meio ambiente**: A análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), 2006.

DOMINGUES, Edson Paulo; CARVALHO, Terciane Sabadini; MAGALHÃES, Aline Souza. **Desmatamento e a contribuição econômica da Floresta na Amazônia**. Série Working Paper BNDES/ANPEC, n. 48, janeiro/2013, (s/p).

FAIRCLOUGH, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001, p. 31-73.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: VAN DIJK, Teun A (Compilador). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000, p. 367-440.

FEARNSIDE, Philip M. **Efeito estufa**: A Contribuição do Desmatamento na Amazônia Brasileira, [1991] [Tradução do original: _____. Greenhouse Gas Contributions From Deforestation In Brazilian Amazonia. In: J.S. Levine. (Org.). **Global Biomass Burning: Atmospheric, Climatic, and Biospheric Implications**. Boston: MIT Press; Massachusetts, 1991, p. 92-105]. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/Estufa-port.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, Julho 2005, p. 113-123. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/16_Fearnside.pdf>. Acesso em: Jan. 2013.

_____. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, Manaus-AM, v. 36, 2006, p. 395-400. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

_____. Uso da terra na Amazônia e as mudanças climáticas globais. **Revista SEB**, Ano 11, n. 1/2, 2007, p. 84-100. Disponível em: <<http://ecologia.ib.usp.br/seb-ecologia/revista/n107/uso%20da%20terra.pdf>>. Acesso em: Jul. 2012.

_____. Consequências do desmatamento da Amazônia. **Scientific American Brasil**, v. 2010, p. 54-59. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2010/Desmatamento-Sci%20American%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2014.

_____. Serviços ambientais provenientes de florestas intactas, degradadas e secundárias na Amazônia brasileira. p. 29-62. In: PERES, Carlos Augusto; GARDNER, Toby Alan; BARLOW, Bernard Josiah; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (eds.). **Conservação da**

Biodiversidade em Paisagens Antropizadas do Brasil. 1. ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013, v. 1. Disponível em: <<http://www.ppgca.ufpa.br/arquivos/repositorio/TEXTODOWN/Fearnside-2013-Servi%C3%A7os%20Ambientais%20de%20florestas-UFPR-proofs.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FERRERO, Carmen López. A mescla de vozes em artigos jornalísticos: o caso da “vaca louca”. In: GOMES, Maria Carmen Aires; CATALDI, Cristiane; MELO, Mônica Santos de Souza (Orgs.). **Estudos discursivos em foco:** Prática de pesquisa sob múltiplos olhares. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 93-110.

FOLHAONLINE. Leitor. In: _____. **Novo Manual de Redação**, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_o.htm>. Acesso em: 07 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. O texto e o discurso na Revista Ciência Hoje. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Gênero discursivo, mídia e identidade.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 165-191.

GOMES, Maria Carmen Aires. **A prática institucional do licenciamento ambiental:** a tensão entre os gêneros discursivos, discursos e vozes. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2003.

_____. Considerações sobre os Estudos Discursivos Críticos: o Projeto Social Discursivo de Norman Fairclough. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza;

CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 13-31.

GRISI, Breno Machado. **Glossário de ecologia e ciências ambientais**. 3. ed. João Pessoa: [s.n.], 2007. CD-ROM. Disponível em: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/glossario_20de_20ecologia_20e_20ciencias_20ambientais.pdf. Acesso em: Dez. 2013.

HABERMAS, Jurgen. **Racionalidade e comunicação**. 1. ed. Lisboa: Portugal, 2002.

HERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. **Florestas amazônicas e as mudanças climáticas**. [curso Online], 2011. Disponível em: http://www.ipam.org.br/uploads/cursos/portugues/broadcastmet/brazil_br/print.htm. Acesso em: 08 dez. 2011.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

MARGULIS, Sérgio. **Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam?** 29 de novembro de 2001, p. 1-25. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en/mesa5/5.pdf>. Acesso em: 10 fev 2014.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo do possível**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, ano 5, nº 1, janeiro-junho 2001, p. 45-55. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em: 25 set. 2009.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NOBRE, Carlos. O aquecimento global é um consenso científico: entrevista [10 de setembro de 2007]. Minas Gerais: UFMG. **Boletim**, nº 1581, ano 33. Entrevista concedida a Ana Maria Vieira. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1581/index.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

O LIBERAL. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/projetos/comercial/oliberal.html>>. Acesso em: 12 abr. de 2013.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro. **Análise crítica do discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 19-46.

RAMALHO; Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n.1, jul./dez. 2004, p. 185-207.

RESENDE, Viviane de Melo. Representação discursiva de pessoas em situações de rua no “Caderno Brasília”: Naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n.2, maio/ago. 2012, p. 439-465.

REYDON, Bastiaan Philip. O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções. **Política Ambiental**, edição temática “Economia Verde: Desafios e oportunidades”. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 8, jun. 2011, p. 143-155. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/P%E1ginas%20de%20PoliticaAmbienta108reydon.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira *et al.*. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005, p. 137-152.

TABELA “O Desmatamento por estado e na Amazônia Legal de 2001 a 2009”. Disponível em: <<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/prodes2009tabela1.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

TEIXEIRA, Mônica. Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência: Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/UFRJ, 2002, p. 133-141.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

_____. Prefácio: o giro linguístico. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 7-14.

_____. Por uma Teoria da Comunicação Científica: discurso, conhecimento, contexto e compreensão da sociedade. In: GOMES, Maria Carmen Aires; CATALDI, Cristiane; MELO, Mônica Santos de Souza (Orgs.). **Estudos discursivos em foco: Prática de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 20-40.

_____. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno manual de divulgação científica: dicas para cientistas e divulgadores de ciência**. Rio de Janeiro: Ciência Hoje/Faperj, 1999.

WHITE, Peter. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, 2004, p. 178-205.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, 2004, p. 223-243.